



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**BIODIVERSIDADE E POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO: o caso do Parque Estadual  
Monte Alegre - Pará**

Regina Oliveira da Silva

Orientadora: Dra. Laure Empeaire

Tese de Doutorado

Brasília – D.F. Dezembro /2008

Da Silva, Regina Oliveira.

**Biodiversidade e políticas de conservação:** o caso do Parque Estadual Monte-Alegre – Pará/Regina Oliveira da Silva  
Brasília, 2008  
302p.: il

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília

1. Conhecimento Tradicional 2. Políticas Públicas  
3. Conservação da biodiversidade 4. Unidades de Conservação 5-Cerrado amazônico  
I. Universidade de Brasília. CDS  
II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Regina Oliveira da Silva

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**BIODIVERSIDADE E POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO:** o caso do  
Parque Estadual Monte Alegre - Pará

Regina Oliveira da Silva

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Doutora em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Gestão e Política Ambiental.

Aprovado por:

---

Laure Emperaire, Doutora (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento(IDR-CDS-UNB)  
(Orientadora)

---

Magda Wehrman, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável- CDS- UNB)  
(examinadora interna)

---

José Luiz Franco, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável -CDS-UNB)  
(examinador interno)

---

Ima Guimarães Vieira, Doutora (Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG)  
(examinadora externa)

---

Roberto Machado, Doutor (Conservação Internacional - Brasil)  
(examinador externo)

Brasília, DF, 15 de dezembro de 2008.

## DEDICATÓRIA

Aos moradores do entorno do Parque Estadual Monte Alegre.

## AGRADECIMENTOS

A todos os moradores das comunidades do Ererê, Lages, Maxirá, Maxirazinho, Paytuna e Santana. Em especial, ao “Seu” Arnaldo e D. Célia, Zoraide, “Seu” Luca e Dona Neta, Dina, “Seu” Zeca, “Seu” Luis e D. Santa, “Seu” João Grande, “Seu” Otávio, Prof. Gonzaga, Profa. Rosalina, Tóia, “Seu” Zé, Beck, pela confiança, abrigo, informações cedidas, que permitiram a realização deste trabalho. A estes moradores agradeço por aceitarem o desafio de construir uma proposta para uma unidade de conservação; de desejarem ser ouvidos e acreditarem que é possível mudar.

Aos moradores da cidade Monte Alegre nas pessoas de Nelsi, pelos divertidos relatos das “coisas” de Monte Alegre, Ceta, Pirrique e D. Ladir pela identificação das fotos antigas e as informações cedidas de seus arquivos particulares; D. Maria Cordeiro, pelo abrigo durante minha estadia na cidade, Alonsio e Tiba, pelo transporte para as comunidades.

A Prof<sup>a</sup> Dra. Laure pela orientação, apoio e incentivo que foram fundamentais para meu crescimento profissional ao longo deste estudo.

Ao meu filho, Fernando pelo carinho e compreensão durante nossa moradia em Brasília, a minha família, minha mãe e irmãos pelo afeto e apoio incondicional no rumo final da elaboração deste texto.

Ao “Seu” Zé Preto, “Seu” Arnaldo, Beck, Jairy, Tóia, Dílson, “Seu” Luca, Marcione, pela companhia durante as caminhadas nas serras, nos roçados, no igarapé do Ererê, na várzea, na fonte e pelos tantos bons momentos de campo.

Aos companheiros do curso Thelmo, Janaína, Synara, Rosane, Magri, Josie, Socorro, Cris, Ruben, Rudi, Therese, PC, Estevão, Márcia, Lila, Cláudia, Roseli e Gonzalo, Helinton, Marcelo pelo convívio e aprendizado e “divertidos balcões”. As companheiras de Brasília, Beth, Kenia, Márcia e Suely Anderson.

Ao Museu Paraense Emílio Goeldi e ao CNPq pela liberação e bolsa para realização deste estudo e financiamento da pesquisa.

Aos companheiros do Projeto *Experimentos agrícolas alternativos e beneficiamento do buriti (Mauritia flexuosa) com base sustentável em comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre*. Em especial, a Benedita Barros, Juliana Magalhães, Marlia Ferreira e Jorge Luiz Gavina e Ruth Almeida pela convivência produtiva, apoio nos trabalhos de campo e contribuições a esta pesquisa ao longo dos anos que estamos em Monte Alegre.

Aos pesquisadores que participaram do processo de elaboração do plano de manejo e me permitiram acompanhá-los nas pesquisas de campo e discussões do zoneamento do Pema.

A Marlia Coelho, Márcia Rodrigues, Izildinha Miranda e Juliana Magalhães, pela leitura, críticas e sugestões ao texto.

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre, nas pessoas de Francisco Pirrique, Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, pela entrevista concedida e autorização para o acesso ao Arquivo da Prefeitura.

Ao funcionário da SEMA, Crisomar Lobato, por disponibilizar as antigas publicações do Idesp.

## RESUMO

A presente tese aborda a problemática da criação e do planejamento de uma unidade de conservação de proteção integral e as populações de seu entorno, em uma região de enclave de cerrado, no município de Monte Alegre, estado do Pará. Esta pesquisa se propôs analisar o processo de criação do Parque Estadual Monte Alegre e a elaboração do seu plano de manejo, tendo como foco as comunidades do entorno e seus moradores. Ela aborda o conhecimento dos comunitários, a biodiversidade e as políticas de conservação e gestão participativa no contexto da implementação de uma unidade de conservação estadual de proteção integral. Em termos metodológicos, baseou-se nos princípios da etnobiologia, etnoecologia e pesquisa-ação. As atividades de campo envolveram comunidades e seus moradores, focalizando a sua participação e as decisões no processo. Os moradores detêm um conhecimento da área do parque, reconhecem a existência desta unidade de conservação e desejam que seus direitos de participar dos processos de implementação do Pema sejam respeitados. Eles esperam que o funcionamento do Pema possa trazer-lhes benefícios como a resolução das questões fundiárias e geração de renda. A inexistência de interlocução entre as instituições que criaram, elaboram e são responsáveis pela administração do Parque “confunde” a sociedade civil da cidade e do interior, gerando conflitos entre os moradores do entorno. A conservação da biodiversidade, razão maior para a criação de unidades de conservação é coadjuvante neste processo

**Palavras-chave:** Amazônia, plano de manejo, biodiversidade, populações do entorno.

## ABSTRACT

This study addresses some of the problematics associated with the creation and management of a strict protection area and their surrounding populations in cerrado enclaves on Monte Alegre municipality of Pará state, Brazil. This research aimed to analyze the process in establishing the Monte Alegre State Park (PEMA) and the elaboration of its management plan. Researchs focused on the memories of local residents and in identifying interactions between knowledge, perception and the use of biodiversity at its various levels, and in the policies for conserving biodiversity within the context of implementing a strict protected area. In terms of methodology, this research was based on the principles of ethnobiology and etnoecology and applied research measures that strive to understand resource utilization by communities and their relationships with institutions geared towards elaborating and implementing management plans. It was observed that the residents are knowledgeable about the park's areas, acknowledge the existence of the protected area and demand that their rights in participating in the process for implementing the PEMA be respected. These participants expect that with PEMA properly functioning, it will yield benefits such as the settling of land-reform matters and income generation. The lack of communication between institutions responsible in creating, elaborating and managing the park can invariably confuse civil society with rural and remote areas, generating conflicts among residents in areas surrounding the park. The conservation of biodiversity, the main purpose in establishing conservation units in the Amazon, plays an important and supporting role in this process.

**Key-words:** Amazon, management plans, biodiversity, surrounding populations.

## RESUMÉ

Cette thèse analyse la construction des interfaces entre les populations locales et les dynamiques créées par la mise en place d'une unité de conservation intégrale dans un contexte bien particulier, celui d'une enclave de /cerrado/ au sein de la région amazonienne (commune de Monte Alegre, Etat du Pará). Le processus de création du Parc de Monte Alegre (PEMA), une unité de conservation qui relève du niveau de l'état et non fédéral, y est analysé, ainsi que celui de l'élaboration de son plan de gestion. Les connaissances des populations locales sur les différentes facettes de leur environnement et des ressources associées, leur point de vue sur les politiques de conservation et de gestion participative dans ce contexte de la mise en place de cette unité de conservation de protection intégrale sont abordés. La méthodologie suivie combine les principes de l'ethnobiologie et de l'ethnoécologie et ceux de la recherche-action sur une base participative. Les résultats portent sur les savoirs détenus par les habitants sur l'aire du parc, leur reconnaissance de cette unité de conservation et leur volonté de faire respecter le droit d'être associés aux prises de décision le concernant. En retour, ils attendent du Parc un appui pour la résolution des questions foncières et des bénéfices économiques. Les points de blocages analysés relèvent principalement de l'absence de dialogue entre l'institution qui a créé le parc et est responsable de son administration et les différents acteurs locaux, urbains ou ruraux, situation qui favorise l'émergence de conflits entre les habitants des alentours du parc. Il apparaît que la conservation de la biodiversité, motif à la base de la création des unités de conservation, est reléguée à l'arrière-plan.

**Mots-clés:** Amazonie, gestion, unité de conservation, biodiversité, populations locales

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da vegetação do Brasil, mostrando a área central do bioma do Cerrado e enclaves em outros biomas.	86
Figura 2	Localização do município de Monte Alegre no estado do Pará.	87
Figura 3	Mapa da região, localizando no Pema as principais tipologias vegetais	89
Figura 4	Domo de Monte Alegre.	91
Figura 5	Flora da região.	95
Figura 6	Fauna da região.	98
Figura 7	Vila do Ererê em 1903.	100
Figura 8	Exportação de produtos no porto da cidade de Monte Alegre.	100
Figura 9	Comunitários de Ererê, Maxirá, Lages, Santana e Paytuna.	114
Figura 10	Localização das categorias fundiárias na comunidade do Ererê.	117
Figura 11	Distribuição da população por faixa etária em 2001.	120
Figura 12	Área total cultivada por produto e por comunidade estudada.	141
Figura 13	Apetrechos de pesca utilizados pelos pescadores entrevistados em Paytuna.	154
Figura 14	Mapa de uso dos moradores da comunidade do Ererê.	160
Figura 14a	Moradores do Ererê fazendo mapa de uso.	161
Figura 15	Mapa de uso das comunidades do Maxirá e Maxirazinho.	162
Figura 15 a	Moradores do Maxirá/Maxirazinho elaborando mapa de uso.	163
Figura 16	Mapa de uso da comunidade de Lages.	164
Figura 16 a	Morador de Lages apontando espaços geográficos.	165
Figura 17	Mapa de uso dos moradores de Santana/ Paytuna.	166
Figura 17 a	Moradores de Santana/Paytuna no mapeamento de uso.	167
Figura 18	Localização das áreas utilizadas pelas comunidades do entorno.	170
Figura 19	Relação comercial entre as comunidades.	173
Figura 20	Riqueza de espécies animais e vegetais utilizados pelas comunidades.	188
Figura 21	Calendário das atividades de pesca, agricultura, caça e extrativismo das comunidades do entorno do Pema.	195
Figura 22	Áreas protegidas propostas para o Pará em 1988.	201
Figura 23	Áreas Protegidas atuais do município de Monte Alegre.	204
Figura 24	Seminário para criação de unidades de conservação em Monte Alegre.	213
Figura 25	Encontro com os moradores da cidade que discutiu o plano de manejo.	219
Figura 26	Pesquisador de herpetologia apresentando o material coletado à comunidade do Ererê.	231
Figura 27	Moradores observando os animais coletados.	231
Figura 28	I Encontro das comunidades do entorno para elaboração do plano de manejo.	241
Figura 29	Morador de Santana apresentando a proposta da comunidade para o zoneamento.	244
Figura 30	II Encontro de representantes das comunidades e mapas de zoneamento.	244
Figura 31	Proposta de zoneamento da comunidade do Ererê.	250
Figura 32	Proposta de zoneamento das comunidades Maxirá/ Maxirazinho.	252

Figura 33	Proposta de zoneamento da comunidade de Santana.	253
Figura 34	Proposta de zoneamento da comunidade de Lages.	256
Figura 35	Pesquisadores elaborando suas propostas de zoneamento para o Pema.	259
Figura 36	Comunitários conjugando suas propostas de zoneamento para o Pema.	259
Figura 37	Proposta de zoneamento dos pesquisadores para Pema.	260
Figura 38	Morador apresentado o mapa do zoneamento das comunidades.	264
Figura 39	Mapa lúdico com as propostas de zoneamento das comunidades e dos pesquisadores.	264
Figura 40	Mapa conjunto elaborado pelos moradores e pesquisadores para o Zoneamento do Pema.	265

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Número de famílias e entrevistados por comunidades.	37
Quadro 2	Categorias de uso dos recursos utilizados pelos moradores.	174
Quadro 3	Matriz histoecológica da comunidade do Ererê.	189
Quadro 4	Matriz histoecológica da comunidade Maxirá.	190
Quadro 5	.Matriz histoecológica da comunidade Paytuna/ Santana.	191
Quadro 6	Matriz histoecológica da comunidade Lages.	192
Quadro 7	Zonas estabelecidas no Roteiro Metodológico e as Zonas propostas pelos moradores da comunidade do entorno.	248

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Categorias de unidades de conservação criadas na Amazônia (1970 e 1980).	45
Tabela 2	Categorias de Manejo e Instrumentos legais para criação de unidades de conservação e áreas protegidas no Brasil, antes do Snuc.	55
Tabela 3	Categorias de unidades de conservação previstas pelo Snuc, 2000.	57
Tabela 4	Número de Parques Estaduais da Amazônia com Planos de Manejo.	81
Tabela 5	Categorias de paisagens identificadas pelas comunidades do entorno.	133
Tabela 6	Frequência de citação das variedades de manivas.	138
Tabela 7	Características dos tipos de manivas apontadas pelos moradores.	140
Tabela 8	Riqueza de espécies por categoria de uso citadas pelos moradores das comunidades estudadas.	176
Tabela 9	Espécies vegetais citadas pelas comunidades do entorno e usos atribuídos.	178
Tabela 10	Uso de plantas em outros estudos em ambientes do cerrado.	187
Tabela 11	Áreas protegidas do município de Monte Alegre.	203

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASLAGES	Associação de Desenvolvimento Comunitário das Lages
CANP	Colônia Agrícola Nacional do Pará
CC	Conselho Consultivo
CDB	Convenção Sobre Diversidade Biológica
CGEN	Conselho de Patrimônio Genético
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento das Populações Tradicionais
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
COSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEC	Estação Ecológica
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNATURA	Fundação Nacional da Natureza
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTA	Guia de Transporte Animal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MMA.	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
ONG	Organização Não Governamental
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
PARNA	Parque Nacional
PDM	Plano Diretor do Município
PEMA	Parque Estadual Monte Alegre
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PES	Parque Estadual
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RADAM	Radar na Amazônia
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SAGRI	Secretaria Estadual de Agricultura
SECTAM	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE SIGLAS	
INTRODUÇÃO	18
<b>AS QUESTÕES LEVANTADAS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE MONTE ALEGRE</b>	<b>20</b>
1.1 A legitimidade da criação de uma unidade de conservação no olhar local	22
1.2 Saberes locais e conservação da biodiversidade	24
1.3 Benefícios e compensações geradas pelo parque: percepções diferenciadas	25
1.4 Propostas locais de manejo e os órgãos gestores	27
1.5 A incorporação da experiência do parque nas políticas ambientais estaduais e municipais	28
2 OBJETIVOS DA PESQUISA	29
3 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	29
4 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	31
4.1 Políticas públicas e etnobiologia	31
4.2 História local e espaços	33
4.3 A obtenção do termo de anuência prévia	35
4.4 Os levantamentos de campo	36
4.4.1 Organização dos trabalhos de campo	36
4.4.2 Escolha das comunidades e amostragem	37
4.4.3 As entrevistas	38
4.4.4 Levantamento dos dados sobre os recursos naturais	40
4.5 Outras fontes de dados	41
4.5.1 A bibliografia	41
4.5.2 A base cartográfica	41
4.6 Da observação à escrita	41
<b>CAPÍTULO1: POPULAÇÕES LOCAIS E INSTRUMENTOS LEGAIS</b>	
5 O espaço das populações tradicionais nos instrumentos legais de conservação	43
5.1 Espaços sem gente	43
5.2 Gente sem espaços	46
5.3 A Visibilidade das populações locais nos instrumentos legais de conservação da biodiversidade	50
5.3.1 Antecedentes	50
5.3.2 Os instrumentos legais	53

5.3.3	O estabelecimento do Snuc	54
5.3.4	Uma política para as populações tradicionais	60
5.3.5	Convenção sobre a diversidade biológica	63
6	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POPULAÇÃO DO ENTORNO	67
6.1	Integração ou negociação?	70
6.2	As experiências no mundo tropical	74
6.3	As experiências no Brasil	75
6.3.1	Na Amazônia brasileira	79
6.4	Unidades de conservação e inclusão social: a nova ordem mundial?	81
<b>CAPÍTULO 2 ÁREA DE ESTUDO: GURUPATUBA, UMA OUTRA AMAZÔNIA</b>		
7	UM ENCLAVE DE CERRADO NA AMAZONIA ORIENTAL	84
7.1	Localização	84
7.2	Geologia	90
7.3	Solos	92
7.4	Clima	92
7.5	Vegetação e flora	92
7.6	Fauna	96
7.7	Interesse da região para conservação	99
7.7.1	Aspectos históricos	99
7.7.2	Enfoques recentes sobre a conservação	101
8	A OCUPAÇÃO HUMANA	102
8.1	Pré-história	102
8.2	Breve histórico da ocupação	103
8.3	A situação atual	106
8.3.1	A construção de um modelo de ocupação concentrada	106
8.3.2	Estrutura fundiária	109
8.3.3	O papel da cidade	111
8.3.4	As comunidades estudadas	112
8.3.4.1	As famílias fundadoras e a estrutura fundiária	113
8.3.4.2	População	120
8.3.4.3	A infra-estrutura das comunidades	123
8.3.4.4	As principais atividades de produção	123
8.3.4.5	As associações locais	124
8.3.4.6	A visão do Pema pelos moradores	128
9	COMO O TERRITÓRIO É VIVIDO E PENSADO	130
9.1	Os recortes do território	130

9.1.1	A construção local da paisagem	131
9.1.2	As atividades	135
9.1.2.1	Agricultura	135
9.1.2.2	Gado	142
9.1.2.3	Caça e uso da fauna	147
9.1.2.4	Pesca	151
9.1.3	Estrutura social e espaços	158
9.2	OS RECURSOS BIOLÓGICOS	174
9.2.1	As classificações locais	174
9.2.2	Riqueza de espécie por uso	175
9.2.3	O uso dos recursos naturais no tempo	187
<b>CAPÍTULO 3 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PEMA</b>		
10	Da Conservação de um Patrimônio Cultural a um Patrimônio Biológico	196
10.1	A criação do Parque Estadual Monte Alegre	208
10.2	Atores institucionais e atores locais	214
10.3	O plano de manejo	223
10.3.1	O envolvimento dos moradores do entorno no plano de manejo	232
10.4	Encontros e embates: a percepção local do Pema	266
	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	268
	PÓS-ESCRITO	276
	REFERÊNCIAS	279
	ANEXOS	

## INTRODUÇÃO

A visão dominante da conservação da biodiversidade tinha como foco central, até os anos 1980, a criação de unidades de conservação sem envolver populações locais e a sociedade civil nesse processo. Com o final da ditadura militar, o movimento social ganhou força e saiu da invisibilidade. Houve uma convergência entre uma conjuntura internacional que começou “a abrir os olhos” para os problemas ambientais e a emergência do movimento social no Brasil.

Assim, novas alianças como a dos Povos da Floresta foram construídas e conseguiram influenciar a elaboração de novas políticas ambientais que levassem em conta, pelo menos em parte, as aspirações das populações locais. As reservas extrativistas são o exemplo mais conhecido dessa articulação e a sua criação se constitui uma ruptura na percepção do papel das populações locais na conservação da biodiversidade e na definição de novas políticas.

Com a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), em 2000, um novo espaço político foi aberto para que as populações fossem consultadas e participassem das diversas fases da implementação de unidades de conservação tanto as de proteção integral quanto as de uso sustentável. O Decreto que instituiu, em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais fortaleceu a legitimidade das populações locais nessas discussões.

É nesse quadro, descrito de maneira sumária, que surge o presente trabalho. O Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg), instituição a qual pertencço desde 1997, foi convidado pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (Sectam), para realizar os estudos de avaliação ambiental no município de Monte Alegre, para a criação de unidades de conservação. Eu fui designada responsável pela parte dos estudos socioambientais e da inclusão das populações locais nas negociações entre cientistas, poderes públicos e população alvo.

Minha entrada nesse estudo decorreu de uma experiência similar no Parque Nacional do Jaú (Amazonas) que envolvia os moradores do parque na elaboração do seu plano de manejo. Meu apego forte com esta temática se deu num caminho de dupla via, de um lado apoiar as populações neste processo participativo; de outro participar dos fóruns nacionais para definição de novas políticas públicas, aportando elementos de discussão oriundos da minha experiência concreta de campo.

O desafio para mim é hoje traduzir no modo acadêmico o caminho pessoal dos dez últimos anos a partir de minha última experiência, a do Parque Estadual de Monte Alegre (Pema). Trata-se de aportar novos elementos na discussão sobre a articulação entre políticas ambientais e populações locais, tema sempre objeto de posições por vezes radicais, focando aqui sobre a emergência de uma unidade estadual de proteção integral. Seriam os instrumentos a serem geridos pelo estado para implementar uma política ambiental viável? Como dar espaço às populações locais para que elas sejam ouvidas quando da elaboração das políticas estaduais de conservação?

Por isso, este estudo busca mostrar que, hoje, tanto a população do entorno do Parque Estadual Monte Alegre quanto as instituições, não parecem estar preparadas para tal convergência, haja vista, que cada uma das partes tem a sua própria *epistème* da conservação.

## 1. AS QUESTÕES LEVANTADAS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE

Meu primeiro contato com a região de Monte Alegre e com as comunidades foi quando participei do evento para a criação da unidade de conservação, durante os trabalhos de campo para os estudos da avaliação ambiental em junho de 2001 (Figura 2). Percorri a área proposta para a criação dessa unidade e visitei nove comunidades que, segundo a Sectam, nela estariam inseridas. As minhas visitas foram acompanhadas pelo, então, secretário municipal de meio ambiente e agricultura, Francisco Lima, que na ocasião convidou as lideranças e moradores a participarem do seminário realizado na cidade, para discutir a proposta de criação da área natural protegida.

Naquela oportunidade, junto com os demais pesquisadores (botânicos, arqueólogos, geólogos e zoólogos), percorri os vários ambientes da região (várzea, cerrado, campo, serras e cavernas), entrevistando alguns líderes comunitários e moradores locais. Durante a minha visita às comunidades, fui conhecendo os modos de vida de algumas daquelas pessoas, as diferenças entre os “da beira” e os “colonios”, os principais recursos naturais utilizados, as formas de organização existentes (associações de moradores, clubes etc.) e as principais atividades econômicas.

As comunidades vivem basicamente do plantio de mandioca, arroz, milho e feijão. Sua fonte de proteína era proveniente da caça e da pesca, além da criação de gado. Dentre outras atividades, destacava-se o extrativismo e a extração da madeira. O que me chamou a atenção foi o interesse que o assunto “reserva-parque” despertava entre as comunidades e o nível de organização de algumas comunidades da várzea, especialmente a comunidade de Curicaca, que fazia a vigilância de suas áreas de pesca contra os pescadores das “geleiras de fora”.

O seminário realizado em junho de 2001, com duração de um dia definiu a criação e delimitação da unidade ocorreu em clima de expectativa, tanto por parte dos gestores quanto dos pesquisadores e comunitários presentes. Durante o seminário, os participantes receberam do grupo de pesquisadores, os resultados preliminares do levantamento ambiental e social; dos gestores, as propostas do estado do Pará para a região após a criação da unidade de conservação; e de algumas lideranças comunitárias sobre suas necessidades em matéria de desenvolvimento.

Nesse evento, eu conheci o “Seu” Arnaldo, morador do Ererê, que se apresentou como presidente da comunidade e me falou que para eles ter reservas parecia ser positivo,

do seu entendimento sobre o que eu havia falado aos moradores. Porém não sabia como ia ser dali para frente, como seriam os acontecimentos futuros. Ele também me convidou para visitar a sua comunidade em uma próxima ida a Monte Alegre.

Após a criação da unidade de conservação em novembro de 2001, o Parque Estadual Monte Alegre, a equipe de pesquisadores do Museu Goeldi passou a “desenhar”, a convite da Sectam, uma proposta para a elaboração do plano de manejo do parque, que foi entregue à equipe da Sectam responsável pela criação da unidade de conservação, ainda, em 2001, mas que foi somente efetivada a partir do ano de 2005<sup>1</sup>. Os documentos elaborados pela equipe do Museu Goeldi, Avaliação Ambiental da Área para Proposta de Criação de Unidades de Conservação no Município de Monte Alegre - Pará e Seminário para Criação de Unidade de Conservação no Município de Monte foram a base para a construção dos documentos oficiais encaminhados pela Sectam que compuseram a “Exposição de Motivos” para a criação do Pema.

Em 2001, o Ministério do Meio Ambiente lançou o Edital FNMA/PROBIO n°. 03/2001 (BRASIL,2001) que contemplava duas chamadas e destinava-se à seleção de projetos de planejamento e intervenção para a conservação e utilização sustentável pelas comunidades do entorno das unidades de conservação federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, nas categorias de proteção integral, localizadas em ecossistemas abertos. A chamada I visava propostas para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável e a chamada II, sua implementação.

Nessa ocasião, eu tive a oportunidade de voltar a Monte Alegre para convidar as comunidades de Ererê, Lages, Maxirá e Paytuna, todas no entorno do Parque Estadual Monte Alegre para, junto com pesquisadores do Mpeg, elaborar uma proposta para o edital.

A partir de reuniões com representantes das comunidades foi delineado o projeto *Planejamento Participativo para Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Comunitário*, submetido à chamada I. Ele foi aprovado e teve uma duração de oito meses. Como previsto no edital, foi elaborado o projeto *Experimentos agrícolas e beneficiamento do buriti (Mauritia flexuosa) com base sustentável em comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre*, submetido e aprovado na chamada II. Os trabalhos vêm sendo realizados na região desde o ano de 2001 e fui a coordenadora de ambos.

As atividades realizadas nos projetos permitiram que minha convivência com as populações locais ganhasse outra dimensão. Passei a conviver mais vezes e mais tempo nas comunidades; a conhecer suas dificuldades; seus modos de vida e conhecimentos

---

<sup>1</sup> Com as mudanças ocorridas no pleito estadual de 2002, a proposta para elaboração do plano de manejo foi transferida para a Paratur e lá permaneceu até o ano de 2005, quando se reiniciaram os contatos com o Museu Goeldi. (cf. parte III)

associados à utilização de recursos da biodiversidade; e me envolver com a preocupação e os questionamentos de muitos moradores de como seria a vida e o futuro das populações com a implementação do parque. A elaboração do plano de manejo iniciou-se em 2005 e suscitou mais dúvidas e conflitos para as populações locais em relação à sua participação, envolvimento e direitos sobre a configuração de um novo território.

O vivenciar desse processo, enquanto pesquisadora e sob a óptica dos moradores, levou-me a idealizar uma proposta de pesquisa fundamentada, não apenas em dados de relevância científica, mas, sobretudo, voltada para as políticas públicas, propondo uma reflexão sobre a articulação dos conhecimentos e saberes das populações locais e implementação de uma unidade de conservação de proteção integral. Com base nesse cenário descrito, formulei os questionamentos que se seguem. Para cada uma apresento o contexto em que foi elaborada e a que preocupações responderam.

### 1.1 A LEGITIMIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO OLHAR LOCAL

*A criação do Parque Estadual Monte Alegre (Pema) foi legítima na visão dos moradores? E dos gestores? Houve participação das populações locais no seu processo de criação?*

A implementação do Parque Estadual Monte Alegre, em 2001, envolveu objetivos, instrumentos e atores diferenciados: federais (Proecotur, do Ministério do Meio Ambiente, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza); estaduais (Secretaria Estadual de Turismo e Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Pará); científicos (Museu Paraense Emílio Goeldi); e locais (nove comunidades com uma população de aproximadamente 6.000 pessoas em uma área de 56.000 ha).

O processo iniciou-se com a identificação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade daquela região pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam) com recursos da Secretaria do Turismo, disponibilizados pelo programa federal Proecotur, em decorrência do interesse arqueológico da área.

A Sectam mobilizou o Museu Paraense Emílio Goeldi para definir o tipo de unidade a ser implementado, seguindo os critérios e normas estabelecidas pelo Snuc<sup>2</sup> para criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação. Dentre as diretrizes que regem o Snuc, chamo a atenção para aquelas que ampliam não só a participação popular, mas

---

<sup>2</sup> Diretrizes estabelecidas no Artigo 5 e seus incisos II, III, IV e V do Snuc e a participação popular assegurada no Cap.IV que dispõe sobre a criação, implementação e gestão das unidades de conservação. São exigidos estudos técnicos e consulta pública precedente à criação de uma unidade de conservação com o objetivo de identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a referida unidade (art. 22, § 2º).

também incentivam a interação com e entre os demais atores envolvidos no processo de gestão das unidades de conservação como as ONGs, a sociedade civil em geral e a iniciativa privada.

Com apoio da Prefeitura Municipal foi realizado na cidade de Monte Alegre, em junho de 2001, o seminário para criação da unidade de conservação. Desse seminário participaram os representantes da Sectam, os pesquisadores, a prefeitura municipal e os representantes e moradores das comunidades, envolvidas na unidade de conservação em questão. Durante o seminário foram apresentados os argumentos científicos e políticos para a criação de uma unidade de conservação no município.

Os argumentos científicos, apresentados pelos pesquisadores, enfatizaram a natureza geológica e arqueológica da área, mais do que as características biológicas em si; já os argumentos utilizados pelos técnicos da Sectam deram ênfase a dois aspectos: o fundiário e o econômico. O resultado dessa articulação foi a proposta de criação de duas unidades de conservação: o Parque Estadual Monte Alegre de 5.800 ha e a Área de Proteção Ambiental Paytuna, de 56.000 ha. O primeiro sendo um enclave dentro do segundo, representando 24% da área total do município.

Na perspectiva dos gestores e pesquisadores, houve um gradiente na participação da sociedade civil e dos moradores locais; inicialmente os moradores locais se colocaram como ouvintes e espectadores de um processo cuja dimensão lhes era desconhecida. Durante a reunião passaram a ser informantes sobre as suas atividades e em seguida foram solicitados a propor uma localização, um delineamento e a nomeação das áreas propostas. Por último, credenciaram o processo que se desenvolveu *in loco*. Toda essa dinâmica que se deu em 2001 foi considerada pelos pesquisadores e gestores como inovadora.

Embora a presença de públicos e setores diferenciados tenha sido marcante na criação das duas unidades de conservação, posso afirmar que a participação desses atores não se deu concretamente, pois não se cristalizou na memória dos que vivenciaram o evento e tampouco foi registrada ou incorporada nos discursos dos moradores durante a execução da pesquisa ligada a esta tese.

Numa segunda fase, quando os moradores elaboraram e executaram projetos de desenvolvimento a partir de 2002, até a fase de elaboração de propostas para o manejo do Pema, a participação dos moradores evoluiu e eles se tornaram tomadores de decisão. A legitimidade aqui é entendida como significado genérico, legitimidade como o sentido de justiça ou de racionalidade de uma decisão, de uma atitude tomada por um grupo em um processo decisório que tem origem na lei, neste caso no Snuc.

A partir desse contexto, analisei o que ficou enraizado na memória dos moradores que participaram do evento e como isso foi difundido nas comunidades. Quais os acontecimentos que levaram os moradores a atuarem como tomadores de decisão e legitimarem a sua participação no plano de manejo? Qual foi o papel dos gestores nesse processo e os seus desdobramentos para elaboração do plano de manejo?

## 1.2 SABERES LOCAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

*Como o conhecimento tradicional, o manejo as representações e os usos dos recursos naturais, utilizados pela população local, poderão dar suporte à implementação do parque estadual?*

O reconhecimento das populações e da importância de suas formas de manejo dos recursos naturais, ocorrido no IV Congresso Mundial de Parques, em 1992, passa a ser considerado por setores da academia e do movimento ambiental, como fonte de informação para o planejamento de atividades, voltadas para a conservação da biodiversidade. O desenvolvimento de pesquisas sobre o conhecimento local trouxe mudanças no foco de intervenção, antes vindo de “cima para baixo”. Ele passou gradativamente para as perspectivas participativas e de inclusão das populações locais como tomadoras de decisão, pois motivou o empoderamento dessas populações, expresso no reconhecimento de seus direitos para expor suas idéias e propostas.

Às populações locais são dadas, muitas vezes, por gestores e por pesquisadores, a responsabilidade de preservar e proteger o meio ambiente para as futuras gerações. A discussão sobre a concessão de benefícios, advindos do uso da biodiversidade, que possam garantir a manutenção das formas de subsistência dessas populações, ainda é escassa nos meios acadêmicos e da gestão. As aspirações futuras dessas populações, a valorização de suas informações e o estabelecimento de parcerias entre as populações locais e órgãos gestores, ainda, são pouco consideradas e praticadas. Na maioria das vezes, os interesses políticos e econômicos sobrepõem-se aos interesses das populações locais.

### 1.3 BENEFÍCIOS E COMPENSAÇÕES GERADAS PELO PARQUE: PERCEPÇÕES DIFERENCIADAS

*Quais foram os benefícios e os conflitos gerados pela unidade de conservação? Há diferenças para os moradores do entorno e os da cidade?*

Os instrumentos de gestão e regulamentação da conservação da biodiversidade que visam à resolução de conflitos e geração de benefícios no contexto da implantação de uma unidade de conservação raramente são aplicados na gestão ambiental brasileira. Esses instrumentos estão previstos na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) em seus artigos 2, 8 e 10 e, no caso do estado no Pará, na Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1995 que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente.

A CDB tem por princípios básicos a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a distribuição justa e equitativa dos benefícios dela derivados. Constitui-se no instrumento legal que estabelece as regras e obrigações, o planejamento e a forma de utilização do conhecimento ligado à diversidade biológica.

Uma das recomendações da CDB quanto ao estabelecimento das unidades de conservação é que estas devem ser implantadas com a aprovação e a participação dos detentores do conhecimento, bem como promover a repartição dos benefícios, oriundos da conservação da biodiversidade. Embora esses mecanismos estejam na pauta dos órgãos gestores, a resolução de conflitos é o procedimento mais utilizado quase que exclusivamente em unidades de conservação de uso sustentável.

A resolução de conflitos é exercida em função do controle do uso dos recursos naturais por meio da fiscalização. Há experiências consideradas positivas, como as da Reserva de Desenvolvimento Estadual Mamirauá no Amazonas, Reserva Extrativista de Iratapuru no Amapá e Parque Estadual da Ilha de Tiririca no Rio de Janeiro (cf. parte III), onde as populações locais regulam a utilização dos recursos naturais por meio de acordos de uso e pactuação para o manejo.

A geração de benefícios, advindos da conservação da biodiversidade, ainda é incipiente quanto à aplicação de mecanismos que favoreçam as comunidades e populações que vivem dentro ou no entorno de unidades de conservação. É evidente que a criação de unidades de conservação gera expectativas por parte das populações locais, além de mudanças em seu cotidiano, perdas territoriais e o surgimento de conflitos. No entanto, há perspectivas de mudanças que contribuirão também para a melhoria de suas vidas, sem, contudo estar expresso o peso ou os fundamentos que causarão estas mudanças.

Segundo Vianna (1996), a relação entre as populações locais e os agentes implementadores de unidades de conservação é ainda mais conflituosa, na medida em que

as populações não consultadas quando da criação e implantação dessas áreas, não são diretamente beneficiadas e têm seus acessos aos recursos cerceados e/ou mesmo bloqueados. As abordagens mais recentes tendem a enfatizar a importância da mobilização da sociedade para a tomada de decisões na gestão ambiental, incluindo políticas de conservação, como por exemplo, as questões que envolvem os serviços ambientais.

Essas mobilizações devem ocorrer a partir da inclusão e divisão de benefícios, da transparência de ações, do estabelecimento de limites de ação e valores humanos, éticos, ambientais, sociais e monetários. No processo de planejamento das ações que visem ao desenvolvimento econômico, político e social, seja em nível local, regional ou nacional, a participação da sociedade ou dos atores envolvidos deve ser induzida (SANTILLI, 2005; BENSUSAN, 2006).

Moradores do entorno do Parque Estadual Monte Alegre e moradores da cidade de Monte Alegre têm percepções diferenciadas da unidade de conservação. Para os primeiros, as mudanças, advindas com a implementação do parque, podem gerar benefícios, traduzidos como imediata melhoria de vida. Já, a população urbana é mais sensível à dimensão patrimonial do parque e está na expectativa de ações políticas estaduais ou municipais que dêem relevância a esse patrimônio.

Os projetos de desenvolvimento, instalados nas comunidades do entorno do parque estadual, trouxeram significativa mudança no modo de vida dos moradores. Sua operacionalização possibilitou-lhes um olhar diferenciado sobre o Parque, no que diz respeito à utilização de recursos naturais. Para os moradores da cidade, a unidade de conservação é vista como uma forma de gerar benefícios sem a necessidade de estarem próximos da unidade.

Tanto para os moradores do entorno quanto para os moradores da cidade, os benefícios que deverão chegar com a implantação do Parque são de caráter econômico e dependem dos gestores da unidade. Para alguns moradores do entorno, os benefícios chegarão sob a forma de compensação financeira, com indenização pelas posses de terra; para outros, virá com geração de empregos no parque. Para os moradores da cidade, são nas ações políticas dos gestores que eles estão depositando suas expectativas quanto aos benefícios que poderão ter proveito, principalmente as atividades voltadas para o turismo.

#### 1.4 PROPOSTAS LOCAIS DE MANEJO E OS ÓRGÃOS GESTORES

*As propostas de zoneamento e manejo da população do entorno no plano de manejo do Parque Estadual Monte Alegre serão incorporadas pelos órgãos gestores?*

O período de elaboração do plano de manejo coincidiu com o fortalecimento da organização das comunidades do entorno que já vivenciavam discussões e eram sensibilizadas com o tema em reuniões sobre políticas públicas, meio ambiente e unidade de conservação. Esse fortalecimento decorreu da capacitação recebida pelos moradores durante a execução dos projetos de desenvolvimento em suas comunidades.

O direito das populações tradicionais ou não de participarem da implementação de unidades de conservação está estabelecido no Snuc. Este determina que as populações locais, residentes ou não na unidade de conservação, participem da elaboração do plano de manejo, além de serem incluídas nos fóruns de discussão assim como os conselhos consultivos ou deliberativos. Uma das premissas desse conselho é garantir às populações assento e espaço para serem ouvidas e atuarem como monitoras da execução do plano de manejo e fiscalizadoras das ações dos órgãos gestores para com a unidade de conservação.

Os moradores do entorno participaram da elaboração do plano de manejo do Parque Estadual por entenderem e acreditarem que são detentores de conhecimento sobre o local e têm direito à voz junto aos gestores, via Conselho Consultivo. Isso ocorreu quando eles se dispuseram a compartilhar parte de seus conhecimentos sobre a região com os pesquisadores. O mecanismo que os levou a adotar esta atitude foi o entendimento da importância de seu envolvimento em todo o processo, desde a criação do Parque até a execução futura do plano de manejo.

A construção de propostas para a execução no plano de manejo, com a participação das populações do entorno, pode ser o elo para interlocução destas com os gestores. Os espaços de interlocução foram criados. De um lado os moradores, que serão verdadeiramente atingidos pela execução do plano de manejo e desejam ser participantes do manejo de seus ex-territórios; do outro, os gestores que têm a obrigação frente à sociedade de manter a conservação da biodiversidade.

## 1.5 A INCORPORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO PARQUE NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

*Quais desdobramentos nas políticas ambientais ou instrumentos de gestão estaduais e municipais foram criados, ou mudados, ou estabelecidos com a implementação do parque estadual?*

O diálogo, estabelecido com as comunidades do entorno, a sociedade civil e os órgãos competentes, ultrapassou os requisitos legais e uma articulação, voltada para a conservação da biodiversidade, se iniciou. Desde a criação do parque estadual, os diversos setores da administração municipal estão se mobilizando para assumirem, de alguma forma, uma parcela da gestão da unidade. As políticas públicas estabelecidas pela Sectam, no âmbito das unidades de conservação do estado, ainda estão engatinhando no que se refere ao reconhecimento das populações locais como parceiras e não como meros espectadores e obedientes públicos.

Pode-se afirmar que esse processo, no qual as populações locais foram ouvidas e efetivaram propostas para que o funcionamento do Pema também atendesse a seus interesses, deve ser aproveitado nos futuros debates e proposições para a manutenção das unidades de conservação do estado. Em geral, os gestores não vislumbram espaços vividos nessas unidades de conservação e colocam a legislação ambiental a serviço da mera definição dos limites legais de sua demarcação.

## **2 OBJETIVOS DA PESQUISA**

Meu objetivo nesta pesquisa foi o de analisar sob a óptica dos moradores, dos gestores, e dos atores institucionais o processo de elaboração do plano de manejo de uma unidade de proteção integral. Busquei também, ao realizar esta análise, demonstrar que é possível inserir o conhecimento da população local do entorno para a elaboração de plano de manejo e gestão participativa da unidade de conservação, no caso o Parque Estadual Monte Alegre.

O processo de criação do Parque foi analisado, tendo como foco a memória dos moradores e de suas práticas de uso da biodiversidade. A compreensão das lógicas de utilização dos recursos naturais e a percepção de políticas de conservação e representação dos usos da biodiversidade, por parte dos diversos atores envolvidos, levará ao fortalecimento das ações de conservação da biodiversidade. Para isso, identifiquei as políticas de conservação da biodiversidade e as possíveis formas de diálogo a serem implementadas para uma efetiva articulação entre os atores institucionais e os moradores do entorno. Logo, esta pesquisa desenvolve-se no plano da ação.

Meus objetivos foram construídos em torno das práticas sobre o uso da biodiversidade dos atores envolvidos na elaboração do plano de manejo do Parque, privilegiando a abordagem etnobiológica, visto que as expectativas da população local, constituída de saberes, percepções e representações sobre a biodiversidade, podem ser incorporadas na execução do manejo do parque pelos atores institucionais. Ansiei com isso contribuir para a reflexão de implementação de futuras unidades de conservação no Estado do Pará e também colaborar com o debate sobre a elaboração do sistema estadual de unidades de conservação.

## **3 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO**

O trabalho foi organizado com uma introdução e três capítulos. A introdução trata do desenvolvimento da pesquisa, da metodologia utilizada e das questões teóricas. O primeiro capítulo retrata a articulação entre populações locais e unidades de conservação e os instrumentos legais associados a esta polêmica questão; estabelece um breve histórico das políticas ambientais de conservação no Brasil e particularmente na Amazônia; versa sobre o crescimento do movimento social e ambiental que tirou da invisibilidade o movimento social

e trouxe para o centro das discussões políticas a existência de populações que conhecem e manejam os recursos da biodiversidade; aponta algumas experiências de negociação entre populações e unidades de conservação no Brasil, especificamente na Amazônia e no mundo.

O capítulo dois aborda a área de estudo e a história de sua ocupação, sua diversidade biológica e geológica, elementos cruciais na discussão sobre a implementação do parque. Busca caracterizar as populações que habitam o município e o entorno da unidade, identificando as relações existentes entre homem e natureza, conhecimento e temporalidade, territórios e história de uma região antes de ser transformada em área protegida; e caracteriza o território tal como é pensado pelos moradores atuais e as atividades nele desenvolvidas a partir dos conhecimentos, saberes, percepção, uso e manejo, procurando verificar como as atividades empreendidas foram afetadas pela criação e elaboração do plano de manejo da unidade de conservação.

O capítulo três trata da implementação do Parque Estadual de Monte Alegre, das atividades realizadas, dos atores institucionais, seus discursos, dos atores locais e seu engajamento na construção do plano de manejo; analisa a percepção local do parque estadual sob a óptica dos encontros e embates ocorridos na região em função de uma construção coletiva; descreve a elaboração do plano de manejo da unidade de conservação, o envolvimento das populações, suas formas de participação e entendimento do que é um plano de manejo e a conjunção dos demais atores neste processo; apresenta as propostas de zoneamento e programas de manejo, sugeridos para a área, a partir da territorialidade enquanto propriedade constituída temporalmente, envolvendo o espaço e o saber dos moradores.

As conclusões gerais do trabalho resumem e incorporam os resultados obtidos, expondo as recomendações que permitem aos gestores estaduais a formulação de instrumentos jurídicos para políticas ambientais do estado. Um pós-escrito é apresentado, detalhando a situação atual em 2007, da execução do plano de manejo e descrevendo as mudanças políticas que ocorreram no estado no período pós-levantamento de campo, focando principalmente o posicionamento dos atuais órgãos gestores reestruturados com a nova proposta política para o estado do Pará.

## 4 BASES TEÓRICO- METODOLÓGICAS

### 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E ETNOBIOLOGIA

Este trabalho é construído a partir de dois campos temáticos: o da implementação das políticas públicas e o da etnobiologia, tentando identificar quais são as interfaces existentes ou a serem construídas entre as formas de uso de um território e a conservação da biodiversidade e instrumentos legais. Para tanto, ganhou ênfase os trabalhos de campo, a abordagem local do uso do território e de seus recursos.

Os estudos etnobiológicos e etnoecológicos preocupam-se com as concepções, os saberes e as práticas das populações tradicionais, ou locais, sobre a natureza. Isso engloba, tanto modos de classificar e nomear objetos biológicos e espaços, quanto ações concretas ou simbólicas sobre a natureza. Para Posey (1992), o estudo e a análise das atividades cotidianas ou rituais dos membros de uma comunidade contribuem para conhecer as regras sociais estabelecidas no grupo social. Ainda, segundo o autor é procurando descobrir a forma como elas (as comunidades) e as atividades que desempenham se tornam visíveis, dialogam com seus pares, executam suas práticas sociais e as reportam por meio dos conhecimentos adquiridos que auxiliam o pesquisador em entender o conhecimento tradicional. Assim, como ressalta o autor, os levantamentos etnobiológicos podem prover dados necessários a uma argumentação em favor de populações tradicionais e seus direitos, bem como em favor do meio ambiente.

A etnoecologia oferece um quadro útil para analisar os problemas relacionados com o manejo ambiental, sustentabilidade da agricultura, conservação da biodiversidade e direitos de propriedade intelectual bem como promove uma compreensão básica do homem no ambiente (NAZAREA, 1999). Para Toledo (1991), pelos diversos enfoques abordados tanto pela etnobiologia quanto pela etnoecologia, assim como a complexidade que envolve os estudos das sociedades humanas, os pesquisadores devem interagir ambos os aspectos práticos e intelectuais em suas análises, contemplando-os de forma holística. Esses aspectos são denominados pelo autor como *corpus*, o repertório de símbolos, conceitos e percepções sobre a natureza pelas sociedades tradicionais; e a *práxis* o conjunto de operações práticas por meio do qual estas sociedades tornam possível a apropriação da natureza. O alvo final é mostrar as atividades práticas e intelectuais que certos grupos humanos executam durante a apropriação dos recursos naturais.

Para Marques (2001, p.49) que define etnoecologia como “o estudo das interações entre a humanidade e o resto da ecosfera, através da busca da compreensão dos

sentimentos, comportamentos, conhecimentos e crenças a respeito da natureza, característicos de uma espécie biológica (*Homo sapiens*) altamente polimórfica, fenotipicamente plástica e ontogeneticamente dinâmica cujas novas propriedades emergentes geram-lhe múltiplas descontinuidades com o resto da própria natureza”. O autor enfatiza a diversidade biocultural e seu objetivo principal: a integração entre o conhecimento ecológico tradicional e conhecimento ecológico científico. Ao tentar se aproximar do olhar dos atores locais é possível restituir uma imagem e assumir suas inelutáveis distorções, de como as populações se consideram em contextos que traduzem o seu dia a dia, e ancorá-la em espaços e histórias de vida, além de estabelecer uma relação de interação entre o observador e o observado.

Nos últimos anos, as informações etnoecológicas têm representado importante ferramenta para estudos conservacionistas, auxiliando no conhecimento da flora, fauna, e ecologia dos ambientes, indicando vários elementos úteis para o desenvolvimento de uma região (Fernandes-Pinto e Marques, 2004). Ainda, segundo esses autores, tais informações também têm contribuído para que a biodiversidade seja devidamente valorizada, não só do ponto de vista ecológico, mas também no âmbito econômico e cultural, subsidiando a adoção de planos de manejo e conservação das espécies, embasados em uma realidade social.

Durante a pesquisa, tentei me fundamentar sobre as categorias semânticas locais (abordagem êmica), colocando-as em perspectiva com as categorias éticas veiculadas por minha percepção, enquanto pesquisadora e ecóloga, do espaço e da biodiversidade. Desse modo, procurei entender os processos sociais que envolvem a produção, a transmissão de conhecimentos e as tomadas de decisão.

A essa abordagem foi associada uma dimensão voltada à pesquisa-ação. Para Thiollent (2003), partindo da perspectiva da pesquisa-ação, as diferentes atividades de pesquisa e de operacionalização das ações devem ser participativas e considerar a articulação entre os saberes populares e acadêmico-científicos, igualdade, cidadania e valores como liberdade de expressão, respeito às divergências e a negociação de conflitos. Portanto, a pesquisa-ação é compreendida como uma prática de pesquisa que promove uma interação entre os pesquisadores e os sujeitos sociais envolvidos, como no caso deste estudo.

A pesquisa participante é uma metodologia de abordagem do real com o objetivo de conhecer melhor as formas de vida social, política, econômica e cultural dos moradores para o estabelecimento de ações. Essas ações devem ser delineadas em conjunto com o grupo

social estudado para estabelecer uma comunicação direta que permita a elaboração de um projeto comum (HAGUETE, 2003).

Essas premissas contribuíram para o desenvolvimento dos métodos utilizados para esta pesquisa, visto que a utilização de métodos, advindos da etnobiologia e etnoecologia, da pesquisa-ação e pesquisa participante, se entrecruzou tanto para as coletas de dados de campo quanto para a sua análise, construindo a passarela etnoecologia e políticas públicas. Nesse contexto, qualquer pesquisa nesse campo pressupõe uma interdisciplinaridade, de modo que se torne possível a realização de uma abordagem sob diversas perspectivas, como é exigido pela complexidade das sociedades humanas (RÊGO, 1994).

Ao optar por estas abordagens para o desenvolvimento da pesquisa, eu me engajei nos modos de vida dos moradores e a minha permanência nas comunidades contribuiu para estabelecer uma “familiaridade” entre eu e eles. A participação efetiva da população no processo de geração do conhecimento criou uma relação de confiança que não fazia abstração das diferenças entre pesquisador e morador, mas que dava contornos nítidos a cada um de nós. A confiabilidade, segundo Nunes (2003), é uma via dupla, onde tanto as pessoas precisam confiar no pesquisador e assim terem liberdade de expor suas histórias de vida, quanto o pesquisador precisa confiar nas pessoas para legitimar os depoimentos recebidos.

## 4.2 HISTÓRIA LOCAL E ESPAÇOS

A leitura da história de ocupação da Amazônia pós-cabralina, descrita pelos naturalistas aponta para uma grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente. Estas podem ser usadas como fontes tradicionais da história econômica e social, censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, além de crônicas (DRUMMOND, 1991). Nesses textos se encontram informações abundantes sobre os conceitos, os usos, os valores atribuídos e a disponibilidade de recursos naturais das muitas regiões visitadas e estudadas. Os relatos de exploradores, viajantes e naturalistas europeus que percorreram quase todos os quadrantes do globo a partir do século XV, inclusive, a região amazônica, são outra fonte que apóiam as pesquisas sobre ocupação e organização de espaços.

Os viajantes naturalistas, principalmente os que percorreram a região nos século XIX em diante, expõem mais os aspectos naturais do que os sociais. Eles tinham como objetivo identificar novas espécies animais e vegetais e gerar registros e estudos da nova região.

Mas em geral prestavam atenção e descreviam recursos locais usados pelos europeus, escravos, índios e mestiços residentes em lugares distantes. Como o caso do naturalista Domingos Soares Ferreira Pena, que aportou em Monte Alegre, em 1868, e ali permaneceu por cerca de oito meses em comissão do Governo do Pará. Anos depois, Arthur César Ferreira Reis foi convidado pelo, então, governador local para escrever a história do município desde sua origem (SANTOS, 1980).

As fontes de informações produzidas pelos historiadores e naturalistas provêm de informações como memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras e testamentos. As leituras históricas sobre a origem e a ocupação da região foram estudadas e consideradas como fundamentais para entender as formas de ocupação, de apropriação dos recursos e das questões fundiárias pelos atuais moradores da região.

A ocupação humana do município de Monte Alegre é marcada pela fusão miscigenadora e formadora da cultura e sociedade amazônicas: o índio, o europeu e o negro, continuada com as migrações que ocorreram na região. Historicamente, a região vem vivenciando relações e processos que deixaram de lado suas especificidades sociais e ambientais (FURTADO; NASCIMENTO, 2001).

Um dos instrumentos legais que a administração pública possui para defender, proteger e preservar o bem público é a criação dos espaços protegidos. A unidade de conservação é uma especialização do espaço protegido, possuindo regras próprias de uso, manejo e definição legal para sua criação e delimitação do espaço (BENATTI, 1999). Embora certas áreas estejam distantes dos núcleos de populações humanas, aparentemente vazias ou sem uso, é importante reconhecer que estas podem ser territórios pertencentes a populações ou comunidades, sendo, então, áreas de uso social. É necessário observar os limites pertinentes da territorialidade para as populações e comunidades que certamente manejam e usam os recursos naturais para sua manutenção.

O estudo da percepção dos moradores, sobre os espaços e os seus recursos biológicos, necessitou estabelecer um quadro espacial a partir dos saberes e do reconhecimento de uso do território. O espaço é o terreno onde se constroem as relações sociais, de trabalho, onde repousam os objetos naturais e materiais. É preciso ver o espaço como um sistema de objetos e ao mesmo tempo como um sistema de ações. O espaço é dinâmico, pois presume o empreendimento de ações humanas na sua configuração (MALDONADO, 1993; SANTOS 1997).

Para Tuan (1983), o que começa como espaço, transforma-se em lugar de acordo com o aprimoramento do conhecimento e com os valores atribuídos, valor esse entendido como material ou afetivo. Nessa lógica, o espaço se transforma em lugar à medida que os significados simbólicos ou materiais são observados pelo pesquisador.

A territorialidade se expressa, segundo Marques (2002), por meio da posse, da delimitação da defesa e da marcação de áreas. O território é também um produto onde a história das sociedades se configura nas suas dimensões sociais, culturais, materiais e políticas. A territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra, via os processos de socialização (MALDONADO, 1993). As formas de dominação ou manutenção desses espaços identificam a territorialidade.

A análise da apropriação dos espaços pelos moradores do entorno do Parque Estadual Monte Alegre inclui as áreas de produção, sejam elas aquáticas ou terrestres, assim como o conhecimento e a *práxis* de suas atividades. Os espaços terrestres têm forte conotação de uso da terra e dos recursos; os interesses voltados para agricultura, coleta e criação de gado. No espaço aquático se estabelece a territorialidade em função do conhecimento e percepção dos lugares de pesca e das espécies de acordo com a época do ano. Esses espaços são identitários dos moradores que neles se fixaram.

Para entender a lógica vivida pelas populações do entorno do Pema, a construção de seus conceitos sobre territórios e espaços foi configurada, a partir da aplicação de métodos lúdicos que permitissem a expressão de cada grupo a partir de sua própria visão de território. Para melhor compreensão dos métodos utilizados que permitiram entender a relação das comunidades com o território e espaço, optei por apresentá-los na medida em que os resultados são descritos ao longo do texto.

#### 4.3 A OBTENÇÃO DO TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA

Minhas interações com os moradores do entorno do parque foram modeladas pela obtenção do termo de anuência prévia. De fato, desde 2000, a legislação brasileira exige que qualquer pesquisa sobre patrimônio genético e conhecimento tradicional associado seja devidamente autorizada pelas populações locais, mediante um termo de anuência e seja também autorizada pelo Conselho do Patrimônio Genético, composto no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (Medida Provisória 2186/ 2001 na sua versão atual e Decreto nº. 3945 de 2001, modificado pelo Decreto nº. 4946/ 03).

Para realização dos trabalhos de campo referente ao presente estudo, o Museu Goeldi solicitou o termo de anuência aos moradores da área em 2005. Várias reuniões, explicando os objetivos da pesquisa, sua metodologia e as formas de divulgação dos resultados, foram realizadas, levando à redação de atas e do Termo de Anuência Prévia. No meio das discussões sobre a implementação do parque, esta nova consulta gerou surpresas por parte de vários moradores com comentários do tipo: "mas a senhora já é daqui, sabe tudo da gente".

Apresentei meu projeto de pesquisa primeiramente para os representantes de cada comunidade. Foram então agendadas reuniões para apresentação do projeto aos moradores e para organização da documentação exigida pelo CGEN. Nessas reuniões, expliquei o que queria fazer e falei sobre a necessidade de realizar entrevistas com os moradores além de acompanhá-los em suas atividades diárias, como o trabalho no roçado, acompanhamento na pescaria e outros afazeres domésticos. Os direitos dos participantes à pesquisa foram debatidos. Esclareci que não havia obrigatoriedade da participação de todos os moradores no processo de pesquisa de campo e que eles responderiam as questões que considerassem pertinentes.

Tive que diferenciar nitidamente a realização de minha pesquisa, voltada para esta tese, das outras discussões e ações das quais participava como coordenadora de projetos institucionais. Essa demarcação de cunho pessoal me garantiu ser igualada aos outros pesquisadores que estavam na região, permitindo a minha aproximação a outros moradores com os quais ainda não havia tido contato, além de estabelecer uma relação mais profunda de confiança com as comunidades.

#### 4.4 OS LEVANTAMENTOS DE CAMPO

##### 4.4.1 Organização dos trabalhos de campo

Os levantamentos de dados no campo ocorreram ao longo dos anos de 2001 a 2007. Minhas estadias nas comunidades variaram ao longo deste período. Nos primeiros anos, ao iniciar o processo para criação do parque, em 2001, eu fiz duas viagens à região, contabilizando um total de 25 dias de campo. Nos anos de 2002 e 2003 foram 10 e 8 viagens, respectivamente, com estadias de 7 a 15 dias cada, já em função dos projetos de desenvolvimento comunitário com apoio do FNMA. Em 2004, foram cinco viagens com uma permanência de 10 dias cada. Em 2005 fui à área por quatro vezes, totalizando 28 dias de campo. No ano de 2006, com a introdução do projeto para elaboração do plano de manejo, realizei seis viagens e permanecendo na área de estudo por 140 dias. Em 2007, estive em Monte Alegre apenas por oito dias, do mês de fevereiro para atividades conjuntas dos projetos para elaboração do plano de manejo e de desenvolvimento comunitário. Durante as estadias no campo, percorri todas as comunidades, permanecendo cerca de dois a cinco dias em cada uma delas, de acordo com a atividade prevista.

#### 4.4.2 Escolha das comunidades e amostragem

As comunidades de Ererê, Lages, Maxirá, Paytuna e Santana, localizadas na APA Paytuna, são as comunidades do entorno do parque, envolvidas na pesquisa. Na comunidade do Ererê foram realizadas visitas aos roçados em períodos de derrubada, plantio e colheita. Nas comunidades de Santana, Lages, Ererê e Maxirá foram realizadas entrevistas específicas com informantes-chave, reconhecidos pelos moradores da comunidade como os melhores em cada atividade de extração de recurso identificada (pesca, extrativismo vegetal, agricultura e caça), além da criação de gado com base em um roteiro pré-elaborado e entrevista semi-aberta. As entrevistas foram também realizadas junto aos chefes das famílias (homens ou mulheres) e em algumas entrevistas o casal participou.

Foram entrevistadas um total de 232 famílias das comunidades do entorno, no período de 2001 a 2006 (Quadro1), quando as seguintes atividades estavam em curso: o processo de criação do Parque e elaboração de projetos de desenvolvimento para as comunidades do entorno e a elaboração do plano de manejo do parque. Minha unidade de pesquisa foi focada nas comunidades. As famílias foram entrevistadas tanto em 2001, quanto em 2006. As entrevistas foram dirigidas ao casal formador da família, em cada unidade de residência.

Comunidades	Número de famílias		Número de entrevistas	
	2001	2006	2001	2006
Ererê	57	60	28	29
Maxirá *	66	70	33	25
Lages	34	33	17	28
Paytuna**		50		18
Santana	68	25	34	20
Total	225	238	112	120

Quadro 1 - Número de famílias e entrevistados por comunidade. Município de Monte Alegre, Pará.

\*A comunidade se dividiu em duas Maxirá e Maxirazinho, em 2004 e em 2007 a comunidade do Maxirá foi mais uma vez dividida sendo então criada a comunidade do Maxirá 2. Os dados foram levantados antes da divisão da comunidade.

\*\* A comunidade de Paytuna se dividiu em 2005, no período eleitoral municipal.

Foram entrevistados além dos moradores, os presidentes das comunidades e os moradores mais idosos para o levantamento da história local. Foram realizadas ainda entrevistas com os gestores municipais. No âmbito estadual foram entrevistados os gestores diretos da unidade de conservação e os gestores indiretos que pertenciam a outras

instituições, mas que estavam no momento gerenciando as atividades para elaborar o plano de manejo (Sectam, Paratur). No plano federal foram entrevistados gestores implicados com políticas ambientais para unidades de conservação (Programa Arpa, MMA). As entrevistas foram gravadas e transcritas com a autorização de cada entrevistado.

#### 4.4.3 As entrevistas

Várias técnicas e métodos foram utilizados ao longo deste estudo. As entrevistas realizadas permitiram levantar informações a cerca do modo de vida dos moradores, e suas percepções sobre a criação e implementação do Pema. Foram aplicados questionários (Anexo1) para 50% dos moradores de cada comunidade. Para identificação dos moradores e de cada residência foi elaborado um mapa com o auxílio de um deles que tivesse trânsito nas residências comunitárias como agente de saúde, no caso da comunidade do Ererê, professores em Paytuna/ Santana e Lages e presidente da comunidade em Maxirá. A cada chegada, eu me apresentava ao presidente da comunidade e expunha o motivo para minha estadia, e entregava a cada representante, pôsteres ou cartazes que explicavam o projeto, contendo os resultados das atividades anteriores e os propósitos das próximas visitas. Esse material ficava exposto no centro comunitário ou nas escolas.

As entrevistas eram feitas com alternância de casas, procurando obedecer a uma seqüência onde para cada casa entrevistada não se entrevistava a seguinte seguindo-se para a próxima. Em caso de ausência do morador ou recusa em ceder entrevista passava-se para a residência seguinte. Todas as residências foram georeferenciadas. Para as visitas e acompanhamentos aos roçados de moradores que estavam nas atividades de plantio, colheita ou produção foi utilizada a técnica de observação participante.

As reuniões comunitárias foram agendadas com antecedência para a elaboração do calendário de produção e a realização da matriz histoecológica, método que permite analisar a importância dos recursos naturais utilizados no passado, na atualidade e no futuro pelos moradores locais (CIFOR, 1999) e a elaboração do mapa de uso dos recursos.

As transeções foram percorridas no período de verão nos anos de 2005 e 2006 com um informante-chave, identificado pelos moradores como “conhecedor da mata”. A imagem utilizada para a o mapa de uso foi elaborado no laboratório do Museu Goeldi a partir da base digital da Embrapa.

O calendário de produção foi elaborado a partir de reuniões convocadas para este fim em cada comunidade, com datas determinadas pelos moradores e em entrevistas aos moradores que se identificaram como agricultores. A técnica utilizada foi de trabalho em

grupo com participação de homens e mulheres discutindo entre si e construindo em conjunto um calendário único com informações das atividades agrícolas, produtos cultivados e materiais e técnicas utilizadas. Essas informações contribuíram para a elaboração do plano de manejo do parque.

Os encontros de representantes constituíram um espaço educativo e de debates sobre as orientações que definem as categorias de zona para as unidades de conservação, instrumentalização para a elaboração de uma proposta de zoneamento. Esses espaços serviram também para os fóruns de discussão e preparação para composição do conselho consultivo do Parque Estadual. Nesses encontros foram dados esclarecimentos sobre a questão fundiária e a definição dos representantes da população para a oficina de planejamento do Parque.

O processo de escolha dos representantes para os encontros ocorreu em cada comunidade e estes tinham como compromisso, em seu retorno às comunidades, repassar as informações recebidas. Ao longo desse processo, foram organizados dois encontros de representantes e a utilização de técnicas de trabalhos de grupo, desenhos e interpretação de ações foram norteadoras do evento.

As conversas informais possibilitaram momentos de rica integração entre os moradores e eu. Além de me permitir entender termos próprios que designam o uso de instrumentos e técnicas, utilizadas nas atividades produtivas e no cotidiano dos moradores, fatores que contribuíram para uma relação de confiança com a população.

Para Viertler (2002) é preciso ter claro que as pesquisas em etnobiologia, onde as classificações obtidas pelo pesquisador constituem um recorte de intrincadas cadeias de informações dentre, as quais, aquelas relativas ao comportamento técnico e a vida prática dos informantes. As classificações sempre aparecem interligadas a um tipo de saber com um tipo de fazer adquirida pela vivência. Por isso, optei por trabalhar com informantes detentores de um saber generalizado e com informantes detentores de um saber especializado, aquele que “nasceu para aquilo” e era reconhecido como tal para os demais moradores, ele ou seu núcleo familiar. O aporte dos informantes especializados foi de particular relevância para o estudo da caça e da pesca.

O conhecimento da natureza depende de pressupostos e práticas; práticas e verdades culturais comandam a observação e a experimentação. Há um “excesso” de conhecimento somente justificado pelo mero prazer de saber, pelo gosto pelo detalhe e pela tentativa de ordenar o mundo de forma intelectualmente satisfatória. O conhecimento local não é, portanto, apenas transmitido, idêntico, de geração a geração, envolve por um lado a

pesquisa, a experimentação e a observação; por outro, envolve raciocínio, especulação e intuição. Supõe uma prática constante e muita troca de informação (CUNHA, 2000).

#### 4.4.4 Levantamento dos dados sobre os recursos naturais

A identificação e a descrição das espécies utilizadas, das plantas e animais existentes na região e das unidades de paisagem foram realizadas, respeitando os tempos de cada entrevistado e sua disponibilidade em me acompanhar para caminhadas pela área, tanto dentro quanto fora dos limites do Pema. O importante aqui era entender como os moradores locais percebem e distinguem o ambiente e, na medida do conhecimento do informante, identificar as principais espécies utilizadas pelos moradores. A lista das espécies e seus usos foram construídos também pela aplicação dos questionários.

As reuniões para o mapeamento de uso dos recursos naturais foram realizadas em duas etapas: a primeira no ano de 2002 e a segunda em 2006. A forma de mapeamento adotada possibilitou a identificação das técnicas de manejo tradicionalmente utilizadas pelos moradores, o mapeamento das áreas de uso dos recursos das comunidades e as suas áreas territoriais, e o conhecimento das formas de trabalho. Os moradores apontavam os locais de retirada do recurso e faziam uma descrição das técnicas utilizadas e o período do ano que o recurso era mais abundante. Como instrumento de organização comunitária, o mapeamento permitiu, nesses momentos, a discussão das necessidades comuns e de formas de definir ações prioritárias para o manejo do Pema. Também propiciou uma visão do conjunto das atividades realizadas pelos moradores.

Foram elaborados mapas que representavam o sistema hidrográfico, os tipos de vegetação, a localização das residências e das principais construções (igreja, escola, posto de saúde), bem como os limites do Parque e da APA. Os moradores presentes na reunião identificavam a área, apontavam e nomeavam os acidentes geográficos (lagos, igarapés, serras) e, posteriormente, colavam as figurinhas que representavam os produtos utilizados ou cultivados, as áreas de pasto, de extrativismo, de pesca, de caça e as áreas visitadas pelos turistas. Obtive, assim, as áreas de uso e a identificação dos produtos retirados da região. Os ícones foram elaborados a partir do resultado dos questionários realizados e apresentados aos moradores antes de sua plotagem no mapa.

## 4.5 OUTRAS FONTES DE DADOS

### 4.5.1 A bibliografia

Para o levantamento de dados secundários pertinentes a área de estudo, foi utilizada a bibliografia histórica e documental dos viajantes e naturalistas que percorreram a Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Foram acessados documentos históricos no arquivo da prefeitura municipal de Monte Alegre, contendo informações sobre o comércio local e as exportações e importações do município. Imagens e fotos que retratam a história recente da ocupação da cidade e de seus moradores foram cedidas por moradores locais e obtidas em pesquisa na internet.

Na biblioteca das escolas da cidade foram acessadas publicações que contam as histórias recentes da cidade e acumulam as suas lendas, os costumes e as biografias de antigos e notórios moradores. Os relatórios, produzidos pelos pesquisadores, durante a elaboração do plano de manejo, foram úteis para descrever a área de estudo atualmente.

### 4.5.2 A base cartográfica

Para a base cartográfica foi utilizada parte de uma cena do sensor ETM+, bandas 1, 2, 3, 4, 5 e 7, do satélite Landsat 7, correspondente à Órbita/ Ponto 227/061, de 13 de agosto de 2000, georeferenciada para o DATUM SAD-69 e Projeção UTM (zona 21, Sul), trabalhada por Jorge Gavina, geógrafo do laboratório de Unidade de Análise Sensorial do Museu Goeldi. Foi montada uma base de dados a partir dos dados de campo levantados em 2000 e 2005 sobre os temas de cobertura da terra, observação da sazonalidade (cheia e seca).

## 4.6 DA OBSERVAÇÃO À ESCRITA

Além de analisar as modalidades de participação da população na implementação do parque, meu objetivo foi o de restituir da maneira mais completa possível as formas de uso do ambiente e suas relações com o recorte imposto por esta unidade de conservação. Para tanto, combinei enfoques qualitativos e quantitativos na análise dos dados.

Essa restituição combina o aporte da fala dos informantes, da observação de suas práticas de uso dos recursos territoriais e biológicos com instrumentos de cunho normativo, como banco de dados e análise quantitativa dos dados, tentando identificar padrões de uso

dos recursos próprios a cada comunidade. Além disso, cada vez mais se reconhece que a utilização dos ambientes naturais por populações locais pode fornecer subsídios para estratégias de manejo e utilização sustentável em longo prazo. Pareceu relevante quantificar os dados sobre o uso dos recursos biológicos, mostrando a amplitude do registro das espécies conhecidas e manejadas pela população local, calculando índices (cf. parte II) de similaridade (índice de Jaccard), construindo, assim, argumentos de maior visibilidade para pesquisadores e gestores que tratam das questões ambientais.

## CAPÍTULO 1 POPULAÇÕES LOCAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

### 5 O ESPAÇO DAS POPULAÇÕES LOCAIS NOS INSTRUMENTOS LEGAIS DE CONSERVAÇÃO

A crise ambiental originou-se do esgotamento de diversos paradigmas de desenvolvimento propostos e experimentados, desde o século XVIII, com a revolução industrial na Inglaterra e a revolução social na França. Nas últimas décadas, a preocupação com questões ambientais globais tornou-se crescente, originada pelas práticas não-sustentáveis de uso dos recursos naturais, degradação do meio ambiente e seus efeitos que transpuseram fronteiras geopolíticas, acarretando perda acelerada de diversidade biológica.

A partir do fim da segunda metade do século XIX, a criação de unidades de conservação se firmou, no mundo e no Brasil, como a principal estratégia de proteção da natureza. Os principais motivos para a criação de unidades de conservação estavam associados a interesses pela preservação de áreas terrestres ou aquáticas com belezas cênicas, grandes espaços detentores de características naturais excepcionais. Incluíram-se aí iniciativas para proteger exemplares “carismáticos” da flora e da fauna, como árvores de grande porte e animais com forte apelo estético, tais como: baleias, herbívoros da África, bisão da América do Norte, aves diversas (DRUMMOND et al., 2006).

Esse modelo foi fundamentado na idéia de que é a alteração e a domesticação de toda a biosfera pelo ser humano era inevitável, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em seu estado original, antes da intervenção humana. Estabeleceu que a relação homem e natureza é incompatível. Por isso, foi necessário que houvesse intervenção externa, com o Estado e as autoridades definindo as áreas a serem protegidas. As pessoas que viviam no interior ou no entorno das áreas protegidas não tiveram acesso às informações e nem participaram das decisões a respeito de tais áreas.

#### 5.1 ESPAÇOS SEM GENTE

A partir dos anos de 1970, a preocupação da sociedade internacional e dos governos com a situação do meio ambiente fez com que fossem procuradas formas mais eficientes de conservar áreas representativas dos biomas mundiais, visto que a definição de áreas prioritárias para a conservação era realizada com bases biogeográficas. Essa nova

abordagem foi aplicada às políticas de conservação da Amazônia brasileira, que era, até 1974, uma das maiores lacunas na cobertura de parques e reservas da América do Sul.

Mapas temáticos biogeográficos, fitogeográficos, hidrográficos e climáticos foram produzidos e utilizados para determinação de áreas prioritárias de conservação na região amazônica (RYLANDS, 1991; BRITO 2000). O projeto RADAM, operacionalizado entre os anos de 1975 a 1983, recomendou a criação de unidades de conservação, nas bases de critérios geológicos e geomorfológicos. As áreas mapeadas como apropriadas à criação de unidades de conservação representavam as áreas, onde a restrição de atividades como agricultura, a criação de gado, as estradas, a presença de populações indígenas, as áreas de prospecção e depósitos minerais pudessem ser realizadas (MORSELLO, 2001; BENSUSAN, 2006).

Esse estudo marcou o começo das tentativas brasileiras de criar um sistema de parques, como os planos nacionais de sistemas de unidades de conservação algo que se concretizaria vinte anos depois. Na década de noventa<sup>3</sup>, a seleção de áreas para a conservação foi realizada com base em análises biogeográficas de endemismo e riqueza de espécies, a ocorrência de espécies raras e vulnerabilidade dos ecossistemas. A seleção de áreas estava agora condicionada ao conhecimento existente sobre a Amazônia.

Em 1995, o estudo, realizado por Fearnside e Ferraz, propôs utilizar os estados como unidade de análise das lacunas, e não mais a região amazônica, para definir áreas prioritárias para conservação. As unidades geográficas de análise eram os principais interflúvios nos quais se proponha identificar os tipos de vegetação prioritários (FEARNSIDE e FERRAZ, 1995; RYLANDS, 2005; BENSUSAN, 2006). Entre 1998 e 2000, o Ministério do Meio Ambiente realizou uma série de *workshops* para identificação de áreas prioritárias e definição de ações para conservação em todo o país. Em 1999, na cidade de Macapá (AP) foi realizado o workshop que trata do Bioma Amazônico. E, atualmente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) do Ministério do Meio Ambiente objetiva ampliar e implantar as áreas protegidas do Bioma Amazônico (SÁ, 2002).

A aplicação dos critérios como mapas temáticos, seleção de áreas onde “não havia utilização econômica” ou belezas cênicas, até o ano de 2000, levou à criação de unidades de conservação em sobreposição aos territórios já ocupados. A criação de unidades de conservação não levou em consideração as reivindicações territoriais, por populações locais, indígenas ou não-indígenas.

---

<sup>3</sup> Trata-se do Workshop 90, realizado em Manaus e que reuniu cientistas, ONG's, universidade e órgãos do governo para mapear as áreas prioritárias para conservação (BENSUSAN, 2006).

Como modo de ordenamento do espaço característico das políticas públicas territoriais dos estados nacionais contemporâneos, a criação de unidades de conservação tem gerado conflitos com grupos humanos residentes, ou interessados em explorar seus recursos florestais ou minerais. O estabelecimento de unidades de conservação tem significado a exclusão de grupos humanos do uso dos recursos naturais em que se baseia a sua reprodução material e social, sem prover-lhes alternativas, situação que se tem mostrado, cada vez mais, politicamente insustentável e eticamente injustificável.

O modelo preservacionista adotado se expande no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980 quando foram criadas cerca de 40% das unidades de conservação existentes. Nesse período foram criadas sessenta e nove unidades em nível federal, que se somaram às somente quatorze, criadas, anteriormente. A maior extensão dessas áreas foi criada na Amazônia, incluindo as várias categorias: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Floresta Nacional, Área de Proteção Ambiental (Tabela 1). Na Amazônia, esse processo deu-se com a expulsão das populações humanas de suas áreas e territórios e estes foram transformados em unidades de conservação.

Tabela 1- Categorias de unidades de conservação criadas na Amazônia (1970 e1980).

Uso sustentável		Proteção Integral	
APAs	1	Parna	6
Arie	2	Esec	9
Flona	14	Rebio	5

Fonte: [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br) (acesso em junho 2008).

As atividades de caça, de pesca, utilização de recursos naturais, cultivo de roças são vistas como ações de destruição do ambiente e passíveis de punição. Os exemplos mais emblemáticos desses procedimentos estão na criação da Floresta Nacional do Tapajós, em 1974, no Estado do Pará, município de Santarém (IORIS, 2000); e na criação da Estação Ecológica de Anavilhanas, no Estado do Amazonas em 1981 (BARRETO, 1997). Em geral, no processo de criação das unidades de conservação, não só desconsideraram as populações locais, como também só as informaram da criação da unidade quando as medidas para desapropriação já estavam em curso. Nas regiões, onde as populações resistiram, estas foram perseguidas, penalizadas e expulsas de forma violenta (BARRETO, 1997).

## 5.2 GENTE SEM ESPAÇOS

Nas décadas de 1980 e 1990, com o crescimento do movimento ambiental e social, as populações florestais, incluindo as que moravam em unidades de conservação, adquiriram certa visibilidade no cenário nacional e internacional. Para Scherer Warren (1993), o movimento social passa a se articular com o movimento ambiental a partir da implantação de grandes projetos na área rural como hidrelétricas, mineração, madeireiras e agropecuária de grande escala. A expulsão e deslocamento das comunidades extrativistas e de populações indígenas originou numerosos conflitos. O movimento dos seringueiros, dos povos atingidos por barragens e dos movimentos indígenas passou por um processo de organização política e associa-se ao movimento ambiental e dos direitos humanos. (DIEGUES, 1994; VIANNA, 1996; BRITO, 2000).

Na década de oitenta, a visibilidade dos movimentos na busca por uma alternativa viável de desenvolvimento sustentável, os povos tradicionais foram considerados pelos ambientalistas como parceiros de muitas afinidades, devido as suas práticas históricas de uso de seus ecossistemas (LITTLE, 2001). A dimensão ambientalista dos territórios sociais se expressou na sustentabilidade ecológica da ocupação por parte desses povos durante longos períodos de tempo, e está baseada em formas de uso pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas. Os povos tradicionais não estavam alheios a esse processo, incorporaram-se a ele e modificam suas formas de luta pelo território.

Muitos estudos sobre a lógica do uso dos recursos pelas populações locais são elaborados e apresentados como que categorizando essas populações e dando visibilidade aos seus *modus operandi* de vida na floresta. Cunha (2000) e Almeida (1994), em seus estudos com os seringueiros no Acre, chamam a atenção para a lógica de apropriação do espaço e dos recursos naturais presentes no sistema tradicional dessas populações. Segundo os autores, o conhecimento local envolve uma lógica pautada na observação rigorosa da natureza, de seus ciclos e movimentos, e em mecanismos culturais de controle ecológico existentes em sua sabedoria tradicional que são também transmitidos de geração em geração (CUNHA; ALMEIDA, 2002)

Para Nordi et al. (2003), nas sociedades tradicionais, a natureza é vista, principalmente como uma propriedade coletiva e manejada de forma a garantir a manutenção dos seus ciclos, em especial, para o desenvolvimento da agricultura. Ao longo das muitas gerações, tais populações acumularam conhecimentos de sua natureza próxima, vivenciada, desenvolvendo capacidade ímpar de interferir no ambiente de forma sustentável.

Essa sustentabilidade, fundamentada em elementos culturais, mas também de não-acesso a tecnologias predatórias, foi um elemento chave no estabelecimento de novas parcerias entre alguns desses grupos sociais e setores do movimento ambientalista. Essas parcerias conduzem à implementação de formas de co-gestão de território, onde o governo por meio de principalmente seus órgãos ambientais e um grupo social determinado entrou em parceria na proteção e uso de uma área geográfica específica.

Este entrosamento é emblemático, pois dá início a mobilização para as questões ambientais no sentido da defesa da floresta e inicia a geração de eventos para mobilização e discussão de modelos de desenvolvimento que respeitem o modo de vida, as culturas e tradições sem destruir a natureza.

O Segundo Encontro Nacional dos Seringueiros e a criação da Aliança dos Povos da Floresta, na Amazônia em 1986, juntando as populações indígenas e os seringueiros, efetivaram a formação de redes que se fortaleceram na medida em que reivindicavam a posse efetiva da terra e defendiam seu modo de vida tradicional. Vale ressaltar que o movimento social, inicialmente, relacionado com a reforma agrária em resposta os projetos desenvolvimentistas do governo ganha outras dimensões. As dimensões: ecológica - sem floresta não há extrativismo; econômica - permanecer na terra significa garantir a sobrevivência; e sócio-cultural - resistir ao modelo capitalista de desenvolvimento vai significar o direito de ser extrativista (COSTA FILHO, 2001).

A constituição de novos movimentos sociais, como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros, podem ser definidos também como ambientalistas. Essa definição, segundo a CNBB (2006), se estabelece no sentido de que esses movimentos sociais articulam demandas tradicionais com uma ação emergente. Essas articulações são de legitimação e garantia de seus direitos, resistência a medidas governamentais e a impactos provocados pelos grandes projetos de infra-estrutura, à transformação do sistema econômico, político, social e cultural, além da autogestão dos recursos produtivos.

Para Scherer-Warren (1993), esses movimentos sociais podem ser identificados como transformadores sociais, pois atuam em modificações sociais a partir de ações concretas da sociedade civil e, pois representam a possibilidade de fortalecimento desta em relação ao Estado.

Segundo Almeida (2006), está-se diante do reconhecimento de direitos até então contestados, e de certa reverência dos poderes políticos às práticas extrativistas do que

chamam de 'populações tradicionais'. "Os conhecimentos 'nativos' sobre a natureza adquirem legitimidade política e sua racionalidade econômica não é mais contestada, no momento atual, com o mesmo vigor de antes" (ALMEIDA, 2006, p. 32). Os novos movimentos sociais principalmente do meio rural desafiam a hegemonia das forças políticas e econômicas, dos processos de decisão e governabilidade, dando maior visibilidade as populações e as suas reivindicações.

Segundo Amend e Amend (1992), a expulsão das populações, como única estratégia de manejo, explicitamente mencionada nos documentos produzidos pelos formuladores e planejadores de unidades de conservação, não se adapta às realidades encontradas na maioria dos parques do mundo. A aplicação de medidas dissuasivas como posto de controle, guaritas ou multas como práticas rotineiras de minimizar os "impactos humanos" e desencorajar as atividades "ilegais" nessas áreas só gerou conflitos.

Arruda (2000) afirma que a adoção desses modelos trouxe conseqüências inconvenientes tanto para as populações com o agravamento de suas condições de vida, quanto para as cidades devido aos processos de migração das populações para as periferias das cidades. Afirma ainda, que a aplicação de medidas arbitrárias, ao invés de gerar conservação, promove a degradação ambiental, pois à medida que são expulsas, as populações passam a ocupar e derrubar novas áreas ou áreas vizinhas a unidade de conservação. Em outros casos, leva as populações a adotar práticas de super exploração. Estas assumem que os recursos naturais da área estão perdidos para a sua comunidade, em função disso abandonam suas práticas de manejo e passam a utilizar práticas clandestinas de super exploração no interior da unidade de conservação

Discussões sobre a compatibilidade entre conservação ambiental da biodiversidade e o uso social da área por populações locais ou tradicionais têm sido efetivadas em fóruns nacionais e mundiais sobre conservação da natureza.

A conferência de 1986 da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), entidade criada em 1948 era intitulada "Conservação e Desenvolvimento, pondo em prática a estratégia mundial para a conservação". Foi realizada em Ottawa, Canadá, e tratou pela primeira vez de forma clara e explícita, da situação das populações tradicionais que vivem em parques (DIEGUES, 1994).

Nesse evento, foi reconhecida a relação particular que as populações tradicionais mantêm com a natureza, e foi recomendado de assegurar aos povos indígenas, tribais e tradicionais:

- (i) a participação no controle do uso dos recursos compartilhados;
- (ii) sua consulta e seu acordo no estabelecimento e na manutenção dos parques; e

(iii) a dedicação pelos governos nacionais da atenção necessária para as necessidades e aspirações das populações tradicionais cujos territórios serão afetados pela criação de parques nacionais e reservas.

Na conferência também foi recomendado, de modo mais incisivo, que as populações tradicionais não deveriam ter seu modo de vida alterado se decidissem permanecer na área do parque, ou que não seriam reassentados fora dela sem seu consentimento.

O IV Congresso Mundial de Parques, realizado em Caracas, Venezuela, em 1992, foi onde se discutiu “Populações e Áreas Protegidas como um dos temas centrais”. Segundo Diegues (1994, p.98), esta reunião recomendou:

“maior respeito pelas populações tradicionais, possuidoras muito freqüentemente, de conhecimento secular sobre ecossistemas onde vivem; a rejeição da estratégia de reassentamento em outras áreas; e sempre que possível, sua inserção na área de parque a ser criada”.

É nesse contexto mundial que surge em paralelo com os trabalhos que tratam da degradação ambiental e perda de biodiversidade, pesquisas sobre o papel das populações locais na manutenção da biodiversidade. O reconhecimento das populações e da importância de suas formas de manejo dos recursos naturais passou então a ser considerado por setores da academia e do movimento ambiental como fonte de informação para o planejamento de atividades voltadas para a conservação da biodiversidade.

Na Amazônia, dois casos ilustram este novo rumo da conservação: a proposta da criação em 1989 da unidade de conservação de proteção integral, na região de Tefé (AM) a Estação Ecológica (Esec) de Mamirauá<sup>4</sup>; e a elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Jaú, iniciado em 1990, que envolveu a população residente em seu interior.

O movimento de criação das Reservas Extrativistas, o reconhecimento das áreas quilombolas e a criação de áreas de uso múltiplos resultam da organização das populações locais que impigem, com apoio de outros atores e setores sociais, espaços a mudanças na política ambiental. A partir da realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília, cujas reivindicações territoriais resultaram na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista dentro da política de reforma agrária implementada pelo INCRA, em 1987; e a criação pelo Ibama das Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do país em 1989 (IEA, 1993; VIANA, 1996).

---

<sup>4</sup> A proposta se contrapôs ao conceito de estação ecológica, pelo reconhecimento da presença de moradores em seu interior e transformou-se em uma nova categoria de unidade de conservação, a de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, categoria sob a qual ela existe hoje.

Segundo Allegretti (2002), a criação das Reservas Extrativistas, resultou da transformação de um problema local em questão de Estado e em tema internacional, e foi alcançado por meio de uma estratégia política de construção de alianças entre grupos sociais diferenciados. Essas alianças configuraram uma via de mão dupla tanto para os movimentos ambientais - quando estes formularam políticas de aliança com a sociedade - quanto para os movimentos sociais, pois estes podiam e podem se beneficiar quando inserirem a questão ambiental em seus objetivos estratégicos.

A organização dos movimentos sociais aconteceu em duas escalas. Uma com a instalação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, em 1990 que reuniu as organizações da sociedade civil. Esse Fórum teve como foco facilitar a participação da sociedade civil no processo da Rio-92 e foi um marco nas discussões sobre populações e unidades de conservação ao propor assento comum de discussão entre grupos formados por preservacionistas e socioambientalistas<sup>5</sup>.

Como um dos resultados da conferência mundial no Rio de Janeiro que reconheceu que o futuro do planeta dependeria do meio ambiente, movimentos sociais ecoaram em todos os continentes que esse futuro ambiental também estava ligado com outra justiça social e cultural. No Brasil, as entidades populares e técnicas da Amazônia uniram-se em uma rede denominada Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), criada para promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável.

### 5.3 A VISIBILIDADE DAS POPULAÇÕES LOCAIS NOS INSTRUMENTOS LEGAIS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

#### 5.3.1 Antecedentes

A partir da década de 60, com a realização dos fóruns mundiais que discutem a manutenção das áreas naturais no mundo, o reconhecimento da presença de sociedades humanas nas áreas naturais passa a ser discutido. A I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, realizado em Seattle, em 1962, incorporou oficialmente o princípio do zoneamento à definição de áreas protegidas, admitindo a possibilidade de existência de habitações, agricultura e ocupação humana. O zoneamento de parques nacionais é definido no II Congresso Mundial de Parques Nacionais realizado no ano 1972. Nesse evento é

---

<sup>5</sup> Preservacionistas - grupos que defendiam a incompatibilidade entre direitos territoriais de populações tradicionais e unidades de conservação; socioambientalistas - grupos que defendiam os direitos das populações tradicionais de estarem em suas áreas historicamente utilizadas (BENSUSAN, 2006).

reconhecida a existência de comunidades humanas com características culturais específicas e que estas faziam parte dos ecossistemas a serem protegidos, sendo denominadas “zonas antropológicas” (AMEND e AMEND, 1992; BARRETO, 2006).

A União Internacional para a Conservação da Natureza, em sua 12ª assembléia geral, realizada em 1975, alertou aos executores de políticas públicas que o estabelecimento das áreas protegidas poderia causar expulsão de grupos étnicos e gerar perdas culturais. A definição do conceito de parque nacional, segundo Brito (2000), foi estabelecida durante o III Congresso Mundial de Parques, em 1982, e relacionou a questão do desenvolvimento com a dos parques.

Segundo Diegues (1994), é nesse Congresso que se reafirmam os direitos das sociedades tradicionais e recomendam aos planejadores que investiguem e utilizem as “habilidades tradicionais” e que decisões de manejo sejam tomadas em conjunto. As recomendações, elaboradas no Congresso de Bali, reconheceram especialmente que as populações das áreas protegidas e do seu entorno podem apoiar a gestão da área protegida:

“se sentirem que estão usufruindo apropriadamente dos benefícios provenientes da área protegida, sendo compensados apropriadamente por qualquer perda de direitos e levados em conta/consideração nos planejamentos e operações.” (Recomendação 5, Terceiro Congresso Mundial de Parques).

Um dos resultados relevantes deste congresso foi a criação do conceito de zonas de amortecimento como compensação para as atividades de sustentação das populações.

Em 1992, durante o IV Congresso Mundial de Parques, na Declaração de Caracas, a questão sobre gestão de áreas protegidas e comunidades volta à discussão. Na Declaração de Caracas é proposto: “a gestão tem que ser realizada de forma sensível às necessidades e preocupações das populações locais” e encorajaram as “comunidades, organizações não-governamentais e instituições do setor privado a participar ativamente da criação e gestão de parques nacionais e áreas protegidas” (SCHERL et al., 2006, p.18).

O Plano de Ação de Caracas reconhece as preocupações prioritárias com as comunidades locais e concentra-se nas populações e áreas protegidas. Nesse documento é solicitado aos governos assegurar que o processo planejado para as áreas protegidas esteja devidamente integrado com os programas de desenvolvimento sustentável das culturas e economias locais, e que utilize e aumente os conhecimentos locais e mecanismos de tomada de decisão.

As abordagens de criação e gestão em todas as categorias de áreas protegidas formais evoluem em direção aos modelos de maior responsabilidade social, que incluem as

aspirações e necessidades das populações locais. O envolvimento das comunidades locais na gestão da área protegida vem sendo incentivado ativamente em vários países.

O relatório da IUCN, publicado em 2006, avalia os pontos-chaves onde convergem os pareceres sobre populações, pobreza e áreas protegidas, na óptica dos resultados e proposições do V Congresso de Parques, realizado em Durban, em 2003. Durante esse Congresso foi constatado que entre as unidades de conservação criadas, as de uso sustentável eram em maior número. Isso acarretava uma mudança radical para as questões sociais: muito maior do que as expressadas no Congresso de Caracas, em 1992, ao inserir as unidades de conservação como um meio de combate a pobreza. As unidades de conservação raramente são desenhadas especificamente para aliviar a pobreza, não significando que por isso elas estejam isoladas do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza. A recomendação 5.29 do V Congresso Mundial de Parques estabelece que “As áreas protegidas não devem ser concebidas como ilhas de conservação isoladas do contexto social, cultural e econômico no qual estão inseridas”.

A principal meta das unidades de conservação de proteção integral é conservar a diversidade biológica e fornecer serviços de ecossistemas. No entanto, a relação entre criação e gestão de unidades de conservação, principalmente em países com megadiversidade, tornou-se uma necessidade prática e ética tanto para questões sobre uso da terra quanto para a incorporação dos direitos das populações humanas às estratégias de conservação locais e nacionais. Durante vários anos, o debate entre preservacionistas e conservacionistas defensores das causas sociais proporcionou mudanças e propostas na abordagem da gestão de unidades de conservação. Mundialmente, muitas são as formas de gestão para as diferentes categorias de unidades de conservação, desde as que excluem totalmente a população e àquelas em que a utilização dos recursos naturais é permitida.

O envolvimento de populações locais no manejo de unidades de conservação assume papel-chave a partir de 1990. Esse envolvimento passa a ser compreendido como participação das populações locais para conservação da biodiversidade. Pimbert e Pretty (2000) alertam que, para uma conservação mais sustentável, há de se considerar que todos os atores estejam envolvidos nos processos contínuos de aprendizado. Os autores descrevem alguns tipos de participação que as organizações desenvolvimentistas interpretam e utilizam, quais sejam:

- Participação passiva - quando trata de ser apenas um anúncio unilateral. Apenas se relata para os interessados os acontecimentos. A resposta das pessoas não é considerada.
- Participação no fornecimento de informações – quando as pessoas participam respondendo a questionários. Elas não influenciam sobre os procedimentos,

pois os resultados não são usados para delimitação dos projetos a serem aplicados.

- Participação por consulta - as pessoas são consultadas e suas sugestões são ouvidas pelos agentes externos. As proposições para solução de problemas podem ou não ser utilizados pelo gestor. Não há espaço para as pessoas tomarem parte do processo de tomada de decisões e tampouco se considerar as respostas obtidas;
- Participação por incentivos materiais- há uma relação de troca. As pessoas participam e ganham dinheiro ou alimentos. Não há entendimento do assunto, ou da experimentação. Assim quando cessa o incentivo a atividade pára.
- Participação funcional - as pessoas participam criando grupos para atender a determinados objetivos já definidos e relacionados com o projeto. Nesse caso, pode ocorrer o desenvolvimento de organizações sociais. Em geral, esse envolvimento ocorre na fase mais avançada dos projetos. Essas organizações tendem a ser dependentes da iniciativa e facilitação externa, mas podem tornar-se auto-suficientes;
- Participação interativa - as pessoas participam das análises conjuntas que conduzem ao plano de ação e a formação e fortalecimento dos grupos locais. Isso envolve metodologias interdisciplinares que buscam múltiplas perspectivas e fazem uso de processos de aprendizado sistemáticos e estruturados. Os grupos locais se apropriam das decisões locais e, portanto, sentem-se mais motivados a manter estruturas próprias;
- Automobilização - as pessoas participam tomando iniciativas para mudar o sistema de forma independente das instituições externas. A automobilização e ação coletiva podem desafiar a distribuição desigual de riquezas e poder.

### 5.3.2 Os instrumentos legais

Dentre os instrumentos legais nacionais que incorporam as populações locais ou tradicionais em seus artigos e parágrafos, eu destaquei três como referenciais deste tema: o SNUC, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação criado em 2000 teve um processo longo e turbulento de formatação. Fato que eu tive a oportunidade de vivenciar em dois momentos: o primeiro na discussão sobre a presença humana em unidades de

conservação, relatando a experiência de trabalho com populações no estado do Amazonas; e o segundo na elaboração de seu conteúdo.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais recém-lançada pelo governo federal, em abril de 2007, gera polêmicas e discussões quanto à definição de população tradicional. Mas foi sem dúvida, o espaço de maior visibilidade, criado para as populações que conquistaram o direito de participar de sua elaboração. A Convenção sobre Diversidade Biológica provê mecanismos de proteção da biodiversidade, dos povos tradicionais sobre seus conhecimentos e cristaliza o reconhecimento da estreita dependência entre um e outro.

### 5.3.3 O estabelecimento do Snuc

A partir de meados da década de 1970, o Brasil passa a planejar uma estratégia nacional para as unidades de conservação. Em 1973, criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que vinculada ao Ministério do Interior tinha como atribuição “a conservação do meio ambiente e o uso dos recursos naturais” (BRITO, 2000). E em 1976, o IBDF, conclui o documento intitulado *Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia*, que inicia a elaboração dos Planos para o estabelecimento de unidades de conservação.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) propôs e estabeleceu, em 1979, na I etapa do Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a região amazônica como prioritária para criação de novas unidades (MILANO, 1991). Nesse mesmo ano foi promulgado o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, que introduziu a obrigatoriedade da elaboração de planos de manejo para todos os parques nacionais criados.

Em 1982 começa a ser implementada a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº. 6.931/81) e no ano seguinte é publicada a II etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil. O objetivo desse Plano era o de identificar as áreas mais importantes para a conservação da natureza. Nessa etapa foi reconhecido que a existência de somente três categorias de unidades de conservação, com restrições a permanência de populações em seu interior, tinha dificultado a conservação dos ecossistemas. A necessidade de leis que englobassem as categorias em um sistema e ordenasse os processos de seleção, criação e gestão das áreas foi avaliada durante a Oficina Regional da FAO para América Latina e Caribe em 1986.

Ao final dos anos de 1980, o IBDF, mediante a Política Nacional do Meio Ambiente, propôs uma avaliação das categorias de unidades de conservação com o objetivo de anteprojeto de lei para instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Esse estudo foi realizado pela Fundação Nacional da Natureza (Funatura) que recomendou o estabelecimento de três grupos de unidades de conservação: as de uso indireto (Parques Nacionais); as de manejo provisório (Reservas de Recursos Naturais); e as de uso direto (Áreas de Proteção Ambiental) (Tabela 2).

Tabela 2 - Categorias de Manejo e Instrumentos legais para criação de unidades de conservação e áreas protegidas no Brasil, antes do Snuc.

Categorias de unidades de conservação	Instrumento de criação
Parque Nacional (PARNA)	Código Florestal de 1934
Floresta Nacional (FLONA)	Código Florestal de 1934
Áreas de Preservação Permanentes (APP)	Código Florestal de 1965
Reserva Legal (RL)	Código Florestal de 1965
Reserva Biológica (REBIO)	Lei de Proteção a Fauna
Parque de Caça Federal (PCF)	Lei de Proteção a Fauna
Estações Ecológicas (ESEC)	Lei n°6902 de 27/04/1981
Área de Proteção Ambiental (APP)	Lei n°6902 de 27/04/1981
Reservas Ecológicas (RESEC)	Decreto n°89336 de 1/04/1984
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Decreto n°89336 de 1/04/1984

Fonte: IBAMA [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br) acesso em dezembro de 2006.

Em 1992, o Projeto de Lei nº. 2.892/92 foi encaminhado à Câmara dos Deputados. Após a Rio 92, os debates no país sobre populações e unidades de conservação ganham evidência. No bojo dessa discussão são realizados Seminários, Encontros e Debates, envolvendo principalmente as ONG's, os ambientalistas e os políticos (MERCADANTE, 2001; MEDEIROS, et al., 2004). O Projeto de Lei ganha um substitutivo e insere modificações que geraram as principais polêmicas para a redação do SNUC.

Nessa conjuntura, a discussão sobre a aprovação do Projeto de Lei era no país e, principalmente, junto aos movimentos ambientalistas, uma bandeira de luta contra a retirada de populações de áreas protegidas e de organização de debates<sup>6</sup>.

Esse documento chama a atenção para as mudanças mundiais surgidas frente as questões ambientais como o desenvolvimento sustentável. Dá destaque ao relatório da "Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", denominado "Nosso Futuro Comum", ao analisar a criação de unidades de conservação sem a inclusão das populações

<sup>6</sup> Esta informação não se baseia em documentos ou publicações e sim em experiências que acumulei quando participei dos eventos e da proposta de plano de manejo do parque nacional do Jaú.

locais, sendo as populações locais tratadas como inimigas, e a sem a possibilidade de participar do processo. Cita o documento, lançado em 1992, pelo Instituto de Recursos Mundiais (WRI), *Estratégia Global para a Biodiversidade* que, entre outros temas, destaca que, os objetivos de manejo das áreas protegidas devem estar harmonizados com os objetivos dos ecossistemas e das comunidades humanas dos arredores.

Essa questão gerou polêmica, pois a implementação e a contribuição das unidades de conservação para a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras não estava contemplado no Snuc. Os conservacionistas propunham mudanças no modelo de criação de unidades de conservação. Para eles, o modelo até então utilizado, isolando a sociedade, foi superado por uma nova abordagem de conservação no modelo de desenvolvimento e uso da terra até então prevalecente, visto que estes não garantiam a conservação da biodiversidade.

São então acrescentadas modificações no objetivo do Snuc. Entre as modificações sugeridas: “proteger e encorajar o uso costumeiro de recursos biológicos, de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e uso sustentável”; “proteger e valorizar o conhecimento das populações tradicionais, especialmente sobre formas de manejo dos ecossistemas e uso sustentável dos recursos naturais”. Além de modificações no objetivo do Snuc são incluídas como categorias de unidades de conservação as Reservas Extrativistas (Resex) e as Áreas de Proteção Ambiental (APA).

A inclusão dessas duas categorias de unidades de conservação gera novas polêmicas. Para os preservacionistas, a APA não é uma categoria de unidade de conservação, é considerada como um instrumento de ordenamento territorial e a Resex é uma forma de fazer reforma agrária.

O tema populações tradicionais é inserido nesse momento. O documento as define como: população culturalmente diferenciada, vivendo há várias gerações em um determinado ecossistema, em estreita dependência que retira do meio natural a sua alimentação, abrigo e outras condições materiais de subsistência, utilizando os recursos naturais de forma sustentável (VIANNA, 1996; MERCADANTE, 2001).

Em 1994, o Ministério do Meio Ambiente organizou um *workshop*, reunindo em Brasília, pesquisadores, ambientalistas e ONGs para debater a situação das populações em unidades de conservação em função do Projeto de Lei - PL nº. 2.892/92. No bojo desse evento estão os primeiros resultados, gerados a partir dos trabalhos para elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú e da Estação Ecológica Mamirauá. Com a mudança de legislatura na Câmara dos Deputados (1990-1994) e já com outro deputado como relator, são realizadas, nos períodos de 1995 e 1996, audiências públicas sobre o PL

nº. 2.892/92. Acalora-se a discussão sobre as populações tradicionais que vivem no interior das unidades de conservação. São ressaltadas as dificuldades do Poder Público para gerenciar e manter as unidades, a ausência de conhecimento da sociedade em geral sobre a importância das unidades de conservação e o modelo de gestão adotado.

O termo população tradicional ganhou uma nova definição “população vivendo há pelo menos duas gerações em um determinado ecossistema em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sócio-cultural, por meio de baixo impacto ambiental” (MERCADANTE, 2001; SANTILLI, 2005; BENSUSAN, 2006). São também acrescentadas propostas para quatro novas categorias de unidades de conservação: Reserva Produtora de Água, Reserva Ecológico-cultural; Reserva Ecológica Integrada; e a Reserva Indígena de Recursos Naturais.

No entanto, essas propostas não ganham força política e quando da aprovação da Lei, doze categorias de manejo são previstas no Snuc, cinco de Proteção Integral e sete de Uso Sustentável (Tabela 3). A responsabilidade pela criação, manutenção e gestão dessas áreas é do Governo Federal, estados e municípios. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural podem ser propostas e gerenciadas pela sociedade civil. Vale ressaltar que a criação de novas categorias de manejo é garantida pelo Snuc, inclusive as criadas por estados e municípios, por meio de legislações específicas e passem pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (Art.6º, Parágrafo único).

Tabela 3: Categorias de unidades de conservação previstas pelo Snuc, 2000

Unidades de conservação de proteção integral	Unidades de conservação de uso sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental (APA)
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
Parque Nacional	Floresta Nacional (Flona)
Monumento Natural	Reserva Extrativista (RESEX)
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Fauna (RF)
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

O Projeto de Lei propõe a inclusão de um Artigo com três incisos, como solução para a questão das populações tradicionais em unidades de conservação de proteção integral: o reassentamento da população, a reclassificação da unidade de conservação e a permanência da temporária da população na área mediante contrato<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Este contrato com as populações estipulava ao poder público, o pagamento de indenizações e compensações às populações caso não estas não aceitassem ser reassentadas.

O Artigo é vetado, em 1999, pelo Presidente da República, em decorrência da proposta do contrato com as populações. O contrato é substituído por um regulamento que diminui a força das populações tradicionais na negociação para sua permanência nas unidades de conservação. O Projeto de Lei nº 2.892/92, em suas mudanças de dispositivos, propõe a permanência de populações tradicionais nas Florestas Nacionais. A nova proposta inclui ainda a criação dos Conselhos Consultivos para as unidades de conservação de proteção integral e de Conselhos Deliberativos para as de uso sustentável. É inserido também um artigo propondo a realização de consulta pública, antes da criação de uma unidade de conservação e a possibilidade das unidades de conservação serem geridas por ONG's, por meio dos contratos de co-gestão.

Em 1996 são realizados eventos que se tornaram históricos nesse processo. Estes são organizados pela sociedade civil e pela Câmara dos deputados: um discute as experiências concretas de conservação que envolveram populações tradicionais e presença humana em unidades de conservação o outro sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural. No final de 1996, há uma mobilização em favor do Projeto e este vai para votação na Câmara. No entanto, as bases políticas ambientais no Governo proíbem sua votação, e a justificativa baseou-se na existência de dispositivos inconstitucionais. No entanto, segundo Mercadante (2001), o veto ocorre em função de setores do Governo serem contrários ao Projeto por considerá-lo "sócio-ambientalista".

Os impasses e as mobilizações em prol da aprovação do Projeto de Lei acontecem dos dois lados. Tanto os conservacionistas, que apoiavam as populações tradicionais se mobilizam em Fóruns e campanhas, quanto os preservacionistas que se organizam formando a Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação de Uso Indireto. No bojo desse movimento, o primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação é realizado em 1997 e seus participantes lançam manifesto contra as inovações do Projeto de Lei.

Durante os anos de 1997 a 1999, inúmeras mobilizações acontecem em favor da aprovação do Snuc. Lideradas pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, é realizado um encontro entre entidades preservacionistas e conservacionistas para tentar um consenso para o Snuc. A votação do projeto é novamente adiada na Câmara. No âmbito nacional, após sete anos de tramitação e debates, é aprovado no dia 10 de junho de 1999 o Projeto de Lei nº 2.892/92 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e que finalmente resultou na aprovação da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que, dentre outras providências, institui o Snuc e, posteriormente, o Decreto nº 4.340 de 22/08/2002 que a regulamenta.

Vale ressaltar que a questão mais polêmica para a aprovação do Snuc foi o veto ao conceito de populações tradicionais. A justificativa deu-se em virtude de seu conteúdo ser tão abrangente que dificultava a identificação das populações como “tradicionais” (Art.2º- Inciso XV). O tema foi motivo de áduos debates não apenas no meio jurídico, mas em diversos segmentos da comunidade científica, opondo aqueles que eram contra a presença de populações em unidades de conservação, e outros que julgavam ser harmônica e natural a relação entre presença humana e proteção ambiental. Segundo Santilli (2005), o projeto de lei que instituiu o Snuc procurou fornecer uma conceituação de população tradicional. Porém, essa definição não foi sancionada por considerar-se que o conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda população do Brasil.

Uma das diretrizes do Snuc estabelece que a criação de novas unidades de conservação deverá ser precedida de estudos técnicos e de uma ampla consulta (Art.5º, III da Lei 9.985/2000). Deve ser consultada a população local, a população residente na área e no entorno da unidade proposta, os órgãos de governo da esfera federal, estadual e municipal, as instituições de pesquisa e as organizações não-governamentais. Essa consulta deverá ocorrer por meio de audiências públicas, reuniões locais com os diferentes setores da sociedade, envolvidos diretamente com a área escolhida. O órgão público ambiental responsável pela unidade de conservação é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e as outras partes interessadas. Vale ressaltar que, para o envolvimento dessas populações locais e demais atores na consulta, estes devem ter tempo suficiente para que possam contribuir com suas próprias propostas. Espera-se que todo esse processo de discussão ajude também a definir melhor a dimensão e os limites mais adequados para a área protegida.

Na sua configuração atual, o que se tem observado é que o Snuc permite que novos vínculos sejam estabelecidos entre as unidades de conservação e as populações locais. Como estabelecido em um de seus objetivos: *“proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo- as social e economicamente”* (Cap.II, Art.4º, Inciso XIII). Os processos participativos, utilizados por organizações da sociedade civil e até por alguns gestores, configuram-se pela instalação dos conselhos e o envolvimento das populações em algumas das atividades de manejo da unidade. Uma das práticas adotadas é a tentativa de inclusão social com o incremento de projetos de desenvolvimento, principalmente no entorno das unidades de conservação de proteção integral. Em muitos desses projetos, aos moradores é proposto que atuem como guias turísticos ou vigilantes ambientais, sem, contudo inseri-los no processo de implementação da unidade. Mas embates entre gestores e as populações

locais surgem na medida em que o Snuc é posto em prática principalmente no que tange à participação das comunidades locais no processo de criação, gestão e implementação de unidades de conservação.

#### 5.3.4 Uma política para as populações tradicionais

Como o Snuc não permite a presença de populações humanas dentro de Unidades de Conservação de Proteção Integral, a solução inicialmente proposta pelos preservacionistas foi a expulsão dos habitantes desses territórios, seja com indenização ou com reassentamento compulsório, tal como se fazia com as barragens e os outros grandes projetos de desenvolvimento. Segundo os preservacionistas, esses habitantes devem ser tratados como “populações residentes”.

Com as manifestações lideradas pelos seringueiros, a proposta das reservas extrativistas é adotada pelo INCRA e mais tarde pelo IBAMA. Após a Rio-92 é criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), mediante a Portaria IBAMA nº. 22, de 10/02/92.

O CNPT tem como finalidade promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais, mediante as suas entidades representativas e/ ou indiretamente, por meio dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por intermédio de ONGs.

Esse reconhecimento às populações tradicionais, com a criação do CNPT significou um importante avanço nas instituições do governo, porque por meio dele foi reconhecida a importância da participação da sociedade na solução das questões ambientais. O CNPT tem como função organizar e apoiar as populações tradicionais, com pequenos projetos em torno comunidades extrativistas, apoio à criação de reservas extrativistas, implementação de Reservas já criadas, apoio aos seringueiros da Amazônia e coordenação do programa de desenvolvimento do extrativismo.

A partir de 2004, o governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, criou uma comissão para elaborar estratégias de inclusão social dos povos e comunidades tradicionais, sem contemplar no grupo nenhum representante da sociedade civil. Essa ação do governo federal foi rechaçada pelo movimento social. Ela tinha como premissa a inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais, a implementação de políticas direcionadas para esses setores e se construiu sob três pilares: a elaboração de um conceito de povos e comunidades tradicionais, o acesso à terra, ou no caso ao território e às características do processo produtivo (BRASIL, 2006: 1).

Em 2005 é realizado o “I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: pautas

para as políticas públicas”. O evento teve como principal objetivo estabelecer uma discussão conceitual a respeito do termo “comunidades tradicionais” no Brasil, e identificar junto aos representantes comunidades as principais demandas e os entraves do setor em políticas públicas. Esse evento é marcado pela eleição dos representantes das comunidades tradicionais, os quais passariam a compor a Comissão Nacional<sup>8</sup>.

Vale ressaltar que até então não havia presença na comissão de nenhum representante das comunidades tradicionais ou de algum grupo da sociedade civil. Uma exigência dos representantes dos povos e comunidades tradicionais foi a paridade entre os representantes na Comissão. Os representantes formularam 35 demandas, sendo que 12 foram consideradas prioritárias. São elas:

- (1) a regulamentação fundiária e garantia de acesso aos recursos naturais;
- (2) a educação diferenciada, de acordo com as características próprias a cada um dos povos tradicionais;
- (3) o reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania (exemplo: documentação civil);
- (4) não criar mais unidades de conservação de proteção integral sobre territórios dos povos tradicionais;
- (5) tratar a resolução de conflitos decorrentes da criação de unidades de conservação de proteção integral sobre territórios de povos tradicionais;
- (6) a dotação de infra-estrutura básica;
- (7) a atenção à saúde diferenciada, reconhecendo suas características próprias, valorizando suas práticas e saberes;
- (8) o reconhecimento e o fortalecimento de suas instituições e formas de organização social;
- (9) o fomento e implementação de projetos de produção sustentável;
- (10) a garantia de acesso às políticas públicas de inclusão social;
- (11) a garantia de segurança às comunidades tradicionais e seus territórios;
- (12) evitar os grandes projetos com impactos diretos e/ ou indiretos sobre territórios de povos tradicionais e quando inevitáveis, garantir o controle e gestão social em todas as suas fases de implementação, minimizando impactos sociais e ambientais (MMA, 2006).

Nota-se que as demandas 1, 4 e 5 são relativas à questão fundiária e as unidades de conservação. Estão entre as primeiras demandas propostas e foram amplamente discutidas durante o encontro. A questão populações e unidades de conservação ainda é um tema polêmico por que não foram resolvidos quais são as forças em presença, mesmo passado

---

<sup>8</sup> Tive a oportunidade de participar dos grupos de trabalhos que se formaram neste evento e presenciar o momento em que os representantes dos povos e comunidades tradicionais se impõem como integrantes da comissão.

cinco anos da instalação do Snuc.

A partir deste evento a comissão é então reestruturada. Como representantes dos povos e comunidades tradicionais estão: os sertanejos, os seringueiros, as comunidades de fundo de pasto; os quilombolas, os agroextrativistas da Amazônia; os faxinalenses; os pescadores artesanais; os povos de terreiro, os ciganos; os pomeranos; os indígenas; os pantaneiros; as quebradeiras de coco; os caiçaras; e os gerazeiros.

Com a reunião e a formação da comissão, esta passa e executar a agenda de realização das audiências públicas e encontros regionais (Minas Gerais, Alagoas, Bahia, Porto Alegre). A Comissão estabelece que o texto de institucionalização da política deve ser composto com os princípios, objetivo geral, específico e os instrumentos de implementação. As diretrizes propostas pelo encontro dos povos e comunidades tradicionais serão utilizadas na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 foi publicada no Diário Oficial da União. O governo reconhece formalmente existência de todas as chamadas populações "tradicionais" do Brasil. A lei define:

(i) povos e comunidades tradicionais: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”;

(ii) territórios tradicionais: “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”; e

(iii) Desenvolvimento Sustentável: “o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”.

O artigo 4º da nova lei menciona os instrumentos de implementação da PNPCT:

I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

II - a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006;

III - os fóruns regionais e locais; e

IV - o Plano Plurianual.

A importância dessa política para as populações está na formação do colegiado que permanece, pois pode permitir o fortalecimento das organizações das populações tradicionais, reconhece seus direitos e garante a inclusão de suas reivindicações nos programas governamentais. O principal desafio da PNPCT é a integração, na prática, tanto dos órgãos e ministérios que atuam em seu âmbito quanto das demandas dos grupos recém-reconhecidos e das populações indígenas e extrativistas.

A política é lançada em abril e gera polêmicas quanto ao artigo que trata da definição de comunidades tradicionais. Aldé (2007) critica a PNPCT, ao afirmar que as políticas sociais, baseadas em critérios étnicos, fazem surgir novos povos e comunidades tradicionais. Faz a ressalva de que o MMA está privilegiando a criação de unidade de conservação de uso sustentável como Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável por serem categorias que permitem acomodar comunidades em detrimento no lugar das de proteção integral.

Para as populações tradicionais, a parceria com o governo se viabiliza para alcançar desenvolvimento sustentável, no entanto, só será possível se as condições mínimas para a garantia da sobrevivência das comunidades forem asseguradas. Conforme demonstrado na fala do representante do Conselho Nacional dos Seringueiros

*“Queremos renda para ter dignidade. Sempre fomos excluídos das políticas macroeconômicas, queremos acessar a infra-estrutura, queremos tecnologia. Somos tradicionais, mas temos direito às conquistas da humanidade” (Pedro Ramos, abril 2007).*

### 5.3.5 Convenção sobre Diversidade Biológica

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)<sup>9</sup>, apresentada na reunião das Nações Unidas do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente (Eco-92), é o principal instrumento do compromisso para a conservação da biodiversidade, firmado por 181 países desde então. Está baseada em três pilares: conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios, advindos da utilização racional dos componentes da biodiversidade.

A CDB tem como finalidade maior, apresentada em seu artigo 1° - A conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios, da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o

---

<sup>9</sup> A Convenção sobre a Diversidade Biológica foi ratificada pelo Brasil em 1994. A partir desta data, foram traçados planos de estratégia para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, havendo o compromisso do Ministério do Meio Ambiente de elaborar instrumentos que permitam avaliar sua implantação no País.

acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, mediante financiamento adequado (CDB-MMA, 1992).

Os artigos 2, 8 e 10 da CDB são de maior relevância para abordagem deste estudo. O artigo 2 porque define a utilização de Termos para os propósitos da CDB, assim, área protegida é definida como: *área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação e conservação in situ significa: a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características* (CDB)

A CDB prevê em linhas gerais, as regras de acesso e uso dos conhecimentos tradicionais. O artigo 8, que trata da Conservação *in situ*, em seu item “j”, o qual determina *que cada parte contratante deve, na medida do possível e conforme o caso: em conformidade com sua legislação, respeitar, preservar, manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais, relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica; incentivar a sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição eqüitativa dos benefícios oriundos da utilização desses conhecimento, inovações e práticas.* (CDB)

O artigo 10 faz referência aos usos e componentes da biodiversidade, aborda as questões de manejo, fomento de formas racionais para utilização dos recursos naturais e importância da manutenção dos recursos; o conhecimento e as práticas das populações tradicionais, além de educação, treinamento e conscientização. Quanto à repartição dos benefícios advindos da biodiversidade, na CDB, está diretamente ligada aos recursos genéticos, derivados da comercialização de produtos da biotecnologia entre os países que os desenvolveram e os países de onde estes recursos são oriundos. Como a implementação de áreas protegidas é o principal mecanismo, hoje, utilizado para a conservação da biodiversidade.

A CDB pode ser considerada como o divisor de águas para o estudo da biodiversidade. Antes de sua assinatura, a proteção da biodiversidade baseava-se em valores científicos, estéticos e de lazer, com atenção para as chamadas “espécies carismáticas”. A chegada da CDB ampliou e diversificou os atores que fazem parte das discussões sobre a biodiversidade. Segundo Enriquez (2005), a valorização econômica da biodiversidade traz para o debate atores como empresas, estados nacionais, entidades

internacionais, ONGs e populações locais, esses últimos voltados para o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios.

A CDB adotou o paradigma de que o convívio dos povos e a utilização sustentável da natureza são possíveis, superando a idéia prevalecente de que só seria possível perpetuar os recursos naturais se o homem estivesse deles separado, pois seu convívio seria essencialmente nocivo. Para Diegues (2000), a CDB, ao absorver o reconhecimento de relações estreitas entre a biodiversidade e o modo de vida de comunidades tradicionais, reconhece a importância de zelar pelo relacionamento entre populações humanas e a biodiversidade.

Essa nova percepção abriu caminhos para o debate em torno dos direitos dos povos tradicionais sobre seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, o saber-fazer, saber-usar, saber-manejar. Para Moreira (2007), esse novo paradigma é importante e desperta novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável, sobretudo para os países do terceiro mundo. Diversos países se lançaram na tarefa de regulamentar o acesso e uso dos recursos da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. A emergência desses novos direitos irá garantir a inclusão dos povos tradicionais.

O que a CDB tem de reformador, no modo de utilização dos conhecimentos tradicionais, é a criação de condições para o acesso e uso dos recursos genéticos da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. Dentre tais regras: a necessidade de consentimento prévio dos detentores de conhecimento. Os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade foram elevados a condição de direito, dando empoderamento às populações que os detêm.

No Brasil, a questão dos direitos dos povos tradicionais sobre os conhecimentos encontra suporte na medida provisória nº. 2.186-16/01, que é o instrumento legal regulamentador do acesso aos conhecimentos tradicionais associados e à repartição dos benefícios. A medida provisória consolidou vários direitos dos detentores de conhecimentos tradicionais, dentre os quais: o direito de se opor contra a exploração ilícita de seu conhecimento; o direito de decidir sobre o uso de seus conhecimentos; impedir terceiros não autorizados de utilizar e divulgar seus conhecimentos; e o direito de receber benefícios pela exploração econômica de seus conhecimentos (artigos 8º e 9º).

É possível afirmar que decorrente da CDB, os instrumentos citados destacam a proteção dos direitos culturais dos povos tradicionais e referem-se ao acesso e conhecimento tradicionais associados, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

Comunidades Tradicionais, a Política Nacional da Biodiversidade e a Propriedade Intelectual.

## 6 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL E POPULAÇÕES DO ENTORNO

A definição conceitual de entorno de unidades de conservação como no proposto pelo CONAMA ou a zona de amortecimento, conforme citado no Snuc, é possível ser entendida a partir das práticas de ocupação dessas áreas (SOARES, et al., 2002).

O Decreto nº.99.274 de 6/06/1990 do CONAMA, em seus artigos 79 e 27, destaca que para a realização de atividades a serem desempenhadas em um raio de dez quilômetros nas áreas circundantes das unidades de conservação estas deverão ter solicitados seus licenciamentos aos órgãos competentes. Na Lei que estabeleceu o Snuc, o Art.2º define zonas de amortecimento como o entorno das unidades de conservação e que nessas áreas as atividades humanas devem ter normas e restrições para que se minimizem impactos sobre a unidade de conservação.

A Lei estabelece também que com exceção das Áreas de Proteção Ambiental e das RPPNs todas as demais categorias de conservação devem ter uma zona de amortecimento. Estas podem ser instituídas e definidas no momento da criação ou posteriormente pelo órgão gestor da unidade. São também os órgãos gestores, os responsáveis pelas normas de regulamentação do uso dos recursos da zona de amortecimento.

Vários autores enfatizam que a democratização da gestão ambiental no Brasil ganha maior visibilidade e possibilidade de ser aplicada após a regulamentação do Snuc, pois torna obrigatório o estabelecimento de processos de participação na gestão das unidades de conservação. Essa democratização da gestão ambiental é entendida como envolvimento das populações locais do interior e do entorno nas tomadas de decisão sobre a criação e implementação de unidades de conservação (FERREIRA, 2004; SANTILLI, 2005; IBASE, 2006; MEDEIROS, 2006). Vale destacar que no âmbito da esfera pública existe ainda uma ausência de tradição de participação da sociedade civil na gestão ambiental, tornando-se, portanto, um desafio, sobretudo para as populações do entorno de unidades de conservação de proteção integral.

Dentre os instrumentos de gestão previstos pelo Snuc, dois eles podem ser destacados como importantes para a gestão e inclusão social das populações do entorno: o plano de manejo e o conselho gestor. Ambos os mecanismos requerem a integração e a participação tanto dos gestores quanto dos grupos sociais envolvidos/ impactados pela criação da unidade de conservação. Irving et al. (2006) consideram que estes mecanismos possibilitam o exercício da cidadania, pois é uma forma de construção coletiva de pactos sociais.

A importância da participação social na implementação de políticas públicas para a integração das unidades de conservação com as populações do entorno vai além de sua inserção nos processos decisórios. Para os moradores do entorno de uma unidade de conservação há de se considerar também a questão territorial, além da expectativa gerada com as mudanças que poderão surgir.

A Oficina “Gestão Participativa do Snuc” resultou em um documento, elaborado pelo Ibama e Ministério do Meio Ambiente em 2004<sup>10</sup>, que versou sobre a mobilização da sociedade debatendo as experiências sobre consulta pública, criação e funcionamento dos conselhos de gestão. Ao analisar alguns processos participativos chegou, entre outras, às seguintes conclusões:

- ainda vigora, entre setores de órgãos executores do SNUC, a postura centralizadora e fechada para administração das unidades de conservação, para os quais a existência de uma instância gestora de composição pluralista representa ameaça ou inoperância [...]. Perdura também a posição de que moradores e produtores do entorno ou do interior das UCs são, em sua maioria, contrários às políticas de conservação ambiental, não podendo ter representantes em conselhos gestores dessa área (p. 25);
- há uma postura de encastelamento [...] e ignorância, por parte dos órgãos gestores, sobre a diversidade de atores regionais (p. 25);
- os órgãos gestores não estão preparados nem têm conseguido responder à necessidade básicas para que possam viabilizar seu pleno funcionamento (p. 32).

Mais recentemente, Half e Milano (2005) analisaram as ações de manejo e extensão, desenvolvidas em localidades rurais existentes dentro e no entorno de cinco Parques Nacionais e um Estadual. Nesse trabalho foram entrevistados os funcionários dessas unidades de conservação para identificar as atividades de moradores dessas localidades, as ações desenvolvidas e as opiniões sobre seus resultados. Os autores concluem que as ações de manejo para a categoria parque não são entendidas ou aplicadas pelos funcionários. E que entre as ações de extensão e processos de diálogo, articulação e negociação foram avaliadas com resultados predominantemente de sucesso entre os funcionários dos parques. Eles recomendam que os funcionários das unidades, sempre que possível e necessário, devem ser também treinados para o trabalho com comunidades.

---

<sup>10</sup> Em 2003 foi realizada a 1ª. Conferência Nacional do Meio Ambiente que, entre suas deliberações, aparece à exigência de uma maior participação e controle social sobre as políticas públicas para as áreas protegidas. Em 2004, é criado o Fórum Nacional de Áreas Protegidas, um órgão consultivo do MMA com o objetivo de ser um instrumento permanente de diálogo entre o governo e a sociedade no que se refere à gestão de áreas protegidas.

Esses resultados somados aos já apresentados nas Conferências Nacionais do Meio Ambiente, nos Seminários dos Movimentos Sociais, nas reuniões internacionais, como a COP7, ressaltam cada vez mais o compromisso dos governos com a CDB. A esse compromisso está atrelada a necessidade de espaços para a sociedade e as populações locais nos processos decisórios de políticas públicas ambientais.

No Brasil, o Plano Nacional de Áreas Protegidas foi instituído pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2006, para cumprir esse compromisso, por meio de medidas e ações de curto, médio e longo prazo. Com base prioritariamente no Snuc, o plano propõe integrar as unidades de conservação em um sistema ainda mais abrangente, que incluirá as terras indígenas, os territórios quilombolas, as áreas de preservação permanente e as reservas legais. Assim, a participação das comunidades locais e de populações indígenas e quilombolas será de extrema importância para o alcance dos objetivos mencionados.

As bases dessa participação foram definidas a partir de princípios que ampliam os propósitos da gestão participativa e que trazem importantes contribuições para os processos de gestão das Unidades de Conservação. Alguns princípios deles podem ser destacados:

- participação como processo de inclusão social e exercício da cidadania, tendo como parâmetro a busca permanente da legitimidade e da equidade social;
- consideração do equilíbrio de gênero, geração, cultura e etnia na gestão das áreas protegidas;
- garantia de disponibilidade das informações e facilitação de seu acesso à sociedade;
- articulação das ações de estabelecimento e gestão de áreas protegidas devem ser articuladas com as diferentes políticas públicas e com diferentes segmentos da sociedade.

As unidades de conservação de proteção integral, especificamente a categoria de manejo parque, são as que acumulam maiores passivos sociais e conflitos com as populações do entorno. Isto ocorre, segundo Pimentel e Magro (2007), devido aos valores hierárquicos dados às categorias de unidades de conservação, privilegiando as de proteção integral como áreas para a conservação da biodiversidade em detrimento às questões sociais envolvidas. A categoria de manejo parque depara as populações de seu entorno à uma série de restrições que não leva em conta as representações dessas populações para com esse espaço institucionalizado. A percepção das populações locais sobre o parque e seu engajamento na gestão e nos processos de implementação são cruciais para a compreensão da importância da conservação da biodiversidade e a distribuição justa dos benefícios advindos da mesma.

## 6.1 INTEGRAÇÃO OU NEGOCIAÇÃO?

No final dos anos 80 ao início do ano 2000, muitas das organizações conservacionistas trabalharam com temas que propiciaram criar condições para repartição de benefícios econômicos e sociais entre comunidades locais e as unidades de conservação. Essas ações incluíam compensações para as populações pelo não uso dos recursos das unidades de conservação e tinha como premissa a geração de renda sob forma de projetos de desenvolvimento.

A relação conservação e desenvolvimento é concretizada em abordagens como dos Projetos de Conservação e Desenvolvimento Integrado (PCDI) e a Conservação Baseada na Comunidade (CBC), propostos pelo Fundo Mundial da Natureza (WWF) e pelo Programa Homem e Biosfera. Este criado em 1972, pela UNESCO, promoveu a designação pelos governos de unidades de conservação e terras circundantes como "Reservas de Biosfera", com a finalidade de concentração de pesquisas, intercâmbio de dados e fomento à cooperação científica internacional. Após 1995, seu foco e alcance foram ampliados, visando explicitamente equacionar os problemas de manejo de recursos nas regiões vizinhas às Reservas de Biosfera.

Muitas iniciativas foram desenhadas para efetivação desses projetos de forma global. Em geral estas iniciativas estavam voltadas para gerar ações e práticas de gestão em unidades de conservação que permitissem aliviar a pobreza dos moradores do interior e do entorno e, com isso, garantir os objetivos de conservação da unidade. O envolvimento das comunidades nessas iniciativas, como elemento chave para a aplicação dos projetos, trouxe para a discussão conceitos como participação, empoderamento, questões ligadas a gênero e manejo dos recursos naturais (BROWN, 2002, FERREIRA, 2004).

No continente africano e na Amazônia, por exemplo, a implantação desses projetos ocorre por meio das ONGs ligada às unidades de conservação que buscam um novo diálogo com as populações locais. Na África Oriental, a Rede de Ação Internacional de Recifes de Corais, atua no Quênia motivando as populações a proteger os corais marinhos. Em troca, elas recebem apoio para manutenção de suas embarcações que levavam os turistas (WCPA, 2003).

Na Amazônia, por exemplo, a Fundação Vitória Amazônica, obteve apoio do PCDI na realização de estudos sobre potenciais recursos naturais para produção de artesanato pelas populações do interior e do entorno do Parque Nacional do Jaú. O programa apoiou o levantamento das atividades dos moradores com geração de renda e o envolvimento dos

moradores nas discussões para elaboração do plano de manejo da unidade. O atual Instituto Mamirauá também foi contemplado com o PCDI.

Segundo Inoue (2003), a proposta de conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento em uma unidade de conservação sem promover a retirada dos moradores foi também pioneira. Para Dourojeanni e Pádua (2001), esses programas não são eficazes e sua efetividade não pode ser comprovada. Eles alegam que a aplicação desses projetos traz diversos problemas para as unidades de conservação, entre os quais o agravamento das relações entre as populações locais e as autoridades gestoras.

As áreas protegidas podem fornecer uma extensa série de bens e serviços para as populações que vivem nela ou em seu entorno, e para a sociedade como um todo. Os benefícios das unidades de conservação para as populações do entorno foram classificados pela Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM)<sup>11</sup> no ano de 2003. São apontadas quatro categorias:

(i) serviços de provisão: referentes aos recursos naturais de valor de uso direto para as comunidades locais e do entorno como água potável, plantas medicinais e alimentos; teoricamente esses recursos deveriam ser legalmente acessíveis principalmente a estas populações e nas unidades de conservação de uso sustentável. Porém são citados exemplos de unidades de conservação de proteção integral onde a segurança alimentar de populações do entorno deve ser garantida;

(ii) serviços reguladores onde estão incluídos benefícios gerados pelos serviços ambientais tais como seqüestro de carbono, proteção de bacias, regulação climática;

(iii) serviços culturais como os valores religiosos, turismo e herança cultural;

(iv) serviços de suporte referente aos ciclos de nutrientes e produção primária e formação de solos. Para McNeely (2004 apud SCHERL, 2006), esses serviços são importantes para o ambiente em que vivem as populações, mas fornecem poucos benefícios diretos e concretos para as comunidades. Embora não haja muitos registros sobre o real impacto na vida dessas pessoas sabe-se que é mais discutido o efeito inverso: o impacto das pessoas sobre as unidades de conservação.

Em geral, as unidades de conservação propiciam poucas opções de renda para as comunidades e as populações do entorno. Estudos de Child e Dala-Clayton (2004), em países africanos, destacam que estas opções se restringem, por exemplo, a empregos

---

<sup>11</sup> A Avaliação Ecosistêmica do Milênio é o maior esforço internacional já empreendido para compreender os ecossistemas e seus reflexos sobre o bem-estar humano. O programa foi solicitado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em 2000, em seu relatório à Assembléia Geral das Nações Unidas, *Nós, 3 os Povos: o papel das Nações Unidas no século XXI* e envolveu mais de 2000 cientistas de 95 países, durante quatro anos.

como guardas ou guias florestais. Algumas comunidades buscam outras fontes de benefício direto como em Zâmbia, onde elas obtêm renda proveniente da caça esportiva nas imediações das áreas protegidas. Alguns países, como a África do Sul, criaram legislações para assegurar que as comunidades locais se beneficiassem diretamente de receitas obtidas das unidades de conservação como: as taxas de entrada cobradas ou impostos da rede hoteleira. Já em Uganda 12% da receita, gerada pelos parques, retorna as comunidades do entorno.

As avaliações realizadas pela IUCN, sobre os PCDIs apontam que muitos programas não funcionaram. Os motivos estão diretamente relacionados com o envolvimento e a participação dos interessados. O não envolvimento dos moradores nas tomadas de decisão, falhas na distribuição dos benefícios, tanto para a elaboração dos projetos quanto na sua implementação. Para Wells e McShane (2004), os PCDIs não funcionaram porque a decisão original para lançar um PCDI raramente partiu dos grupos interessados. Além do que, muitos dos projetos consideraram as comunidades locais como uma entidade homogênea, não considerando as divergências, nem as diferentes necessidades e perspectivas entre os grupos.

O planejamento participativo para a gestão de unidades de conservação com as comunidades locais, os gestores e a sociedade civil, se originou dos PCDIs por meio da formação de parcerias e sistemas de co-gestão, que envolveram ONGs e gestores públicos. (WELLS e BRANDON, 2004; SCHERL, 2005).

O sistema de co-gestão foi utilizado no Brasil após a Rio-92, como parte do Programa Nacional do Meio Ambiente e consistiu em termos de cooperação entre o IBAMA e as ONGs para a elaboração de planos de manejo. As formas de negociação para o estabelecimento e implementação de unidade de conservação de proteção integral ainda são incipientes. É necessário que as populações saiam do anonimato e se estabeleçam nos espaços de discussão como os Conselhos e Fóruns e que os gestores adotem posturas menos legalistas e defensivas.

Esses problemas não são exclusivos do Brasil, repetindo-se em países da América Latina, África e Ásia, constituindo um tema extensamente debatido por organismos governamentais, não-governamentais e de pesquisa científica, de cunho nacional e internacional. A tendência é que estes problemas se agravem. A busca por soluções e mediação entre as populações, gestores e conservacionistas deve encontrar consenso para evitar maiores conflitos. Para se ter uma idéia em 1962, havia cerca de 1.000 áreas protegidas oficiais no mundo. Hoje são cerca de 108.000, com mais sendo criadas a cada dia. A área total sob forma proteção ambiental dobrou desde 1990, quando a Comissão

Mundial de Parques estabeleceu a meta de 10% da superfície do planeta em áreas protegidas. Tem-se claro que não é mais possível se pensar conservação da biodiversidade pela lógica de expulsão de populações e isolamento de unidades de conservação.

Há de se destacar que a questão da participação das comunidades locais na gestão e no manejo das áreas protegidas é cada vez mais comum em quase todos os países da América Latina. O documento apresentado pela FAO, por meio da Redparques<sup>12</sup>, durante o II Congresso Latino Americano de Parques Nacionais e Outras Áreas Protegidas, realizado em 2007 na Argentina, aponta que nos últimos dez anos, a quantidade de parques e reservas na América Latina passou de 160 milhões de hectares para 300,8 milhões ha. O documento<sup>13</sup> evidencia também o aumento da participação das comunidades locais na preservação e manejo das áreas protegidas (Redparques, 2007).

A declaração de Bariloche, documento que resume os resultados do II Congresso de Parques, reconhece entre outras coisas que os esforços dos países da América Latina para a conservação da biodiversidade ampliaram-se. Destaca-se que os conhecimentos, inovações e práticas tradicionais dos povos indígenas e das populações locais podem contribuir para a conservação da diversidade biológica e como consequência para a qualidade ambiental e para o desenvolvimento sustentável na América Latina. E entre as propostas destaco:

- ***Es fundamental*** reafirmar el papel indelegable de los Estados en la conducción de las políticas de Áreas Protegidas, en el marco de una amplia participación de las comunidades locales y en general del conjunto de la sociedad para una gestión incluyente de las áreas protegidas. Declaração do Congresso de Bariloche (2007, p. 6).
- ***Es necesario*** armonizar, ampliar, fortalecer y actualizar los mecanismos y los marcos jurídicos e institucionales para promover un contexto propicio para el involucramiento y la participación de actores claves, especialmente comunidades locales y pueblos indígenas, en la toma de decisión y la gestión a todos los niveles y en la distribución equitativa de los costos y beneficios asociados al establecimiento y manejo de las áreas protegidas. Declaração do Congresso de Bariloche (2007, p.8).

Vale destacar que o importante é sair do discurso de que se reconhece a participação social como primordial para a conservação da biodiversidade nas unidades de

---

<sup>12</sup> Rede Latino-Americana de Cooperação Técnica em Parques Nacionais, outras Áreas Protegidas, Flora e Fauna Silvestres.

<sup>13</sup> Diagnóstico e Situação Atual das Áreas Protegidas na América Latina e no Caribe (Redparques, 2007).

conservação, sobretudo as de proteção integral. A questão central se dirige à construção de espaços coletivos, capazes de apoiar o processo de decisão compartilhada e que, ao mesmo tempo, possa efetivamente contribuir para uma reflexão sobre a conservação da biodiversidade, em uma escala local.

## 6.2 AS EXPERIÊNCIAS NO MUNDO TROPICAL

A interdependência entre o bem-estar humano e a conservação da biodiversidade dos recursos naturais é atualmente reconhecida e crescente em nível internacional tanto nos instrumentos políticos quanto em programas específicos. Novas diretrizes de incorporação e participação comunitária no planejamento e gestão de áreas naturais protegidas ao redor do mundo têm sido divulgadas nos Fóruns Internacionais.

Já existem modelos conservacionistas positivos que funcionam em uma perspectiva de conservação sensível à cultura, particularmente na Austrália, Bolívia, Nepal e Canadá, onde legislações nacionais protegem os direitos nativos à terra. Nesses países, as organizações conservacionistas internacionais devem colaborar com as comunidades locais e produzir modalidades criativas para proteger os *habitats* de vida selvagem e a biodiversidade, permitindo, ao mesmo tempo, que os moradores continuem seu modo de vida tradicional.

A maioria dos gestores de áreas protegidas dos países com floresta tropical equatorial tem criado mecanismos para que se desenvolvam novas parcerias, estruturas governamentais e mecanismos de financiamento que atendam à gestão participativa. Em nível local, os gestores têm avaliado o impacto social durante a criação e durante as rotinas de efetividade do manejo da unidade de conservação. Têm proposto também abordagens inovadoras aos programas de integração entre conservação e desenvolvimento; encorajamento da participação mais ativa das comunidades na gestão das unidades de conservação.

O investimento em capacitação das comunidades locais para a gestão, o reconhecimento dos direitos de posse da terra e outras propriedades (como recursos naturais) e dos conhecimentos tradicionais dessas comunidades também são propostos. A Conservação Internacional (ONG americana) tem proposto estratégias de concessões de conservação, onde são feitos pagamentos aos países em desenvolvimento ou aos seus cidadãos para compensar a não exploração dos recursos naturais.

Segundo Ellison (2004), para os países em desenvolvimento, a associação da problemática áreas protegidas e redução de pobreza tem permitido argumentar de maneira mais convincente investimentos na proteção de fontes de renda natural. A proteção dessas áreas pode beneficiar tanto a população local rural pobre quanto a sociedade como um todo.

Na Guatemala, a concessão de conservação está sendo aplicada na proteção da Reserva da Biosfera Maia, onde as comunidades locais têm recebido incentivos para pagamento de serviços, escolas e empregos. O uso de ferramentas para trabalhar com questões de integração entre populações locais e gestores está sendo aplicada. Entre as ferramentas desenvolvidas os métodos de avaliação multidisciplinar de paisagem, tem sido utilizadas também em vários países como a Bolívia, Indonésia, Vietnam.

Esse método visa determinar o que é importante para a comunidade local em termos de paisagem, serviços ambientais e recursos naturais, valorizando o conhecimento local no manejo das florestas e no planejamento de ações para a descentralização da gestão. O reconhecimento dos saberes locais, associados aos programas de capacitação em planejar e manejar áreas protegidas tem permitido aos gestores locais considerar no planejamento as necessidades e preferências da população (BOISSIÈRE et.al., 2006).

O Programa Missão Árvores da Venezuela, do Ministério de Ambiente, envolve camponeses na atividade agroflorestal para obter melhor renda e se reconciliar com a paisagem. O programa é aplicado junto às escolas e centros de reflorestamento instalados na região para produção de mudas. A atuação do programa está voltada para populações da região de cabeceiras e rios tributários do rio Orenoco, e tem como meta plantar cem milhões de árvores em 1.500 mil hectares.

Na Bolívia os Guarani-Izoceños convidaram a *World Conservation Society* para mediar um acordo de co-manejo com o governo que permite à tribo manejar e se apropriar de parte do novo Parque Nacional do Chaco Kaa-Ilya. As chamadas Áreas de Conservação Comunitárias, ou os Projetos Parques com as Pessoas têm sido freqüentes em muitos locais no mundo. Na Colômbia, a experiência foi adotada nas Florestas Mataven onde seis tribos indígenas vivem em 152 aldeias ao redor de uma reserva ecologicamente intacta de 4 milhões de acres (DOWIE, 2006).

### 6.3 AS EXPERIÊNCIAS NO BRASIL

O Brasil<sup>14</sup> conta com 242 unidades de conservação estaduais de proteção integral, Drummond, et al (2006). Os estados do Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e São Paulo, apresentam o maior percentual de área de unidade de proteção integral criada, ao se comparar com o restante do Brasil.

A categoria de unidade de conservação estadual parque totaliza 157 e são os que ocupam mais áreas, cerca de 84,31% das unidades estaduais. Para 47 deles não foi

---

<sup>14</sup> Nesse trabalho, os autores consideraram apenas as unidades de conservação estaduais que se enquadram nas categorias propostas pelo Snuc. O levantamento foi realizado, considerando as unidades criadas até o ano de 2005.

estabelecido um plano de manejo (e não foram contabilizados os dados dos estados do Pará, Maranhão e Rio Grande do Sul). Ao observar os dados sobre a gestão, apenas 30 têm conselhos, o que mostra o quanto ainda é incipiente a gestão das unidades de conservação.

Em 2002, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) publicou um estudo sobre o entorno de unidades de conservação de proteção integral, incluindo diferentes categorias de manejo inclusive, parque estaduais do Brasil, nos diferentes biomas. Os objetivos desse estudo foram analisar e divulgar algumas experiências em curso no Brasil onde ocorria atividade de conservação da biodiversidade e envolvimento de comunidades locais. Os principais resultados apontaram que para garantir a conservação da biodiversidade era importante:

- o envolvimento de todos os atores sociais; a conquista da participação pelas populações locais com parcerias consistentes;
- difusão da informação para os atores sociais envolvidos;
- a expansão dos trabalhos na área do entorno para o interior da unidade de conservação;
- haver cooperação entre os gestores e as populações locais e a promoção de alternativas de geração de renda para as populações do entorno.

Parece haver uma desconsideração dos gestores para que estas populações sejam envolvidas no planejamento do manejo. Elas são convocadas em geral para aprovação de planos e composição dos conselhos consultivos mais por “obrigação da lei” que por estarem de fato inseridas no processo. É possível que parte do desinteresse e da resistência em promover tal participação se deva ao fato de alguns gestores, sobretudo os que ocupam o cargo há vários anos, sentirem a unidade de conservação sob sua responsabilidade como se fosse sua propriedade

A gestão de áreas protegidas no Brasil esteve, na maior parte, concentrada nas mãos do gestor, este tomando todas as decisões concernentes à área protegida sob sua direção (EVANS, 2007). Esse modelo de gestão teria contribuído para gerar a mentalidade do ‘meu parque’, mentalidade que as novas propostas, voltadas à promoção do envolvimento comunitário na gestão ambiental, têm questionado e combatido.

São escassas as experiências no Brasil, onde a população local do interior e do entorno foi inserida no processo de elaboração dos planos de manejo, e este pode ser considerado um processo ainda incipiente. No entanto, é crescente a constatação de que a população local deve estar inserida no planejamento das unidades, tornando-se esta uma reivindicação presente nos processos de implementação de unidades de conservação.

Mas este processo não é fácil de ser realizado, visto que as maiores dificuldades estão em conciliar os diferentes interesses apresentados pelas comunidades com as exigências técnicas, inerentes ao processo de elaboração do plano de manejo (ver parte 3 desta tese).

A maioria dos trabalhos, realizados nos Núcleos das Universidades, como o NUPAB-USP (Núcleo de Apoio às pesquisas sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo), pioneiro na pesquisa com populações e unidades de conservação, tem como foco as populações caiçaras da Mata Atlântica e os ribeirinhos na Amazônia.

O Núcleo tem realizado estudos em diferentes áreas do País, sobre os conflitos entre comunidades humanas e Áreas Naturais Protegidas. Entre os objetivos do Núcleo está subsidiar técnica e cientificamente os movimentos sociais na busca de melhorias das condições de vida de comunidades locais. Além de desenvolver e divulgar projetos de pesquisas interdisciplinares que visam estudar e conservar a diversidade biológica e cultural nos ecossistemas de áreas úmidas brasileiras que têm contribuído para o tema.

São relevantes os trabalhos divulgados nos Fóruns como o SAPIS (Seminário de Áreas protegidas e Inclusão Social), viabilizado pelo Programa EICOS de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos últimos três anos, esse programa tem apresentado as experiências de pesquisa, métodos que estão sendo realizados para a gestão de áreas protegidas (SAPIS III, 2007).

Mais recentemente, em 2005 foi criado o Observatório de Unidades de Conservação e Políticas Ambientais e Sociais Conexas, no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB). O seu objetivo é instituir uma linha de pesquisa focalizada nas estratégias para a conservação da biodiversidade *in situ*. Entre as atividades, destaco a que propõe executar projetos de acompanhamento e monitoramento das diversas dimensões (naturais e socioeconômicas) da gestão das unidades de conservação (e dos seus entornos) ([www.unbcds.pro.br/pub/](http://www.unbcds.pro.br/pub/)).

A tendência que se tem observado em relação ao tema população e áreas protegidas que antes tinham um caráter mais regional, é que estão se ampliando e consolidando parcerias e redes nacionais para a discussão e trocas de experiências. Provavelmente, esta seja uma forma de alavancar reflexões acadêmicas e diretrizes de políticas públicas para a questão natureza e sociedade.

Experiências onde populações locais participaram efetivamente do planejamento da gestão de unidades de conservação são em sua maioria descritas para as unidades de conservação de uso sustentável, mais especificamente para as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, onde os chamados planos de utilização devem ser elaborados para uso dos recursos pelos moradores. Para as de Proteção Integral, a

maioria das experiências cita a criação dos Conselhos Consultivos como uma das formas de integração da população com a unidade. Para as atividades de geração de renda ou que possam proporcionar inclusão social estão às atividades de ecoturismo e inclusão da unidade nos programas de crédito de carbono.

Entre as experiências na região da Mata Atlântica, destaco a situação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, localizada no estado de São Paulo. A região situada no Vale do Ribeira é palco de conflitos e discussões acerca da questão população e proteção da biodiversidade. A unidade de conservação que está inserida na categoria de proteção integral foi criada em 1986, por Decreto Estadual.

É interessante esclarecer que a criação dessa unidade veio ao encontro, na ocasião, com os anseios dos ambientalistas, visto que o governo federal desejava instalar na região usinas nucleares. A definição de categorias de manejo das unidades de conservação do estado de São Paulo estava mais vinculada ao contexto político do momento, do que às diretrizes teóricas existentes (BRITO, 2000). Portanto, a criação por si só de uma unidade de conservação com caráter restritivo ao uso de recursos e a existência de populações deu início aos conflitos. Monteiro (2002) aponta os efeitos da criação da unidade sobre a população local, entre os quais: mudanças na reprodução social do grupo, na organização social e política e no campo simbólico. Já Nunes (2003) avaliou as transformações na ocupação do território pertencente às comunidades que vivem na unidade de conservação. Além disso, acompanhou a criação do conselho consultivo e verificou que as reivindicações, as carências e a indignação da população local pouco mudaram desde a época da criação da unidade. A criação desta unidade de conservação atendeu aos clamores da sociedade civil, das cidades vizinhas, e dos grandes centros como São Paulo. No entanto, a população local não foi ouvida e tão pouco teve atendidas as suas necessidades. Após 21 anos da criação da unidade, que não possui plano de manejo nem de gestão, foi iniciada a montagem do Conselho Consultivo. A partir da constituição do Conselho Consultivo está havendo mobilização dos moradores e pesquisadores para a mudança de categoria da unidade para a criação de uma Reserva de desenvolvimento Sustentável (NUNES, 2003). Esse exemplo mostra que a criação de unidades de conservação deve ter como princípio um processo de discussão transparente e amplo que permita às partes interessadas ter espaços na tomada de decisão.

### 6.3.1 Na Amazônia brasileira

O programa ARPA<sup>15</sup> pretende contribuir para a consolidação do Snuc, apoiando a criação, estabelecimento e consolidação de unidades de conservação nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Tocantins, Amapá, Roraima, Mato Grosso e parte do estado do Maranhão. O Programa foi criado pelo Decreto nº 4.326 de 8/03/2002, é coordenado pelo MMA e implementado por meio de parcerias entre os órgãos gestores de unidades de conservação, o Funbio e pela Agência de Cooperação Técnica Alemã- GTZ.

O Programa apóia atividades como:

- atualização do mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade do Bioma Amazônico;
- realização de consultas públicas para a criação de novas unidades de conservação;
- elaboração e implementação dos planos de proteção;
- criação e consolidação de conselhos gestores;
- consolidação territorial através da elaboração de termos de compromisso, da realização de levantamentos fundiários e atividades e sinalização e demarcação;
- aquisição de equipamentos e implantação de infra-estrutura.

Atualmente o programa tem apoiado, com base nas atividades acima descritas, 60 unidades de conservação, 33 de proteção integral e 27 de uso sustentável. Dos 39 parques estaduais existentes na Amazônia, 11 estão contemplados para receber ações do programa (MMA, 2007).

Existem 39 Parques Estaduais (PES), distribuídos entre os nove estados que compõe a Amazônia Brasileira. Destes, apenas treze possuem planos de manejo em fase de elaboração, elaborados e/ ou aprovados. Sabe-se que a elaboração dos planos de manejo e instalação dos conselhos consultivos são formas de gerir a unidade de maneira mais participativa.

No entanto, há uma discrepância na gestão dos parques estaduais dos estados amazônicos. Do total dos parques estaduais na Amazônia, 10 parques possuem conselhos instalados. Os conselhos são em sua maioria de caráter consultivo, conforme estabelecido pelo Snuc. Há exceção para o Estado do Mato Grosso onde em dois parques os conselhos se diferenciam: o do PES da Serra Azul com caráter administrativo e do PES Jalapão, onde

---

<sup>15</sup> ARPA - Programa de Áreas Protegidas da Amazônia Programa do Governo Federal com missão de proteger de forma significativa e representativa a biodiversidade da Amazônia e promover o desenvolvimento sustentável para as gerações presentes e futuras. O ARPA tem a meta de proteger e implantar 50 milhões de hectares de unidades de conservação (MMA, 2007).

o conselho é deliberativo. No Estado do Pará a única unidade de conservação que possui Conselho é o Parque Estadual de Belém e que ainda não possui plano de manejo.

Em se tratando de legislação, mais precisamente do estabelecimento dos Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação (Seuc), há um vazio nos estados amazônicos. Apenas os Estados do Mato Grosso e do Amazonas estabeleceram os seus Seuc's, em 1997 e 2007, respectivamente (Tabela 4).

Se considerarmos outras unidades de conservação de proteção integral, mas geridas pela esfera federal, destacam-se o Parque Nacional do Jaú, no estado do Amazonas, caso pioneiro, e o Parque Nacional da Serra do Divisor no estado do Acre. Em ambos, as populações locais do interior e do entorno foram envolvidas e fizeram sugestões para o planejamento do manejo da unidade. Deve ser destacado que na época a Lei do Snuc ainda não existia e nem a exigência de formação de conselhos. Foram experiências realizadas localmente, mas que ganharam uma repercussão nacional e uma imagem inovadora. Essas experiências foram intermediadas por programas elaborados com as ONGs Fundação Vitória Amazônica e a SOS Amazônia, respectivamente.

Populações indígenas como os kayapó, que vivem no Parque Nacional do Xingu formaram um projeto cooperativo de conservação com o governo brasileiro e a Conservação Internacional do Brasil. Nesse caso, as lideranças dos kayapó, exigiram ser um parceiro com os mesmos poderes na mesa de negociação. Recusaram-se a ser meros espectadores de um negócio bilateral entre o Governo e uma ONG, como freqüentemente é o caso em planos de manejo cooperativo. Como resultado, o Parque Nacional do Xingu é o primeiro parque do continente, criado para proteger o modo de vida dos indígenas da Amazônia, controlado pelos índios que estão determinados a permanecer dentro das divisas do parque.

Nos estados da Amazônia, somente duas unidades de conservação estaduais de proteção integral tiveram a participação dos seus moradores do interior e do entorno no processo de criação e implementação. O PES Sucunduri, do estado do Amazonas, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, é fruto de um processo de construção social entre os órgãos de governo federal e estadual juntamente com a população do Amazonas.

Para a criação dessa unidade foram realizadas, durante todo o ano de 2004, conferências, oficinas, seminários e consultas públicas com a população destas áreas. O PES Sucunduri é parte de um mosaico de unidades de conservação de diferentes categorias e gestão, criado para conter o avanço do plantio de soja e outras pressões sociais vindas de estados vizinhos ao Amazonas ([www.sds.am.gov.br/noticias](http://www.sds.am.gov.br/noticias), acesso em dezembro de 2007).

Tabela 4: Número de Parques Estaduais da Amazônia com Planos de Manejo.

Estados	N° de PES	Plano de Manejo*		Gestão (CC)	Apoio do ARPA	Lei do SEUC estabelecida
		SIM	NÃO			
Amazonas	7	1	6	1	3	Em 06/ 2007
Acre	1	0	1	0	1	Não
Amapá	0	0	0	0	0	Não
Maranhão	3	2	1	0	0	Não
Mato Grosso	16	5	11	5	4	Em 11/1997
Pará	3	2	1	1	0	Não
Rondônia	6	0	6	2	0	Não
Roraima	0	0	0	0	2	Não
Tocantins	3	3	0	1	1	Não
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>13</b>	<b>26</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>2</b>

Fontes: [www.isa.org.br](http://www.isa.org.br), Drummond et al.(2006) e sites das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente de cada Estado. \*Refere-se a planos de manejo em elaboração elaborados e/ou aprovados.

O segundo é o PES Monte Alegre no Pará, cujo processo de criação e elaboração do plano de manejo, envolvendo a população do entorno, é descrito na parte 3 desta tese. Diversos fatores tornam o PES Monte Alegre um caso interessante. Um deles é o caráter pioneiro da proposta por sido o único parque no Estado do Pará em que foi considerada a participação da população no processo de criação e denominação da unidade e posteriormente na elaboração do plano de manejo. Um outro é a complexidade que resulta dos atores envolvidos, a população do entorno, a população da cidade, a Prefeitura, as agências do estado e dos objetivos de se planejar uma unidade de conservação de proteção integral com a comunidade local. Nesse caso, combinam-se dois aspectos: conhecimento local, uso e percepção da biodiversidade e os arranjos institucionais para garantir apoio aos objetivos da comunidade local.

#### 6.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: UMA NOVA ORDEM MUNDIAL?

O Brasil possui uma adequada legislação e instrumentos de conservação da biodiversidade considerados, muitas vezes de vanguarda e até mais restritivos que em muitos países. Somos signatários das convenções internacionais sobre meio ambiente, com normas e políticas complementares (DRUMMOND, 1999; PÁDUA, 2000). As diferentes estratégias adotadas, considerando desde a implantação do código florestal em 1934 até a

recente Política Nacional de Áreas Protegidas para a gestão dos recursos naturais levaram a um instrumento mais integrador e que contemplou a participação da sociedade.

Segundo o documento do MMA (Brasil, 2006), o Plano Nacional de Áreas Protegidas estabeleceu *governança, participação, eqüidade e repartição de benefícios* como seus eixos temáticos. Tais eixos orientam ações e medidas para o envolvimento dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão sobre criação e gestão das áreas protegidas. Essa participação deverá considerar ações e medidas orientadas para a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas e o compromisso de fortalecer e qualificar a participação das comunidades locais, de maneira a consolidar a importância das áreas protegidas como forma de promover a cidadania.

No país, têm surgido diversas pesquisas de cunho participativo, associando à implementação da unidade de conservação a processos de inclusão social das populações. As unidades de conservação não podem ser sustentavelmente protegidas sem levar em consideração os interesses e comportamentos de seus moradores do entorno. O modelo emergente de proteção integral que está se fortalecendo cada vez mais atribui um lugar fundamental à inserção e colaboração da população local tanto na concepção quanto na implantação dessas unidades. Esse modelo reconhece que as múltiplas demandas sobre os recursos precisam ser satisfeitas e é favorável à formulação de planos de manejo que permitam às comunidades a satisfação das diferentes necessidades.

Enquanto abordagens excludentes podem ser bem sucedidas e em alguns casos proteger a biodiversidade, o mesmo não é válido para as populações que tem acesso proibido aos recursos naturais. Para Ferreira (2004), embora o movimento social tenha alcançado êxitos para minimizar os impactos de políticas excludentes de conservação da biodiversidade sobre a vida social de pequenos agricultores familiares, pescadores e extratores de pequena escala acabaram por ideologizar o debate acadêmico. O que ocorreu, foi uma diminuição do impacto científico de pesquisas que de fato investigam as características do uso de recursos naturais por populações que habitam áreas caracterizadas por alta biodiversidade ou por conflitos em torno desses usos.

Mesmo com o aumento de unidades de conservação em nível mundial, existe cada vez mais consciência das conseqüências sociais da criação de áreas protegidas que excluem habitantes locais das formas tradicionais de vida. Os conflitos parques e populações locais são particularmente graves em regiões tropicais, onde as pessoas dependem da biodiversidade para sua subsistência.

Recentes estudos comparativos têm avaliado a eficácia dos parques nas regiões tropicais. Esses estudos sugerem que a criação de unidades de conservação tenha obtido

resultados no mínimo confusos (SOUTHWORTH, 2007). Níveis sustentáveis de uso de recursos têm sido propostos como uma alternativa mais eficaz para a conservação. Os argumentos de que os recursos são mais bem conservados quando há gestão da biodiversidade por populações locais com base em seus conhecimentos e na sua forma de valorar a biodiversidade como parte de seu sustento têm ganhado os fóruns internacionais.

À luz dos recentes debates sobre abordagens participativas, é particularmente importante a inclusão das populações locais nos processos de tomada de decisão que conduzam a melhorias de condições em unidades de conservação. Segundo Ferreira (2004) o processo de institucionalização de restrições de usos de recursos naturais nas áreas protegidas em geral é o principal conflito. Esse conflito passou a ser pactuado quando começaram a ser elaborados os planos de manejo para as unidades de conservação regionais, cuja importância é a definição das regras de uso dos recursos naturais dessas áreas.

Segundo Dowie (2006), já existem modelos conservacionistas positivos que funcionam em uma perspectiva de conservação sensível à cultura, das populações locais. Em alguns países como a Austrália, Bolívia, Nepal e Canadá, as legislações nacionais protegem os direitos ativos a terra. Isso permite colaborar com as comunidades nativas e produzir modalidades criativas para proteger os habitats de vida selvagem e a biodiversidade, permitindo, ao mesmo tempo, que os nativos continuem seu modo de vida tradicional.

Muitos preservacionistas estão começando a entender que a maioria das áreas que procuraram proteger são ricas em biodiversidade, precisamente porque os povos que estão vivendo lá ou no seu entorno conhecem valor e os mecanismos da diversidade biológica. Outros aprenderam pela experiência que os parques nacionais e as áreas protegidas, cercadas por pessoas irritadas, com fome, que se descrevem como “inimigos da conservação” estão sujeitos ao fracasso.

São muitos exemplos e estudos sobre a conservação da biodiversidade em unidades de conservação e muitos apontam, por exemplo, que na África onde tantos parques e reservas foram criados e onde a expulsão dos povos nativos é a maior, 90% da biodiversidade encontra-se fora das áreas protegidas.

A gestão das relações mantidas entre as unidades de conservação e as populações do entorno e a compreensão da importância social básica da conservação da biodiversidade como também proposto na CBD, e podem e devem ser ampliadas.

## CAPÍTULO 2 ÁREA DE ESTUDOS: GURUPATUBA, UMA OUTRA AMAZÔNIA

*“A vila de Monte Alegre é tão linda [...] é alegre por sua boa vista, pela situação porque está sobre um monte [...] vão acompanhando o rio fazendo uma bizarra planície, esta senhoreando grande parte do Amazonas para cima e para baixo, além dos lagos[...]mas também todo o continente, que tem atrás, já matos, e já campinas, lagos e ribeiras”.  
PADRE JOÃO DANIEL, 1760.*

### 7 UM ENCLAVE DE CERRADO NA AMAZONIA ORIENTAL

#### 7.1 LOCALIZAÇÃO

O bioma do cerrado é um dos 25 centros prioritários (*hotspots*) para a preservação da biodiversidade do planeta (MYERS *et.al.* 2000; MMA,2002). Sua biodiversidade é expressiva. Em uma área de 1,86 milhão km<sup>2</sup>, 10.000 espécies de plantas; 189 espécies de mamíferos; 837 espécies de aves; 180 espécies de répteis e 150 espécies de anfíbios foram identificadas e demonstraram também um alto grau de endemismo (MYERS et al. 2000, KLINK e MACHADO, 2005). Assim, segundo dados da Conservação Internacional (2004), o grau de endemismo é de 44% para as espécies vegetais, de cerca 9,5% no caso dos mamíferos, 28% para os anfíbios e 38% para os répteis.

A partir de 1998, com o projeto Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal (MMA, 1999), a importância biológica e social deste bioma torna-se reconhecida. Apesar desse reconhecimento, hoje, juntamente com a caatinga, é um dos biomas mais fortemente ameaçados.

Não existem dados oficiais sobre o atual estágio de conversão do bioma Cerrado, as informações disponíveis são contraditórias. A ONG Conservação Internacional (CI), por exemplo, aponta que, aproximadamente 55% do bioma Cerrado já tenham sido convertidos em agricultura e pastagem (MACHADO et al., 2004). Outros estudos estimam uma conversão na ordem de 40% (MITTERMAYER et al., 1999; SANO et al., 2002). O mapa de cobertura vegetal da América do Sul, produzido pela Comissão Européia, indica 53% de área convertida (EVA et al., 2004). No ano de 2006, o projeto PROBIO/Cerrado (Embrapa Cerrados-CPAC) estimou a área convertida em 39%. De qualquer modo, a situação da biodiversidade do Cerrado é dramática, e apenas 2,2% do bioma estão inseridos em áreas protegidas (MITTERMEIER et al. 2000; KLINK e MACHADO, 2005).

O domínio<sup>16</sup> dos cerrados abrange aproximadamente 22% do território brasileiro. O termo cerrado é comumente utilizado para denominar o conjunto de ecossistemas (savanas, matas, campos e matas de galeria) que ocorrem no Brasil Central. (RIBEIRO et. al., 1981). A fisionomia dominante da vegetação é a de savana com dois estratos dominantes, porém de importância relativa variável: o estrato lenhoso, constituído por árvores e arbustos, com troncos e ramos tortuosos e raízes profundas; o estrato herbáceo, formado por ervas e sub-arbustos, com espécies também predominantemente perenes.

Coutinho (1978), descreve o cerrado como um complexo de formações vegetais que apresentam fisionomias e composição florística variáveis:

- campestres ou campo limpo, onde a flora é caracterizada por um tapete de ervas latifoliadas ou de gramíneas curtas, havendo em geral a ausência de exemplares arbustivos, ou a presença de raríssimos espécimes lenhosos, neste caso enraizados em frestas da camada rochosa;
- savânicas que é o campo sujo, onde a vegetação herbácea mescla-se aos sub-arbustos;
- campo cerrado que é encontrado em áreas de contato do cerrado com floresta e está caracteristicamente composto por uma vegetação arbustiva de distribuição aberta ou fechada;
- cerrado *stricto sensu* que é a vegetação característica do cerrado, composta por exemplares arbustivo-arbóreos, de caules e galhos grossos e retorcidos, distribuídos de forma ligeiramente esparsa, intercalados por uma cobertura de ervas, gramíneas e espécies semi-arbustivas;
- florestais conhecido como cerradão, este tipo de vegetação cresce sob solos bem drenados e relativamente ricos em nutrientes, as copas das árvores, que medem em média de 8-10 metros de altura, tocam-se o que denota um aspecto fechado a esta vegetação;
- vegetação de afloramento de rocha maciça representada por cactos, líquens, musgos, bromélias, ervas e raríssimas árvores e arbustos, cresce sob penhascos e morros rochosos, formando um mosaico ecológico que é determinado pelo mosaico de manchas de solo (mais férteis ou menos férteis), pela irregularidade dos regimes e características das queimadas de cada local (frequência, época, intensidade) e pela ação humana.

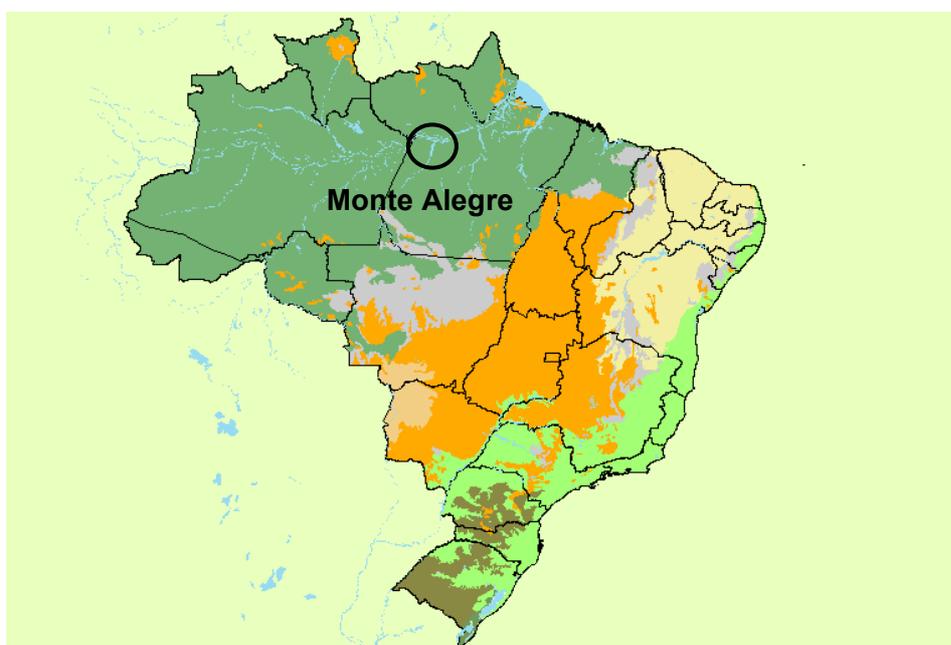
---

<sup>16</sup> O termo 'domínio' é aqui utilizado para se referir a uma grande extensão geográfica, onde predominam certas características morfoclimáticas e fitogeográficas, distintas daquelas predominantes nas demais áreas.

O clima típico do domínio dos cerrados é quente, semi-úmido e claramente sazonal, com verão chuvoso e inverno seco. A pluviosidade anual fica em torno de 800 a 1600 mm. A precipitação média mensal é mais alta nos meses de primavera e verão (outubro a março). No período de maio a setembro os índices pluviométricos mensais reduzem-se bastante, podendo chegar a zero. Seus solos são arenosos, areno-argilosos, argilo-arenosos ou, eventualmente, argilosos, porém plano e profundo, devido à sua origem sedimentar eles são bastante ácidos e quimicamente pobres. Sua capacidade de retenção de água é relativamente baixa.

Uma característica do relevo deste domínio em geral bastante plano ou suavemente ondulado é a presença de chapadas e encostas íngremes. Cerca de 50% de sua área situa-se em altitudes que ficam entre 300 e 600 m acima do nível do mar; apenas 5,5% vão além de 900 m. Vale lembrar que é no interior do bioma de Cerrado que nascem os rios do Pantanal e boa parte dos rios da Amazônia (DA SILVA et.al., 2002; KLINK e MACHADO, 2005; COUTINHO, 2007).

A região nuclear ou "core" de cerrados, considerada mais característica e contínua, ocupando 1,5 milhões de km<sup>2</sup> está situada no Planalto Central brasileiro. Estende-se pelos estados de Goiás, Tocantins, Distrito Federal, parte de Minas Gerais e Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e parte de Maranhão, Piauí e Rondônia (Figura 1). De maneira disjunta, forma enclaves, manchas de cerrado e se distribui pelos estados do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Paraná.

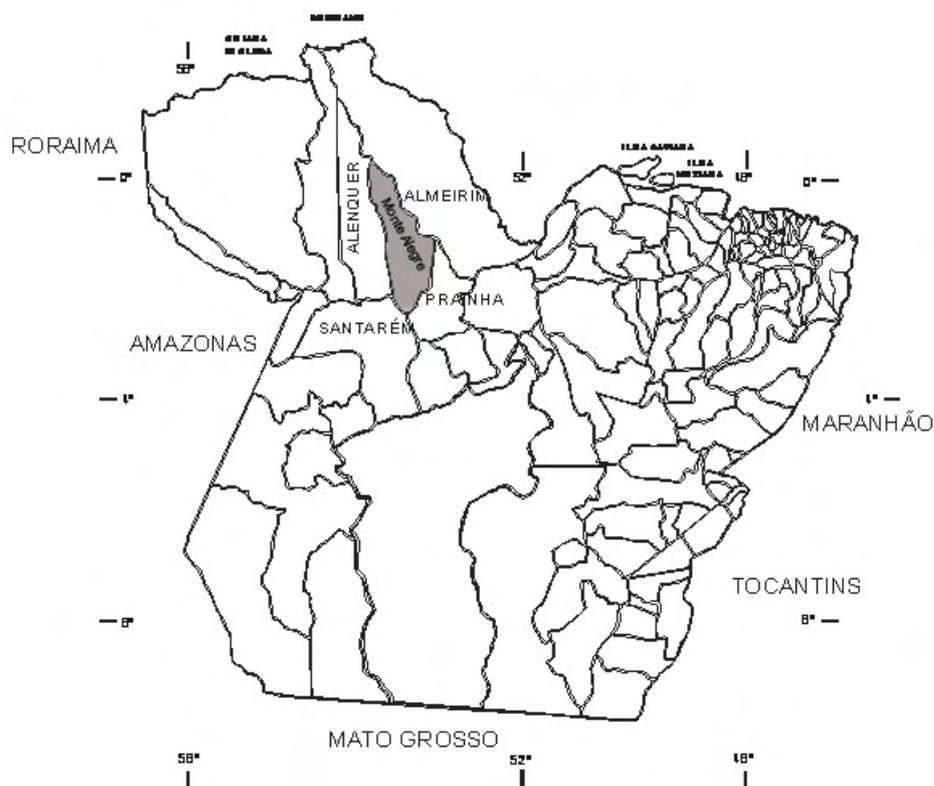


Fonte: Conservação Internacional, Brasília, DF. (adaptado de IBGE, 1993).

Figura 1 - Mapa da vegetação do Brasil, mostrando a área central do bioma do Cerrado e enclaves em outros biomas (na cor laranja); e as áreas de tensão ecológica ou áreas de transição existentes nas áreas de contato dos biomas (na cor cinza).

Altamente ameaçadas pela expansão agrícola, mineração, pecuária e queimada, as savanas ou cerrados amazônicos correspondem a 1,54% do território da Amazônia Legal e 4,4% dessas savanas apresentam área sob desmatamento (VIEIRA, et.al.2006). No Estado do Pará, as savanas ou cerrados estão localizados na região sul do estado, na divisa com o Mato Grosso, Serra do Cachimbo, no município de Belterra e de Santarém (Alter do Chão) e no norte do Estado na região dos municípios de Alenquer, Prainha e Monte Alegre e Ilha do Marajó.

O município de Monte Alegre está localizado na porção nor-nordeste do Estado do Pará, na mesorregião do Baixo-Amazonas. A cidade de Monte Alegre, sede municipal, situa-se na parte su-sudeste do município, na margem esquerda do Paranã do Gurupatuba, afluente da margem esquerda do rio Amazonas (Figura 2).



Fonte: Primaz. CPRM,

Figura 2 - Localização do município de Monte Alegre no Estado do Pará.

Na região de Monte Alegre, os enclaves são chamados de “Campos de Monte Alegre”. A vegetação de cerrado apresenta variações locais, de acordo com o relevo e os diversos tipos de solo. Nos campos, a vegetação é composta por arbustos de porte mediano, entre quatro a sete metros, dispersos sobre uma vegetação de gramíneas

contínuas, com predominância de *Andropogon* sp., *Paspalum* sp. e *Bulbostylis* sp. Os solos predominantes são arenoso frouxo, com manchas de areias expostas em um relevo plano. Nos campos abertos predominam espécies das *Poaceae* e *Cyperaceae*, especialmente sobre solo arenoso erodido.

As espécies mais freqüentes neste ecossistema são: lixeira (*Curatella americana*), muruci do campo (*Byrsonima spicata*) e mangaba (*Hancornia speciosa*). Na vegetação herbácea, encontra-se o capim barba de bode (*Aristida* sp.) (EMBRAPA, 1999).

Em 1999, a floresta tropical densa cobria a maior parte do município (63,5 %), principalmente na parte centro-norte. O ecossistema de várzea cobria 3,2 % da área e está situado a nordeste e sul do município. Os ecossistemas de cerrado e de pastos nativos ocupam uma superfície de 725 km<sup>2</sup>, correspondendo a 3,6 % da área. Em torno de 18,9 % da área era ocupada por agricultura e pastos cultivados. As áreas de transição correspondiam a 4,1 % e as demais correspondiam às águas do Lago Grande (OLIVEIRA JUNIOR 1998, SILVA E PASTANA, 1999) (Figura 3).

O Rio Amazonas mede cerca de 9 km de largura em frente à Ilha de Gurupatuba, a leste de Monte Alegre. Nesse trecho, o rio é pontuado por inúmeras ilhas fluviais e canais com inúmeros meandros. O rio Gurupatuba, que desemboca no rio Amazonas, tendo o rio Paytuna como afluente à esquerda; o Paranã de Monte Alegre, desenhando-se quase como uma continuação do rio Gurupatuba, e ainda o rio Maecuru ou Maicuru desemboca no Lago Grande.

Na área da várzea, entre os inúmeros lagos existentes, destacam-se o Lago Grande, que é o maior de todos, com cerca de 35 km de largura, além do Lago Socoró, o Lago do Acari, o Lago do Panacun, o Lago do Paytuna, o Lago do Jacaré Capa, situados à margem esquerda do rio Amazonas, todos são considerados como lagos piscosos.

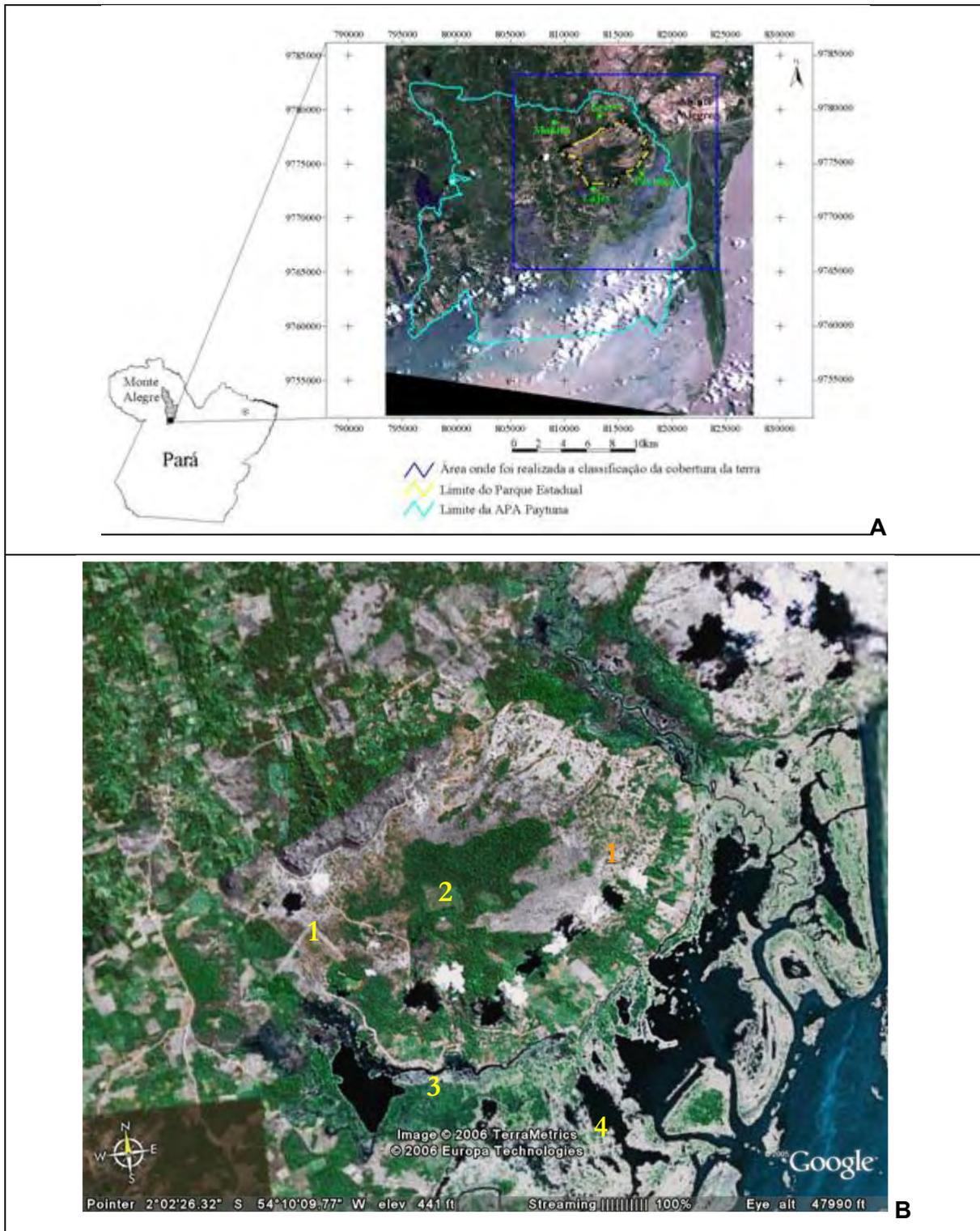


Figura 3 – Imagem da região, localizando no Pema. A) Localização do Pema no Estado do Pará e no município de Monte Alegre. B) Principais formações vegetais: 1. Cerrado; 2. Ilha de floresta tropical alterada; 3. Ecótono de floresta e cerrado; 4. Várzea.

## 7.2 GEOLOGIA

Os estudos, realizados pelo Grupo Espeleológico do Pará - GEP (1984) apontam que a região de Monte Alegre destaca-se no contexto da Amazônia brasileira, sob o ponto de vista geológico, por concentrar, em uma área relativamente pequena, afloramento de rochas paleozóicas e terciárias. Uma das principais estruturas geomorfológicas da região é o chamado Domo de Monte Alegre. Este consiste de uma estrutura circular com diâmetros de 15 x 25 km.

Essa feição é desenhada no relevo por serras e colinas assimétricas, podendo ser descritas como *hogbacks*, com assimetria centrífuga e serras que tem sua altitude variando de 50 m até mais de 400 m (VISEU &ALMEIDA, 2007) (Figura 4). Estão desenhadas por inúmeras pequenas serras isoladas, incluindo as serras do Ererê, do Maxirá, de Paytuna, de Itauajurí, dispostas em um círculo de cerca de 20 km de diâmetro, onde afloram rochas paleozóicas a oeste de Monte Alegre. O Domo de Monte Alegre é considerado uma estrutura sem igual na bacia amazônica.

O Domo apresenta duas falhas. Ao norte, a falha soergueu rochas paleozóicas, conformando a Serra do Itauajuri. Ao sul, a chamada Falha Ererê soergueu rochas paleozóicas colocando-as em contato com rochas arenosas terciárias da Formação Alter do Chão. O bloco sul dessa falha, domínio das rochas terciárias, está representado nas serras do Ererê e Paytuna, onde o Parque Estadual de Monte Alegre está localizado. As águas termais sulfurosas existentes na região são indicações desse aspecto particular da geologia da área. Da mesma forma importantes ocorrências fossilíferas dão à região uma importância ímpar no cenário geológico-paleontológico amazônico (VISEU &ALMEIDA, 2007).

As serras do Ererê e Paytuna se destacam como pontos culminantes da área de várzea do Rio Amazonas, alcançando cerca de 250 m de altitude na Serra do Ererê, que representa um mirante natural da planície. Segundo Viseu (2006), há na região inúmeras formas de relevo nas encostas e topo destas serras. As Serras do Ererê, da Lua e do Paytuna são também os locais onde estão as cavernas e grutas esculpidas pela erosão pluvial.

A principal caverna do local é a Itatupaoca, localizada na Serra do Ererê, e a escultura rochosa mais notável é a chamada Pedra do Pilão (ou “induí-mena” ou ainda “mão de pilão”, segundo Katzer (1933), localizada na Serra do Paytuna. Esse cenário faz da região um dos alvos mais importantes para qualquer estudo geológico referente à Bacia do Amazonas.

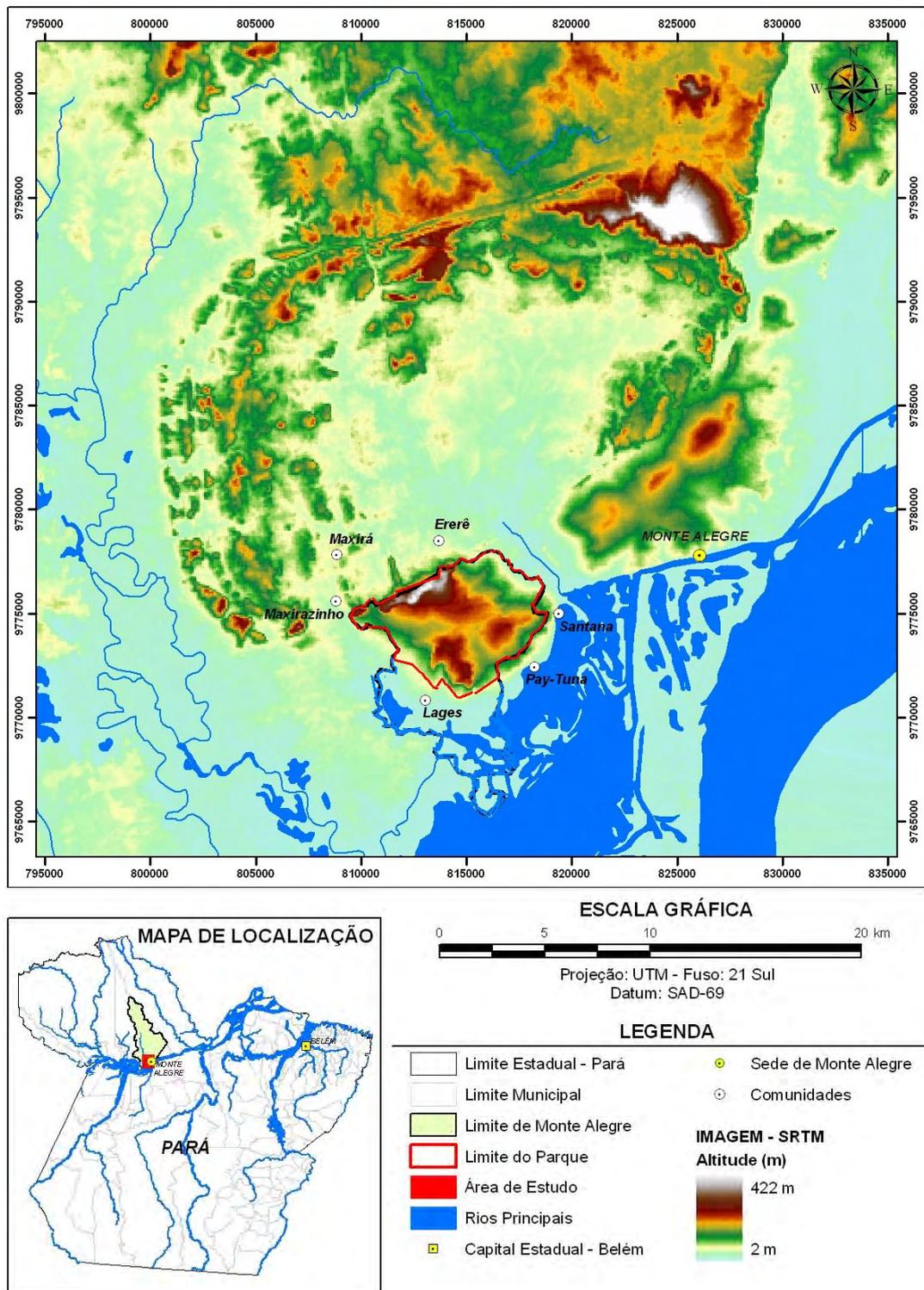


Figura 4 - Domo de Monte Alegre. Em destaque a área do Parque Estadual.

### 7.3 SOLOS

Nas áreas de terra-firme predominam solos do tipo latossolo. As áreas na região das Serras do Ererê e Paytuna são cobertas por solo arenoso ligado às influências das rochas expostas nessas serras. Nos terrenos de várzeas, os tipos glei e lateritas hidromórficas são predominantes, sempre relacionados a locais de topografia plana e baixa. Os aluviões, por outro lado, formam perfis pouco desenvolvidos e sempre ricos em matéria orgânica, nos leitos e algumas porções das margens dos rios principais (EMBRAPA, 1999).

### 7.4 CLIMA

Na região de Monte Alegre, predomina o clima tipo An (classificação de Köppen), caracterizado por uma estação seca, bem acentuada no período do inverno, tendo pelo menos um mês com precipitações inferiores a 60 mm, com temperatura do ar com média anual acima dos 22,5° C.

A umidade relativa do ar na região acompanha o ciclo anual da precipitação e, normalmente, apresenta valores elevados, com média anual de 72,8% e valores médios mensais entre 62,8% (outubro) e 79,9% (março e abril).

As precipitações anuais atingem em média 1.780 mm. Observam-se duas estações chuvosas. A primeira vai de dezembro a junho, com altas precipitações superiores a 200 mm que aumentam até o mês de março (estação chuvosa propriamente dita), a segunda é a estação menos chuvosa que vai de julho a novembro com médias, por vezes, inferiores a 60 mm.

O mês de abril contribui com 18% do total anual da chuva, enquanto que os meses de outubro e novembro, os menos chuvosos, contribuem individualmente apenas com 2% do total anual. O trimestre mais chuvoso é o compreendido entre os meses de março a maio, enquanto o trimestre mais seco situa-se entre os meses de setembro e novembro (estação de estiagem) (PRIMAZ, 1999, VISEU, 2001; VISEU e ALMEIDA, 2006). Os dados da estação meteorológica que foi mantida entre 1984 e 1994, em Monte Alegre, indicam, neste período relativamente curto, uma fraca variação interanual.

### 7.5 VEGETAÇÃO E FLORA

Embora o município de Monte Alegre apresente todas as formações vegetais que caracterizam o ambiente amazônico, na região de estudo, o Parque Estadual e em seu

entorno, predomina o tipo Cerrado ou Savana. Em manchas de extensão reduzida, são encontrados resquícios de Floresta Tropical em diversos graus de antropização. Há em toda a região do estudo, áreas antropizadas com uma vegetação secundária que resultam em dois extremos de um uso intensivo (áreas onde são retirados remédios, lenha, utensílios) a um uso pouco intensivo (áreas de caça) (FERREIRA, 2001; FERREIRA e ROCHA, 2006).

Nos locais mais distantes das áreas de moradias, que são as áreas mais centrais, é onde estão localizadas as manchas remanescentes de vegetação original, principalmente, de cerrado. Ferreira (2001) destacou a predominância de vegetação secundária com níveis de degradação e/ou a vegetação original fortemente alterada, e classificou os tipos de vegetação florística e fisionomicamente como: (Figura 5)

(1) Floresta Equatorial Ombrófila Aluvial.

(2) Formação Pioneira Arbustiva.

(3) Formação Pioneira Lenhosa-Graminóide.

(4) Cerrado ou Savana.

(5) Vegetação secundária de uso intensivo, de uso médio e de pouco uso.

(6) Áreas de tensão ecológica: contacto formação pioneira/ savana; contacto formação pioneira/floresta; contacto formação floresta/ savana.

Nas classes de vegetação das áreas alagadas a menos alterada é a floresta equatorial ombrófila aluvial (várzea). Incluem-se nessas áreas os locais de assentamentos humanos e adjacências as comunidades de Lages, Paytuna e Santana que, além de terra firme, possuem ambientes permanente ou temporariamente alagadas.

Essas comunidades têm como principal base de sustentação econômica os recursos pesqueiros; por isso, a vegetação dos lagos de várzea e arredores é relativamente bem conservada. Os lagos são denominados Lago do Tucumã, Lago Branco, Lago da Ponta e Lago Arimató, na comunidade Paytuna; e Lago das Dores, na comunidade de Lages. Os lagos representam a base da cadeia alimentar nesse ambiente e, de uma maneira empírica, são reconhecidos e respeitados pela população local.

Segundo Ferreira (2001), as regiões de várzea, com a formação pioneira lenhosa-graminóide, que forma a chamada ilha flutuante, são constituídas basicamente de macrófitas aquáticas, entre elas, a vitória-amazônica, denominada localmente de forno-de-jacaré e gramíneas. Nas margens dos rios e lagos de várzea, há as formações de origem edáficas, com predominância de aningas (*Montrichardia arborescens*) A vegetação de várzea, propriamente dita, está bem alterada, principalmente nas margens dos rios e próximo às comunidades. Apresentam árvores de porte médio, misturadas com palmeiras e com algumas espécies emergentes com destaque para a andiroba (*Caraipa* sp.), açacu (*Hura crepitans*), breu branco (*Protium* sp.). Entre as palmeiras, destacam-se o jauari

(*Astrocaryum jauari*), o açaí (*Euterpe oleracea*), o inajá (*Attalea maripa*), o buriti (*Mauritia flexuosa*), o urucuri (*Attalea phalerata*) e o curuá (*Attalea monosperma*).

A vegetação predominante é a formação de cerrado conhecida, também, como “Campos de Monte Alegre”. Ao longo das encostas encontra-se uma vegetação mais fechada assemelhando-se a um cerradão. Nas escarpas mais íngremes das serras aparecem campos com predomínio de espécies das famílias *Poaceae* e *Cyperaceae*, especialmente nas áreas onde o solo é arenoso e erodido.

A vegetação de cerrado apresenta poucas variações locais. Segundo Ferreira e Rocha (2006), em alguns locais, o estrato arbustivo é dominante; em outros o estrato herbáceo domina com gramíneas, com arbustos isolados ou em manchas de vegetação, com algumas árvores. Nas áreas, onde há contato com a floresta ocorre um tipo de cerradão com estrato arbóreo bem desenvolvido. Aí foi registrado por Lima (1958 apud FERREIRA e ROCHA, 2006): *Krameria tomentosa*, *Heisteria flexuosa*, *Ixora martinii*, *Vernonia fruticulosa*, *Anacampia coriacea*, *Tibouchina spruceana*, *Trachypogon vestitus*, *Protium heptaphyllum*, *Dioclea glabra*.

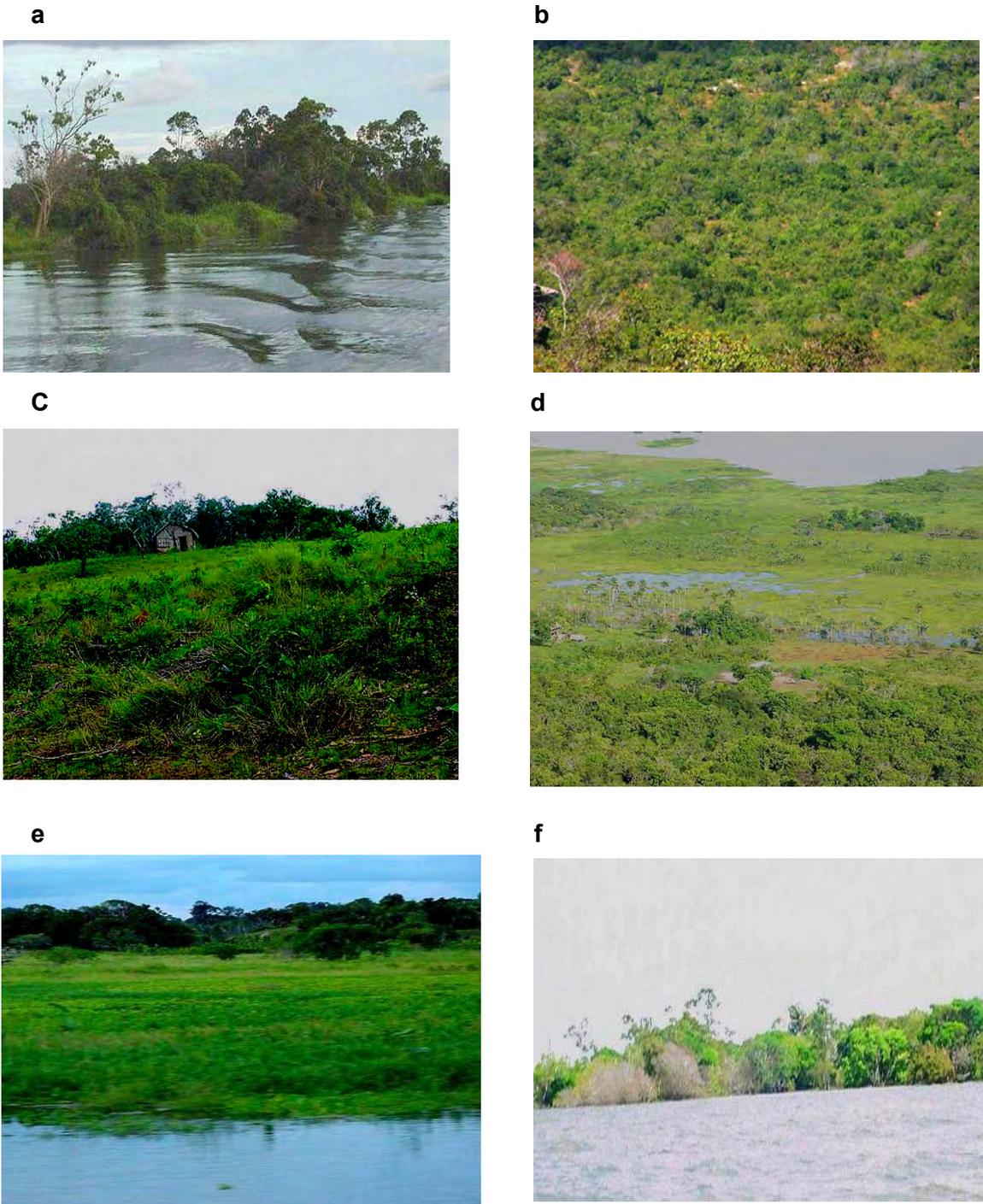
Fisionomicamente, o cerradão é formado por um estrato herbáceo com uma cobertura graminóide contínua, com arvoretas esparsas retorcidas, onde a palmeira sacuri (*Attalea microcarpa*) é muito freqüente. Entre as gramíneas, as espécies dominantes são: *Trachypogon spicatus* (*Poaceae*) e *Fimbristylis capilaris* (*Cyperaceae*).

As arvoretas mais freqüentes nesse ecossistema são a sucuba (*Himatanthus sucuuba*), o ipê (*Tabebuia* sp.), o ariauauá (*Qualea grandiflora*), o jutaí (*Hymenaea parvifolia*), o caju (*Anacardium occidentale*), a copaíba (*Copaifera martii*), o muruci (*Byrsonima crassifolia*) e o lacre (*Vismia baccifera*).

No alto do planalto, a vegetação é de cerrado. Nessa área ocorrem, irregularmente, pequenos agrupamentos de diversas espécies arbóreas e arbustivas, como a vassoureira (*Casearia grandiflora*), a furoia (*Alibertia edulis*), a murta (*Eugenia tapacumensis*), o cipó de fogo (*Davilla pedicellaris*).

As áreas de floresta alterada formam “ilhas” de floresta de terra firme que sofreram alterações em sua composição e estrutura original. A vegetação de porte mais desenvolvido é formada por um estrato superior com árvores de 20-25 metros, com algumas emergentes, alcançando 30 metros de altura. As espécies mais freqüentes, registradas por Ferreira (2001) são: embiriba (*Eschweilera ovata*), aração (*Bellucia grossularioides*), tapiriri (*Tapirira guianensis*), tachi (*Sclerolobium paniculatum*), copaíba (*Copaifera martii*). A palmeira sacuri (*Attalea microcarpa*) aparece nessa área de transição com o cerrado. Localmente esta área de floresta é conhecida como “mata” ou “capoeirão”. Nas áreas de transição do cerrado com

a capoeira as espécies arbóreas de floresta como cedro (*Cedrela fissilis*) e embiriba (*Eschweilera ovata*) também são encontradas.



Figuras 5 - Flora da região: a) Floresta Equatorial Ombrófila Aluvial; b) Cerrado ou Savana; c) Áreas Antrópicas; d) Área de Tensão Ecológica; e) Formação Pioneira Lenhosa Graminóide; f) Formação Pioneira Arbustiva (Fotos Manoela Ferreira, 2001).

## 7.6 FAUNA

Segundo Bonaldo (2001), as observações realizadas na região atestam a existência de uma considerável diversidade de espécies de invertebrados. Os principais *micro-habitats* são folhagem de arbustos e árvores, troncos de árvores vivas, troncos em putrefação e serrapilheira e abrigam principalmente ácaros. Há abundância de insetos de diversas ordens, como: dípteros (moscas), himenópteros (formigas, abelhas e vespas), coleópteros (besouros) e lepidópteros (borboletas). Não foram realizados estudos na região com invertebrados vetores e transmissores de doenças tropicais.

Nas matas de várzea, ocorrem vários Crustáceos, os Diplópodes. Nas áreas de solo arenoso foi observada a ocorrência de coleópteros predadores, pertencentes à família *Cicindelidae*. Representantes da ordem Odonata (libélulas) e dípteros das famílias *Drosophilidae* e *Tabanidae* são freqüentes.

Os aracnídeos pertencentes s ordens *Acari*, *Araneae*, *Opiliones* e *Amblypygi*. Amblipígeos de grande porte estão presentes nas grutas. Os opiliões de diversas espécies foram registrados no cerrado, habitando a serrapilheira ou troncos caídos em processo de decomposição. Foram registrados representantes de 14 famílias de aranhas nas áreas de cerrado, várzea e nas macrófitas das margens do Lago Grande.

Os peixes de interesse comercial representam o componente da fauna da região mais conhecido. O trabalho, desenvolvido no âmbito do Projeto Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas - Estados do Pará e Amazonas, Projeto IARA/IBAMA, por FERREIRA et al. (1998), listou 128 espécies de peixes comerciais ocorrentes na região de Santarém e médio Amazonas, em levantamento realizado nos portos e áreas de desembarque.

A herpetofauna é bastante variada na região de Monte Alegre, onde todos os grandes grupos estão presentes: quelônios, serpentes, lagartos e jacarés. De acordo com entrevistas realizadas com a população local, os jacaré-tinga (*Caiman crocodyilus*) e jacaré-açú (*Melanosuchos niger*) são freqüentes na região próxima dos lagos que margeiam as comunidades do Paytuna e Lages. Algumas espécies de quelônios são utilizadas pelos moradores locais como fonte de alimentação.

Os levantamentos da fauna de répteis realizados por Galatti et al. (2006) destacam a baixa diversidade de anfíbios na área, provavelmente em função da escassez de corpos d'água existentes no ambiente. Em geral, a área abriga um conjunto de espécies de anfíbios e répteis que ocorrem em áreas de cerrado ou savana. Apesar da presença de anfíbios

relacionados à região das Guianas, predominam as espécies com ampla distribuição na Amazônia e na América do Sul.

Os ofídios e as serpentes presentes no ambiente são espécies distribuídas geograficamente no extremo norte do país e região das Guianas. Não há ocorrência de espécies endêmicas da região ou ameaçada de extinção. Relatos de moradores confirmam a presença de espécies de cascavéis onde o *habitat* de cerrado com afloramentos rochosos é propício à sua ocorrência.

Os registros e estudos na região de Monte Alegre têm recebido a atenção de diversos ornitólogos e outros pesquisadores, ao longo dos anos. De acordo com Dantas (2006), a avifauna do Pema e arredores é constituída, principalmente, por espécies insetívoras de pequeno a médio porte, como os *Tyrannidae* (bem-te-vis) e *Thamnophilidae* (papa-formigas). Há ainda espécies frugívoras de pequeno a grande porte (papagaios, pombos, alguns passeriformes), frugívoros-insetívoros (anambés, sabiás) e aves aquáticas (garças, martim-pescador). A *Aratinga pintoii*, uma espécie de psitacídeo encontra-se na lista estadual de aves ameaçadas do Pará (SECTAM, 2006).

Em recentes estudos realizados na região por Souza et al. (2006), apenas sete das 11 ordens de mamíferos neotropicais foram registradas. A degradação ambiental reduziu (e em alguns casos extinguiu) grande parte das populações de mamíferos, em decorrência de fatores, como a destruição dos *habitats* e a atividade de caça o que pode justificar a baixa diversidade para esse grupo na região. As espécies mais frequentes avistadas pertencem as ordens Xenarthra, *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-de-colete); Primates, *Saguinus midas* (sagüi); Carnívora, *Cerdocyon thous* (raposa); Artiodactyla artiodátilos; *Tayassu pecari* (caititu); *Mazama americana* (veado-mateiro); e *M. gouazoubira* (veado-fuboca). Os roedores como *Agouti paca* (paca) e *Dasyprocta leporina* (cotia) também estão presentes na fauna local (Figura 6).

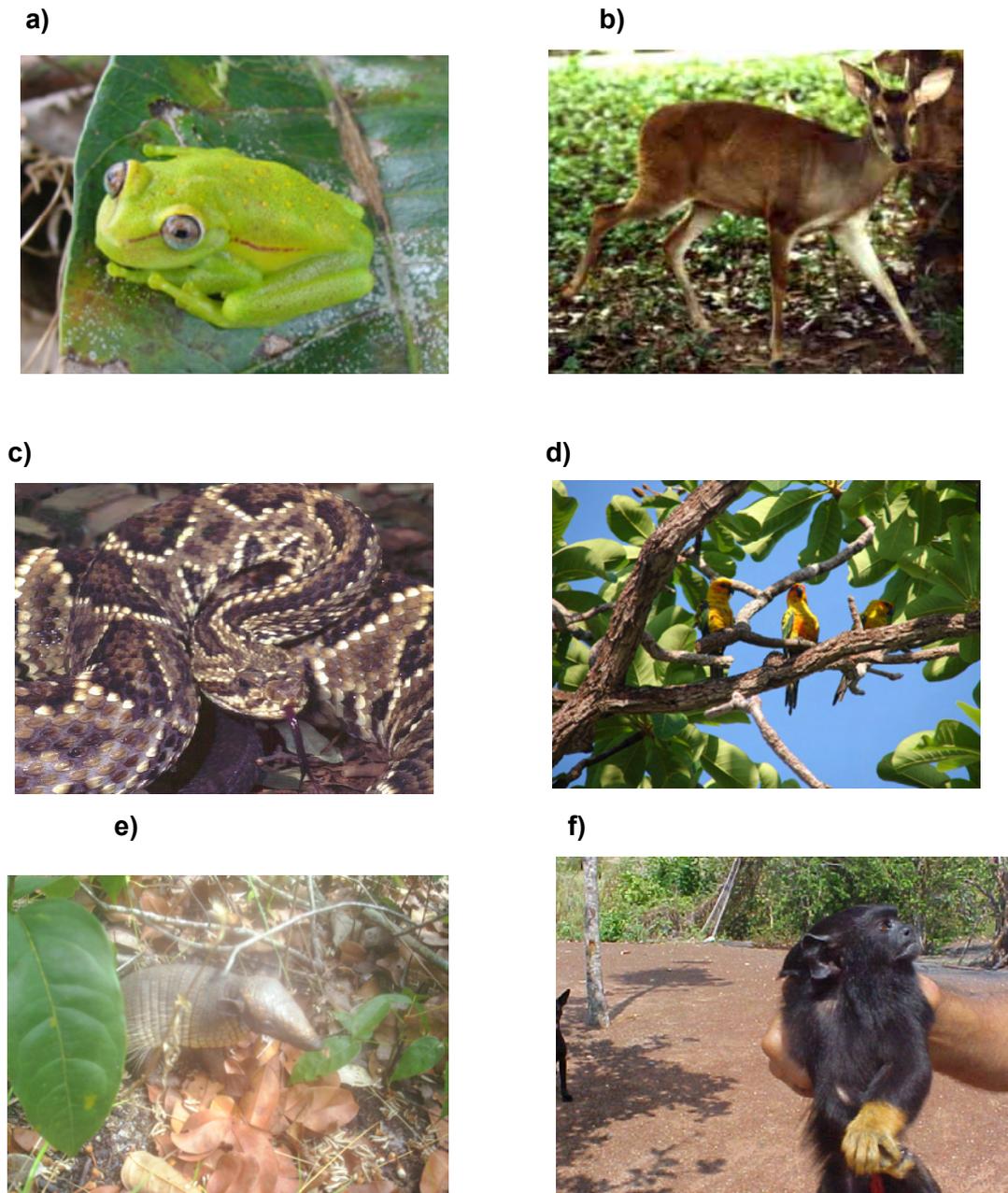


Figura 6 - Fauna da região: a) anfíbio *Hyla punctata*; b) Cervídeo *Manzana* sp.; c) ofídio *Crotalus durissus*; d) Psitacíde da região: *Aratinga pintoii*; e) *Xenartha* primeiro registro para a região *Euphractus sexcinctus*; f) Primata: *Saguinus* sp. (Fotos: Ulisses Gallati(a, c) Eldianne Lima (b, e), João Meirelles(f) e Regina Oliveira (f)).

## 7.7 INTERESSE DA REGIÃO PARA A CONSERVAÇÃO

### 7.7.1 Aspectos históricos

Segundo Pereira (2006), a região de Monte Alegre sempre foi conhecida, em termos arqueológicos, pelas pinturas rupestres existentes no conjunto de serras. Essas pinturas tornaram-se mundialmente conhecidas, a partir de 1848, quando o naturalista inglês Alfred Wallace percorreu a região e visitou os vários locais onde ocorrem estes vestígios.

Muitos são os relatos, livros e publicações sobre a região, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, quando naturalistas e historiadores percorreram a Amazônia. Em 1820, os naturalistas alemães, Spix e Martius, descrevem as técnicas de pesca utilizadas por índios da região. Wallace visita a região em 1848 e descreve as grutas com pinturas rupestres, as fazendas de gado, o plantio de cacau e a pesca do pirarucu. Em 1869, Ferreira Pena, em comissão do Governo do Pará, descreve a região, tece comentários sobre a Vila, as casas cobertas de palha e a agropecuária.

As pinturas rupestres ganham notoriedade e, em 1895, Hartt organizou as conhecidas "Expedições Morgan", discorrendo sobre as formas e dimensões das figuras, técnicas de execução e a matéria prima utilizada na sua confecção. Em 1898, o autor faz uma descrição sumária da gruta Itatupaoca.

Sobre a formação rochosa da região, Derby, em 1878, propõe a denominação grupo Ererê para formação geológica das serras. Com ele, Paul Wells e Steere, que participam da expedição geológica comandada por Derby, descrevem a serra do Itauajurí, as formações rochosas das serras do Paytuna e Ererê. Frederich Kazter, em 1933, foi outro geólogo que percorreu a região e que informou sobre a existência de pinturas rupestres na área, principalmente na serra do Ererê.

Em 1924, Curt Nimuendaju esteve na região de Monte Alegre onde visitou, entre outros lugares, as serras do Ererê e Paytuna. Na serra do Ererê, ele copiou as pinturas rupestres de dois sítios: a Serra da Lua (que ele menciona como Pedra da Lua). Ainda na Serra do Ererê, Nimuendaju menciona ter visto de longe as pinturas rupestres de um lugar chamado Pedra do Sol. Esse lugar é o sítio arqueológico da Serra do Sol. Na Serra do Paytuna, ele copiou algumas pinturas do sítio Gruta do Pilão.

A flora e a fauna foram primeiramente pesquisadas e estudadas por Spix e Martius. Em 1930, o botânico Ducke menciona a fenda existente entre as serras da Lua e do Arouxi, relatando que os gases quentes possuem forte odor amoniacal. As primeiras coletas de aves na região foram feitas no início do século XX, por Emilie Snethlage. A vegetação

hidrófila e das chapadas foi registrada por Lima, em 1959; e Barbosa Rodrigues descreve, em 1875, a flora da região no texto *Exploração e Estudos do Valle Amazonas*.

O Barão do Marajó, em seus relatos de viagem, descreve, em 1883, a região dos rios de Monte Alegre, enfatizando o rio Gurupatuba e os igarapés do Paytuna e Ererê e destacando a navegabilidade e a quantidade de lagos, chamando atenção também para a geologia do local. Em 1847, Paul Marcoy, em suas viagens pela Amazônia, descreve fatos históricos da região e sua prosperidade em função da plantação de cacau. Madame Coudreau chega à região em 1903 e sobe o rio Maicuru, descrevendo as populações ribeirinhas e a coleta de balata na vila do Ererê (Figuras 7 e 8).



Figura 7 – Vila do Ererê em 1903. (M. Coudreau).  
Fonte: Biblioteca Museu Goeldi, coleção Obras Raras.



Figura 8 – Exportação de produtos no porto da cidade.  
Fonte: Arquivo Nelsi Sadeck s/d, Monte Alegre.

### 7.7.2 Enfoques recentes sobre a conservação

O conhecimento acumulado em dois séculos sobre a região, as belezas cênicas da região, somadas aos aspectos da geologia e da arqueologia, foram aspectos cruciais e os principais argumentos que atraíram os interesses para a criação de áreas protegidas na área.

O documento que propõe a instalação de mecanismos para proteção do ambiente no Estado do Pará é de 1988. Foi resultado de um estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado em parceria com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o GEP-Pará (LOBATO, 1988) e levou à identificação de 36 áreas prioritárias no estado do Pará para conservação (Figura 19, *cf.* capítulo 3). Estas foram definidas a partir dos dados do projeto RADAM-Brasil, dos reconhecimentos das áreas consideradas como refúgios do Pleistoceno (WETTERBERG, 1976) e das áreas indicadas por técnicos do instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp).

As áreas foram definidas após a realização de visitas até os locais selecionados. Foram realizadas avaliações preliminares de cunho ambiental, socioeconômico, infraestrutura de acesso e levantamento da situação atual. Esses dados subsidiaram a definição das categorias de manejo para as áreas selecionadas.

O documento propôs a criação de três unidades de conservação no município de Monte Alegre, sem, no entanto, serem efetivadas: duas Áreas de Proteção Ambiental, a das Garças de Monte Alegre e a das águas hipotérmicas e sulfurosas de Monte Alegre, além do o Parque Estadual Monte Alegre (LOBATO, 1988). Uma nova tentativa de criação de unidades de conservação no município ocorreu em 1992, no bojo dos movimentos ambientais e da RIO-92, mantendo as mesmas categorias citadas. A criação das unidades de conservação no município somente concretizou-se em 2001 (*cf.* capítulo 3).

Atualmente, com a elaboração do plano de manejo, outros aspectos da área têm recebido atenção para a conservação. Para Souza et al. (2006), a fauna local tem importância para conservação e pode ser utilizada como atrativo para o ecoturismo. A região do entorno do Parque faz parte da área de distribuição geográfica de 19 espécies de mamíferos, consideradas em perigo de extinção, sendo 54 de interesse ecoturístico.

## 8 A OCUPAÇÃO HUMANA

Dos primeiros assentamentos humanos do Pleistoceno, à ocupação pelos portugueses, às migrações nordestinas e de outros povos que na cidade se instalaram a ocupação humana fez história em Monte Alegre. Esta se diferencia das demais cidades amazônicas, não somente pelos seus aspectos físico-geológico de serras e montanhas, e sim também pelos aspectos biológicos e culturais, como descritos pelos naturalistas e historiadores. A importância destes fatos para a história contemporânea permite entender a situação atual do município no que tange a sua nova conformação ambiental.

### 8.1 PRÉ-HISTÓRIA

A presença de grupos humanos na região é bem anterior à chegada do colonizador europeu. Foram cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) até hoje 14 sítios arqueológicos e inúmeras pinturas rupestres. As pesquisas iniciais datam de 1984, quando o Grupo Espeleológico do Pará realizou os levantamentos geológicos. O arqueólogo uruguaio Consens (1988, 1989) descreve com minúcias seis sítios com as pinturas rupestres e sugere datas para sua origem. Para o autor as representações de determinados animais (macacos, lagartos, corujas) e o de formas específicas antropomórficas e antropomorfas são notáveis.

Apesar das pinturas rupestres serem o vestígio arqueológico mais conhecido de Monte Alegre, existe outros tipos de materiais arqueológicos, como as cerâmicas e artefatos em pedra. As cerâmicas encontradas foram caracterizadas como da Cultura Santarém que ocorre em toda a região do baixo Amazonas.

Segundo Pereira (1996, 2003) em Monte Alegre existe uma concentração de sítios com pinturas rupestres cujas características estilísticas não encontram paralelo nem na Amazônia, nem no resto do Brasil. Uma delas é a utilização de determinadas formas da rocha como orifícios, arestas ou protuberâncias que são utilizadas para compor figuras ou dar volume a elas. Nas pinturas rupestres dessa região, Pereira (1996) identificou cinco temas: antropomorfos, mãos, zoomorfos, biomorfos e grafismos puros.

Nos anos de 1991 e 1992, a arqueóloga Anna Roosevelt escavou o sítio Gruta do Pilão, por ela denominado Gruta da Pedra Pintada, que foi o primeiro sítio com pinturas

rupestres escavado no Pará. O resultado dessa pesquisa permitiu estabelecer uma relação entre as pinturas rupestres e a ocupação humana.

Segundo Roosevelt et al. (1996), as camadas mais profundas apontaram uma ocupação datada entre 11.200 e 9.800 B.P. Essa ocupação corresponde ao período Paleoíndio, representado pela Cultura Monte Alegre que se caracterizou pela presença de artefatos de pedra, por pinturas rupestres esquemáticas e por uma economia de floresta tropical e de coletores de várzea. A relação das pinturas rupestres com a escavação foi estabelecida por meio da semelhança entre a composição química dos pigmentos encontrados nos níveis antigos da escavação com os das pinturas situadas na parede e nos fragmentos de parede, encontrados na estratigrafia.

Não existe consenso entre os arqueólogos, sobre a antigüidade da ocupação humana na América do Sul. O ponto de vista mais aceito era o de que os primeiros habitantes do continente sul-americano teriam chegado há pouco mais de 11 mil anos. No Brasil, a presença humana está documentada no período situado entre 11 e 12 mil anos atrás. Novas evidências têm sido encontradas na Bahia e no Piauí que comprovariam ser mais antiga esta ocupação. Pesquisas recentes indicam datações mais antigas, entretanto, há uma tendência cada vez maior de os pesquisadores reverem essas datas. No Piauí, há datações comprovadas de 60.000 anos antes do presente, nos mais dos 400 sítios arqueológicos já catalogados na região do parque nacional da Serra da Capivara (PESSIS, 2003).

Segundo Reis (1942), a região era ocupada pelos povos Gurumatuba ou Curumatubas além dos Carabocas, os Bubuizes, os Mariaus e os Serranos, na época que os europeus chegaram. Frias (1995) relata que outros povos como os Aretús e Magues viveram na região, e estes não aceitando os colonizadores fugiram para outros locais. Os Gurumatubas mantinham fidelidade aos portugueses e é provável que estes sejam os que atualmente se denominam Apalai. As referências a esses povos são escassas e a compreensão da seqüência das populações necessitaria uma abordagem etnohistórica fora do foco do presente trabalho.

## 8.2 BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

Há controvérsias quanto à ocupação lusitana na região. Segundo o padre Serafim Leite (1943 *apud* SANTOS, 1980), os padres da Companhia de Jesus chegaram à região em 1657. Segundo Frias (1995), os relatos históricos do Frei Cristovam Acunha, em 1639, sobre Gurumatuba e sua gente destacam a região como o primeiro povoado ou aldeia a

gerar o que têm os portugueses a favor de sua coroa, destacando que a missão Gurupatuba já existia antes da chegada dos padres da Companhia de Jesus.

A Companhia de Jesus assumiu a catequese na aldeia. Esses padres fundaram a aldeia Gurupatuba, mais tarde missão Gurupatuba, que pelo seu desenvolvimento foi denominada Missão Central do Baixo Amazonas, atendendo às missões dos Tapajós e Concari. Nos textos de Reis (1942), a região de Monte Alegre é uma das mais antigas ocupações da Amazônia, criada a partir das missões dos padres carmelitas e jesuítas no ano de 1755. Como o governo de Portugal, em 1693, dividiu o campo missionário da Amazônia entre os jesuítas, que ficaram a com a região sul e os franciscanos o comando do norte, a Missão Gurupatuba passa então para o domínio dos franciscanos.

Os índios Gurupatuba eram considerados com “boa aptidão” para o trabalho e produziam as “cuias pintadas”, consideradas por Ferreira (1750) como “os pratos, os copos e toda a baixela dos índios”. Os povos indígenas que ocupavam a região foram escravizados e missionados desde a criação da Missão Gurupatuba. Caracterizadas como “tropas de resgate”, as missões militares, promovidas pelos portugueses, destruíam as aldeias e prendiam os índios e os levavam como escravos. Com o aumento do interesse do governo português pela Amazônia, as missões religiosas perdem poder e, com as ações políticas do Marques de Pombal, as ocupações da região são transformadas em Vilas que passam a receber os nomes de cidades portuguesas, visando garantir a presença lusitana na área. A missão de Gurupatuba é elevada à categoria de vila em 1758.

Ainda no período imperial é instalada na Vila de Monte Alegre, a Serraria Real, para exportação de madeira aparelhada para abastecimento do Arsenal de Marinha em Belém. As “drogas do sertão”, peixes salgados e caça eram os produtos exportados pela Vila. Ao lado deste extrativismo, a agricultura praticada era de subsistência. O gado é introduzido na região em 1760 pelo Capitão General Manoel Bernardo, trazendo o gado *vacum* das ilhas do Marajó para outras regiões do Baixo-Amazonas (REIS, 1942).

A introdução do cultivo do cacau ocorre no ano de 1802, pelo Conde dos Arcos e ocupa a área das várzeas e terras altas, margeando o rio Gurupatuba e Amazonas, região, hoje, conhecida como Cacoal Grande. Segundo Vieira (1915), o Estado do Pará era o maior exportador de cacau. O cacau nativo da Amazônia era a princípio colhido nas matas e chamado de cacau bravo. A partir de 1678, quando sua cultura foi autorizada pela “ordem régia”, o cacau cultivado foi chamado de cacau manso.

A instalação da vila de Monte Alegre coincidiu com os primeiros anos da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão pelo Marquês de Pombal. Esta teve a finalidade de incentivar o comércio de produtos e mão-de-obra importada da África. A

introdução da mão-de-obra escrava africana, em Monte Alegre, data de 1785. Com ela, é desenvolvido o plantio da cana de açúcar, a instalação de engenhos e de uma olaria para fabricação de telhas e potes. Esses produtos eram exportados para Belém e Macapá.

A exportação de produtos como o melaço, o cacau, o cará, batata da terra, e a mandioca sustentavam a economia do município. Do algodão eram produzidos tecidos para abastecimento do mercado interno; o café era produzido apenas pra o consumo familiar. Os escravos ocupam os serviços com o gado e no trabalho nas fazendas mantidas pela elite local.

O Conselho Provincial da Província do Grão-Pará estabeleceu uma reestruturação administrativa para a Amazônia em 1833, extinguindo e criando novas vilas. A vila de Monte é mantida e os vereadores da época organizam a administração dos distritos que são chamados “quarteirões”. Em Monte Alegre foram criados onze quarteirões, entre eles, o do Ererê e Paytuna, com nomeação dos líderes locais. Essa ação fortalece os territórios que pertenciam à Vila.

Em 1835, após a Independência, surge na região a Revolução da Cabanagem - movimento revolucionário de libertação do Pará, envolvendo principalmente a população ribeirinha (os cabanos) e os portugueses. O conflito armado chega a Monte Alegre um ano depois de ter sido iniciada na cidade de Belém. Segundo Santos (1980), em Monte Alegre predominava a lealdade à Coroa Portuguesa, os juizes e legalistas a favor do império eram denominados pelos rebeldes de caramurus. A cidade fica dividida politicamente, de um lado os que apoiavam a revolução dos cabanos liderados pelo Brigadeiro Machado de Oliveira, presidente da Câmara Municipal e de outro os que estavam a favor da coroa imperial.

A cidade é invadida no ano de 1836 e os Cabanos executam as autoridades. Com a Vila dominada pelos Cabanos, muitos dos moradores fogem para Santarém e Macapá, abandonando seus cultivos. Santos (1980) e Frias (1995) descrevem as batalhas ocorridas na cidade, à formação das milícias pró e contra a Cabanagem e ressaltam o envolvimento no movimento de famílias da cidade. Entre elas, a família Malcher que tinha entre os mentores e líderes do movimento um de seus representantes. Segundo Ferreira Reis (1949), Monte Alegre é libertada do domínio cabano ao final do mesmo ano, pelas tropas leais ao império. Porém, em 1842, houve conflito na cidade, ainda por conta do movimento cabano.

O impacto da Cabanagem para a economia local foi, segundo Lins (s/d) e Santos (1980) grande e causou muitos prejuízos. As fazendas de gado, os cacauais e a agricultura de subsistência estavam destruídas. O comércio ficou paralisado, não havia produtos e a farinha, tinha de ser importada com altos preços. Muitos dos fazendeiros que fugiram para

se proteger dos cabanos, ao retornarem para a cidade encontraram seus plantios de cacau destruídos.

A economia do município foi abalada com a destruição dos cacauais, e veio a se recuperar com a produção de algodão, café e cacau a partir de 1858, quando também a Vila de Monte Alegre foi desmembrada de Santarém. A recuperação econômica da Vila foi favorecida pelos vereadores com concessão de terrenos e facilitação de abertura para casas comerciais.

A vila é elevada à categoria de comarca em 1873 e, posteriormente, à categoria de cidade em 1880. Nessa época, o rebanho bovino é destaque na economia regional. A cidade possui o maior plantel do baixo Amazonas, com 54.500 cabeças. Monte Alegre, entre o final do século XIX e a década de 30, destaca-se como exportador de balata e cacau.

O movimento republicano somente é reconhecido em Monte Alegre no ano de 1890. Ao final do século XIX, em 1896, é instalado na cidade o telégrafo submarino “The Amazon Telegraphic”. A cidade ganha seu primeiro serviço de abastecimento de água no ano de 1930, e no ano seguinte o serviço de energia elétrica. Esses serviços se modernizam em 1940.

No ano de 1947, o município foi acusado de subverter a ordem democrática, ao apresentar candidatos do Partido Comunista em suas eleições municipais, sendo inclusive invadida por soldados. Durante o período da ditadura militar no Brasil, o município, visto pelo governo do estado como oposicionista, perdeu, em 1973, sua autonomia e o direito de realizar eleições. A cidade é então categorizada como uma Estância Hidromineral e perde apoio financeiro de projetos do poder público tanto estadual quanto federal, sendo excluída do então Programa Poloamazônia.

### 8.3 A SITUAÇÃO ATUAL

#### 8.3.1 A construção de um modelo de ocupação concentrada

Na Amazônia, a criação dos Núcleos Coloniais, na segunda metade do século XIX, foi constituída como ações governamentais para atender às demandas de fomento à produção e reforma das técnicas agrícolas, a intensificação dos sistemas produtivos e o aumento da produtividade. Os Núcleos Coloniais na Amazônia se tornaram espaços de experimentação de novas técnicas produtivas, melhor aproveitamento da terra, do domínio das florestas e de promoção do povoamento (NUNES, 2007). Sua criação ocorre como parte da política de imigração desenvolvida pelos governos central e provincial, num momento em que se

discute o processo de reorganização da propriedade da terra, iniciado com a criação da lei de Terras de 1850<sup>17</sup>.

Essa lei se propõe à reorganização da atividade agrícola, com a adoção de novas técnicas de plantio: se exige um maior aproveitamento da terra e dos recursos florestais, associando à atividade agrícola e extrativa. Propõe ainda, a construção de espaços de atuação de mão-de-obra livre nacional e estrangeira, como estratégia de superação da falta de trabalhadores agravada com as leis abolicionistas (NUNES, 2007).

No Pará, a primeira colônia agrícola é estabelecida em 1875, na região nordeste do estado. Os cearenses que migraram para Monte Alegre, em 1877, devido à seca nordestina, não se enquadram em nenhum programa do governo. Eles chegavam em busca de terras para agricultura e trabalho nas fazendas, vindos de Santarém. Em Monte Alegre, eles se estabelecem nas proximidades do então povoado do Ererê, que na época era um dos povoados mais produtivos, sendo inclusive elevada à categoria de freguesia (Arquivos da Prefeitura).

O governo local fornecia instrumentos de trabalho como terçados e enxadas. Os fazendeiros incentivavam os recém-chegados a produzir os gêneros alimentícios para manutenção dos seus vaqueiros. Esses produtos eram adquiridos a preços mais baratos do que os produtos comprados dos regatões. Os regatões, por sua vez, procuravam trocar suas mercadorias com os produtos da terra. O sistema de troca denominado aviamento, financiava a agricultura de Monte Alegre. Não somente migrantes de origem brasileira, mas estrangeira, vindos dos Estados Unidos começaram a chegar à região, tendo como foco de chegada inicial o município de Santarém, com o estabelecimento da colônia americana de Fordlandia.

Com a República instalada e as mudanças de regime político, a idéia de colonização com migrantes europeus ganhou força. Em Monte Alegre, o Estado do Pará cria em 1894 duas colônias: a colônia de Itauajurí e a de Igarapé-açu para fixação de migrantes espanhóis. Estas colônias, segundo Cruz (1958 apud Santos, 1980) “são estabelecidas ao norte do Airi e dos terrenos do patrimônio municipal e os marginais à Serra do Itauajurí.” Os terrenos devolutos “além da Serra do Ererê, no lugar denominado Terra Preta” também são disponibilizados ao governo. As áreas dispunham de 3.673 ha e foram divididas em 147 lotes de 25 ha, cada um.

---

<sup>17</sup> Originalmente todas as terras no Brasil pertenciam à Nação Portuguesa, por direito de conquista, sendo, portanto, públicas. Depois, passaram ao Império da República, sempre como domínio público. A legislação sobre terras surgiu esparsa e sem sistematização até a Lei Imperial nº. 601, de 18.09.1850, denominada Lei das Terras. Essa Lei dentre outros assuntos dispôs sobre a *legitimação de posses* (OLIVEIRA et al, 2002).

Os colonos espanhóis são os primeiros europeus que se estabelecem no município. Eles dão impulso à agricultura com o plantio de fumo e milho e trabalham também como marceneiros. Os italianos e os sírio-libaneses se estabelecem no final do século XIX e impulsionam o comércio. Segundo Santos (1980) e Lins (s/data), os prédios comerciais da cidade foram construídos pelos italianos que também se dedicaram à comercialização do gado. Os sírio-libaneses se instalam no comércio varejista.

O governo do Pará concede à Companhia Nipônica de Plantação S.A (NANTAK), um milhão de hectares de terras, sendo 600 mil ha no atual município de Tomé-açú e 400 mil ha no município de Monte Alegre. Os japoneses se instalam na região em dois momentos: o primeiro no ano de 1929 quando se estabelecem na região do Itauajurí, nas localidades denominadas Mulata, Açaizal e Dois Galhos (UENO, 2005). Nesse período fundam a Companhia Nipônica de Plantações S.A. e cultivam algodão e milho. No ano de 1954, se instalam nas antigas áreas (Itauajurí e Mulata) e atuam no plantio da pimenta-do-reino. Nesse período implementaram a primeira cooperativa agrícola NIPON.

Em 1928, com a nova investida colonizadora fomentada pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura foi instalado no município o Núcleo Colonial “Inglês de Souza”. O núcleo passa a ser ocupado pelos colonos nativos e oferece assistência médica, mas não propõe financiamentos ou assistência técnica. Nordestinos e colonos, vindos de outras regiões próximas, instalam-se na área engenhos de cana de açúcar e fabricam o mel, o açúcar moreno e aguardente, produtos que eram exportados pelo município.

Durante o Governo Vargas foi incentivada maciçamente a migração nordestina em função de uma nova política para a colonização da região amazônica, privilegiando as migrações internas às estrangeiras. A criação das Colônias Agrícolas Nacionais – CAN's foi a principal ação dessa política. Nesse período, em 1942, ocorreu também outro fluxo migratório intensivo para a região, sendo criada, em Monte Alegre, a Colônia Agrícola Nacional do Pará – CANP (antigo distrito Inglês de Souza). A CANP, assim como as demais Colônias Agrícolas criadas em outros municípios do Estado, trouxe em seu bojo a criação de um Projeto Integrado de Colonização (PIC). O PIC Monte Alegre, criado em 1943, englobou, aproximadamente, 500 mil hectares (para assentamento inicial de 3.800 famílias) divididos nas glebas Inglês de Souza, Major Barata e Mulata (CONCEIÇÃO, 1994; OLIVEIRA, 2002).

O processo de ocupação foi dinamizado nas décadas de 70 e 80 a partir do “boom” das grandes políticas de desenvolvimento e Projetos implantados na Amazônia. Esses programas, entre os quais se destacam Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), Programa de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) Operação Amazônia, POLAMAZÔNIA,

resultaram na construção das principais rodovias federais e estaduais (Belém-Brasília, Transamazônica, Santarém-Cuiabá) e das principais hidrelétricas da região.

Nesse período ocorre a última grande entrada de famílias na região, motivada pela melhor fertilidade dos solos e pela quantidade de terras disponíveis. A construção da PA-254 (Monte Alegre-Prainha) reativa o PIC Monte Alegre. Seguindo o sentido da estrada, a ocupação foi formada por uma população de origem variada, contando com nordestinos, migrantes de outros Estados e/ ou municípios da região e, principalmente, com famílias locais originárias de outras zonas do próprio município de Monte Alegre.

Monte Alegre constituiu-se em um caso particular no Baixo Amazonas, devido ao fato de ser colonizado a partir de programas e projetos implementados pelo governo. Alvo dessas iniciativas de colonização dirigida, o povoamento do município foi formado a partir de uma mistura de famílias caboclas, imigrantes japoneses, espanhóis, italianos, sírios-libaneses e migrantes nordestinos (em sua maioria, cearenses).

O município de Monte Alegre conta com uma população atual de 69.372 habitantes, segundo uma estimativa do IBGE (2006) e ocupa uma área de 21.703 km<sup>2</sup>. Predomina no município a pecuária e a agricultura de subsistência, centrada em produtos como o milho, o feijão, o arroz e a mandioca de cultura temporária. Os citros e a pimenta-do-reino e, mais recentemente, o café, são as culturas perenes.

### 8.3.2 Estrutura fundiária

A estrutura fundiária do município, de acordo com a classificação estabelecida pela antiga Comissão de Política Agrária, é caracterizada por médias propriedades, de 10 a menos de 100 ha. A disposição dos lotes, no PIC Monte Alegre, obedeceu a um modelo de setores, perpendiculares à estrada principal e núcleos populacionais a cada 2 km, ao longo da estrada. Nesse PIC, de 1943 até 1980, cerca de 2.600 famílias já haviam sido assentadas em três glebas do município: Inglês de Souza, Major Barata e Mulata. Segundo Oliveira (2002), esse modelo serviu de referência para o projeto de Colonização implementado na Transamazônica, substituindo setores por travessões e implementando as agrovilas.

No que se refere à condição do produtor, em relação a terra, predominam os posseiros, que segundo informações da Prefeitura Municipal, representam 60% de produtores rurais. Os 40% restantes são de proprietários. As áreas destinadas à reforma agrária são os campos do Popó e Altamira. A maioria das propriedades não possui titulação.

Atualmente, o projeto de assentamento, denominado Maicuru, prevê assentar 1.500 famílias.

Em 2006 é criado pelo INCRA, na região da várzea do município, o Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE JAQUARÁ. Esse projeto destina uma área de 1.845 ha para assentamento de duzentas unidades agrícolas familiares nas comunidades de Jaquará, Cerquinha, Calvário, Flexal I e Flexal II. (D.O.U., 2006).

Como parte da política do governo federal para os municípios da área de influência da BR-163 existe a promessa de criação de assentamentos de reforma agrária nas modalidades sustentáveis. Esses assentamentos, tais como: o projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e o projeto de assentamento florestal (PAF), são partes do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163<sup>18</sup> para conter o avanço de desmatamento e conflitos fundiários.

Para diminuir os impactos sociais e ambientais da pavimentação, o governo definiu como prioridade, na área de influência da BR-163, a promoção de ações para ordenamento territorial, regularização fundiária, implantação de obras de infra-estrutura, pesquisas, fiscalização, criação de unidades de conservação e apoio à agricultura familiar e às práticas sustentáveis de exploração.

Em abril de 2007, onze novos assentamentos<sup>19</sup> são impugnados pelo o Ministério Público Federal (MPF), ao constatar que eles foram criados sem licenciamento ambiental e sem infra-estrutura para atender aos trabalhadores rurais. Esse procedimento gerou conflitos entre o Incra, o MPF e o movimento social local.

A gleba Inglês de Souza, o mais antigo núcleo de colonização do município, está localizada em sobreposição a área do Parque Estadual Monte Alegre e foi motivo de ampla discussão e questionamento durante a elaboração do plano de manejo do Pema. O Governo do Estado do Pará doou por meio dos Decretos nº. 4.350 de 19.02.27, nº. 4.179 de 24.11.42 e nº. 4.296 de 14.05.43 terras de seu domínio à União. O objetivo foi dar prosseguimento ao processo de Colonização iniciado pela Colônia Agrícola Nacional do Pará criada pelo Decreto nº 8.671 de 30.12.42 no município de Monte Alegre.

Esses processos são motivos de conflitos de interesse entre as políticas federais e estaduais. Por um lado o Governo Federal por meio dos assentamentos minimiza os

---

<sup>18</sup> Um conjunto de políticas públicas estruturantes e coordenadas para conciliar fortalecimento econômico e conservação de recursos naturais ao longo do trecho da estrada que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) a ser asfaltado.

<sup>19</sup> PAC Cauçu B e Balança; PAC Nova Altamira; PA Muriçoca; PA Vai quem quer; PA Maripá; .PA Terra-preta e Olho d'água; PA Baixão; PA Cristo rei; PDS Serra-Azul.

conflitos por ocupação de terras, e por outro lado o Governo Estadual tenta impor sua política ambiental. (cf. capítulo 3).

### 8.3.3 O papel da cidade

A cidade de Monte Alegre é dividida em “cidade alta” e “cidade baixa”. Na parte alta, estão concentrados os bairros de moradia, os centros comerciais, as escolas. Na cidade baixa, próxima do rio, estão os portos, o mercado de peixe, de gelo, a prefeitura e alguns núcleos de moradias mais antigas etc. Na região de Monte Alegre, a ocupação humana dos cerrados tem sido descrita em relatos de historiadores, biólogos e arqueólogos (WALLACE, 1889; LIMA, 1959; EGLER, 1960; ROOSEVELT et al. 1996; PEREIRA, 1996; AUGUSTO E MOREIRA, 1998).

Quanto à sociedade local (eminentemente agrícola), é composta por pequenos produtores (agricultores, extrativistas, agregados), grandes pecuaristas, donos de geleiras<sup>20</sup> e atualmente empresários agrícolas que chegaram com a expansão do cultivo de soja. Dentro dessa sociedade existe uma estrutura de poder estável, mas não rígida formada por famílias tradicionais que passaram por um processo de consolidação social e econômica no passado, mediante os ciclos econômicos que marcaram a região do Baixo Amazonas.

Essas famílias foram adaptando-se rapidamente a cada nova situação econômica regional, conseguiram e se mantiveram no poder ao longo do tempo. Dessa maneira, não é difícil perceber que famílias que dominaram no passado atividades econômicas importantes, e que também detiveram o característico sistema de aviação, são praticamente as mesmas que prevalecem hoje na exploração pecuária e/ou pesqueira. Além disso, essas famílias também figuram entre os principais comerciantes locais e normalmente fazem parte do quadro político municipal.

Esse fato caracteriza o desequilíbrio de poder perpetuado durante várias gerações, que é característico da sociedade brasileira, onde quem detém o poder o usa para se perpetuar nesta condição (poder econômico, político e social, assim definidos).

A estrutura do poder foi acrescida de novos investidores do setor primário, profissionais liberais, líderes religiosos – de origem local ou não – que passaram a destacar-se no âmbito municipal. A região conta, ainda, com uma estrutura organizacional dos Sindicatos e Colônias de Pescadores que se fortaleceram com os avanços obtidos pelas organizações ligadas a essa categoria. Outros tipos de organização, como os clubes de

---

<sup>20</sup> Relacionado com a evolução econômica de ciclos, não é difícil encontrar atores que surgiram/ desapareceram conforme a ascensão e declínio de uma dada atividade (a exemplo dos malveiros, juteiros, seringueiros, balateiros etc.).

futebol, grupos comunitários ou religiosos, exercem uma influência maior sobre as comunidades rurais.

Em termos de oferta de serviços, o município possui uma estrutura mínima de serviços básicos (escola, saúde, lazer, serviços gerais e outros) que permitem à sociedade local suprir suas necessidades sem recorrer aos grandes centros. Internamente, no entanto, o nível (qualitativo e quantitativo) dessa oferta nas áreas da educação e saúde (principalmente) é desigual entre os meios urbano e rural.

Além dessa estrutura de serviços, Monte Alegre apresenta uma significativa estrutura institucional ligada à agricultura, contando com sedes de alguns órgãos federais e estaduais como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Incra (com sede regional e superintendência), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e Secretaria Estadual de Agricultura (Sagri).

O município é servido por duas agências bancárias, hotéis de pequeno porte, energia elétrica (CELPA), rede telefônica (Telemar). A comercialização de produtos é centralizada no local denominado “Bosque”, situado na cidade alta.

A cidade nos últimos cinco anos ganhou investimentos dirigidos à infra-estrutura por meio dos programas estaduais de turismo com a modernização do porto e construção da hidroviária. A expansão da fronteira agrícola e o asfaltamento da BR-163 também dinamizaram os serviços no município com a instalação de postos de combustíveis, aeroporto, rede de informática.

Ressalto que hoje a criação do Parque Estadual é vista na cidade como uma oportunidade de negócios, com a idéia de que muitos turistas visitarão a cidade e com eles o surgimento de novas oportunidades para empreendimentos. Alguns moradores já atuam como agentes de turismo, desde 1993, época em que o resultado das escavações na região identificou a ocupação por paleoíndios. Outros grupos promovem visitas voluntárias à região das serras e criam sites para divulgar a região.

#### 8.3.4 As comunidades estudadas

As comunidades de Maxirá, Lages, Santana, Ererê e Paytuna estão localizadas no entorno do Parque Estadual Monte Alegre (Pema). As comunidades mais antigas são as de Paytuna e Ererê. Registros de historiadores e do Arquivo Público Municipal apontam os produtos extraídos dessas comunidades já no ano de 1832 (Figura 9).

#### 8.3.4.1 As famílias fundadoras e a estrutura fundiária

A ocupação das regiões do Baixo Amazonas, a partir da colonização portuguesa, ocorreu na direção várzea terra-firme, a partir do século XVIII, com a igreja no intuito de "abrir caminho" para confirmar e expandir os domínios da colonização europeia (OLIVEIRA, 2002). Evidentemente que, a história das comunidades do entorno do parque estadual está ligada aos processos históricos de ocupação na região.

Na comunidade do Maxirá/ Maxirazinho, os terrenos e lotes foram demarcados provavelmente durante a criação do núcleo agrícola em 1928 e posteriormente pelo INCRA. Alguns moradores possuem seus lotes com escrituras e outros possuem titulação. Utilizam os lotes para moradia, produção agrícola e pasto. Segundo seu morador mais antigo e ex-presidente da comunidade a *“região possuía muita mata, mas o coberto<sup>21</sup> já existia e vivia-se da lavoura para sobreviver e muita caça”*. Ele se refere ao ano 1937, quando sua família se instalou na comunidade, época da recente instalação da Gleba Inglês de Souza.

A divisão da comunidade do Maxirá, segundo seu ex-presidente, foi realizada pelos padres em 1975, com o intuito de facilitar a realização das missas e deu origem as duas comunidades o Maxirá e o Maxirazinho. A origem do nome, segundo alguns moradores, está ligada a um de seus fundadores e maior proprietário, chamado de Manoel Maxirá. A região foi loteada com a implantação das áreas de colonização.

Seus moradores têm relações de parentesco, próximos ou distantes, e formam cerca de cinco núcleos familiares, cada um representado por moradores antigos e seus descendentes. Houve intensa venda de posses nestas comunidades em função da criação de outros assentamentos próximos, que foram utilizados para expandir do rebanho bovino, com a implantação dos de pastos. Essas duas comunidades estão localizadas próximas às estradas que dão acesso as comunidades de Lages e Ererê, a CANP e a PA-254 que liga Monte Alegre a Prainha, facilitando o acesso dos moradores destas comunidades às outras colônias. Atualmente está ocorrendo uma nova divisão para formar a comunidade do Maxirá 2, em função da formação e legalização da associação, da divisão de núcleos familiares e de conflitos políticos, causados pelo pleito eleitoral de 2006, durante a eleição de novos vereadores para o município. As principais atividades econômicas são a pecuária e a agricultura de subsistência como plantio de mandioca e milho.

---

<sup>21</sup> Denominação local para a área de Cerrado.



Figura 9: Comunitários de Ererê, Maxirá, Lages, Santana e Paytuna: a) Núcleo Familiar Ererê; b) Família do Maxirá fazendo farinha; c) Adolescente e conserto da rede de pesca em Lages; d) Moradia local; e) Trabalho feminino Santana ; f) Crianças no banho e divertimento Paytuna.

Nas comunidades de Paytuna e Santana a divisão de limites entre as comunidades é confusa tanto para os moradores, como também é a história da divisão e formação das comunidades. Segundo eles, a divisão foi realizada pelos vereadores conhecidos como Edilson Andrade, “filho” do Paytuna, e Toca que “queria entrar pra conseguir votos”. As famílias: Valente e Andrade dominam a região e todos os seus representantes são posseiros.

A família dos Andrade é reconhecida como a dos grandes comerciantes e regatões da região no passado. Compravam a produção de banana, pirarucu, mandioca e farinha. Ainda, hoje, a “estrada dos andrades”, caminho utilizado pelos produtores que atravessa o Parque para chegar até o barracão comercial da família, é reconhecida pelos moradores locais. Os mais jovens classificam a comunidade de Santana como um “bairro” de Paytuna<sup>22</sup>, por essa ser a comunidade mais antiga. As posses são herdadas pelos filhos quando estes se casam e então ocupam outras partes do terreno da família. Não há conflitos por terras e posses nessa comunidade.

No levantamento fundiário realizado para o plano de manejo do Parque, não foi encontrado nenhum registro em cartório atestando as posses. A maioria dos moradores da comunidade do Paytuna e Santana afirma que seus terrenos se estendem pelo PEMA limitando-se aos fundos com a Serra Ererê. Os atuais moradores são descendentes dos dois núcleos formadores das comunidades e muitos alegaram ser herdeiros dos Andrade. Alguns não possuem os documentos originais, alegam ter perdido ou estes terem se estragado com o tempo.

Na comunidade de Santana, as famílias descendem do tronco dos Valente, e sua origem é antiga. Segundo um dos moradores mais idosos, que afirma que sempre existiu a comunidade “desde que eu me entendi, o meu avó já contava estórias do lugar, o finado Antonio Valente era o maior proprietário”. Uma possibilidade provável a partir deste relato, é que a comunidade de Santana tenha surgido ainda no século XIX. Os moradores de Santana se mudam para a várzea no período da baixa de água (de novembro até fevereiro), onde constroem e habitam casas temporárias para o período do verão cuidando do gado e da pesca e alguns moradores cultivam produtos como o feijão e melancia.

A área dos moradores da comunidade de Lages está em conflito desde a década de 1990, quando os atuais moradores reivindicaram e ocuparam as terras, que segundo eles lhes pertence “desde os tempos dos antigos”. Nessa região, o domínio das terras está nas mãos da família dos Palmeiras, que segundo seu patriarca foi comprada de herdeiros

---

<sup>22</sup> O município é dividido em oito regiões administrativas, a partir de fatores como densidade demográfica, atividade econômica e vias de comunicação. A região Paytuna abarca cerca de 20 comunidades.

parentes. As terras são distribuídas entre os irmãos, filhos e outros que chegam pedindo área para plantar e tem algum vínculo de parentesco, mesmo que distante.

O conflito de disputa de terras foi entre parentes e herdeiros e segundo o levantamento fundiário realizado há conflito de terras entre o Sr. Luiz e o Sr. Pedro que reclamam a posse da mesma área. Contudo, a escritura do Sr. Luiz indica uma área diferente daquela identificada na escritura do Sr. Pedro. Em litígio judicial foi sentenciado que a área reclamada pelo Sr. Pedro é verdadeiramente de propriedade do Sr. Luiz, mas até o momento esta decisão não está averbada em cartório (BARROS, 2006). Os mais antigos descrevem a região como área de fartura e muito plantio, além das formas de ocupação pelos herdeiros:

“quando nós entramos aqui, aqui tudo era mata, era um lugar esquisito, tinha aquelas varedinhas, aí devagar nos fumos abrindo mais e colocando roçado, tiramos muita safra, muita lavoura isso nós tivemos, muito milho, arroz, feijão, tivemos muita fartura, aí foi o tempo que as terras foram fracassando, já entrou os filhos, os netos, todos trabalhando aí”. Sr. Luiz, em entrevista dia 6/03/2006.

A formação da comunidade é descrita pelos moradores, como oriunda no ano de 1970, quando foi construída a escola e a professora foi designada como representante da comunidade, “começamos a formar uma comunidade, aí ela fez a programação da estrada”. Até então os moradores de Lages viviam isolados, praticavam a agricultura nas terras-firmes e se mudavam para a várzea no período de seca. A comunidade saiu da invisibilidade com a criação da escola e a abertura da estrada.

Na comunidade do Ererê, a distribuição de terras é diferenciada das demais, pois segundo seus moradores (Figura 10), há seis categorias de posse de terra na região que são, segundo seus próprios termos, as seguintes:

- (1) área de proprietários- moradores que possuem os títulos das terras;
- (2) área dos herdeiros: formada pelos que tem a herança da terra que ainda não foi inventariada e possuem título;
- (3) área do Incra: lotes demarcados da Gleba Inglês de Souza;
- (4) área patrimonial: área doada pelos proprietários herdeiros para instalação das casas dos moradores e formação da vila;
- (5) área do governo: área de terra doada pelo governo municipal para o plantio dos moradores da vila; e
- (6) resto de terra: pequenas áreas que não estão inseridas em nenhuma das categorias, por provavelmente por erros de demarcação e/ ou marcação dos terrenos.

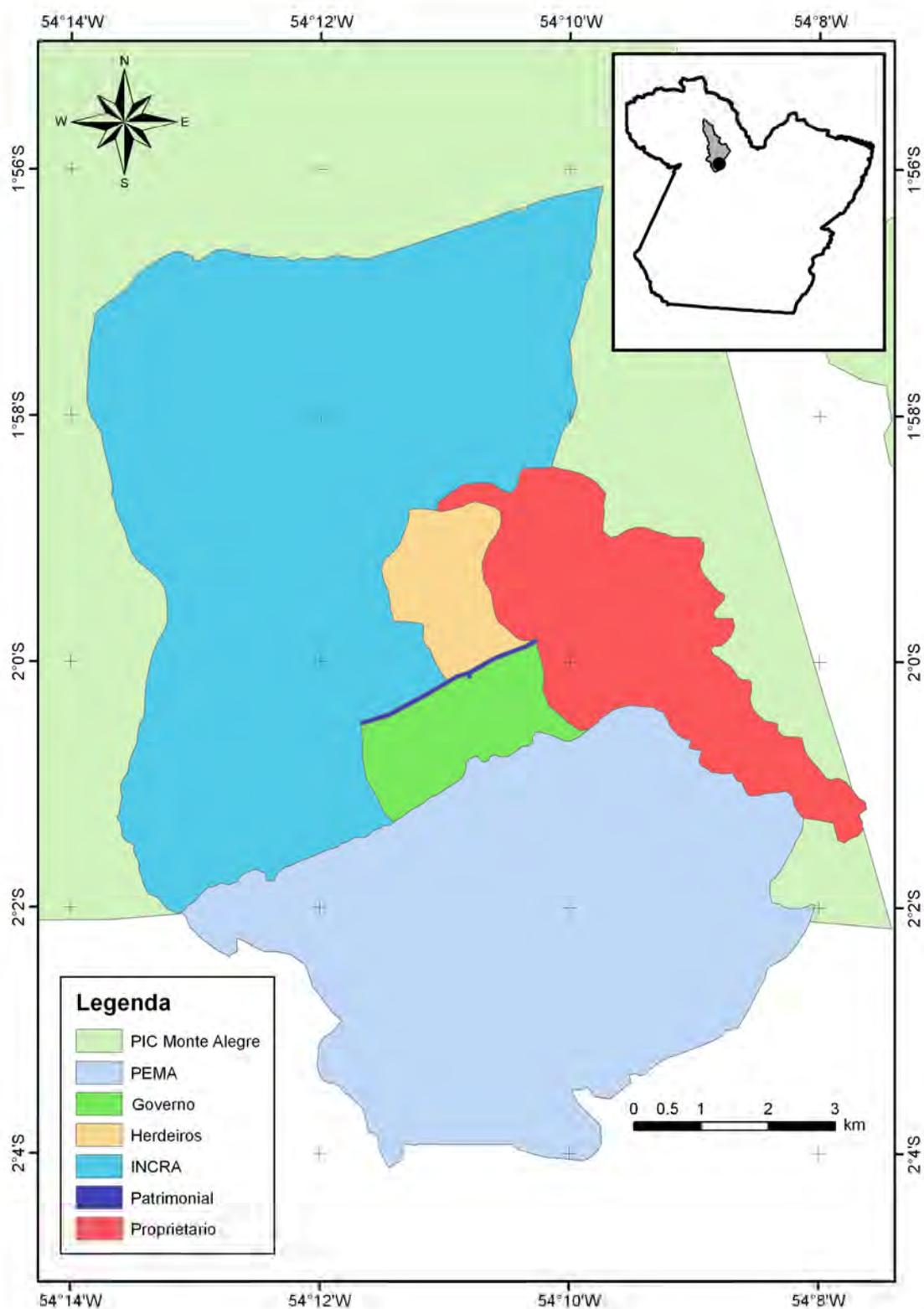


Figura 10 - Localização das categorias fundiárias da comunidade do Ererê. Mapa elaborado de acordo com a base do Incri e na delimitação descrita pelos moradores da comunidade, para as áreas denominadas patrimonial, herdeiros e governo.

O acesso à comunidade do Ererê se dá pela estrada que foi aberta na década de 1940 em direção oeste da cidade de Monte Alegre. Após sua abertura, a prefeitura colocou um funcionário com um barco para levar os pedestres de uma margem a outra no igarapé Ererê e igarapé da Cachoeirinha, para então seguirem para a cidade. Essas áreas não são utilizadas, atualmente. O acesso agora é feito pela estrada que corta o local conhecido como desterro, área de retirada de pedras e seixos.

Os fazendeiros da região estão representados pelas famílias do Arinos Costa, Ademar Chaves, Ernani Chaves, Mario Costa que mantêm grandes áreas terras com fazendas de gado. Estes são conhecidos como proprietários. Há muitos desencontros entre os relatos históricos dos moradores mais antigos e os documentos e publicações sobre a ocupação da região e a formação da área patrimonial e do governo. A área do patrimônio é assim explicada pelo presidente da comunidade:

“foi pelos herdeiros, os primeiros comunitários - já morreram - fizeram um acordo: eles adoavam essa área, que vai lá desde o igarapezinho do Beraca até lá no igarapezinho da ponte, isso foi passado no papel, na escritura, o estado propôs então doar uma área do estado, e pôs uma cerca e ficou para a colônia dos pessoal do patrimônio”. Sr. Arnaldo, morador do Ererê, um dos herdeiros. Entrevista em 29/04/2006.

As áreas denominadas de patrimônio correspondem à área núcleo da comunidade. Juridicamente a área patrimonial corresponde, segundo Barros (2006), a extensão territorial de 28.813 ha, cujo título de legitimação de posse de nº. 14, expedido em favor do Município de Monte Alegre em 1887, foi registrado do pelo Instituto de Terras do Estado do Pará. São as terras do estado que foram doadas ao município. Vale ressaltar que no documento de escritura dos moradores, que são herdeiros dos antigos proprietários, está descrita a doação de parte das terras desses proprietários para a comunidade.

No relato dos antigos moradores do Ererê, essa doação de terras pelos herdeiros está ligada à festa do santo padroeiro da comunidade, o Santo Antônio, comemorado em junho. Segundo os moradores, o santo foi encontrado por caçadores na década de 1910, em cima de uma pedra, onde hoje é erguido o mastro por ocasião das festividades em comemoração ao santo<sup>23</sup>. O Santo foi retirado da pedra e levado para casa de oração já existente na comunidade, mas logo voltava para o local onde tinha sido encontrado. Por causa disso, uma nova igreja foi construída no local mais próximo de onde o Santo foi encontrado. Desde que o Santo Antônio passou a ser o padroeiro da comunidade, uma pessoa moradora da comunidade se dedica a zelar pelo Santo, ou seja, cuidar de sua manutenção e das

---

<sup>23</sup> Essas informações já foram repassadas aos moradores atuais pelos familiares e outros moradores ainda mais antigos.

atividades da igreja. Essa atividade ficava sob a responsabilidade do zelador enquanto vida ele tivesse.

A área, hoje denominada patrimonial, segundo os moradores mais antigos, foi doada pela dona Antonica Costa,<sup>24</sup> que possuía a maior propriedade de terra na localidade de nome São Manoel, para o Santo Antonio (padroeiro). Por ser uma área de uso comum, várias famílias fixaram residência, dando origem à Vila do Ererê.

A versão dos moradores remete ao período de ocupação do município e à chegada dos migrantes espanhóis e italianos que, segundo Santos (1980), fixaram-se próximo ao Ererê. Rodrigues (1875 apud SANTOS, 1980) menciona que havia missas e ladainhas em latim no lugar chamado Ererê, cantadas pelo índio Liberato “acompanhado em coro por todo o canto das índias era correto”. Nesse lugar havia uma capela construída pelo espanhol de nome Murrieta no início do século XIX, em louvor a Santo Antonio. Na época foi constituída uma Irmandade, que dava assistência aos associados.

Segundo os antigos moradores da comunidade, havia na região um engenho de propriedade do Coronel José Trajano de Almeida, que recrutava mão-de-obra nas localidades próximas. Outros moradores citam que o engenho pertencia à família Uchoa, que possuía ainda muito gado. No entanto, segundo Lins (s/data), a vila do Ererê é citada por Ferreira Pena (1868), descrevendo a igreja e o engenho construídos pelo D. Manoel Oneti. A comunidade do Ererê, por sua produção e importância econômica, chegou à categoria de Freguesia, ainda, ao final do século XIX.

As áreas do Incra estão incluídas na Gleba Inglês de Souza que atingem parte da área da comunidade. Muitos dos atuais moradores possuem lotes na gleba e moram na vila do Ererê. Alguns lotes ainda estão com a mata nativa e outros são utilizados para a agricultura, especialmente para o cultivo de mandioca. Os chamados restos de terra são, em geral, utilizados por grupos que não possuem nenhuma área e são motivo de disputa por donos de lotes e dos que possuem terrenos.

A questão fundiária suscita a muitas estórias e histórias sobre a ocupação da área pelas comunidades. É claro que a posse da terra, está ligada à história cultural de cada comunidade e das diferentes gerações que a ocuparam. Ainda que, atualmente, os conflitos sejam menores no sentido de serem resolvidos entre famílias, há no futuro possibilidades de conflitos pela posse da terra e/ ou pela indenização nas áreas perdidas para o parque.

---

<sup>24</sup> Dona Antonica é a matriarca do núcleo Arinos Costa, fazendeiros locais.

### 8.3.4.2 População

Segundo dados da contagem populacional do IBGE, do ano de 2000, o município de Monte Alegre possuía um total de 61.372 habitantes, sendo que 40.413 encontravam-se na área rural. A população de Monte Alegre apresenta duas características marcantes: uma população jovem com idade até 14 anos e um maior contingente populacional do sexo masculino. A maioria desses jovens vive na área rural do município, onde dos 40.413 habitantes, 21.847 são homens e 18.566 são mulheres com idades entre 0-14 anos.

Na pesquisa de campo, realizada em 2001, foi verificada a presença muito maior de homens do que de mulheres. Segundo justificativa dos moradores locais, a diferença seria causada pelo nascimento de um número maior de crianças do sexo masculino e principalmente pela migração das suas filhas adolescentes que vão à cidade para estudar, trabalhar como domésticas ou porque casam e vão embora morar em outras comunidades.

A população pode ser considerada jovem, uma vez que 46% do total de comunitários são crianças e adolescentes. Estão em idade produtiva, pois as crianças a partir de 8 anos já vão trabalhar nas atividades da família como a roça, a pesca, pecuária ou extrativismo. Há baixa incidência de idosos nas comunidades, menos de 10% dos entrevistados (Figura 11).

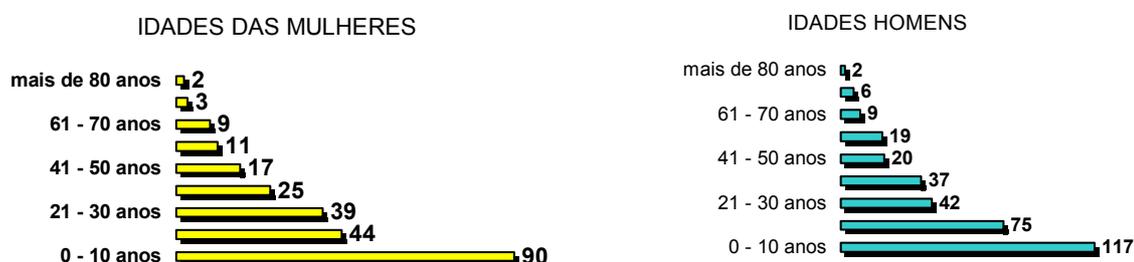


Figura 11 - Distribuição da população por faixa etária em 2001 – Comunidades do entorno do Pema (total da população entrevistada N=228). Fonte: Oliveira et al., 2001.

No quesito educacional, as comunidades do entorno não são mais privilegiadas que outras da Amazônia: os prédios das escolas são precários, não possuem água encanada, há ausência de professores com segundo grau completo e a merenda escolar é sempre ausente. Os estudos realizados na região (OLIVEIRA et al., 2001), em todas as comunidades do entorno, mostram que 75 %<sup>25</sup> dos moradores completou ou está cursando o Ensino Fundamental até a 4ª série primária. O analfabetismo atinge 15 % dos moradores

<sup>25</sup> Foram entrevistadas 114 famílias em 2001. Correspondendo a 50% do número de moradias em cada comunidade.

de mais de 45 anos. Entre os moradores com 30-40 anos de idade, cerca 4% assinam somente o nome, e 3% declararam ler precariamente (OLIVEIRA et al. 2001).

O município conta com 5.234 beneficiários do programa bolsa família do Governo Federal. Nas comunidades do entorno, das 116 famílias entrevistadas em 2006, 77 declararam receber o benefício. No estudo realizado em 2001, das 114 famílias entrevistadas, apenas cinco declaram receber o benefício (Ministério da Saúde, 2006).

Nas comunidades, obter documentação civil não é uma dificuldade. Os moradores possuem documentos, sejam eles: a Certidão de Nascimento, a Carteira de Identidade, o CPF, a Carteira de Trabalho ou o Título de eleitor. Ter esses documentos não é necessariamente um aspecto relacionado à cidadania, mas sim uma exigência para quem vai começar a estudar ou para quem vai procurar algum tipo de benefício. Em geral, esses documentos são obtidos via organizações, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) ou nas Colônias de Pesca, como a Z-11 ou ainda via Prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Educação.

A maioria da população, representada por 72% das famílias entrevistadas (n=114), nasceu nas próprias comunidades de Ererê, Maxirá, Lages, ou Paytuna ou Santana. Outros provêm de comunidades próximas como Bacabalzinho, Cuçaru, São Felipe, Maturupi etc. Há presença de pessoas de outros Estados como Rio Grande do Sul, Paraíba, Maranhão, são pessoas que foram comprar terras nas áreas para investir na agricultura ou pecuária.

Esses dados permitem afirmar que muitos dos moradores atuais são descendentes das famílias que se estabeleceram na área por ocasião das migrações. Quando questionados sobre a origem de seus avós, muitos moradores afirmaram “que vieram do Ceará” ou ainda “eram soldados da borracha”. Há ainda estórias sobre a descendência “estrangeira” como os representantes da família Bruni que viveram no Ererê, e os representantes da família Uchoa que viveram nas comunidades do Ererê e Maxirá.

As casas nas comunidades não possuem saneamento. Seguem um padrão de construção habitacional que tem um formato de “cumieira” (parte mais alta do telhado com forma de cume). São construídas com palha, madeira, algumas são de alvenaria. Em geral, o material para construção das casas é oriundo das áreas com vegetação próximas às comunidades e da área denominada Ilha Grande, no interior do parque estadual.

Os quintais ou terreiros, denominados por eles como a área que circunscreve a casa, são os locais onde está construído o sanitário, o banheiro, o poço, a casa de farinha, o galinheiro, o jirau, e em algumas moradias uma pequena horta, onde são cultivadas as plantas de remédio e hortaliças. Nos quintais estão plantadas fruteiras em geral espécies nativas do cerrado como o caju e plantas úteis como as cuieiras. Usualmente é mantido

“limpo” deixando poucas plantas ao redor da casa, o que segundo os moradores impede a entrada de animais peçonhentos, com cobras e aranhas. A limpeza do quintal costuma ser mais freqüente no período do verão pela facilidade para se queimar as folhas e outros dejetos.

As casas possuem de dois a três cômodos, sala, um quarto e cozinha. A mobília pouco varia, constando de bancos, mesa, redes, cama de casal, fogão a gás, e fogão a lenha. Quanto aos bens adquiridos, as diferenças se dão em função do poder aquisitivo dos familiares, e das atividades econômicas. Casais mais velhos e aposentados têm maior número de produtos industrializados que os jovens casais. Os agricultores priorizam a compra de motores para as casas de farinha e os pescadores de canoas, motores de barcos, baterias e máquinas de costura. Além disso, a energia elétrica é motivo para aquisição de bens como televisão, geladeira, freezer, liquidificadores. Vale destacar que a chegada da energia elétrica na comunidade do Ererê no final de 2005, desencadeou a compra dos bens citados, em prazos muito curtos. No ano de 2006, mais de 80% dos moradores já possuíam pelo menos a televisão e a geladeira.

Cada comunidade comemora o seu santo padroeiro, com festas em diferentes épocas do ano. Em geral, as festas são realizadas nos barracões comunitários e organizadas pelo festeiro<sup>26</sup>. Em Maxirá e Santana, não foi relatada festas de santo.

Na comunidade de Lages, o santo padroeiro é o Espírito Santo, também comemorado no mês de janeiro. São rezadas as missas e feitos os pedidos ao Santo. Na comunidade do Paytuna, as festas giram em torno do padroeiro São Roque, no mês de julho, que segundo alguns moradores mais antigos “era mais festejado no passado, quando o patriarca dos Andrade, tinha barracão”. Atualmente ainda é organizado pelos Andrade, porém com menos expressão e atração.

Na comunidade do Ererê, o santo padroeiro é o Santo Antônio, e as comemorações se iniciam no primeiro dia de junho e têm duração de 13 dias. Os festejos são conhecidos na cidade e em outras comunidades, atraindo moradores de outros locais. A festa é antiga e descrita por Almeida (1979) como um dos “acontecimentos” do município, com danças de três dias e três noites de duração, comidas e bebidas, oferecidas aos participantes pela “protetora” da imagem do santo. A festa comemora também o início da colheita do verão, a safra de produtos agrícolas a ser plantada.

Dois mastros de madeira (o mastro das mulheres e o mastro dos homens) são erguidos em louvor ao santo no primeiro dia da festa e derrubados no último dia. Nos

---

<sup>26</sup> Pessoa da comunidade ou não que promove a festa. São as pessoas que querem pagar promessa administrando a festa. Ficam responsáveis pela organização e pela busca de patrocínio para os músicos, bebida, atrações etc.

mastros são amarrados os produtos que se deseja ter garantia de produção como as frutas, produtos de subsistência e comercialização. Destaque para o mastro das mulheres, onde são pendurados pedidos de casamentos e outros pedidos amarrados com fitas coloridas. No último dia da festa, que é o dia do santo no calendário, há a disputa entre os que desejam ser o festeiro do próximo ano. Cada um dos candidatos a festeiro dá uma machadada no mastro. Aquele que derruba o mastro é o festeiro do próximo ano.

#### 8.3.4.3 A infra-estrutura das comunidades

O acesso às comunidades do Ererê e Maxirá é feito pela estrada vicinal que parte da cidade, e da comunidade do Maxirá há estradas para outras colônias. O acesso à cidade pelos moradores de Lages, Paytuna e Santana é por via fluvial, descendo o igarapé do Ererê até o lago Paytuna e o rio Gurupatuba, ou pela estrada recém aberta pela prefeitura, que atravessa o Parque. As estradas são precárias, o que dificulta o escoamento dos produtos para a comercialização, feita em quase sua totalidade na sede do município.

Um posto de saúde existe nas comunidades de Maxirá e Paytuna. Agentes de saúde há em todas as comunidades, exceto em Lages que é atendida pelo agente de saúde do Paytuna. Segundo o presidente da comunidade de Lages o fato tem gerado conflitos, pois, a agente de saúde (funcionária da prefeitura) deveria visitar os moradores de Lages e cuidar deles. Mas segundo o presidente, esta só aparece quando tem que “pegar minha assinatura para receber o salário dela na prefeitura, já fizemos reclamação, mas, ela é minha sobrinha e com parente não se deve brigar”, revelando a estreita relação de parentesco entre as comunidades e a negação e entendimento dos direitos cidadãos.

Todas as comunidades possuem escolas. Estas são mantidas pela prefeitura, e oferecem Ensino Fundamental até a 4ª série. Os professores são funcionários da prefeitura e possuem até o Ensino Médio completo, com exceção do professor do Ererê, que se formou recentemente em pedagogia. As comunidades possuem igrejas: católica e evangélica, barracão comunitário e barracão da igreja.

#### 8.3.4.4 As principais atividades de produção

Como em quase toda Região, a maioria dos moradores tem na agricultura sua principal atividade econômica e cultivam para subsistência, basicamente milho, feijão, arroz e mandioca, que ainda é praticada sem a utilização de instrumentos como arados ou

tratores. A agricultura é familiar e é uma das alternativas mais importantes para as comunidades. A mandioca é um dos produtos mais plantados pelos comunitários, sendo utilizada para fazer principalmente a farinha. Eles produzem também o tucupi, a farinha de tapioca, as gomas, que são consumidos e/ ou comercializados quando excedente.

A pecuária também é praticada pelas comunidades do entorno, onde a criação do gado tem um significado muito importante para os moradores: o de poupança. Ter gado é uma garantia de ter dinheiro para uma necessidade imediata ou futura. O gado também é utilizado para presentear os filhos ou filhas que se casam, a fim de que possam contar com um recurso imediato.

A principal atividade econômica dos moradores de Lages, Paytuna e Santana é a pesca, seguida da atividade de roça e pecuária que é praticada por poucos moradores. Em Santana, todos os moradores vivem somente da pesca.

A comunidade do Ererê vive basicamente da agricultura, do extrativismo e da pecuária. O método de preparo da área para o plantio continua sendo o tradicional: broca, derruba, queima e coivaramento. Não dispõem de nenhum tipo de insumo, como sementes melhoradas e de novas práticas culturais, nem assistência técnica. Cultivam mandioca e milho. Do extrativismo, o principal produto extraído é o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o açai (*Euterpe oleracea*).

Muitos moradores afirmam que gostariam de cultivar outras culturas ou as mesmas que já cultivam, mas com novas tecnologias, uma das mais citadas foi a mecanização agrícola, a exemplo da utilizada pelos “gaúchos” que chegaram à região a partir do ano de 2003, em busca de terras para o plantio da soja. Além da agricultura e pesca, outras atividades promovem o sustento das famílias. Alguns moradores são empregados como diaristas e vaqueiros, outros têm pequenos comércios ou são funcionários públicos.

#### 8.3.4.5 As associações locais

Nas comunidades quando perguntado aos moradores se participam de alguma organização, mais de 50% deles responderam que estavam envolvidos em alguma organização, esteja ela legalizada ou não. Além da Associação Comunitária, as outras formas de organização social, citadas pelos moradores das comunidades foram: clubes de futebol, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) e a Colônia de Pesca, Z-11 na Cidade de Monte Alegre.

Cada comunidade possui seu presidente, que é o representante da comunidade perante a Prefeitura de Monte Alegre e foram nomeados pelo prefeito. Esse presidente é responsável, entre outras coisas, por manter a “paz” na comunidade, a ordem e levar para a prefeitura as demandas locais.

São os presidentes das comunidades quem determinam a área de instalação da moradia e plantio para os novos moradores. Eles também são responsáveis pela resolução de conflitos em primeira instância: esses conflitos estão associados à invasão nos cultivos para plantios por animais de outros, invasão de terrenos e brigas por áreas para plantio.

Em caso de uma maior dificuldade para a solução dos conflitos o caso é então encaminhado para o INCRA ou para a delegacia na cidade de Monte Alegre. Não há, em nenhuma das comunidades, um período certo para as votações e escolha de um novo presidente, que parecem ter cargos vitalícios. Nas comunidades do Ererê, Lages e Maxirá os presidentes já estão pelo menos há dez anos na função.

As comunidades são também representadas na prefeitura por seus vereadores. Esses vereadores, quando não são originários da comunidade como no caso de Paytuna, ou possuem parentes que vivem na comunidade como em Ererê ou buscam apoio junto aos moradores e retribuem em forma de alguma obra ou auxílio social.

Das comunidades do entorno, a única que não possui organização juridicamente formada é a comunidade do Paytuna. A família Andrade é ainda quem domina a região, estando nas mãos de seus representantes a presidência da comunidade, a escola e o posto de saúde. O conflito identificado é de poder em função do representante da comunidade, o vereador Edílson: “dominar a comunidade e não fazer nada por ela”.

No ano de 2005, em decorrência da seca que atingiu a Amazônia, os moradores formaram um mutirão para elaborar um acordo de pesca, visando a proteger os peixes do lago próximo a sua área de uso e proibir o uso dos lagos para os pescadores “de fora”. Acompanharam essas medidas de proteção de providencias técnicas, fazendo remanejo de peixes, principalmente dos filhotes para outras áreas mais profundas. Segundo o professor Gonzaga, atual presidente da comunidade, houve a partir deste evento um inicio de discussão para formação da Associação que esbarrou no processo jurídico para o pagamento do CNPJ.

Vale destacar que, em 2001, os moradores das comunidades do entorno foram convidados para uma reunião na cidade. Essa reunião teve como propósito discutir a participação destas comunidades nos projetos a serem apresentados junto ao FNMA. Na ocasião, os moradores do Paytuna foram representados pelo vereador Edílson Andrade. Isso retrata o poder ainda exercido pela família Andrade na comunidade.

A Associação de Desenvolvimento de Santana ADESAN foi fundada no ano de 2001 e possui 49 sócios. O candidato a vereador Toca foi quem apoiou a criação da associação em troca de votos e pagando os custos jurídicos cartoriais. Segundo os moradores, a idéia inicial era formar uma única associação junto com os moradores do Paytuna, que foi descartada pelo candidato Edílson. Para os moradores de Santana, no *“Paytuna as pessoas são umas diferentes das outras”* explicando porque não funciona a organização da comunidade.

Na comunidade do Ererê, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Ererê (Asprore) foi juridicamente formada, no ano de 2001, com o apoio da vereadora Rosinha Maranhão, que têm parentes morando na comunidade. A associação foi constituída nos moldes das demais associações existentes, com estatuto e cargos administrativos. Possui 20 sócios e é pouco atuante na comunidade. Segundo alguns moradores, a criação da associação aconteceu de forma rápida e sem muitas explicações:

“foi uma reunião rápida, de uma hora, a D.Rosinha, chegou, mandou todo mundo reunir no barracão e disse que a comunidade precisava ter uma Associação e perguntou quem queria ser o presidente. Alguns se candidataram o seu Beque, o seu Pretinho e ela escolheram primeiro o Beque, depois ficou o Pretinho, porque sabia ler. Então todo mundo assinou o documento que criava a associação e ela falou que pagava os custos.” Marcione, Moradora do Ererê, contando como foi a criação da Associação no Ererê.

Na comunidade de Lages, provavelmente pela sua história de formação, a organização social de seus moradores teve como base a instalação da escola. A idéia de associação foi instituída há cerca de dez anos, quando da chegada da atual professora, que segundo ela, “aqui era tudo quase pagão, não rezavam, faltava à casa de Deus”. A igreja tem forte influência na comunidade de Lages, muito provavelmente em função dos acontecimentos para a garantia das terras. Os catequistas são também os que fazem os cultos.

Atualmente estão construindo o barracão comunitário com o apoio do vereador Toca que foi também o mentor da formação da Associação Comunitária em 2001. Em entrevista realizada com o presidente da comunidade de Lages, Sr. Luiz, ele descreve a formação da Associação Comunitária e a relação estabelecida com os políticos locais.

“aqui nessa comunidade, quem alevantou ela foi o Toca. No principio foi a professora Ismênia, ela trouxe a estrada e se candidatou e não ganhou , o Toca andou pertinho e ela jogou os votos dela pro Toca, ele se elegeu. Aí ele mandou marcar uma reunião e já trouxe o estatuto da associação prontinho, e leu tudinho- agora vamos trabalhar nessa associação e meteu a cara [...] ele ajudou discunforme, começou esse barracão, mas foi tempo de eleição ele não teve competência e perdeu então tá parado.” Sr. Luiz, 75 anos, presidente da comunidade de Lages. Entrevista em 7/03/2006.

A Associação de Desenvolvimento Sustentável de Lages (Aslages) é reconhecida pela comunidade e bastante ativa. Os sócios participam das reuniões e assembléias, contribuem com a mensalidade e estão em contato com o STR e com a Emater em busca de assistência técnica e outros serviços. O presidente da associação é o mesmo desde a época de sua criação e foi nomeado pelo presidente da comunidade, de quem é genro. Recentemente, alguns moradores da comunidade de Lages adquiriram financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para cultivo de urucum e manejo de gado. A Associação dos moradores foi intermediária com o Banco da Amazônia para a inclusão de seus moradores no Programa.

Muitos moradores da comunidade de Lages que atuam na pesca são associados da Colônia de pesca (Z-11). Por meio da Z-11 é possível conseguir documentação e financiamentos, além de garantir o seguro desemprego no período do defeso. A Z-11 não tem outra atuação na comunidade.

Em Maxirá e Maxirazinho, a formação das associações não foi distinta das demais. Em Maxirá, ainda em 2001, a associação foi criada também com a presença do vereador Toca. No Maxirá, a família do presidente da comunidade, não apoiou a manutenção da Associação e esta não se concretizou imediatamente. Houve uma forte disputa pelo poder frente à Associação e assim foi criado o clube de futebol. O clube de futebol nestas duas comunidades, além de responsável pelo lazer, tem força política, pois representa a comunidade nas reuniões junto à prefeitura.

Em 2004, a comunidade tentou articular a formação de uma nova associação, que também não vingou. No ano eleitoral houve uma corrida por votos de candidatos locais a deputados estaduais. No Maxirá e Maxirazinho, o apoio para a estruturação da associação, nos moldes do já aplicado nas demais comunidades é introduzido pelo candidato a deputado estadual do município de Prainha. O apoio à estruturação da associação ganha espaço entre os moradores pela oferta de construção e financiamento para produção de casas comunitárias de fabricação de farinha. A formação da associação se configura, visando uma futura transformação em cooperativa, voltada para o mercado consumidor de farinha. Nas palavras do morador de Maxirá: “a terra da mandioca é aqui”, referindo-se à principal atividade da comunidade e à qualidade do produto.

As demais formas de organização existentes dentro das comunidades como o clube de futebol, são criados em função dos times e pode ter mais de um clube em cada comunidade. Como é o caso do Ererê e Maxirá. Embora os clubes tenham o apoio de vereadores, estes têm lideranças próprias, quase particulares sendo as pessoas que os representam chamados na comunidade como “o dono do Clube”. Os clubes têm função meramente de lazer. Os participantes são em geral os jogadores, e estes recebem seus

uniformes do dono do clube e têm como obrigação manter o campo de futebol. Os donos do clube são os responsáveis por conseguir transporte para seus jogadores nos períodos de campeonatos, que em geral coincidem com os festejos pelas comunidades.

O grupo catequista é formado com o apoio da igreja e liderado por um membro da comunidade que tem boa relação com os párocos. Seus componentes têm como função evangelizar as crianças da comunidade, manter a igreja e realizar os cultos dominicais. São responsáveis pelos velórios e enterros da comunidade.

Na comunidade do Ererê há disputa de poder entre a associação e os catequistas, principalmente para a realização das festas do santo e para as tomadas de decisão sobre o uso da área patrimonial da comunidade. Em geral, nas comunidades, a representatividade das associações comunitárias, perante os moradores das comunidades, é fraca. Existem conflitos de poder em relação às eleições das diretorias, com disputas acirradas entre os grupos familiares e disputas pelo gerenciamento de projetos externos.

#### 8.3.4.6 A visão do Pema pelos moradores

Para os moradores das comunidades do entorno, o Pema pode representar mudanças na vida de alguns ou muitos conflitos para outros. Sobre o parque, os moradores de Santana: “não tem muito a dizer, participaram de uma reunião em Paytuna organizada pelo professor Gonzaga, que disse que vão construir esse parque aí, ninguém vem pra cá”. Para os moradores de Santana: “o que estraga é a proibição, porque cultivavam muita madeira na Ilha Grande”; para outros o Parque: “não reconhecia nossa comunidade, não citavam nossa comunidade”; e outros acreditam que: “o parque poderia melhorar a vida deles”.

O conflito da comunidade do Ererê com a área do Parque está na chamada área do governo. Essa área, utilizada por moradores da vila para plantio de mandioca e pasto é, em geral, herdada de seus parentes. Segundo Sr. Arnaldo, a distribuição das áreas nas terras do governo são tratadas como uma espécie de herança “se meu pai trabalhou aqui dez anos, essa área que meu pai trabalhou eu tenho direito de ficar com ela para trabalhar, para cultivar”. A quantidade de área a ser cultivada por família na área do Estado é autorizada pelo presidente da comunidade, que segundo os moradores, é de três tarefas<sup>27</sup>, ou o quanto agüentasse o que não podia era deixar a terra estragar. Kusters et al(2007) afirmam que a atividade de plantar em terras que não são oficialmente de sua propriedade é um sinal de posse desse patrimônio e se estabelece o início de uma possível negociação com o estado.

---

<sup>27</sup> Uma tarefa equivale a uma área de 25 m x 25 m.

Como não há documentos de comprovação, o pertencimento das áreas é reconhecido pelos moradores da comunidade e os espaços são ocupados para roçados e pastos. É nessa área que está situada a fronteira com o Parque, o “pé da Serra”, área considerada ainda produtiva. As cercas estão presentes nas áreas de pasto para evitar o conflito com animais soltos que invadem os plantios de milho e mandioca.

Em entrevista com um dos moradores que utilizam a área do governo para o plantio, o maior problema, em relação ao Parque, está no estrago que os animais, como caititu e macacos fazem à plantação e como o prejuízo causado por esses animais poderá ser resolvido.

Para muitos moradores, a área do Parque não é do Estado e sim de proprietários uma vez que, “todos os terrenos dão de fundo para as serras”. Segundo o relatório fundiário (BARROS, 2006), elaborado para o plano de manejo, cerca de cinquenta famílias, das comunidades de Lages, Paytuna e Santana, detêm posses na área do Pema e as terras reivindicadas pelos moradores não podem ser totalmente comprovadas juridicamente, em face da não existência de documentos comprobatórios como as escrituras e os títulos que pertenciam aos avós e pais.

## 9 COMO O TERRITÓRIO É VIVIDO E PENSADO

*“O que Deus deixou não se acaba, mas fica escurraçado”*  
Seu Raimundo (53anos)-comunidade de Santana.

A relação estabelecida entre as populações locais no entorno do Pema como os ecossistemas revela conhecimento íntimo, mas diferenciado com o cerrado e as suas múltiplas utilizações.

As formas de apreensão de recursos naturais por parte dos moradores, ao longo do tempo e no presente, podem ser compreendidas como a transmissão da informação e do conhecimento em conjunção com os padrões de relações materiais com o ambiente. O território comporta múltiplas dimensões: simbólica, jurídica e territorial, ancoradas em um espaço geográfico, onde um grupo encontra e estabelece suas condições de sobrevivência.

Para Tuan (1983), o espaço configura-se como porções de ambientes terrestres passíveis de serem transformados em lugar, mediante o trabalho do homem em relação ao uso, ocupação e significação social, isto é, os espaços que vão sendo ocupados por um grupo social são decodificados e recebem qualificadores e significados advindos de sua cultura. Assim, este território pode ser compreendido como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais), que é apropriado (ou ocupado) por um grupo social que, por sua vez, alicerça raízes e uma identidade com esse espaço (SOUZA, 2003).

A relação de populações com o território, como um elemento fundamental na cultura tradicional, é definida como uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos naturais existentes (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

### 9.1 OS RECORTES DO TERRITÓRIO

As populações do entorno combinam as seguintes atividades produtivas agricultura, criação de animais e pesca. A ocupação de seus territórios se estende por várias gerações, muito e modo discreto aconteça de alguns moradores individualmente deslocarem-se para centros urbanos e, posteriormente, voltarem para o território de seus antepassados.

Nas comunidades do entorno esse deslocamento ocorre mais entre as mulheres que saem das comunidades em busca de trabalhos ou estudos. Os casais mais idosos deslocam-se para cidade para tratamento de saúde ou em busca de uma vida “menos

pesada”. É maior a saída dos moradores idosos quando os dois recebem aposentadoria. No Ererê com a instalação da energia elétrica, houve um retorno de moradores mais antigos para as residências e espaços que ocupavam e em que viviam anteriormente.

Cada uma das comunidades que vivem no entorno do Pema faz parte de um sistema ecológico, territórios em referência aos quais se definem. Essas comunidades, de um modo geral, constituíram ligações afetivas de interatividade com esses territórios, baseadas na necessidade pautada em no uso cotidiano, de acordo com a oferta sazonal de seus recursos.

As planícies de várzea e as serras, o cerrado e a mata de terra firme, florestas e campos na várzea, são os ecossistemas da região do entorno do Pema com perfis variáveis decorrentes da sazonalidade de cheia e vazante dos rios, inundações das planícies de várzea, além da renovação do pasto nativo nas chuvas.

No período de seca, os rebanhos são transferidos da terra-firme para a várzea. Essa movimentação também acontece com os moradores que vivem nas proximidades da várzea e que não criam gado, como em Santana. As famílias de pescadores se movem acompanhando o recuo das águas, e se mudam para acampamentos a quilômetros de distância, na boca dos igarapés do Ererê e Paytuna, onde passam o verão pescando e, às vezes, “tomando de conta” de rebanhos de outros criadores.

Segundo alguns moradores essa prática era mais comum no passado, quando praticamente todas as comunidades da beira mudavam-se para a várzea. Hoje, muitas famílias permanecem nas comunidades e um dos motivos declarados é o recebimento do salário durante o defeso da pesca, melhores condições de vida nas comunidades (como construção de poços) e o “pouco ganho para tomar conta de gado”. Criadores de gado e pescadores levam uma vida com deslocamentos cíclicos por necessidade, ou seja, transumante (REBELO, 2006).

As noções de território e de espaço, construídas por eles, traduzem-se, muitas vezes, pela concorrência espacial e se expressam pela posse, pela delimitação e pela marcação de áreas. No caso das comunidades do entorno do Pema, essas formas de domínio podem ser coletivas ou individuais e caracterizam-se por uma manutenção de determinada atividade de uso, que pode gerar acordos ou coerção.

#### 9.1.1 A construção local da paisagem

Para o entendimento dos recursos utilizados pelos moradores e das áreas de onde os recursos são retirados, dois métodos foram empregados: o primeiro obtido por meio dos

questionários aplicados aos moradores que forneceram uma lista espontânea desses recursos; o segundo a partir da confecção de mapas das áreas de onde os recursos são retirados. O mapeamento dessas áreas de uso dos recursos naturais permitiu também categorizar as paisagens reconhecidas pelos moradores das comunidades como suporte de reprodução material e simbólica.

O termo paisagem adotado neste estudo, de senso comum, trata de uma porção do espaço ou terreno que pode ser observada com um lance de vista. Essa definição simplista não corresponde às considerações contemporâneas que interpretam esse conceito de forma multidimensional, apresentando aspectos de formas criadas pela natureza, pela ação antrópica e também dimensões funcionais, por meio das relações entre as suas diversas partes.

Milton Santos (1997) concebe paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma. Nesse sentido, considera paisagem como um constituinte do espaço geográfico (sistema de objetos). Os processos que promovem a transformação da paisagem, apoiam-se em pilares como a cultura e o território. Na realidade local, a paisagem está diferenciada e concretiza no espaço geográfico as práticas produtivas e relações sociais a partir da idéia de espaço, do recurso extraído em cada categoria.

As comunidades identificaram um total de oito tipos de unidade de paisagem na região. Os tipos de unidade de paisagem, identificada como “mata”, “coberto” e “várzea”, foram comuns a todas as comunidades. Na comunidade de Santana identificaram seis tipos de paisagem e os moradores das comunidades de Ererê, Paytuna e Maxirá cinco, enquanto os moradores de Lages apenas quatro tipos de paisagem. Somente os moradores do Ererê identificaram o tipo “campo”. Os moradores de Lages, embora vivendo próximos à várzea, não citaram os “campos de várzea” como unidade de paisagem.

Esse tipo foi citado pelos moradores do Maxirá, que embora vivam longe das áreas alagadas a utilizam como pasto no período de estiagem. A unidade de paisagem “areal” foi citada pelos moradores de Santana e Paytuna e compreende a região próxima as comunidades e onde se estendem as estradas de acesso às comunidades. Apenas, os moradores das comunidades de Ererê, Santana e Paytuna e Maxirá citaram uma unidade de paisagem por eles modificada: o “capinzal” para as três primeiras e o “roçado”, para a última respectivamente (Tabela 5).

Tabela 5: Categorias de paisagens identificadas pelas comunidades do entorno.

Comunidades*	Categorias de paisagem								TOTAL
	Mata	Coberto	Campo	Várzea	Campos de várzea	Areal	Roçado	Capinzal	
Ererê									5
Paytuna									5
Santana									6
Lages									4
Maxirá									5

\* não foi coletado essa informação na comunidade do Maxirazinho.

Cada uma dessas paisagens apresenta características de solo e vegetação próprios, pelos quais são diferenciados pela população. O “campo”, considerado “nativo”, é o local onde o gado permanece no período do inverno. Essa região se estende da comunidade do Erere até a estrada de acesso a cidade de Monte Alegre. Localmente, a área é denominada de “desterro” em referência a amplitude do espaço ocupado por esta paisagem. O capim que cobre o campo nativo é chamado de jaraguaia.

O “coberto” (cerrado propriamente dito), segundo alguns moradores, “não é bem uma planta viva, pois é menos verde que a mata”. Ele é caracterizado pelos moradores locais como um local cheio de “ressacas” (campo limpo) e com “ilhas” de árvores. É no “coberto” que são realizadas as coletas de frutos, plantas medicinais e lenha. As espécies mais citadas que são encontradas no “coberto” são o tachi, a mafubeira, o ariauá, o axuá e o sacuri.

Os roçados são feitos nas áreas de “mata”. É utilizado para as atividades agrícolas como o plantio de feijão, milho e mandioca. O “capinzal” é a área onde foi retirada a vegetação do “coberto” e plantado capim para formação de pasto. Segundo os moradores: “o capim nativo morre não dá pra plantar”. O “capinzal” também é plantado em áreas de mata. Essa atividade é chamada “fazer campo” pelos moradores que desejam plantar capim para o gado. As variedades de capim citadas foram: quicuia, mineiro, brachiarão e setara.

A “mata” se caracteriza pelos espaços com vegetação nativa e mais fechada. A região denominada pelos moradores como “Ilha Grande”, é uma mancha de floresta secundária que ocorre dentro do parque. É onde estão às espécies utilizadas comercialmente como as itaúbas, pereira, louro, copaibarana e cupixinguba. Nas áreas mais distantes das comunidades é de onde são retiradas as espécies vegetais comerciais. Fora da região do Pema essa “mata” é derrubada e utilizada para o plantio do roçado. A predominância de solo considerado mais “barrento e pedregoso está mais na mata, que é mais verde, a terra se torna fresca”, morador de Lages, explicando como é o solo da “Ilha Grande”, a presença de serrapilheira e árvores de maior porte.

A várzea ou “varge” é a região onde o alagamento é periódico e há abundância de palmeiras como o inajá, jauari e árvores de porte mais alto entre as quais a macacuba-da várzea, seringa barriguda, açacu. No período de cheia, os capins se desprendem e formam as “ilhas flutuantes” que, segundo os moradores: “às vezes, cobre toda a água; tem que ser cortados pra passar com o barco e fazer caminhos pra rede de pesca”.

Os “campos de várzea” representam as áreas onde há capim nativo, utilizado para alimentar o gado no período de verão. Os tipos de capim de várzea mais citados foram: o premebeça, o rabo de rato, o taripucu, a canarana, o pomomga como os melhores para o gado, há também: o muri, o arroz, a miritirana e o amã que, segundo os moradores, o gado não gosta. Nessas áreas existem os chamados “tesos” que se caracterizam como pequenos “montes de terra aonde a água nunca chega”. As espécies citadas, existentes no teso, foram: o catauaari, a cajurana e o munguba; é também onde se forma o aningal, área preferida para a caça de aves aquáticas.

O areal são as manchas tomadas por areias, com vegetação rala e, em geral, estão situadas nas regiões abertas próximas ao pé das serras; é nesta paisagem onde as comunidades retiram a palha de curuá, utilizada na cobertura das casas e dos galinheiros.

Os recursos que são utilizados pelos moradores em cada unidade de paisagem, como: caça, madeira, remédios produção estão na região da “mata” da ilha grande e na várzea. É do “coberto” que são feitas as coletas de frutos e lenha e remédios. Na comunidade do Ererê, os locais onde as fazendas dos proprietários estão instaladas são os “campos nativos”, onde não há pasto plantado. A comunidade reconhece em seu território de uso os campos do Desterro e o campo do Jacaré.

A percepção da paisagem por comunidades locais vem sendo tratada em diversos trabalhos, como os estudos das áreas comunitárias que apresentam maior riqueza e diversidade de espécies úteis Rocha (2004); caracterização de unidades culturais de paisagem (CAMPOS FILHO, 2002); etnoecologia de paisagens integradas com o sistema de manejo de gado no cerrado (JANCOSKI et al, 2007); e outros, em que a unidade de paisagem é o centro do estudo. Posey (1985) descreve o manejo dos kayapós nos ecossistemas florestais, destacando as mudanças na paisagem florestal como a construção das “ilhas de florestas”, criadas no cerrado.

A subsistência é uma relação-chave entre as comunidades do entorno e as paisagens. As comunidades do entorno desenvolveram várias atividades de subsistência como agricultura, pesca, pecuária de pequena escala, coleta, caça e manufatura de canoas e apetrechos de pesca.

Para Toledo (2000), a diversidade de produtos, obtidos no ecossistema e a integração de diferentes práticas de subsistência, resultam na máxima utilização das paisagens disponíveis pelo ambiente. Ele observa ainda que a paisagem, onde as comunidades locais vivem, torna-se um complexo mosaico em que roças, áreas de pousio, vegetação primária e secundária, quintais, pastos e corpos d'água são segmentos do sistema produtivo como um todo.

### 9.1.2 As atividades

#### 9.1.2.1 Agricultura

A agricultura dos moradores do entorno do Pema está concentrada em pequenas propriedades, sendo caracterizada pelo uso do sistema itinerante de corte, de queima e pelo manejo de uma diversidade de cultivos. Os moradores declararam manter alguma área de terra dedicada ao cultivo. A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é o principal cultivo. Dela são produzidos: a farinha, o tucupi, a farinha de tapioca e as gomas para a subsistência familiar. A produção tanto é comercializada na própria comunidade ou para outras comunidades próximas quanto no comércio da cidade. Os moradores da comunidade de Santana são pescadores e extrativistas não produzem farinha ou outro produto agrícola.

Do total de moradores entrevistados (n=113), nas comunidades do entorno em 2006, 47 deles declararam ter roçados para produzir mandioca para o fabrico de farinha. Desse total, 38% estão na comunidade de Maxirá; 23% no Ererê; 27% em Lages; 6% na comunidade de Paytuna; e nenhum em Santana. Os demais moradores compram farinha de mandioca na própria comunidade, em comunidades vizinhas, na Colônia Agrícola Nacional do Pará (CANP) ou na cidade de Monte Alegre. Os moradores que compram farinha alegaram que compram por não possuírem terras e outros que não cultivam “pois a produção da farinha não é rendosa”. Dados semelhantes foram reportados em Santo Antônio do Leverger (MT) quanto ao cultivo da mandioca (AMOROZO, 2000) e entre os caiçaras da Mata Atlântica (BEGOSSI, 2001), na comunidade rural de Conceição-Açu, situada na baixada cuiabana, no Município de Cuiabá (MT) (PASA, 2005).

Além da mandioca, há também o cultivo de milho, feijão, arroz e forrageiras para o gado. A agricultura é praticada em áreas pequenas, que correspondem localmente a uma tarefa (25mx25m), com período de pousio da terra, variando de 3 a 6 anos, de acordo com a disponibilidade de terra. É na comunidade do Ererê onde a disponibilidade de terra para plantio é mais problemática. Segundo seu presidente a “terra aqui é pouca” referindo-se a área do governo, disponível para o plantio nas proximidades da comunidade.

O plantio de pasto, atividade crescente nos últimos anos, tem sido visto como “forma de ganho de dinheiro rápido” e, para alguns moradores, causa impacto: “pois, estão derrubando na beira dos igarapés, o que é proibido”. Para os moradores do Ererê, a questão das terras poderá “ser dificultosa” com o crescimento da comunidade. Para o presidente: “agora com o parque os pais terão que procurar outras terras fora da comunidade, pra plantar,”

A agricultura ainda é considerada para muitos moradores como única forma de trabalho, para os moradores do Maxirá, como o Sr. Ruivaldo, para ele: “a terra da mandioca é aqui; é no escaldar da farinha é que está o segredo para ficar amarela”, enfatizando que a comunidade do Maxirá é a maior produtora de farinha e a sua maneira de fazer o produto fica melhor. Os mais antigos, nascidos e criados na comunidade, descrevem a atividade como principal fonte de renda. Para a família de Dona Dulce, por exemplo: “aqui produzimos farinha, massa de carimã que vende bem no período de São João; aqui criei os filhos pela colônia, fazendo farinha, trabalhando com as filhas no roçado”.

Na comunidade de Lages, o cultivo de mandioca está fracassando “pois não existe mais mata pra derrubar, só capoeira que não presta pra plantar, a terra é fraca, acabou a mata”, relata o Sr. Nonato, um dos moradores mais antigos, explicando a dificuldade para ter roçado na comunidade nos dias atuais em função de ser mais difícil “fazer roça” na capoeira. Entre os moradores do Ererê, poucas famílias ainda cultivam a mandioca em suas terras e outros o fazem nos lotes do Incra, fora da comunidade.

Para alguns, como o “Seu” Dílson, que migrou com a família da cidade para a comunidade: “a roça é que dá sustento, tem preço, não vende barato, fazer farinha dá trabalho”. Para as mulheres que vivem do roçado, o fabrico de farinha ainda é o que sustenta a família, conforme afirma a Sra. Tóia: “tendo farinha, não se preocupa com comida”. Os maiores produtores da agricultura estão na família do “Seu” Arnaldo que alega que ainda é possível se viver do roçado e da produção da farinha. Para ele: “a terra ainda produz bem, milho, arroz, feijão, quem não conhece, faz roçado fora do tempo, não queima, deixa o mato crescer e não usa pra plantio. Dizem que a terra não cansa.”

Para os moradores de Paytuna, o plantio de mandioca diminuiu, pois para muitos moradores as terras já não produzem: “a terra já está cansada, no passado já colheu milho e arroz, agora só com máquina”. A questão da comercialização também é levantada como nos relatos sobre o preço do produto: “preço tá esculhambado” e “não ponho roçado”; “a farinha acaba com o capital do pobre”. Para os moradores dessas comunidades, no que se refere à atividade agrícola houve a substituição da mandioca pelo pasto plantado, embora para alguns moradores não houvesse sucesso. Para Sr. Antonio, por exemplo:

“o pasto você vai plantando no inverno, mas não segura, já trabalhei com veneno, consegui um pasto bonito, mas não foi pra frente, dá um tipo de queima, vou vender o terreno e me mudar pra colônia”.

Muitos moradores de Santana e Paytuna estão utilizando a várzea para plantios de cultivos sazonais como a melancia e o feijão. Essa prática, recente entre os moradores, foi iniciada com apoio de técnicos da Emater local, que distribuíram sementes aos que se mudam para a várzea no período de seca.

A relação do roçado está diretamente ligada às estações, de acordo com o calendário agrícola, descrito pelo Sr. Arnaldo, morador do Ererê.

“No costume daqui planta-se primeiro o milho, depois que o milho consente planta-se o arroz se tiver espaço, porque o milho é quente, o pendão cai e queima. O arroz planta livre de tudo, depois pode plantar outra coisa, é frio. O feijão é quente só se for plantado em local muito úmido. A mandioca na terra firme agüenta a piçarra. Fica assim, na terra baixa o arroz, na terra alta a mandioca. A cana caiana é fraca, o jerimum é muito bom dá quase sozinho, em terra baixa. O gado beneficia a terra o estrumo é bom, mas se tirar para usar, se não o gado pisoteia. Na terra alta planta primeiro o milho, em janeiro, o feijão no meio planta no salto (entre um plantio e outro) no mês de março, quando o milho já está virado para colher. Em agosto vai colher o feijão. Se for enxuto julho e agosto começa a plantar a maniva, que vai colher 1 ano. Se deixar a terra sem mexer por até 6 anos, primeiro vem o capim, depois a juquirá e terceiro vem arvorezinhas como cedro, paricá, aroeira (jejuia), periquiteira, malva, ingá, imbaúba. Se não se tem outro lugar pra roçar volta pra onde plantava, derruba e queima. Se tivesse maquinário não ia queimar só ia adubar. A gente deixa a palha do milho e do arroz no roçado.”

O trabalho no roçado é realizado pela mão-de-obra familiar, podendo ocorrer a contratação de mão de obra externa, dos chamados diaristas para realizar atividades, consideradas mais pesadas como a broca e a capina. O custo da mão-de-obra diária varia de acordo com a oferta ou não de alimentação ao trabalhador. Se o diarista leva sua comida o custo sai por R\$12,00 o dia de 6 horas de trabalho, se o dono do plantio dá a refeição o custo cai para R\$10,00 o dia de trabalho.

Nas comunidades do entorno do Pema, foram citadas pelos moradores 23 variedades de manivas conhecidas e utilizadas por eles. Na comunidade Santana não fazem roçados (Tabela 6). Esse resultado aponta uma alta variedade de manivas utilizadas na região.

Os números da tabela correspondem à quantidade de moradores que citaram as variedades de maniva. Um morador conhece e utiliza mais de uma variedade de maniva em seu roçado. As comunidades de Maxirá e Maxirazinho não foram separadas nessa contagem. São conhecidas 23 variedades de manivas pelas comunidades do entorno e dez são exclusivas de alguma das comunidades e foram citadas uma única vez. As variedades de manivas amarelona e tucumã foram citadas por moradores de todas as comunidades que

cultivam mandioca. A comunidade de Lages é a que conhece e utiliza maior diversidade de manivas. As comunidades de Maxirá e Ererê apresentam maior número de frequência de citações de manivas.

Tabela 6 - Frequência de citação das variedades de manivas (n=47).

Variedades de manivas	Comunidades				
	Ererê	Maxirá	Lages	Paytuna	TOTAL
Amarelona	10	12	6	3	31
Mocinha	10	4	0	1	15
Tucumã	6	2	1	3	12
6 meses	4	2	0	0	6
Carauaçu	1	4	1	0	6
Urucuema	0	1	0	0	1
Varjeira	3	0	2	0	5
Achada	1	5	3	0	9
Pecuí	1	0	0	0	1
Olho roxo	1	0	0	0	1
Arara	5	0	0	0	5
Olho de pombo	0	0	0	1	1
Chave	0	8	0	0	8
Jacaré	0	1	0	0	1
Naja	0	1	0	0	1
Curati	0	0	1	0	1
Brechó	0	1	3	0	4
Zolhuda	0	4	7	0	11
Cachorrone	0	0	1	0	1
Pinajé	0	0	2	0	2
Boi	0	0	1	0	1
Mulatona	0	0	1	0	1
Milagrosa	0	0	1	0	1
TOTAL	42	44	30	8	

Segundo Emperaire e Pinton (1998), os critérios de seleção das variedades de mandioca variam significativamente de uma região para outra. Essas autoras identificaram no Médio Rio Negro uma diversidade de variedades muito grande, sendo que cada agricultor conhece em média 20 variedades de mandioca. Nas comunidades do entorno do Pema cada agricultor cultiva em média 2 variedades. Adams et al.(2005) apontam apenas três variedades de mandioca cultivadas pela população da região de Ituqui no Pará. Hanazaki (2001) destaca que, em comunidades da costa atlântica do sul do Brasil, há uma

alta diversidade de mandioca, totalizando 17 variedades entre as “bravas” e “mansas”, cultivadas por três comunidades estudadas. Amorozo (2002), em seu estudo com comunidades no Mato Grosso, encontrou 60 etnovarietades de mandioca entre bravas e mansas.

A diversidade de manivas cultivadas nesses sistemas agrícolas pode ser muito importante para a segurança alimentar, pois garantem não só a autonomia dos agricultores, mas também podem ser fontes de material genético para estudos na agricultura em larga escala. A conservação da agrobiodiversidade pode gerar conhecimentos e manejo de ambientes naturais e processos ecológicos existentes.

O conhecimento sobre o roçado e as variedades de maniva plantadas se estende as características morfológicas, tempo para colheita e produtividade da maniva (Tabela 7). As origens das manivas cultivadas são também diversas. Na comunidade de Paytuna, segundo seus moradores as manivas cultivadas “foram trazidas há muitos anos atrás” de colônias do Salgado e da Pedra Grande e se espalharam pela comunidade.

Os moradores do Maxirá descrevem origens diferentes para algumas variedades de maniva. Para alguns deles, a maniva “achada” tem sua origem “desde o começo do mundo”; para outros “foram os índios, primeiros proprietários que deixaram essas qualidades”; para outros as manivas foram trazidas para a comunidade pelos “seus avós que passaram para os pais e que agora os pais passam pros filhos”; para os que cultivam mandioca na comunidade de Lages, as manivas são originárias da própria comunidade, “sempre existiu na comunidade”; outros trouxeram de outras colônias como Pedra Grande, Arouxi ou Pacoval. No Ererê, as manivas foram “dos antigos moradores”; os mais jovens plantam as manivas doadas pelos pais ou sogros ou também de outras colônias por onde visitam.

Cada morador que cultiva a maniva tem seus “segredos” para a produção de farinha. A boa farinha está associada ao tipo de maniva e, às vezes, a técnica e ao conhecimento do produtor. A boa maniva produz muita massa e é mais seca “dá boa farinha é mais amarela; tem bom preço no mercado local é mais procurada; tem gosto”.

A classificação das manivas, muitas vezes, está relacionada ao seu produto final. Há manivas que são melhores para a produção de goma denominada localmente de “gomosa”, e outras classificadas quanto a sua produtividade de raízes no roçado e conseqüentemente para a produção de farinha são consideradas mais “rendosas”. Alguns moradores preferem misturar as manivas no próprio roçado. Por exemplo, o “Seu” Dílson planta a maniva amarelona com a maniva mais branca; ele mistura “para sair o aperreio” porque a maniva amarelona demora ano para produzir e as brancas podem ser colhidas antes de um ano.

Tabela 7 - Características dos tipos de manivas apontadas pelos moradores.

<b>Tipo de maniva</b>	<b>Cor da batata</b>	<b>Tempo para colher</b>
Achada	Branca	1 ano
Amarelona	Amarela	1 ano
Arara	Amarela	1 ano e meio
Brechó	Creme	8 meses
Carauaçú	Branca	6 meses
Chave	Branca	1 ano
Mocinha	Creme	8 meses
Seis meses	Amarela	Seis meses
Tucumã	Amarela	1 ano
Vargeira	Amarela	1 ano e meio
Inajá	Amarela	1 ano e meio
Zolhuda	Branca	1 ano

As categorias de uso da terra existentes nas comunidades são os lotes, os roçados, os quintais. Na comunidade do Ererê, as áreas de cultivo, utilizadas próximas das moradias, estão distribuídas na chamada área do governo, situada entre o pé da serra e as casas. Segundo os moradores: “nessa área tudo já foi derrubado, somente onde tem paricá é nativo”. O uso dessas áreas está relacionado à descendência dos moradores mais antigos que se instalaram suas casas nas áreas patrimoniais e ganharam as terras do governo para o plantio.

Os parentes desses moradores, que ainda vivem na comunidade, cultivam nos mesmos locais de seus pais e avós. Segundo um dos moradores mais velhos: “cada um tirava o pedaço de terra e fazia o roçado na área do governo, onde tudo era plantado”. Com o crescimento da comunidade e a instalação das políticas de assentamento muitos dos antigos saíram para os loteamentos como a Canp porque “a terra não dava pra cultivar, não tinham terreno”, em função da divisão de terras na comunidade.

Para o presidente da comunidade, a condição para se viver hoje no Ererê: “o caboclo tem que se contentar em trabalhar com pouco”. Para ele, a terra ainda produz bem o milho, o feijão e o arroz. O que dificulta é o desconhecimento de quem quer trabalhar na terra, porque colocam o roçado fora do tempo e não cuidam. Referindo-se a perda de conhecimento para o cultivo e aos poucos espaços de terras disponíveis na comunidade para produção agrícola e a manutenção dos atuais moradores.

Na comunidade do Maxirá tanto nos lotes onde as residências estão fixadas como nos adquiridos mais distantes das casas é onde os moradores fazem seus cultivos. Os

moradores de Lages e Paytuna são posseiros e fazem os plantios nas proximidades das casas e, por vezes, nas áreas de várzea.

Os cultivos de milho, feijão, banana e pasto estão presentes nas comunidades com uma variação de 0,5 a 12 hectares de área plantada, conforme declarado pelos moradores (Figura 12). A medida da área a ser plantada é chamada de “tarefa”, cada “tarefa” corresponde a 25mx25m.

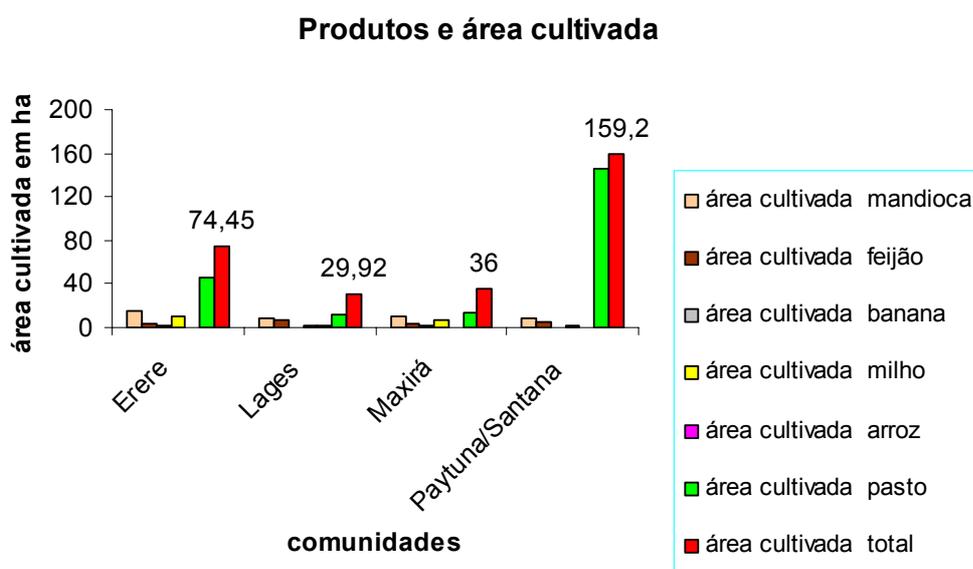


Figura 12- Área total cultivada por produto e por comunidade estudada.

A “tarefa” é medida com uma vara 2m (que corresponde a uma braça)<sup>28</sup>. Com a vara faz-se também o “pique”, que consiste em delimitar o terreno a ser plantado. Isso é feito abrindo-se uma “vareda”, trilha como 1m de largura que também funciona como o aceiro. Faz-se então o roçado, que é cortar o mato, queimar e plantar, para então se formar a roça, que é a área já plantada “com todo tipo de legume”.

Muitas são as variedades de milho e feijão, plantadas pelos moradores. Entre as variedades de milho foram citadas o “baixinho”, o dente de cavalo, o “pontinha” e o “paulista” como as variedades preferidas, o que segundo os moradores se deve ao fato de produzirem e durarem mais tempo no plantio. As sementes são conseguidas com os vizinhos ou na cidade na colônia dos agricultores.

É prática no período da colheita manter uma parte da safra na área menor onde foi plantado o milho. Esta é “guardada” no roçado para abastecer a criação doméstica. Para a manutenção das espigas, estas têm seus pendões quebrados e ficam de penduradas para

<sup>28</sup> As varas são medidas com os dois braços abertos horizontalmente.

baixo “para não entrar água e o bicho não comer”, sendo colhidas quando houver necessidade.

As variedades cultivadas de feijão são o “manteiguinha” e o “branco”, cujas sementes são adquiridas na cidade ou guardadas de uma safra para outra. Há ainda os de “bajé roxa” e o “jalo”. É na comunidade de Lages que estão os maiores plantadores dessas variedades. Eles são conhecidos por essa atividade. Segundo eles, sempre tem “preço bom” no mercado local. O arroz é plantado por poucos moradores e apenas para consumo; a variedade cultivada é a “agulhinha”. A variedade de banana plantada é a “branca”, também utilizada como consumo.

#### *As crenças nos roçados*

A agricultura na região é influenciada por crenças e está ligada a santos da igreja católica. Para alguns agricultores da comunidade do Paytuna, deve-se “guardar” a 1ª segunda-feira do mês de agosto e não trabalhar na roça, pois é considerado o dia que Caim matou Abel e, portanto, de mau agouro para a produção do roçado. Os moradores também evitam ir ao roçado por 8 dias após o velório de moradores falecidos na comunidade, pois segundo eles “o roçado não vinga”. No entanto, se o morador quiser trabalhar, ele deve jogar sal nos cantos da roça, com isso “afasta os espíritos”.

Para os antigos como D. Luzia (82 anos), moradora do Ererê, se o agricultor quiser “engrossar o roçado”, deve fazer o plantio na véspera em que se comemora o São Tomé e no dia do santo deve-se benzer o roçado. Esse é considerado como o santo do roçado. O procedimento descrito, segundo ela, é garantia de produção farta.

Para os moradores que não conseguiram preparar suas áreas de plantio na época do verão, resta aguardar o “verão de São Martin”, período de estiagem que ocorre no mês de janeiro quando o “clima fica parecido com o verão”. Alguns moradores utilizam este período para queimar a mata derrubada ou ainda iniciar o plantio, pois “ficaram com preguiça de botar o roçado na época certa, assim como São Martin, considerado o santo “preguiçoso” (Sr. Raimundo Nonato, morador de Lages).

#### 9.1.2.2 Gado

O gado local é principalmente o pé-duro, “qualidade mais braba que tem porque é espantado”, que predomina na proporção de nove para um sobre o gado nelore. O gado não

se encontra distribuído igualmente entre as famílias. Mais da metade das famílias não possui nenhum gado.

Segundo Cerdeira et al (1997), em estudo realizado junto as comunidades do Lago Grande, o consumo local de carne de gado é esporádico, mas o consumo de leite é freqüente. O peixe, a farinha e o leite constituem os principais alimentos da população local. O leite está presente em mais da metade das refeições (104 ml/capita/dia), enquanto o consumo de carne de gado (4,3 g/capita/dia) é bem menos freqüente, apenas duas vezes em cada dez refeições

Os pastos para gado localizam-se no sopé das serras, onde há campos nativos, mas na estação seca, são transferidos para os terrenos de várzea na “arriada da água”, onde o capim se estende desde a beira dos campos até o rio Amazonas.

Durante a estação seca, os moradores e os fazendeiros que possuem gado os levam para a várzea, onde não há cercas, nem divisão de terrenos, “a várzea é livre”. Alguns fazendeiros que possuem terreno na várzea empregam famílias que vão para as casas ou abrigos para cuidar do gado, vivendo em troca da compra do produto da pesca, da oportunidade de caçar e recebendo cestas básicas dos proprietários.

Alguns moradores, principalmente os das comunidades de Santana e Paytuna, se transferem para a várzea com seu rebanho, permanecendo na área até o início da subida das águas em fevereiro. Os moradores que não se mudam para a várzea vão a área a cada 8 dias para “reparar” suas reses. Segundo os moradores locais, durante o reparo as reses são contadas, vistoriadas quanto à detecção de alguma doença e se necessário transferidas para outro local com mais fartura de pasto.

Na estação das chuvas, o gado retorna para a terra firme, onde vive isolado por cercas nas propriedades ou terrenos dos grupos familiares. Algumas famílias alugam o pasto plantado ou sua área de “coberto” para os que não dispõem de terras ou estão com os terrenos sem pasto. O valor do aluguel do pasto é de R\$10,00/ cabeça/ mês quando o gado é “graúdo”, quando pequeno R\$5,00/ cabeça/ mês. Poucas famílias possuem terrenos para essa atividade nas comunidades; outras alugam pastos nos terrenos e lotes de parentes nas comunidades da terra-firme mais próximas.

Nas comunidades do Maxirá e Ererê são mortos dois mamotes (pesam cerca de 130-150 kg) por semana para consumo no açougue local, a carne é cortada lá mesmo e vendida tanto na comunidade quanto nas comunidades vizinhas, ao preço de R\$ 3,00 -3,70/ kg, com osso e sem osso, respectivamente. A venda de carne é uma atividade contínua. Quando o gado é levado para a várzea, parte do gado fica para abate ou venda no período de verão.

O gado constitui o bem mais prezado tradicionalmente nas comunidades do entorno do Pema, sendo uma fonte de alimento essencial e a posse social mais importante; também desempenha um papel de destaque nas festividades. Antigamente, os criadores doavam uma ou mais cabeças de gado para o leilão que ocorre durante as festas dos Santos Padroeiros das comunidades e o festeiro prestava conta de tudo. Atualmente, os velhos alegam que ninguém presta mais contas, justificando o fim da tradição da dádiva.

O gado constitui uma forma de riqueza que pode ser acumulada e é uma propriedade individual. Uma prática para iniciar a acumulação de reses está em comprar gado para os filhos recém-nascidos. A res é comprada com o recebimento do recurso advindo da previdência social. Quando os filhos e filhas se casam é costume os pais doarem reses de presente para iniciar seu plantel, ou em sociedade com parentes. Para os jovens representa uma forma de ganho social.

Segundo os relatos obtidos alguns deles adquirem suas primeiras reses a partir dos 15 anos, “trabalhei em Novo Brasil arrancando feijão, por 2 meses, daí comprei 2 vitelinhos em 2003 e coloquei no pasto do pai. Hoje tenho 22 cabeças de gado” (Rosivaldo, morador de Lages). Criar gado para muitos é também à garantia financeira “quando precisa tem onde meter a mão pra se servir; é na verdade um fundo de reserva, se cair no fracasso tem onde se safar” (Morador do Ererê).

O chefe da família é o dono de seu rebanho e é dele a decisão de venda ou abate. O gado não entra na distribuição da herança familiar. Em relato do “Seu” Arnaldo, sobre como foi a divisão das terras após o falecimento de seu pai. Ele comentou que após o falecimento de seu pai “as reses passaram a pertencer à viúva e a ela cabia o controle do comércio do plantel. Em sua avaliação, as perdas financeiras da família ocorreram em função da venda do gado, realizadas pela sua mãe.

O gado fornece aos moradores além do leite e da carne, outros derivados: as peles são usadas para fazer cordas e arreios para prender animais e selas; são vendidas para os curtumes de Monte Alegre e depois revendidas para Belém; o esterco é usado como combustível de fogueiras que queimam em latas na época que tem muito carapanã (mosquito) - o estrume arde lentamente, produzindo muita fumaça, afastando-os. São utilizados também como meio de transporte no período da colheita da mandioca e colheita de produtos do extrativismo. Ter uma carroça e gado para transportá-la, por si só diferencia socialmente algumas famílias. O custo para transportar produtos é definido pelo dia/ uso. O tipo de produto a ser transportado não modifica o preço da diária que chega a R\$10,00/ dia.

Os mais velhos acham que o gado hoje aumentou muito em quantidade, mas por conta de problemas com a comercialização já não é um grande negócio. As políticas do

governo estadual para o controle de doenças e em busca de melhoria do plantel dificultam aos moradores a manutenção de suas reses.

As despesas com vacinas, veterinários e cuidados com doenças além do imposto, não permitem aos moradores a manutenção de um grande plantel. É da Adepara o controle de rebanhos. A movimentação do gado é controlada pelo pagamento da Guia de Transporte Animal (GTA). O proprietário do gado é obrigado a registrar cada animal comercializado, pelo custo R\$1,50 para vender o animal vivo quando transportado para outra localidade e paga a GTA de R\$3,00 para venda de animais para o abate.

O gado constitui uma das principais causas de conflitos tanto entre os moradores como entre as comunidades. Muitas brigas e discussões são a respeito de gado, entre famílias, entre indivíduos da mesma família, e até mesmo entre comunidades ou grupos familiares foram relatados. A resolução dos conflitos ocorre em instâncias diferenciadas. Em um primeiro momento, a solução é dada pelo presidente das comunidades quando as queixas e primeiras discussões são avaliadas, caso não se resolva, o presidente da comunidade leva o caso ao delegado de polícia ou então ao fórum da cidade. Entre os conflitos mais comuns estão à invasão do gado nos roçados e durante o verão, quando da estadia do gado na várzea, que segundo os pescadores prejudica a pesca com o pisoteio dos animais sobre as redes.

Na comunidade do Ererê, o conflito também é de origem ambiental. Alguns moradores têm requerido áreas próximas às margens dos igarapés para desmatar e plantar de capim, alegando a necessidade de seu sustento com o aluguel do pasto. Pude acompanhar dois desses acontecimentos. O primeiro quando o gado invadiu o roçado de D. Luzia e comeu parte do milharal. Os filhos foram queixar-se ao presidente da comunidade, pedindo indenização no valor de R\$300,00, alegando que este seria o valor que ganhariam com a venda da produção e era o que o gado tinha comido e ou estragado com o pisoteio. Este tomou as seguintes providências: levou a situação ao dono do gado, solicitando que este primeiro reconhecesse que deixou o gado fora dos limites do pasto e segundo que pagasse os prejuízos causados. O Sr. Itamar, dono do gado reconheceu que o gado era dele, porém não concordou com o valor da indenização solicitado, dizendo que “eles não plantaram tudo isso de milho”. A avaliação do presidente da comunidade foi que o valor solicitado de fato extrapolava o verdadeiro prejuízo causado e que:

“o pessoal da D. Luzia, cresceu o olho porque o Itamar é dono da taberna da comunidade, acham que ele tem dinheiro. Eles não plantaram tudo isso, lá quem cuida da terra é a velha, eles não trabalham e agora querem ganhar fácil, se o Itamar der cem reais tá bem pago, porque não dá pra gente saber quanto o gado comeu de verdade”. Sr. Arnaldo presidente da comunidade do Ererê.

Nesse depoimento está inserido o “senso de justiça” que envolve as soluções de conflito na comunidade, que passa pelas relações sociais existente entre os moradores “Seu” Arnaldo conhecia a área de uso dos plantios de milho da família de D. Luzia e a relação familiar que há entre ela e os filhos.

Vale aqui destacar que esse imbróglio levou cerca de 6 meses, sendo discutido na comunidade. Iniciou-se em maio de 2006 (quando começa a colheita do milho) desdobrou-se até outubro. Não houve concordância sobre os valores e o caso foi para o Fórum da cidade.

O segundo caso ocorreu quando o “Birica” começou a desmatar a margem do igarapezinho da ponte para plantio de pasto próximo de sua casa. A justificativa do Birica é que ele precisa “dar sustento a família e plantar pasto e alugar dá dinheiro”. Sua atitude foi contestada pelo “Seu” Luca, que é delegado sindical, alegando que “era proibido desmatar as margens dos igarapés e rios porque seca tudo”, e iria denunciá-lo na delegacia e no Ibama. Nesse caso, o presidente da comunidade não deu permissão para o uso do espaço porque “a área é de toda a comunidade, portanto não poderia ser estragada”.

Os moradores conhecem e manejam os pastos para a criação do gado. As pastagens naturais, segundo eles “queimam, mas agüentam o fogo”. Os pastos são plantados com capim quicuio “tem palha mais grossa”; mineirinho, “que é bem fininho e não cresce alto e o gado gosta”; o braquiarião que é plantado de semente. Segundo os moradores: “este capim cresce alto e coça; pra roçá tem que usar foice e tem tá vestido com bota e calça”, o trabalho no pasto para eles tem que ser “zelado”. No manejo: o “mato é cortado com um metro”, alegam que fazem isso “pra não sufocar o capim”.

No verão limpam o capinzal, e o plantio é feito em janeiro para estar bom em maio para transferir o gado. Costumam usar veneno que mata o mato e deixa o capim. Apesar da diversidade de gramíneas e ciperáceas no campo, os criadores consideram que o capim nativo é “só de um tipo”, pouco contribuindo para a engorda do gado. Na várzea, os capins são nativos e vários tipos são citados: premembeca, rabo de rato, taripucu, canarana, pomonga, são considerado pelos criadores como os melhores. Já as espécies como muri, arroz, miritirana e amã, segundo eles, o gado não gosta.

Na terra-firme, o gado é atacado mais pelos morcegos e carapanã que “chupa o sangue do bicho”; na várzea os jacarés e as serpentes como “surucucu podem matar os bichos, se picar na língua”. As doenças que mais atacam o gado são a broca que “rói o chifre, é tipo um tapuruzinho” e o tratamento aplicado pelo proprietário do gado é “serrar o chifre e botar o remédio conhecido como bezecriol. A outra doença citada é a frieira que pelava a língua e o gado morria de fome, ”como veio a vacina diminuiu a doença”

Embora a região não possua as qualidades favoráveis para a criação de gado, com uma estação seca acentuada e a estação das chuvas concentrada com chuvas copiosas e abundantes no inverno, mas a combinação da cerrado (“coberto”) e dos campos de várzea, com pastagens nativas, favorece a capitalização de criadores que plantam capim, prática que está se estendendo a moradores, fazendeiros e os que possuem lote fora das comunidades.

Para as comunidades do entorno do Pema, os conflitos da pecuária com o Parque estão refletidos nas estratégias de manejo “de deixar o gado solto porque quem não cuida deixa o solto e o gado vai pra serras”. A outra questão está na busca de áreas para o plantio de capim. Segundo morador de Maxirá e considerado na região como criador o “Parque não é problema porque o meu gado vai pras colônias, aqui só chegam na seca, quando levo pra várzea”. No entanto, para outros criadores em menor escala, o “parque pode atrapalhar porque não vai ter pasto”. Morador de Lages, referindo-se ao impedimento de fazer plantios na área do coberto, interna ao Pema.

#### 9.1.2.3 Caça e uso da fauna

A importância de animais provenientes da caça e da pesca, utilizados tanto para a subsistência quanto para a comercialização pelas populações rurais na Amazônia, tem sido estudada por muitos autores e sempre é foco de discussão, envolvendo a sustentabilidade dos ambientes e a conservação da biodiversidade, em locais, onde há unidades de conservação e populações humanas. O uso alimentar de animais engloba além da pesca, a fauna terrestre nativa, obtida com a caça e com animais de criação doméstica como galinhas, patos e outras aves.

Embora proibida em todo território nacional, a caça é praticada na região, mas não é explorada ativamente como fonte de alimento. Para os moradores que responderam as questões sobre caça (n=35), essa fonte de recurso está diminuindo para 13% deles. Os motivos apontados para isso incluem: “o desmatamento, e queimadas nas áreas de mata”; as estratégias de caça como a “caça com cachorro”; e o aumento do número de pessoas que estão praticando esta atividade foi citado: “porque tem mais gente caçando”. As políticas públicas, como a criação do Pema, têm contribuído com a redução de caçadas, conforme identificado a partir da fala do morador de Lages: “é proibido caçar em área de reserva, por causa do Ibama”.

Para um quinto dos entrevistados, a caça está aumentando: “porque têm mais bichos, a criação da reserva favorece o aumento de animais de caça”. Para outros: “porque é difícil

caçar e por que proibiram a caça com cachorros”. A atividade não é praticada por muitos moradores. Para caçar, a pessoa tem que ter um bom preparo físico, pois caminha por muitas horas na mata o que implica em conhecer bem os caminhos e o espaço.

Nas comunidades de Paytuna e Santana (n=11), Lages (n=17), Maxirá (n=5) e Ererê (n=2), os moradores que declararam caçar, afirmam que os motivos que levam a esta atividade são a subsistência da família, além da venda da carne para gerar renda. A caça é mais praticada no período do verão, pois há maior concentração de animais na região em busca dos poços de água, facilitando a captura. Para os moradores mais antigos, a caça era farta na época deles: “e agora tem muita procuração, vem gente da cidade caçar. Eles usam as motos nas serra, isso acaba com a caça”. Segundo os moradores de Lages, no verão de 2006, só em uma noite mataram nove pacas e um veado.

Os moradores locais caçam e comem todos os animais, exceto raposas, cães, onças e os macacos. O consumo de carne de caça é raro (dois, em cada cem dias) e tende a aumentar no verão (CERDEIRA et.al., 1997; REBELO, 2006). Em geral, caçam aqueles animais que se aproximam das roças como veado e caititu (para comer milho, feijão e mandioca). Poucos moradores saem para caçar. Os bons caçadores são identificados por terem mais sucesso com as caçadas, conhecerem os animais e terem boas estratégias para caçar.

Nas entrevistas realizadas com alguns caçadores a descrição dos ambientes e comportamento dos principais animais caçados foi bem apresentada por eles, além das técnicas utilizadas para captura. As caças mais abundantes são veado-vermelho *Mazama americana*, caititu *Tayassu tajacu*, paca *Agouti paca*, cutia-vermelha *Dasyprocta leporina* e tatus *Dasytus* spp. Outros animais consumidos são a capivara *Hydrochaeris hydrochaeris*, e o veado-foboca *Mazama* sp.

A onça (*Panthera onça*) aparece algumas vezes, vem atrás dos porcos e dos caititus. É também uma ameaça para a criação doméstica, os moradores a matam se têm a oportunidade. Eles afirmam que existem poucas onças-pintada). Já os caçadores afirmam existir poucas onças-vermelhas (*Puma concolor*) na serra do Paytuna e nenhuma na serra do Ererê.

Da fauna aquática consomem peixes, jacarés e quelônios. Na região da várzea são consumidos os jacaretinga *Caiman crocodilus*, jacaré-açú *Melanosuchus niger* e tracajá *Podocnemis unifilis*. Na seca, coletam ovos de tracajá nos campos de várzea, para consumo. Coletam jabuti *Geochelone carbonaria* quando encontram no coberto ou na serra. Caçam também aves aquáticas como patos-do-mato *Cairina moschata*, marrecos

*Amazonetta brasiliensis*, *Dendrocygna* spp, às vezes, maguari e patori “quando a água vai quebrando” - período de baixa da d’água.

A atividade de caça nas comunidades é mais freqüente na estação seca (87% dos entrevistados) que na estação chuvosa (13%). Os principais motivos que levam os moradores a escolherem a estação seca para investirem nesta atividade são: a dificuldade da caça encontrar água e alimento na área do parque, a facilidade que ela se cansa durante sua perseguição e a melhor percepção auditiva da caça durante suas atividades. A caçada diurna (60%) foi preferida em relação à noturna (33%), mas a caça também pode ser praticada nos dois períodos do dia (7%). Alguns ainda relataram preferência em realizar a caçada na estação seca durante a noite e na estação chuvosa durante o dia.

Os moradores utilizam várias estratégias de caça. No entanto, as caçadas dependem de seu conhecimento sobre o ambiente e a fauna e, sobretudo de sua habilidade com armas e confecção de armadilhas. Entre as estratégias utilizadas destacam: a caça com cachorros; a caça de espera “moitá”; o “batuque”; a “varrida”; a caça andando e armadilhagem. Entre as táticas utilizadas para a captura da caça, a mais adotada é da espera (89%), outras duas bem menos utilizadas são a caça andando (77%) e a caça com cachorro (33%).

Para a caça de espera: faz o “moitá”. O caçador já sabe que caça pegar “vai de dia, atravessa um pau entre a copa de uma árvore pra outra e amarra com cipó”. O moitá é utilizado onde há bebedor ou fruteira “comidia”<sup>29</sup>. O caçador “fica sentado a tarde toda e lá de vez em quando aparece a caça e aí pode acertar ou não”. Também preparam a comidia para a caça de veados e utilizam malfim ou nalfim “o bicho chupa as frutas que dá em outubro, deixa só o caroço”. Nos roçados e na mata capturam paca e utilizam a muúba, as cutias são atraídas com comidias de caju, curuá ou laranja da terra. No coberto, o veado-foboca é caçado na época do cajuaçú. Para a captura da capivara na várzea, fazem a comidia com os capins pomonga e canarana.

A caça de varrida é feita à noite. Primeiro verificam a vereda que “é o caminho do bicho”. Uma vez identificado o caminho ou percurso que o animal utiliza, o caçador faz a varrida, uma trilha limpa paralela ao caminho do animal, que é o “caminho do caçador”. Para a captura, o caçador “fica andando na varrida até às 21h, se vê a caça, pode atirar”.

No batuque, que é mais utilizado no inverno, enganam alguns animais batendo no chão com pauzinho, imitando o comportamento da cutia que bate o pé quando está no cio. Essa estratégia, segundo os caçadores, quando utilizada “vem cutia, veado, caititu”. Utilizam a técnica do “rói-rói” para caçar cutias. Esta técnica consiste em arranhar o cabo da

---

<sup>29</sup> Nomenclatura para armadilhas em que se utilizam frutas e outros atrativos comestíveis para atrair ou capturar animais.

espingarda fazendo barulho semelhante ao dos animais para atraí-los. No assobio, para chamar cutia: “mas tem que ser um assobio ritmado - fiuu-fiu-fiuuu, quando está no ponto dela, onde elas andam, pode assobiar que elas vêm correndo”. Essa estratégia é mais utilizada no período do inverno.

A utilização de cães para as caçadas tem gerado conflitos entre os moradores, pois segundo eles, o cachorro espanta a caça porque “ele dá muita carreira, espanta bicho, e o animal acaba ficando, ele fica velhaco”. Caçador, explicando os efeitos negativos de se caçar com cachorro e a esperteza dos animais que aprendem quando tem cachorro perto.

Utilizam os cães vira-latas, os machos é que são treinados para a caça “cachorro bom é o que pode treinar”. O treinamento dos cães é feito quando o animal é novo. Eles os levam para as caçadas e os colocam no rastro da caça para que o animal aprenda. A caça com cães é utilizada mais no inverno, pois os cães, segundo os caçadores conseguem perceber melhor o rastro, “porque é recente, é fresquinho”. Segundo os caçadores é possível caçar durante todo o ano, mas somente se “você for atrás, dá de ir a todo canto, mas lá no centro da mata (Ilha Grande) e nas serras é mais fácil a captura”.

Segundo Rebelo (2006), a caça nas serras persegue os animais que usam as cavernas e gruta principalmente as pacas, tatus e cutias. Mas a extensa rede de galerias é um refúgio importante para a caça. Os caçadores conhecem uma raça de pacas brancas chamada localmente de “paca-concha” que eles dizem viver nas cavernas das serras e para os caçadores tem “o couro mais saboroso, não tem pintas, nem listras”

Os caçadores também usam outros artifícios, entre eles a armadilhagem. Essa técnica consiste em utilizar a arma de fogo que é disparada por um mecanismo disparador do gatilho acionado por um fio atravessado na trilha. Esse artifício é usado somente quando o caçador percebe o rastro ou a toca de um animal, mas como pode causar acidentes, em algumas comunidades é proibido (SOUZA E SILVA JR. et al, 2006).

As caças são distribuídas entre os moradores, dependendo da quantidade e do tamanho do animal caçado. Há certa hierarquia na distribuição da carne. Primeiro distribuem para os parentes mais próximos como os pais, que recebem as partes consideradas mais saborosas: “os quartos para o pai é seguro”. Na seqüência sua própria família: mulher e filhos, em seguida os irmãos. Se algum vizinho estiver doente ou necessitado recebe primeiro que os demais moradores. Pode ocorrer a venda ou troca da carne de caça por produtos como farinha e feijão, como por exemplo, a carne de capivara que é muito apreciada, chega a valer R\$2,00 o kg, em algumas comunidades.

Para alguns caçadores, o perigo de caçar está em dois motivos: as cobras, principalmente as cascavéis. Segundo eles, a região “tem bem cascavel de ficar com medo,

pode pisar em cima, essa cobre é muito lenta, da feita que se enfeza ela não corre mais da gente, enfrenta”. O segundo é de ter “panema”. Estar com “panema” é considerado como ter má sorte, ou passar por algum momento “de aperreio”. Podem até correr perigo de vida como no relatado por um deles “tava com panema, dormi no galho do apu e quase caiu, mas agüentou na marra até passar”. Para curar a “panema”, o aconselhável é tomar banho com folhas de araticum. Que segundo os moradores “o araticum limpa o corpo”.

Alguns animais são utilizados como remédios. Usam o couro, a cauda e principalmente a banha. Dos remédios mais citados estão a banha de jacaré e da sucuriju, que em geral têm valor no mercado da cidade. Eles os utilizam para curar asma e como purgante para o gado. A cauda de tatu é utilizada para curar veneno de cobra.

Na criação doméstica predominam os “bicos”: galinhas, os picotes, os perus, os patos e os marrecos, que segundo os moradores são perseguidos pelas raposas e cachorros do mato. A criação de porcos já foi abundante na região do entorno. A queda do preço e os conflitos gerados para a criação destes animais, como ausência de cercas e áreas apropriadas, contribuíram para a redução da atividade. Os animais domésticos são criados pelas mulheres. Vivem soltos nos quintais e são alimentados com milho retirado da roça, casca de arroz e cruieras (sobras de mandioca quando do preparo da farinha). Em geral, constroem-se pequenos abrigos para guardar os animais durante a noite. Os moradores acompanham a procriação e cuidam para a manutenção de seus “bicos”. As galinhas têm bom preço no mercado local e são apreciadas na cidade. Os moradores consomem os ovos e esporadicamente a carne.

Para os moradores, a implementação do Pema poderá trazer complicações quando a invasão dos roçados pela fauna. Para alguns moradores: “botando o parque espanta o que dá prejuízo para a gente como caititu, se fosse cercado”. D. Raimunda, explicando a sua expectativa de reduzir a invasão de animais nos roçados.

#### 9.1.2.4 Pesca

A atividade pesqueira na região do entorno do Parque ocorre ao longo do ano e é praticada com mais intensidade pelas comunidades de Santana, Paytuna e Lages. Na comunidade de Maxirá, nenhum morador se declarou pescador e no Ererê apenas um morador é pescador. A pesca é artesanal, de pequena escala é realizada com barcos pequenos, canoas e casco, pouco motorizado com motores de 3,5 a 40HP, visando à captura de peixes.

Entre os moradores, o aprendizado sobre o trabalho da pesca tem início durante a infância, à maioria dos pescadores entrevistados começou a pescar com 8 a 10 anos de idade. Para muitos: “a casa do pai é escola do filho”, começam acompanhando os pais ou parentes nas suas atividades pesqueiras, ou pescando individualmente na beira do lago próximo a casa.

A pesca é a principal fonte de renda da família para 85% dos moradores de Santana, 66% dos moradores do Paytuna e 39% dos moradores de Lages. A pesca gera uma renda variável com a época do ano, mesmo sendo uma atividade realizada durante o ano: “porque tá ficando difícil o ramo da pesca pra quem ‘veve’ dela, mas nasci na pesca, tenho que morrer nela”. O destino do pescado é o consumo familiar e a comercialização.

Para os pescadores que trabalham por conta própria, os locais utilizados para pesca durante todo o ano são os lagos e igarapés próximos às comunidades. Os pescadores que trabalham por conta própria utilizam o Lago Grande, o Lago de Lages e os igarapés do Paytuna e do Ererê. Para os pescadores que trabalham com algum patrão, a pesca ocorre em locais mais distantes, como Lagos Camapu, Tandéia e o próprio rio Amazonas. Algumas áreas são preferidas de acordo com a estação do ano. No verão, os locais mais citados pela maioria dos pescadores entrevistados foram o rio Amazonas, o rio Oiteiro, o rio Marinheiro, a área de várzea e os lagos do Maripa, Vila Franca, Panacu, Apiró. No inverno a pesca ocorre no igapó, no Lago Grande e na área de várzea, conhecida como Itandeuca.

O pescado é vendido para as geleiras ou patrões na própria comunidade, ou para moradores locais ou de outras comunidades, levados em isopor a cavalo ou de moto. A relação com os patrões da comunidade, que tem em média cinco pescadores cada um é estabelecida de acordo com o grau de parentesco.

Como exemplo, há o caso do “Seu” Erinaldo da comunidade do Paytuna, que trabalha para o pai o qual tem outro patrão na cidade. Há pessoas que passam a viver na comunidade, são pescadores e servem ao patrão da cidade, são conhecidos como capatazes. O patrão é também chamado de “dono do barco” (barco a motor com isopor e gelo para armazenar o pescado) que é responsável por fornecer o gelo, o café, o açúcar e a farinha para o pescador durante o período de pesca. As pescarias podem ter duração de uma semana ou até mais caso haja “perseguição de algum cardume”. Um bom dono de barco “tem que se entender bem com a gente e pagar a gente direito no fim de semana”. As pescarias iniciam-se na segunda-feira e os pescadores retornam para a comunidade ao sábado.

Quem é dono de barco na comunidade tem na cidade o seu patrão ou revendedor. Este por sua vez, é o dono da barraca de peixe no mercado da cidade, para onde se destina

o produto final. O município de Monte Alegre não dispõe de frigorífico para armazenamento, assim, toda produção de peixe é colocada para ser comercializada e o excedente é salgado e revendido na feira ou nos bairros.

A embarcação utilizada pelos pescadores nas comunidades de Santana, Paytuna e Lages é a canoa a remo ou casco. A diferença entre a canoa e o casco, além do tamanho é a sua estrutura interna e o preço. Segundo os pescadores, casco não tem “braço” (laterais externas que dão apoio ao pescador): o tronco utilizado para construí-lo é cavado e queimado para abrir e ter espaço para colocar um banco para sentar. A canoa tem braço para pegar e as cavernas que dão segurança e equilíbrio. Sobre as cavernas são pregadas as tábuas para sentar. As canoas são feitas de itaúba preta ou itaúba amarela (*Mezilaurus* Sp) e em geral encomendadas nas comunidades vizinhas.

O peixe é vendido em cambadas. Em uma cambada, os peixes são amarrados com cipó ou corda de nylon. Uma cambada equivale a 3 kg de peixe. O preço da cambada de peixe é pago de acordo com o tipo de peixe pescado e com o local de comercialização. Por exemplo, se o pescador vende seu produto para o dono do barco, no local da pesca, o preço é um. No entanto, se o pescador chega com seu produto e vende para o barraqueiro na cidade pode conseguir, dependendo da época do ano, aumentar o valor de seu produto em até 30% ou mais. Uma cambada com vários tipos de peixe é repassada ao dono do barco por cinco reais, no entanto se o pescador chega até a cidade e vende para o barraqueiro pode conseguir vender por até sete reais. Preços observados no verão.

Alguns peixes, como o tucunaré, surubim e tambaqui, que possuem melhor valor de mercado, têm seu preço avaliado pelo peso. Os peixes de escama como curimatã, pescada, bocó (filhote de tambaqui) e carauaçu, têm melhor preço por cambada que os peixes lisos como surubim, jandiá e dourada, por que são mais apreciados pelos consumidores.

Os apetrechos ou artes de pesca não diferem muito entre as comunidades. A maioria dos pescadores utiliza mais de um apetrecho para pesca, porém as malhadeiras de algodão (39%), seguida do anzol (10%) e malhadeira de mica (9%), são os apetrechos preferidos. Apetrechos como rede, flexa e arpão são mais utilizados pelos moradores da comunidade de Santana. Na comunidade de Paytuna são os antigos pescadores de pirarucu que dominam a arte de utilizar a astia, para captura desde pescado (Figura 13).

As malhadeiras de algodão ou nylon, como são chamadas localmente, são consideradas pelos pescadores como fracas para a pesca, pois segundo eles: “o peixe vê a malha e foge”. Ainda que sejam consideradas fracas para a pesca, as malhadeiras de algodão são as mais utilizadas pelos pescadores. Eles alegam que o preço da linha de algodão usada para confeccioná-la é mais barato, além de serem menos destruidoras. As

melhores, porém mais “perigosas”, são as malhadeiras de mica (confeccionadas de linha de nylon transparente) porque “pega muito peixe miúdo, porque a malha é pequena, mas é destruidora”. “Seu” Erinaldo, pescador do Paytuna, revelando preocupação com os estoques de pescado.

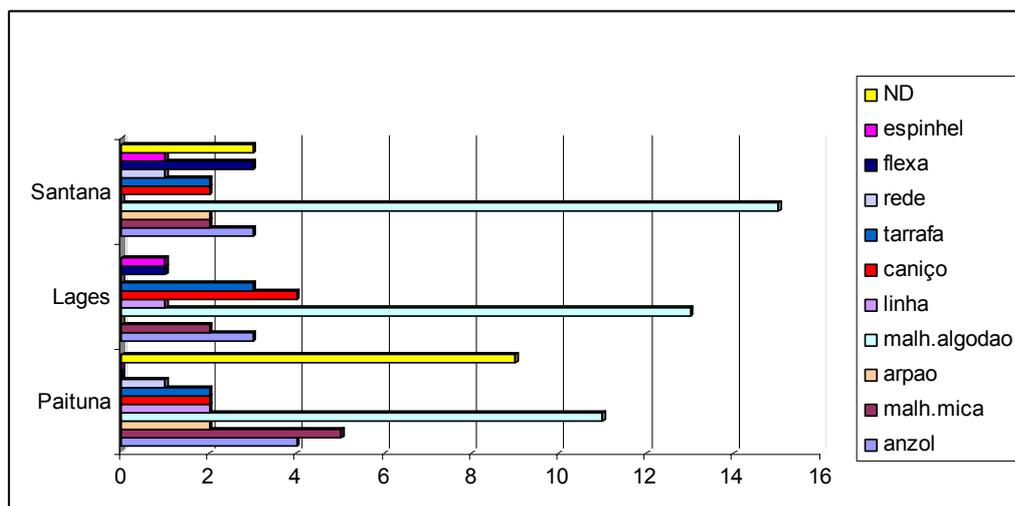


Figura 13 - Aparelhos de pesca utilizados pelos pescadores entrevistados em Paytuna (n=33), Lages (n=10) e Santana (n=20). ND= corresponde ao número de pescadores entrevistados.

As malhadeiras são confeccionadas pelos próprios pescadores, muitas vezes, auxiliados pelas mulheres. Os homens iniciam a malha e fazem o serviço de “entralha” e “caseo das malhas”. São responsáveis também pelo chumbamento que é costurado na parte de baixo, e a bóia que é presa na parte de cima da malhadeira. Há mulheres que tecem malhadeiras para vender, mas, em geral, elas consertam as malhadeiras “bocozadas” (malhadeira destruída por boto, jacarés ou piranhas) para seus maridos e filhos.

Segundo os pescadores: “para cada peixe tem uma malhadeira e uma linha diferente e a altura que fica dentro da água também influencia o tamanho da malhadeira. Para a captura do tucunaré são quatro dedos folgados; para o bocó uma chave; para o tambaqui é a linha 33 com 1 palmo e 2 dedos; o surubim 4 dedos unidos; e para o curimatá 3 dedos unidos. As malhadeiras diferem-se também pelo tamanho da malha e o local onde serão colocadas. Segundo eles para pescar: “onde tem capim ou mato é usada a mais curta e no limpo é a longa” (80 braças). As malhadeiras para a pesca do pirarucu são confeccionadas com linha 36 e 48, e o tamanho da malha usada é a mesma para a pesca do surubim.

Os pescadores confeccionam suas palhetas e as agulhas para fiar as malhadeiras. As palhetas são feitas de pedaços de madeira ou tábua pode ser cedro ou itaúba e que compram na cidade. Para esse trabalho, eles lixam os pedaços de tábua, raspam com a faca ou terçado até chegar aos tamanhos desejados (tamanho da malha) e lisos, o

suficiente para deslizar a linha. As agulhas são feitas de pedaços de galhos ou troncos de “malfim”, jará ou jenipapo colhidos na mata próxima da casa. Em geral, os pescadores possuem várias palhetas e agulhas de tamanhos diferentes.

As malhadeiras são estiradas no lago, nos locais de entrada da água, tanto nos períodos de inverno quanto nos períodos do verão. Na arriada da água, as malhadeiras são estiradas nos chamados “caminhos”. Os “caminhos” que são um tipo de transsecto aberto com terçado no capinzal, pois segundo os pescadores em “lugar que tem peixe e tem capim, então tem que abrir caminho pra rede poder sentar”. Segundo os pescadores, alguns conflitos acontecem nessa época de pesca. Os conflitos são entre os próprios pescadores, em função da invasão de um pescador no “caminho” que o outro fez. O pescador que abriu o caminho é quem “manda” nesse espaço.

Os artefatos como caniço, arpão ou astia e flexa são confeccionados de furuira, maçaranduba ou preciosa ou pau d’arco e taboca, respectivamente. Esses artefatos são utilizados de acordo com o período do ano (subida ou arriada da água), o ambiente (lagos, capinzal ou rio) e para pesca de diferentes tipos de peixes. Segundo os pescadores, a astia (arpão) “só é para pesca do pirarucu, tem gente que arpoa peixe boi, a época do pirarucu é na arriada, arpoa da canoa, no rio, no canalzão”. O caniço é “usado na cheia, pega mais carauçu e aruanã”.

A flexa é usada na arriada da água de setembro até novembro para pesca em ambientes dos lagos ou rios mais cerrados, onde tenha no mato “às vezes, trepo no pau, ou se não da canoa mesmo e atiro. Na flexa se pega o curimatã, o carauçu, o pacu, o tucunaré”. A flexa é desarmada também com a astia. A flexa feita de flexeira, “a gente planta, tora arvore, e tira a flexa”. O arco é feito jatazeiro, de pau d’arco ou maçaranduba.

Para cada tipo ambiente, tem uma flexa. A flexa com o bico é usada nos ambientes cobertos com capim o pomunga (capim que dá na água) e no aningal. A flexa com zagaia é usada nas áreas do lago mais aberta. O espinhel é uma linha de 20 a 15 braças, onde a cada três braças são pendurados os anzóis. Estes são utilizados no inverno, quando a água esta alta, para a pesca do tambaqui, da pirapitinga, preferencialmente margeando os locais onde há frutas.

As espécies mais capturadas no verão de 2006 pelos pescadores da comunidade de Paytuna foram: o acari, *Liposarcus pardalis*; curimatã; tamoatã *Hoplosternum littorale*; e bocó (filhote de tambaqui). Em Lages, os pescadores citaram o bocó, o tucunaré-pinima *Cichla temensis* e o acari. Na comunidade de Santana, foram citados o tucunaré, o curimatã, a pescada *Plagioscion* spp. e o surubim *Pseudoplatystoma* spp.

Para mais de 90% dos pescadores está havendo redução do estoque de peixes. Os principais motivos que levam a isso são a presença e o aumento de miqueiros (pescador

que utiliza a malhadeira de mica), para eles, essa prática deveria ser proibida. A invasão de geleiras de outras comunidades nos lagos, o aumento da população de pescadores e também o aumento da população “tem mais gente pra comer”.

Os aspectos sazonais foram lembrados como “secas muito grandes”, “no inverno devido à água grande” ou ainda “a área é o mesmo tamanho só que a poluição aumenta”. Isso demonstra a preocupação com o ambiente e a sua relação com seu meio de vida e com o espaço utilizado para seu ofício. Nas comunidades pesqueiras, a apropriação dos lugares de pesca se dá a partir do trabalho e do conhecimento. É esse lugar que garante a reprodução de suas atividades tanto da pesca quanto de suas atividades culturais. O lugar representa a manifestação de fenômenos tanto no espaço físico quanto no espaço social (MALDONADO, 1993)

No relato dos pescadores mais antigos, a diminuição na abundância do pescado se deve também a uma maior intensidade na atividade da pesca e ao comportamento dos peixes, como explicado pelo Sr. Aristeu, pescador do Paytuna:

“antigamente era fácil. Pegava peixe com facilidade, agora pega mais não é como era, o peixe era mais manso, não era cismado, tá velhaco, dá pra pegar, mas não com facilidade, devido ao ramo do pessoal, pescarem em grande quantidade o peixe foi ficando velhaco”.

Para os pescadores, as espécies mais afetadas são os chamados peixes grandes como pirarucu, o tambaqui, a pirapitinga e o surubim que estão desaparecendo: “já não se pesca mais, só aqui ou acolá aparece um no lago”. As espécies que ainda “dá muito, não falta no lago” são o acari que “sempre teve”, a piranha e a pescada pequena. O conhecimento dos pescadores sobre a dinâmica biológica dos peixes e do ambiente orienta as suas atividades. Em geral procuram evitar a pesca nos períodos de reprodução, os relatos e descrições locais comprovam este cuidado.

Muitos peixes são evitados na época da subida da água porque estão magros, e no período da reprodução. Segundo os pescadores, o tamatá: “faz ninho na subida das águas, tá reproduzindo, amontoa o folhiço e choca embaixo, fica vigiando e defende as crias”. O tucunaré desova e choca nas “ilharga” dos galhos e nos paus ocos, na época da subida da água. Nas partes mais baixas do teso, eles comem o camarão. O carauçu desova quando água pára de crescer. O aruanã fêmea carrega os filhos na boca, até ficarem maiores, nesse tempo os pescadores não conseguem pegar as fêmeas no anzol, pegam os machos que segundo eles “estão desocupados”. O pirarucu segundo “Seu” Ivo, pescador e morador na comunidade do Ererê:

”começa a chocar de novembro em diante. Começa a fazer o buraco, faz tipo um panelão não sei se é com a boca ou com rabo, onde a água está entrando, e desova lá. Quando tira, carrega o filhote na boca, tira os filhos bem pequeno e ficam ao redor da cabeça dele (do macho), vai crescendo vai passando mais para trás, quando vai no pasto debaixo do capim, os filhos fazem barulho no capim, conforme vai ficando do tamanho de uma traíra, assim a gente escuta longe o barulho já sabe que eles estão lá”.

Sobre o comportamento do pirarucu e dos pescadores, “Seu” Ivo comenta:

O pirarucu choca na subida das águas, no fundo, faz buraco e fica dentro - “panelão” - sai para respirar e volta. Carrega os filhos na boca também, sai pra boiar, solta da boca e pega novamente, solta quando estão grandes, maiores do que uma “chave”, eles saem devagar, pois o adulto tem “ciúme” e não larga. Os filhos vão por cima e ele por baixo. Tem pescador que sai pra matar, mas o pessoal reclama para deixar crescer; quando o pirarucu sente a perturbação entra para baixo do aningal e fica difícil pegar.

O curimatã choca é na cachoeira: “desova na subida da água quando a água está crescendo”. Não cuida dos filhotes: “deixa por conta”; eles comem o limo: “é bicho que veve de limo”. O tambaqui, para alguns pescadores: “a gente não tem muita coisa dele assim, acho que parem no amazonas, quando a gente vê os filhos já estão bocozinho”; para outros o tambaqui quando desova: “deixa por conta”. Comem frutas e as preferidas são catauari e jenipapo. O surubim procura o paredão, onde fica a ribanceira e os poços fundos para se reproduzirem.

Para os pescadores, a “situação piorou” com a criação do Pema no que se refere à produção de canoas. As madeiras para a confecção de cascos e canoas que antes era abundante na região da Ilha Grande atualmente não são encontradas com facilidade. E como a madeira “só tem nas áreas preservadas que está o parque e fica difícil, não querem deixar tirar”. Eles alegam que por causa da criação do Pema “o custo aumentou muito”. Uma canoa feita em Lages chega a quatrocentos reais. A canoas e os cascos agora têm de vir de fora, alguns encomendaram de Itaituba e outros Santarém; e o casco compra em Santa Maria do Uruará ou em Prainha.

O saber tradicional dessas comunidades envolve formas de conhecimento construídas por meio da experiência e da intuição. Essas experiências, os permite dominar o ecossistema da várzea como as subidas e descidas das águas, o ciclo biológico das espécies que pescam, incluindo época de reprodução, migração e comportamento, entre outros aspectos, o que corresponde a um vasto conhecimento empírico.

A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria. Pode-se acrescer ainda o meio aéreo, cujas manifestações interferem

diretamente nas pescarias e o subaquático, caracteriza as pescarias como articuladora de um espaço tridimensional (CUNHA, 2001).

### *As crenças na pesca*

Há um conjunto de crenças antigas e recentes dos espíritos e visagens que habitam os ambientes aquáticos. São indicadores de locais remotos ou selvagens, pouco conhecidos, onde o medo pode manter afastados outros pescadores. Nem sempre se pode confirmar as informações dessas crenças. Elas podem estar associadas à demarcação de território ou, às vezes, ter origem em um fato histórico. Para os pescadores entrevistados estar em uma canoa sozinho, durante a noite é motivo de apreensão e perigo. Segundo eles, o pescador “é muito perseguido, só proteção de Deus” para garantir seu trabalho.

Os maiores perigos estão no enfrentamento dos animais como o jacaré-açu, que segundo pescadores da comunidade de Lages: “é um animal feroz”, enfrenta qualquer pessoa. Há relatos na comunidade de um grande animal que habita o lago: “uma vez colocaram linha, mas não pegaram era linha bem grossa, mas o bicho pesava muito e arreventou”.

Outro animal considerado muito perigoso é a cobra grande. Para os pescadores de Paytuna e Santana, no lago habita uma cobra que é encantada, a cobra mostra os olhos na água e forma um rolo grande na água que é o banzeiro: “vem fazer a vontade dela mesmo quebrando e afundando a canoa. A canoa vira o pescador cai na água e ela come o pescador”.

### 9.1.3 Estrutura social e espaços

As estruturas sociais e a convivência que se desenvolvem nas comunidades do entorno do Pema são percebidas em suas redes de trocas de conhecimento e no estabelecimento dos espaços de uso dos recursos.

Ficou evidente que os laços familiares e as redes de apoio, forjadas entre amigos e parentes nas comunidades do entorno do Pema são essenciais para a sua sobrevivência. São redes que se interligam nas próprias comunidades e que funcionam de maneira inter-comunitária. Essas redes também se estendem às cidades, como Monte Alegre, Santarém e Manaus, onde os moradores encontram em seus entes uma base de apoio para escoar produtos, mandar seus filhos para a escola, passar férias, tratar da saúde, cuidar de negócios e outras atividades. As cidades também servem como um local para conexão para as pessoas se deslocarem para outros locais, a busca de emprego e outros empreendimentos.

As redes familiares também são importantes nas trocas e permutas entre seus membros. É comum encontrar uma cooperação na divisão de trabalho e colaboração entre os grupos de família e amigos no sentido de prestar serviço e fornecer bens uns aos outros. A cooperação entre as famílias é visível, seja na repartição de caça, ou na distribuição de manivas e peixes.

O mapeamento do uso dos recursos, elaborado em cada comunidade, permitiu entender a utilização dos espaços acerca dos lagos, roças, serras, ambientes florestais, etc., como elementos geográficos e de uso que dão forma ao seu mundo vivido. O espaço é percebido sobre o cotidiano onde suas atividades estão organizadas a partir do regime dos rios e das estações de seca de chuva. As percepções espaciais permitiram desvendar a relação que as comunidades têm com suas áreas de uso. “As percepções espaciais podem se constituir em verdadeiros mapas mentais, uma vez que são os produtos das experiências vividas no espaço, transportadas para o papel a partir de um conhecimento acumulado”. Fraxe et.al (2006, p.238).

Os mapeamentos foram realizados de forma coletiva e reuniu moradores de diversas faixas etárias, homens e mulheres para identificar suas áreas de uso e os principais recursos utilizados de cada local (Figura 18) Durante este procedimento foram anotados os comentários surgidos entre eles e suas dúvidas e até uma ‘certa disputa’ entre eles sobre o conhecimento dos locais identificados. Os mapas fornecidos eram imagens de satélite onde estavam indicadas as principais construções de cada comunidade. Antes dos moradores apontarem os recursos e de onde são retirados. Os principais elementos geográficos foram nomeados por eles.

Em um primeiro momento, ao depararem com a imagem de satélite, houve certo “espanto” por parte dos moradores que se traduziu mais em curiosidade do que em dificuldade de entender do que se tratava. Logo, foram reconhecidos os espaços aquáticos e a partir desses espaços começaram a delinear os demais elementos como as estradas, a Ilha Grande, os campos e as serras. Ao localizarem as residências e as sedes comunitárias, foram então sinalizando de onde se retira e quais recursos são retirados. Vale ressaltar que a lembrança dos locais de retirada dos recursos foi espontânea. Os recursos foram selecionados de acordo com as respostas dos questionários quando lembrado algum recurso que não havia sido citado no questionário, estes foram desenhados e inseridos no mapa (Figuras 14, 14a, 15, 15a, 16, 16a e 17, 17a).

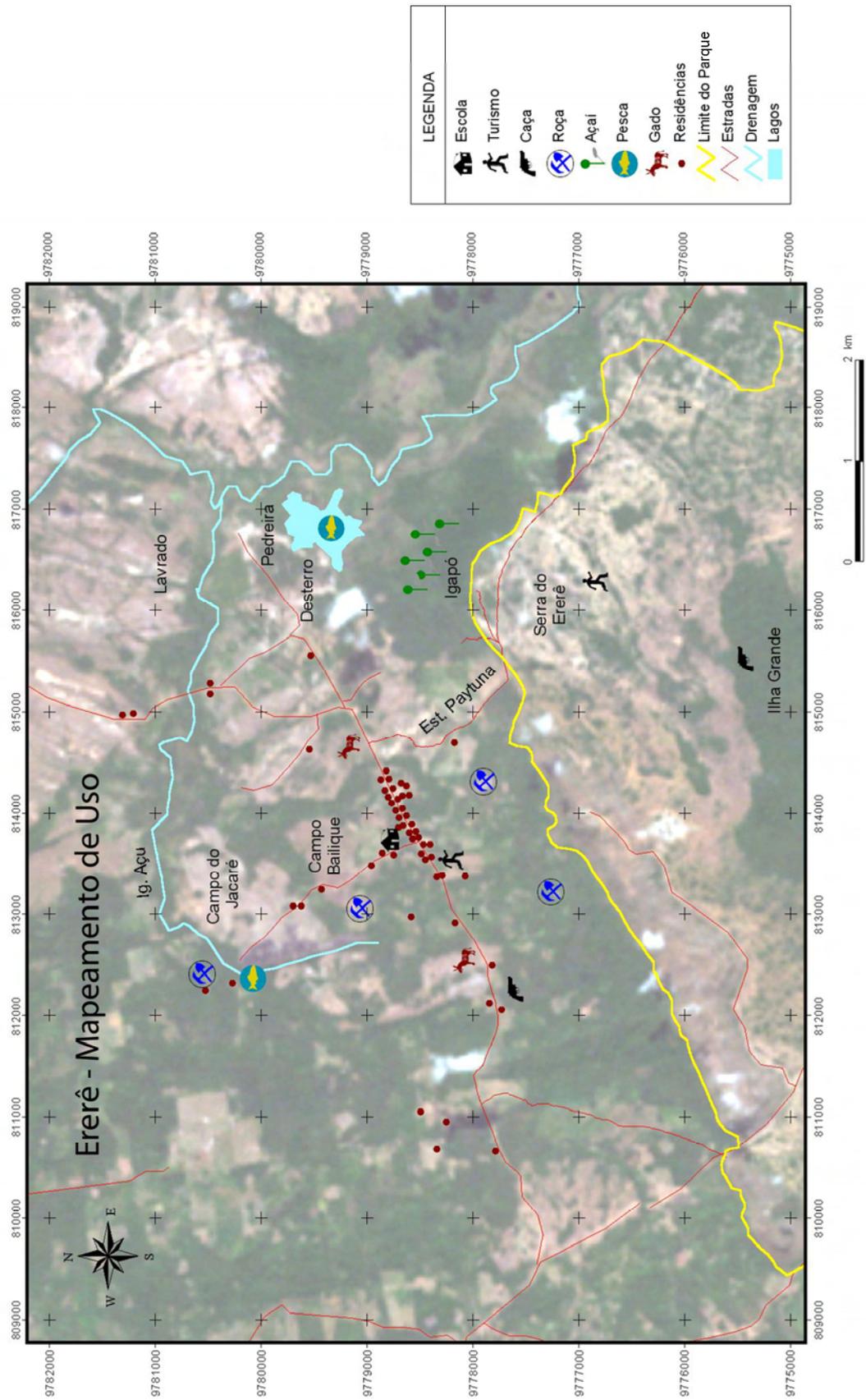


Figura 14 - Mapa de uso do espaço da comunidade do Ererê.

A comunidade do Ererê sinalizou as quatro áreas de campos, existentes na comunidade, onde estão os pastos nativos, utilizados pelos proprietários de fazenda no local. Os moradores estão concentrados, em sua maioria, na estrada que corta a comunidade, conhecida como área patrimonial, mas há moradores que vivem mais afastados da Vila. Estes são os que têm sua propriedade distante e os que trabalham nas propriedades dos fazendeiros.

A área de roçados está localizada na região entre o pé da serra e as casas, que eles denominam como área do governo; os outros roçados estão localizados em regiões mais afastadas da comunidade, onde estão os lotes da Gleba Inglês de Souza. Caçam na região da Ilha Grande dentro do Pema e nas matas da estrada que liga a comunidade ao Maxirá. Os moradores localizaram sua região de extrativismo do buriti e açai, atividade realizada por muitas famílias da comunidade, nas proximidades do igarapé do Ererê, onde também é a região de pesca de alguns dos moradores.



Figura 14 a - Moradores do Ererê fazendo o mapa de uso.

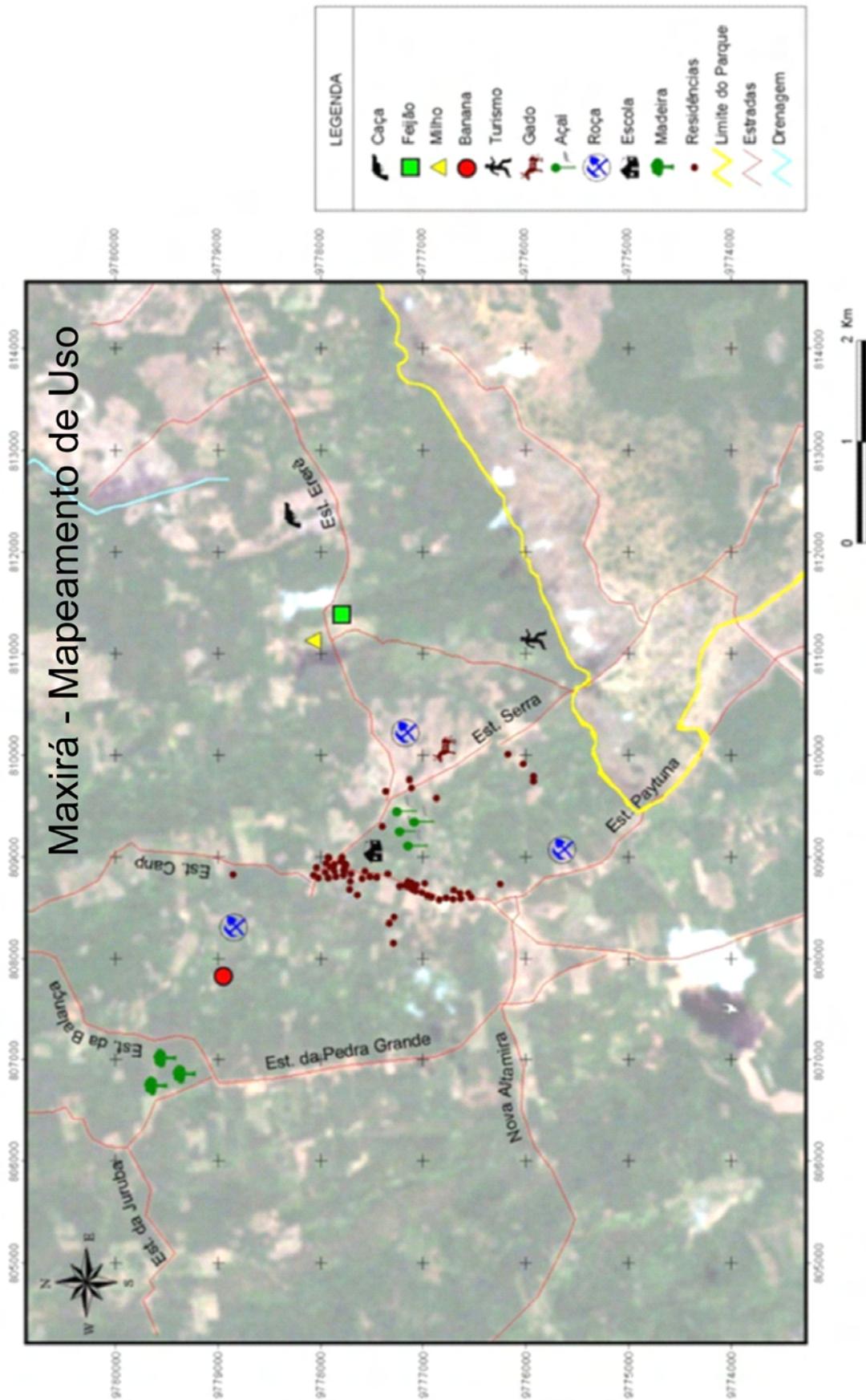


Figura 15 - Mapa de uso do espaço da comunidade do Maxirá e Maxirazinho.

Nas comunidades do Maxirá e Maxirazinho, os roçados estão localizados distantes das moradias e próximos ao limite do Pema. Os pastos situados próximos às comunidades são onde estão os campos nativos. A madeira é retirada de outras localidades, onde eles possuem lotes (Gleba Inglês de Souza), nas proximidades das estradas que dão acesso a outras comunidades do município. O local de caça está situado na área de mata que existe próxima a estrada que leva à para a comunidade do Ererê. Os outros cultivos marcados no mapa foram milho e banana.

Os moradores do Maxirá e Maxirazinho, não demarcaram retirada de recursos de dentro do Pema. As estradas de acesso a comunidade foram os primeiros elementos nomeados por seus moradores, o que sugere sua relação com as demais comunidades e provavelmente seus deslocamentos. Os turistas que visitam a região são vistos, segundo os moradores, na estrada que vai para região da serra da Lua.



Figura 15 a - Moradores do Maxirá/ Maxirazinho elaborando o mapa de uso.

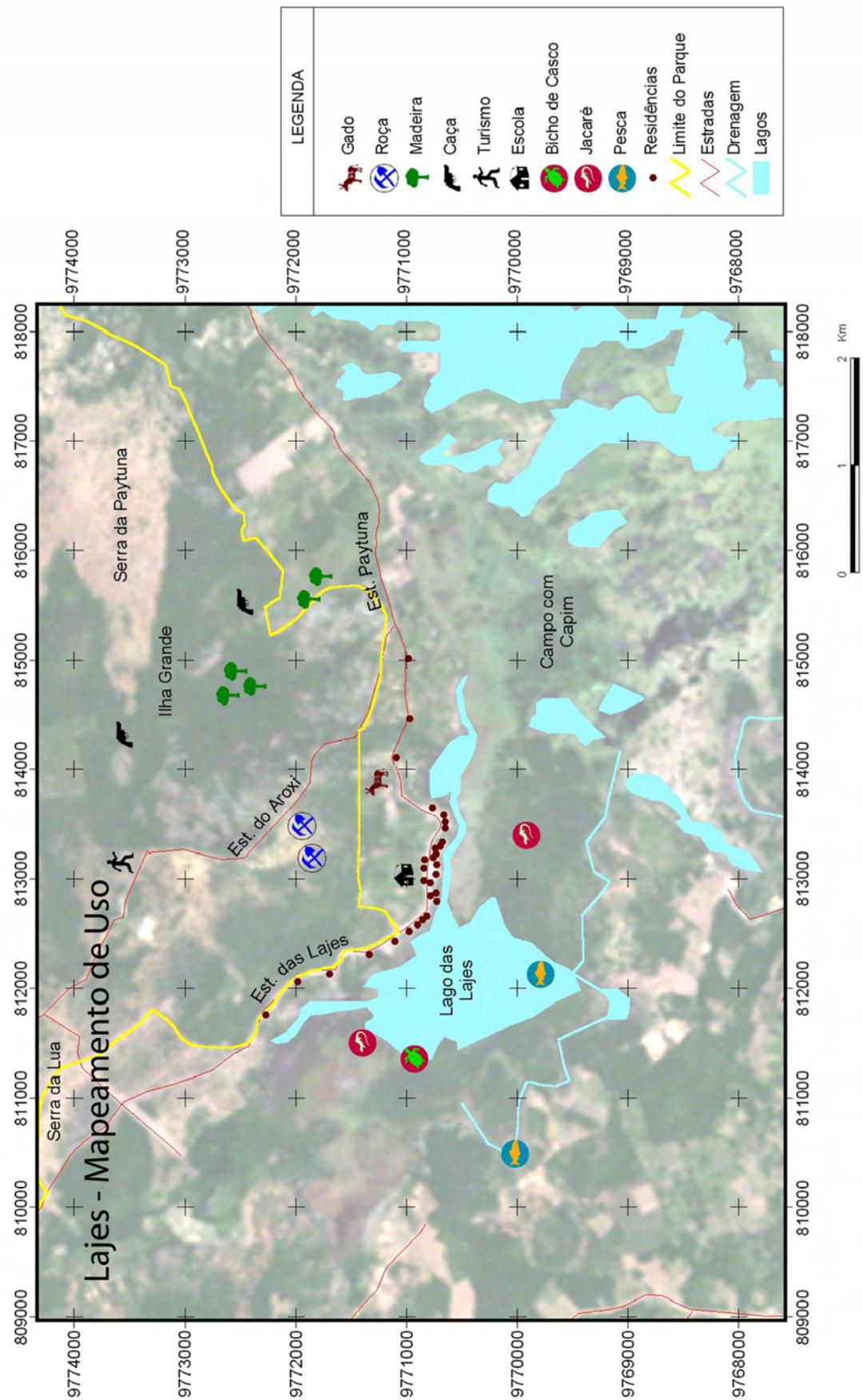


Figura 16 - Mapa de uso do espaço dos moradores de Lajes.

Os moradores de Lages destacaram o lago, o campo de várzea e as estradas como seus elementos geográficos. Assinalaram a estrada do Arouxi, na comunidade do Maxirá onde alguns deles possuem lotes e cultivam roçados. Alguns moradores exercem atividades agrícolas no interior do Pema, assim como as caçadas e a extração de madeira. Na várzea, assinalaram as regiões de pesca (peixes e jacarés), coleta de quelônios e os campos com capim, onde o gado fica no período de estiagem. Marcaram a área, onde o experimento agrícola, origem do Projeto junto ao FNMA, está sendo realizado. Os moradores têm suas casas situadas nas proximidades da estrada que corta a comunidade. Assinalaram também a presença de turistas na área do Pema.



Figura 16a - Morador de Lages apontando os espaços geográficos.

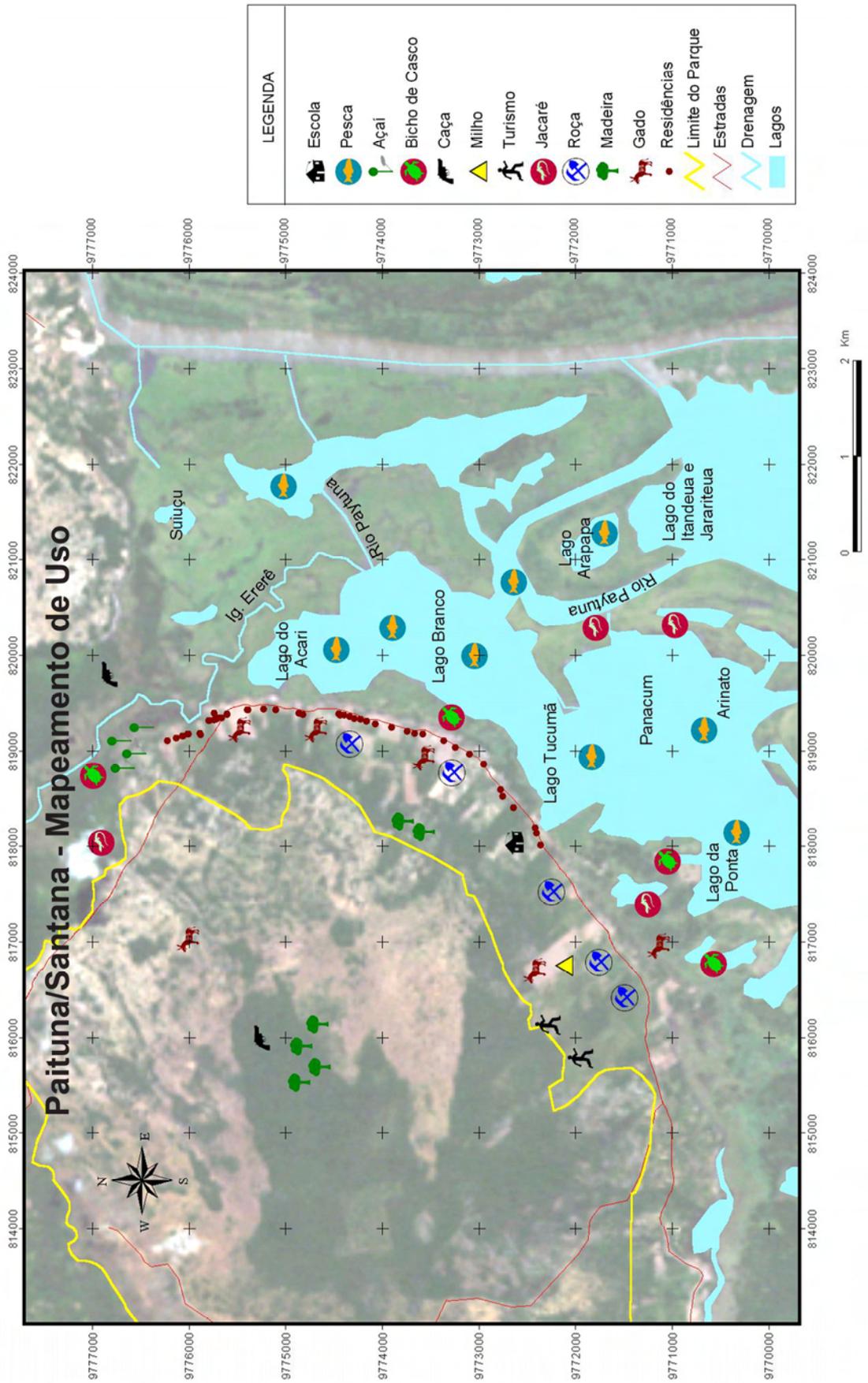


Figura 17 - Mapa de uso do espaço dos moradores de Santana e Paytuna.

Os moradores das comunidades de Santana e Paytuna identificaram nove lagos na proximidade de suas comunidades como seus locais de uso. A pesca é a atividade mais importante seguida da mariscagem de quelônios e pesca de jacarés; suas áreas de uso foram bem marcadas o que demonstra ser sua atividade principal e o conhecimento dos moradores sobre o local de uso. Os campos de várzea e as áreas de campo nativo dentro do Pema foram as áreas indicadas onde estão os pastos.

Os roçados estão situados nas proximidades das áreas das residências, o que explica a pouca disponibilidade de terras para cultivo e não sendo uma atividade predominante na comunidade, é o limite entre a com unidade de Paytuna e Santana. A caça é praticada na região da Ilha Grande dentro do Pema e na região de proximidade dos igarapés. A madeira é retirada nas matas próximas das residências e de dentro do Pema. Utilizam a região de proximidade do igarapé do Ererê para extrativismo de açáí.



Figura 17a - Moradores de Paytuna e Santana no mapeamento de uso.

Cada comunidade utiliza os recursos próximos de suas áreas ocupadas. Há uma nítida divisão de espaços de uso pelas comunidades. Esse fato se reproduziu também no momento em que o zoneamento do Pema foi elaborado (parte 3 desta tese). Os espaços de uso comum estão representados pela área de várzea, onde, conforme já citado, o gado de todos é levado pelos lagos, onde a pesca é realizada, exceto no período de cheia quando os capinzais cobrem a superfície e, então, os pescadores fazem seus "caminhos". Isso é feito na região da Ilha Grande, onde as atividades de caça e retirada de madeira são realizadas (Figura 18).

As residências dos moradores estão distribuídas ao longo das estradas, reproduzindo a distribuição encontrada na Amazônia ao longo dos igarapés e rios menores. A distância entre as moradias não é muito grande. As casas de moradia se separam pela demarcação dos terreiros, sem, no entanto haver cercas. O terreiro, na percepção local é livre de ervas ou grandes acúmulos de frutíferas, servindo como área de lazer para as crianças e livres de animais peçonhentos. Nos terreiros estão localizados a casa de moradia, galinheiros, poço, casas de farinha, sanitários e banheiros.

Os comunitários, que moram mais próximos às sedes da comunidade, têm perfeita consciência de pertencerem àquela comunidade. Os que vivem nas fronteiras de uma comunidade ou outra possuem dúvidas sobre qual comunidade pertence, caso observado entre os moradores de Santana e Paytuna.

Um fato que os leva a decidir a que comunidade pertence está, muitas vezes, nas relações sociais que são estabelecidas quando, por exemplo, ocorrem casamentos entre famílias mais poderosas da comunidade. As benfeitorias providenciadas pelo poder público para cada uma das comunidades pode também ser um fator de decisão. O morador da comunidade do Ererê tem agente de saúde que distribui remédios e faz atendimentos locais. Em caso de necessidade, os moradores do Arouxi e Maturupi se integram a comunidade do Ererê, quando não se dizem pertencentes à comunidade do Maxirá.

O extrativismo é um elemento importante nas comunidades apesar da maioria de seus moradores não terem indicado suas áreas de uso desses recursos, exceto para o buriti e o açaí. A palha branca (palha de curuá), tucumã, bacaba, patuá, leite de sucuba, cipó, copaíba também não foram indicados no mapeamento, mas citados nos questionários como recursos extraídos, assim como os locais de construção de caieiras para produção de carvão para comercialização. Essa última atividade considerada por quem a pratica como "de quem é escravo desse trabalho por necessidade", por avaliarem como muito trabalhosa e de pouco rendimento econômico.

O acesso aos recursos está calcado no conhecimento e nas necessidades dos comunitários das comunidades do entorno, visto que utilizam espaços comuns para retirada de recursos principalmente a caça e a madeira. Os comunitários reconhecem os espaços comuns de uso e alguns afirmam que pararam de tirar madeira porque “agora é a reserva”, referindo-se a criação do Pema e as proibições que implicam a utilização de recursos dentro da unidade de conservação. Embora comentem que alguns recursos estão diminuindo como a madeira e a caça porque “há os que comentem abusos”, referindo-se aos excessos de retirada de recursos no parque. Áreas de uso comum remetem a tragédia dos comuns Hardin (1968), onde a ausência de direitos de propriedade leva a que não haja agentes a excluir outros para acessar o recurso, pois quando há existência de muitos agentes a utilizar um recurso, nessas condições, isso leva a um ineficiente nível de utilização do recurso e a uma especial propensão para o uso excessivo do recurso.

Para Benatti (2001) a forma coletiva de obtenção dos recursos naturais e a presença de práticas de trabalho familiar, baseadas na agricultura e no extrativismo são características da posse agroecológica. Podemos considerar que para as comunidades do entorno essa era a forma de utilização dos recursos antes da área ser reconhecida como “reserva”. O autor explica que nesse tipo de espaço há o uso individual de determinados recursos naturais, sem, no entanto existir posse individual e que ao utilizar um determinado recurso, aquele que o usa adquire direitos sobre esse bem. É o caso das caieiras de carvão, da madeira, coleta de frutos e até “comidias” para caça quando os produtos são retirados e deixados no local para serem recolhidas mais tarde. Qualquer outro morador que passar no local respeita o recurso, “o trabalho” de outrem mesmo estando em um espaço considerado de uso comum.

Nas comunidades estudadas parece ser claro que há a existência de um entendimento vinculado a um conjunto de regras e valores consensuais baseados, sobretudo na lei do respeito e em uma reciprocidade social que permite o uso comum em concordância com os interesses individuais (DIEGUES e MOREIRA, 2001). Vale lembrar que há laços familiares entre as comunidades, além do reconhecimento histórico de existência na área.

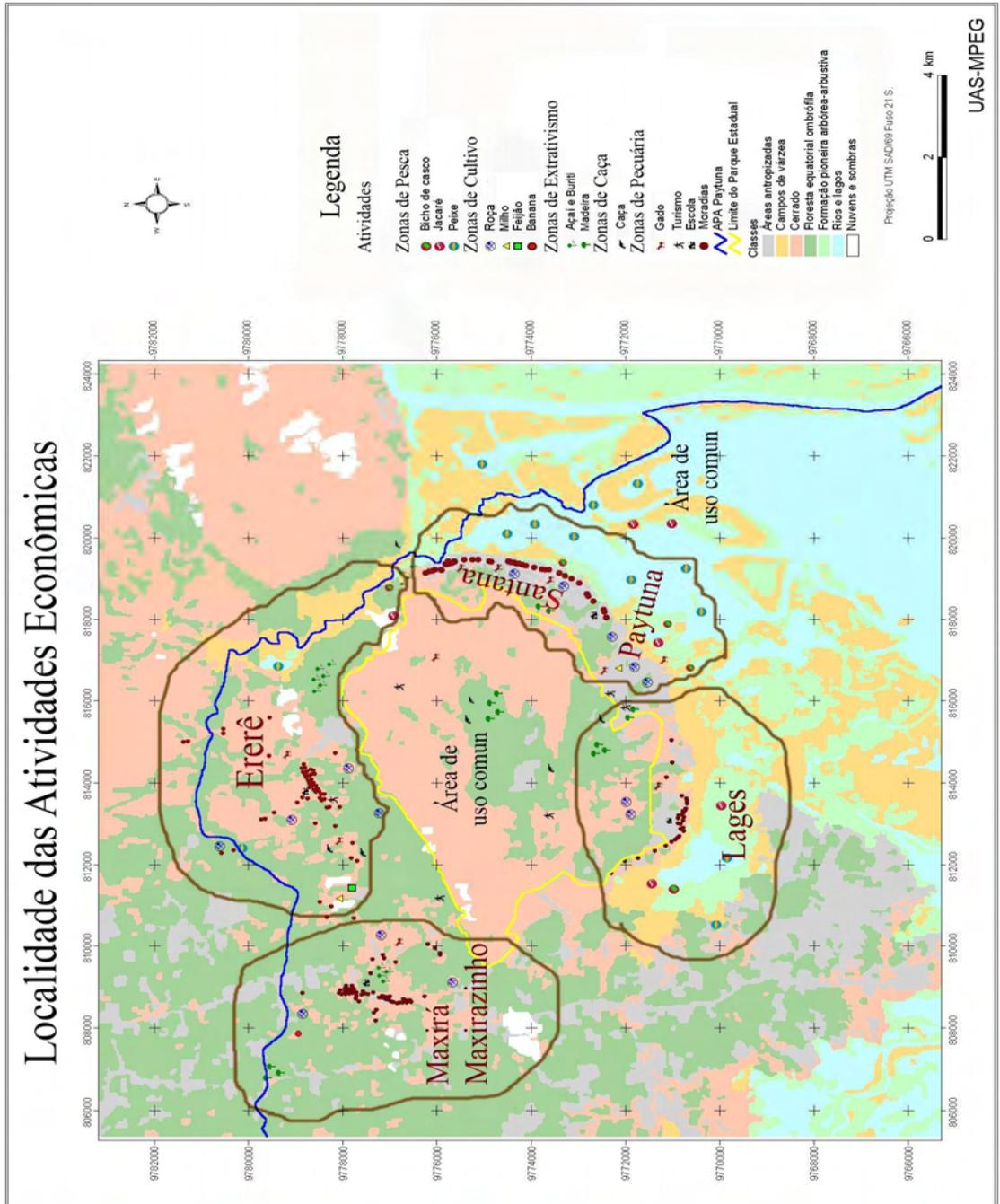


Figura 18 - Localização das áreas utilizadas pelas comunidades do entorno em função do tipo de atividade.

### *Comercialização dos produtos*

Na circulação dos produtos da roça ou do extrativismo e coleta, ocorre uma apropriação dos excedentes, por agentes de comercialização denominados localmente de marreteiro, marreteiro-feirante e patrão. Os produtos podem comercializados por esses agentes nas comunidades ou na cidade.

O marreteiro, termo regional, utilizado pelos comunitários para designar os atores sociais proprietários de veículos, é o responsável pelo abastecimento das famílias de mercadorias. Sua presença deve-se, fundamentalmente, à precariedade dos meios de transporte. A maioria dos moradores não possui transporte próprio. Para levarem a produção até sede do município utilizam o ônibus que circula entre as comunidades e que cobra além do preço da passagem, uma taxa por saca de produto que será transportada o que “aumenta a despesa e diminui o ganho”.

O marreteiro, na maioria das vezes, desloca-se aos locais de produção, principalmente, na época da colheita, vendendo produtos de uso doméstico e vestuários, em troca de produtos agrícolas e de extração vegetal. Um dos mecanismos para a aquisição de mercadorias pelos caboclos é o pagamento efetuado em dinheiro, assim como a compra de mercadorias oferecidas pelo marreteiro.

O marreteiro-feirante é um agente de comercialização que habita no mundo rural, mas atua na sede da cidade, realizando atividades que incluem a compra dos produtos dos comunitários e os vende na cidade. O marreteiro e o marreteiro-feirante procuram vender a mercadoria comprada pelas comunidades, diretamente ao consumidor ou vendê-la a um segundo intermediário, a fim de que chegue ao consumidor final.

Os patrões são os agentes que mais se apropriam dos excedentes gerados. São, assim, denominados por possuírem grandes estoques de produtos básicos de consumo geral. Podem ter inclusive grau de parentesco com os comunitários. Utilizam-se do expediente dos adiantamentos (em dinheiro ou em mercadorias) e, ao longo do tempo, estabelecem laços de dependência. Distinguem-se dos demais agentes de comercialização por estarem em sua maioria nas cidades e trabalharem numa escala que lhes possibilita servir de financiadores tanto para os comunitários quanto para os pequenos comerciantes.

A venda da produção na cidade é efetuada tanto na cidade alta, no local chamado Bosque onde estão concentrados as barracas de comércio e os entrepostos dos patrões, quanto na cidade baixa, onde estão situados os mercados municipais e as feiras dos produtores. Em passado recente (1990), a comercialização dos excedentes era realizada pelas relações culturalmente estabelecidas entre compadres, moradores locais e também agentes de comercialização – os últimos representados pela figura dos donos de pequenos comércios. Esses pequenos comércios estavam localizados, na maioria das vezes,

próximos às áreas de produção, onde ocorrem a compra da produção e a venda de produtos alimentares num esquema de aviamento<sup>30</sup>. Na região do entorno do Pema, o maior comprador era o Luiz Andrade que vivia na comunidade do Paytuna. Com o declínio de sua atividade, observa-se um crescimento de pequenos estabelecimentos nas próprias comunidades.

A comunidade do Maxirá tem a maior produção de farinha é também a comunidade que mais diversifica sua vendas a outros locais. Muitos intermediários vêm à comunidade para compra de produtos e os moradores em sua maioria “vendem para quem paga melhor”. O preço dos produtos varia muito de ano para ano, de acordo com a oferta e demanda do mercado local. A farinha, o milho e o feijão são vendidos em sacas de até 60 kg. O feijão é o produto mais valorizado, com preço considerado “sempre ótimo”; os preços da farinha e do milho estão sempre oscilando. No ano de 2006, em função da grande seca na Amazônia, o preço da saca de farinha chegou a ser comercializada por até R\$120. Em geral, o preço desse produto, na região, não ultrapassa R\$45,00 e o preço do milho fica compreendido entre R\$20,00 e R\$28,00 a saca.

A rede de comércio estabelecida nas comunidades é bem variada. Os produtos são vendidos na cidade e em outras comunidades mais próximas. São comercializados principalmente peixes, farinha, buriti, palha, além dos sub-produtos da mandioca como carimã, tapioca e tucupi e até sementes de maniva. Há certo reconhecimento dos produtos produzidos por cada comunidade. Parece haver uma identificação entre as comunidades e a sua produção. Identidade esta, construída a partir de provavelmente fatores ecológicos (terra-firme e várzea) e históricos do uso e produção de produtos.

Assim, as comunidades são identificadas tanto por seus moradores quanto por seus compradores. A comunidade do Ererê é identificada como produtora de miriti ou buriti. Sua produção de “puquecas” (massa de buriti pronta para uso) é considerada na cidade e entre os moradores de outras comunidades como “melhor qualidade, porque eles sabem limpar o buriti”. A comunidade do Maxirá é vista como produtora de farinha e, conforme já citado, seus moradores afirmam “aqui é a terra da farinha”. Em Lages é o feijão de várzea; e Paytuna e Santana são vistas como locais para compra de pescado (Figura 19).

---

<sup>30</sup> Para Santos (1980, p.159 apud FRAXE, 2006), “aviar, na Amazônia, significa fornecer a crédito. O ‘aviador’ fornece ao extrator [ribeirinho] certa quantidade de consumo, alguns instrumentos de trabalho e, eventualmente, pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebe a produção extrativa (produtos agrícolas, peixes etc.). Os preços dos bens são fixados pelo ‘aviador’, o qual acrescenta ao valor das utilidades fornecidas juros normais, mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia se chamar de *juro extra*”.

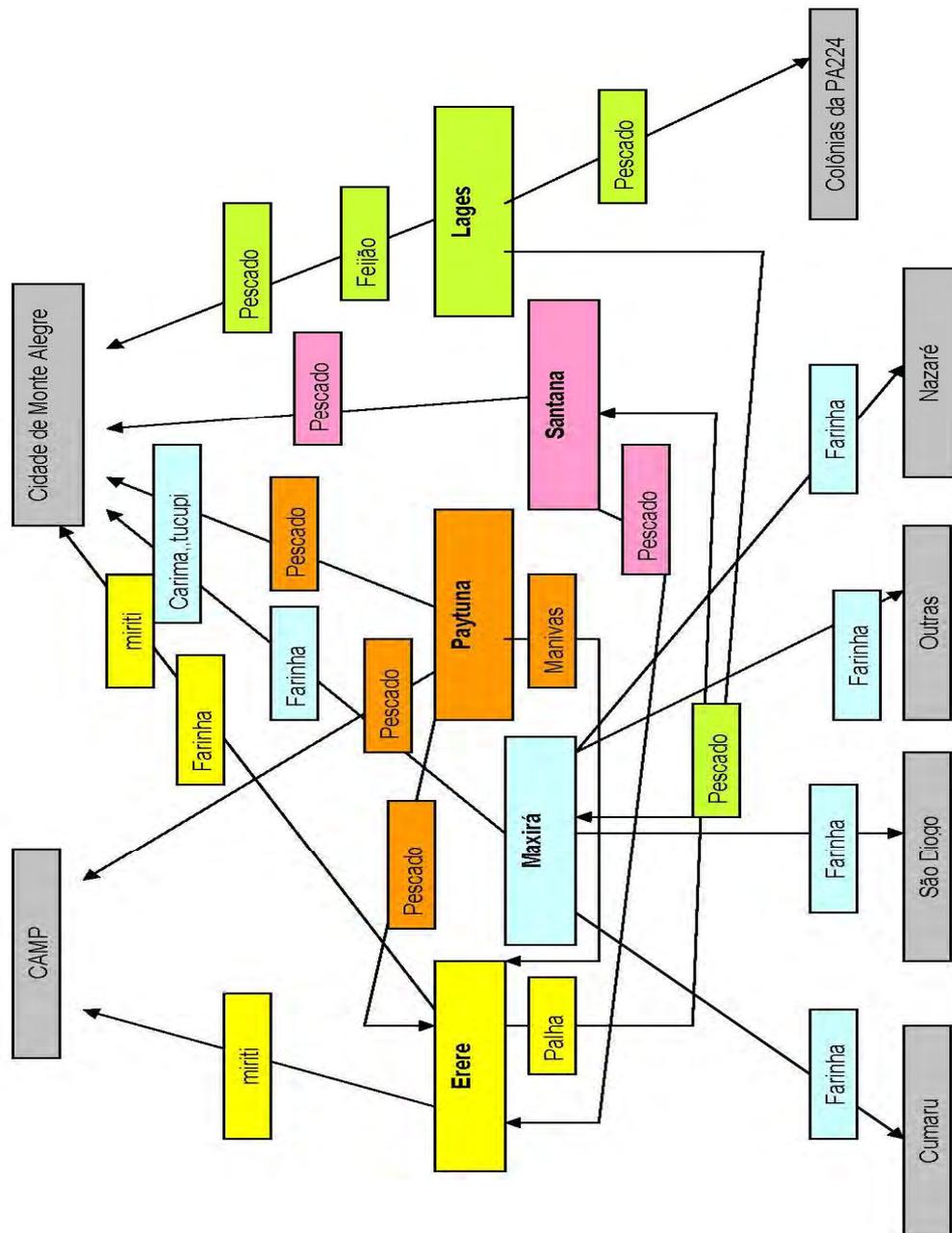


Figura 19 - Relação comercial entre as comunidades do entorno do Pema, Monte Alegre, Pará.

## 9.2 OS RECURSOS BIOLÓGICOS

### 9.2.1 As classificações locais

Os moradores do entorno utilizam plantas coletadas na região do cerrado como as plantas cultivadas para sua alimentação, construção de suas casas e estruturas para a comunidade, artesanato, utilidades domésticas e remédios. Neste estudo, considero as categorias citadas pelos moradores, representadas na coluna 1 do quadro, nas análises de uso dos recursos vegetais (Quadro 2). Tais categorias foram aqui estabelecidas como as mais usuais citadas pelos moradores e tendo como referência outros estudos etnobotânicos (PRANCE et al.1987; FIGUEIREDO et al. 1993; HANAZAKI et al. 2000).

<b>Categorias de uso</b>	<b>Utilização dos recursos</b>
Alimento	Plantas citadas como comestíveis: frutos, mandioca, milho e feijão.
Artesanato	Sementes, palhas e cuias, corantes.
Construção	Recursos Casa, telhados, pontes, áreas de cercado para os animais.
Comercial	Recursos retirados para venda: carvão madeira, estacas, esteios.
Energia	Recursos utilizados para produção de lenha para as residências.
Medicinal	Recursos para o preparo de remédios.
Uso doméstico	Recursos utilizados nas residências e como instrumentos de trabalho.

Quadro 2- Categorias de uso dos recursos utilizados pelos moradores.

As plantas utilizadas para alimentação são cultivadas tanto nas proximidades das casas (quintais e hortas) quanto das áreas dos roçados, ou comprados nos mercados locais. A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é o principal produto cultivado, mas plantam também milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e batata doce. (*Ipomoea batatas* L.). As frutíferas como a goiaba (*Psidium guajava*), manga (*Mangifera indica*), caju, (*Anacardium occidentale*), limão (*Citrus* sp), murici (*Byrsonima crassifolia*) e ata (*Annona squamosa*), são cultivadas nos quintais, assim como a “cuieira” (*Crescentia cujete*), utilizada na confecção de cuias, e o urucum (*Bixa orellana*), utilizado para tempero. Outras frutas são coletadas nas áreas do cerrado, nas áreas de floresta e na várzea como sacuri (*Attalea microcarpa*), curuá (*Attalea spectabilis*), jatobá (*Hymenaea* spp.), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), cajuí (*Anacardium* sp.) açai (*Euterpe oleracea*) e miriti ou buriti (*Mauritia flexuosa*).

Entre as espécies vegetais, utilizadas para construção das casas, chiqueiros, galinheiros, estão incluídas as localmente chamadas de breu, jatobá, taboca, louro, sacuri e palhas de outras palmeiras como palha branca. Para confecção dos artesanatos, as

palmeiras são as principais plantas utilizadas. Além da palha, utilizam também as sementes de açaí, miriti e bacaba; e das leguminosas como tento, feijão preto e jutaí.

As plantas consideradas para a comercialização incluem o paricá, angelim, cedro, louro, itaúba, jatobá e jacarandá como as de maior valor comercial. Algumas espécies são usadas para mais de um propósito. Como exemplos, citam o jatobá, usado como alimento, remédio e construção; e o paricá que além de ser comercializado para uso como estaca, sua casca é vendida para o curtume local. Outras plantas comumente usadas são a ariauá, a vassoura do campo e envireira, utilizadas para confecção de vassouras, eixo para as carroças e cabos de enxada, além de caniços para a pesca, respectivamente.

As plantas de uso medicinal estão entre os recursos que estabelecem importante ligação entre a população e o meio ambiente. O conhecimento local sobre as plantas medicinais é bem difundido entre a população das comunidades do entorno, sobretudo entre as mulheres que são, muitas vezes, as responsáveis pela coleta e manuseio dessas plantas. A sucubá e a verônica estão entre as mais utilizadas.

### 9.2.2 Riqueza de espécies por uso

Um total de 169 espécies de plantas é citado como útil às comunidades estudadas. O conhecimento e uso de plantas medicinais apresentou o maior número de espécies (71), seguido das alimentícias (41 espécies), comerciais (40) e energéticas (37) (Tabela 8).

A comunidade do Ererê utiliza quase todas as plantas citadas pelos moradores da região (69% das espécies por categoria de uso), apenas as plantas usadas para construção não foram muito citadas nessa comunidade. Isto provavelmente ocorreu por ser esta uma das comunidades mais antigas e a transmissão dos conhecimentos pode estar ocorrendo entre seus moradores. As espécies vegetais usadas para construção são mais diversificadas nas comunidades Paytuna, Lages e Santana. É nessas comunidades que residem os construtores de canoas e carroças.

A comunidade de Maxirá utiliza poucas espécies. A porcentagem de espécies utilizadas nessa comunidade por categoria de uso é de apenas 25% das espécies citadas na região. Provavelmente, esse fato ocorre porque na comunidade a produção de farinha e a atividade pecuária, além de suas relações comerciais com outras comunidades, limitam as suas necessidades de uso de recursos. Há também a venda de terrenos e lotes que atrai moradores de outras localidades e ambientes, que desconhecem ou não sentem necessidade de utilizar as espécies locais. Também as comunidades de Santana e Lages

utilizam poucas espécies conhecidas regionalmente (35% e 40% das espécies conhecidas), muito provavelmente em função de suas atividades estarem mais voltadas a pesca.

Tabela 8 - Riqueza de espécies por categoria de uso citadas pelos moradores das comunidades estudadas.

Categorias de uso	Comunidades					
	Ererê	Maxirá	Lages	Paytuna	Santana	Total *
Alimento	38	18	22	23	17	41
Artesanato	17	0	2	1	0	17
Construção	7	5	11	14	11	21
Comerciais	23	12	13	13	17	40
Energia	19	10	14	9	12	37
Medicinal	56	26	30	29	21	71
Uso doméstico	9	2	6	9	6	13

\* O número total de espécies não é a soma das comunidades, mas o número total de espécies na categoria de uso. Muitas espécies são similares entre as comunidades.

As comunidades apresentaram uso comum para as espécies vegetais citadas. O índice de similaridade de Jaccard das categorias de uso entre as comunidades indicou que as comunidades se assemelham quanto ao conhecimento das espécies úteis. As categorias de uso correspondentes a alimentícias e medicinais apresentaram índices que indicam haver mais semelhanças entre as comunidades. Já para as demais categorias de uso, a similaridade encontrada é baixa (Tabela 9).

A similaridade de plantas alimentícias citadas entre as comunidades é média ( $Jaccard_{\text{médio}} = 0,53 \pm 0,08$ ). Das 41 espécies, citadas como alimento, 15 espécies (37%) são utilizadas em quatro ou cinco comunidades, sendo as principais espécies alimentícias da região (açai, araçá, buriti, chulé, furufá, ingá, jutaí, limão, manga, maracujá nativo, mucajá, murici, sacuri, tucumã e urucum). Doze plantas (29%) são exclusivas de apenas uma comunidade: pixuneira e carauaxizeiro, citadas apenas na comunidade de Santana; ceruaia encontrada apenas na comunidade Paytuna e nove espécies citadas, apenas na comunidade do Ererê (ata, cupuaçu, cutide, jatobá, jauari, jejui, mariá, tarunã e urucuri)

Entre as plantas medicinais, a similaridade de espécies citadas entre as comunidades pode ser considerada boa ( $Jaccard_{\text{médio}} = 0,41 \pm 0,06$ ), em função da grande quantidade de espécies citadas e utilizadas pelas comunidades, embora quase a metade (46,5%) das 71 espécies é de uso exclusivo de apenas uma comunidade, predominando a comunidade do Ererê. Quinze espécies (21%) são utilizadas em quatro ou cinco comunidades, sendo as principais espécies medicinais da região (açai, andiroba, aroeira, artemija, barbatimão,

cajiru, capim santo, erva-cidreira, jatobá, limão, mastruz, pau d'arco, pião roxo, sucuba e verônica).

Tabela 9 - Espécies citadas pelas comunidades do entorno do PEMA e seus respectivos usos: E=Erere, L= Lages, M= Maxirá, S= Santana, P=Paytuna.

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Abota	campo	medicinal/ abortiva	E
Açaí	várzea/ igapó	alimento/ medicinal/ artesanato	E, L, S
Açacú	igapó	medicinal	E
Achuazeiro	mata	lenha	S,P,M
Ajará	mata	vara	P
	coberto/ mata próx. /		E
Amarelão	serra	lenha/ madeira	
Ananinha	coberto	caniço	L
Andiroba	mata próx.	medicinal	E
Angelim	mata	Madeira para construção	L
Apeí	baixo (igarapé)	medicinal	E,L
Apoizeiro	mata	lenha	S
Araçá	Mata prox/quintal	alimento	E,L,M,P
Ariauá	coberto	Estaca/ eixo para carroça/ cerca	E,M,L,P
Aridá	mata	madeira	L
Arapari	Quintal/mata	Medicinal/ lenha	E
Areançus	quintal	medicinal	P
Aroeira	campo	medicinal	E, M,S,P
Aruana	coberto	medicinal	L
Aruanacauá	coberto	medicinal	L
Arruda	quintal	medicinal/ benzedeira	E
Artemija	várzea	medicinal	E

<b>Nome comum</b>	<b>Local de coleta</b>	<b>Usos</b>	<b>Comunidade</b>
Arumã	igapó	palha p/ peneira	E
Assacu	igapó	medicinal	E
Ata	quintal	alimento	E
Ata Braba	mata	Madeira/ caniço/ vara	E,S
Babosa	quintal	medicinal	E
Bacaba	Igapó	alimento, artesanato	E,P,M
Baju-açu	quintal	medicinal	M
Barbatimão (roxo e branco)	coberto/ campo	medicinal	E; M
Batingueira	mata próx.	lenha, madeira	E
Boldo	quintal	medicinal	E
Breu	mata	Construção/ carvão	S,P
Breneiro	mata	madeira	M
Buriti (Miriti)	várzea/ igapó	alimento/ artesanato	E,L,P,M
Caembé	Campo/ coberto	medicinal// madeira	E,S,M
Caferana	várzea	lenha	L
Cajirú	quintal	medicinal	E, L, M, S,P
Caju	coberto/ campo	Alimento/ medicinal	E,L,P
Cajú-açú	mata	medicinal	E
Carne de menino Deus	quintal	benzedeira	E
Cana mansa	quintal	medicinal	E
Canela de velho	mata	lenha	L
Caparú	várzea	artesanato	E
Capim santo/ capim saúba	quintal	medicinal	E
Capim	Campo de várzea	Alimento para o gado	S,P

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Caraná	igapó	palha p/ telhado	E,L,M,P
Caranacuzeiro	várzea	lenha	L
Caratinga	várzea	lenha	L
Carauazeiro	várzea	alimento	S
Carimaúá ou quiromá	Coberto/mata	Alimento/ carvão	E,S,P
Carrapicho	coberto	medicinal	E
Cedro	serra/ mata próx.(rara)	Madeira/ medicinal	E,M
Ceruaia	coberto	alimento	P
Chuá	Coberto/mata	alimento/ lenha/ carvão	E,L,S,P
Cipó jabuti	mata	medicinal	E
Copaliba	ilha grande (rara) / coberto	medicinal/ madeira/estaca	E,P,L
Coramina	quintal	medicinal	E
Crista de pica-pau	coberto	medicinal	E
Cujeira	quintal	artesanato/ medicinal	E
Cupuaçu	terra-firme próx igapó	alimento	E
Curuá	serra / mata próx. / igapó	alimento/ palha/ repelente/ madeira/ sabão	E,M,L,P
Cutide	mata	alimento	E
Dedo de Adão	quintal	medicinal	E
Erva-cidreira	quintal	medicinal	E
Espanjeira	mata próx.	Lenha/ cerca	E
Espinho preto	Capoeirão/mata	lenha	E
Envireira	Várzea/coberto	Lenha, caniço/vara	E,S,P
Faveira	mata	Lenha/cerca	E,S
Farinha seca	mata	lenha	S

<b>Nome comum</b>	<b>Local de coleta</b>	<b>Usos</b>	<b>Comunidade</b>
Fedegoso	várzea	medicinal/ indução de parto	E
Feijão	roça	alimento	E
Feijão preto	capoeirão	artesanato	E
Furuia	mata próx.	carvão/ lenha/ alimento	E,M,P,S
Gameleiro	mata	Construção da casa	L,P
Goiabinha	Mata/coberto	Lenha/ carvão/ vara	M,L,S,P
Goiabarana	mata	Lenha/ cerca	E,S,P
Hortelã	quintal	medicinal	E
Ingá	mata próx./ quintal	lenha/ alimento	E,L,P,M
Insulina	quintal	medicinal	E
Itairama	várzea	lenha	L
Itaúba	mata/ coberto (rara)	Madeira/ estaca/ cerca	E,M,L,P
Iteira	mata próx.	madeira/ medicinal	E
Jacarandá	mata próx / pé da serra	madeira	E,L
Jamaracarú	coberto	medicinal	E,P
Japecanga	coberto	medicinal	L
Jatobá	mata ilha grd./ próx. Serra	madeira/ alimento/ medicinal	E, M, S,P
Jauari	várzea	fruto	E
Jejuí	mata próx. (rara)	madeira/ alimento	E
Jenipapo	quintal	alimento	E,M,P
Jucá	quintal	alimento/ medicinal	E,M
Jutaí ou pororoca	Pé da serra /mata	artesanato/ alimento/ carvão/ lenha	E,L,S,P
Lacre	mata	lenha	L
Laranja lima	quintal	medicinal/ alimento	E
Laranjinha	mata/ coberto	madeira/ lenha	E

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Limão	quintal	medicinal/ alimento	E
Louro	Coberto/ mata	Madeira/ cerca/ estaca	E,L,S,M,P
Malva grossa	quintal	medicinal	E
Manga	quintal/ mata próx.	alimento/ medicinal	E, M, L
Mandioca	roça	alimento	E, M
Mapuxiquim/ mapuxiquiri	mata próx.	lenha	E
Maracanã	mata	Lenha/ carvão	L,S
Maracazeiro,	mata	lenha	M
Maracujá nativo	mata	alimento	E,M,L,P
Marmeleiro	quintal	medicinal	P
Maria	mata	alimento	E
Marupá	mata	construção	L
Massaranduba	Mata	madeira	P
Mastruz	quintal	medicinal	E,M
Melindro	quintal	medicinal	E
Merajuçara	várzea/ mata	madeira	E
Merapixuna (catingueira)	mata próx.	Medicinal/ lenha/ carvão	E,M,S
Merapucú	cobert / capoeirão	lenha, madeira/ carvão	E,M,L
Milho	roça	alimento	E, M
Morototó	mata	lenha	E,S
Mucajá	coberto	alimento	E,M, L,P
Mucuracá	coberto	medicinal	L
Mulateira	mata	lenha	E,M
Mulungu	cidade/ pé da serra	artesanato	E
Murici	coberto/ mata próx.	artesanato, alimento/ carvão, lenha	E,L,P

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Murucu	mata	lenha	L,S
Mutambeiro	Capoeira do roçado	lenha	M
Mutuacá	mata	Construção de casa	L
Mururé (Muriú pajé)	rio (macrófita)	ornamento/ banho	E
Oiteira	coberto	estaca	M,L
Oriza	quintal	medicinal	E
Olho de boi	campo	medicinal	E
Olho de veado	coberto e capoeirão próx.	artesanato	E
Orelha de preto	capoeirão	artesanato/ medicinal/ madeira	E,L
Orelha de onça	mata	madeira	E
Palha branca	Mata/ coberto	Palha para cobrir	E,S,P
Palha preta	coberto	Cobrir casas	P
Paricá vermelho/branco	serra/ ilha grande/ coberto	madeira/ medicinal/ curtume/ carvão/ estaca	E; M,S
Pataú	igapó	artesanato/ alimento	E,P
Pau de bicho	mata	Madeira/ estaca	L,S,P
Paud'arco(roxo/ branco)	toda região/mata	madeira/ medicinal/ carvão	E,M,L,S
Pau santo	mata	medicinal	P
Pau mulato (mulateiro)	mata próx./ várzea	lenha/ madeira	E,M
Pecacunha	coberto	medicinal	M
Pé de boi	quintal	medicinal	M
Pedra ume	Coberto/campo	medicinal	LM, P
Pega primeiro	capoeirão próx.	artesanato	E
Pereira	mataprox./coberto campo	lenha/ madeira	E,S
Pião roxo	quintal	medicinal	E

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Pintadinho	mata	madeira	P
Pitomba	coberto	alimento	L,P
Pixuneira	várzea	alimento	S
Preciosa	mata	medicinal	P
Quebra-pedra	coberto	medicinal	E, L
Sacaca	quintal	medicinal	P
Sacuri	coberto	alimento/ palha p/ telhado /artesanato	E,L,P
Salva do Marajó	quintal	medicinal	E, P
Sarabatucú	várzea	medicinal	E
Socoró	várzea	Lenha/ medicinal	L,S
Sete sangria	mata próx./ coberto	medicinal	E,P
Sucuúba	coberto / mata próx.	medicinal	E,L,S,P
Sucupira	Mata da ilha grande	madeira	P
Taboca	Mata/ várzea/ campo de várzea	Cerca/ balaio/ caniço	E,L,S,P
Tamarindo	quintal	medicinal/ alimento	E
Tarunã	igapó	alimento	E
Taperebá	mata próx.	medicinal/ alimento	E,P
Tachi (arapari)	coberto	medicinal	E,S,M
Tachi da várzea	várzea	Medicinal/ madeira	E,S
Tento	Parque (subindo a serra)	artesanato	E
Trevo roxo	quintal	medicina/ ornamental	E, L, P, S, M
Tucumã	mata/ capoeirão	alimento/ artesanato/ medicinal	E,M,L,P,S
Ucuúba (Mafubeira)	coberto	medicinal	E
Unha de gato	coberto/ mata próx.	medicinal	E,M

Urucum	quintal	corante	E, L, M, S, P
Urucuri	mata	fruto	E
Vassoureira	mata	Lenha/ estaca/ carvão	E,M, L,S,P
Vassoura do campo	coberto/ capoeirão	vassoura/ lenha	E,M, L
Verônica branca/ vermelha	coberto	medicinal	L,E,S,P,M

---

Vinte e uma espécies são utilizadas na construção, das quais apenas quatro espécies (19%) são utilizadas em todas as comunidades, são elas: ariauá, caranã, itauba e vassoureira. A similaridade de espécies usadas na construção, entre as comunidades foi baixa ( $Jaccard_{médio} = 0,36 \pm 0,12$ ), pois a maioria das espécies (71%) foi utilizada apenas em uma ou duas comunidades, mais especificamente nas comunidades de Lages, Paytuna e Santana, respectivamente.

Entre as 40 plantas citadas como comerciais 19 espécies (48%) são exclusivas de apenas uma comunidade e outras 11 espécies (28%) foram utilizadas por apenas duas comunidades, isso mostra uma similaridade de espécies muito baixa ( $Jaccard_{médio} = 0,27 \pm 0,12$ ) entre as comunidades. Apenas as espécies furuía, itauba, jatobá e pau d'arco são utilizadas por quatro ou cinco comunidades. Também as espécies de uso energético são muito diversificadas. Das 37 espécies utilizadas, 20 (57%) são utilizadas em apenas uma comunidade e outras 11 espécies (30%) foram utilizadas por apenas duas comunidades.

Como em outros usos, a similaridades das espécies de uso energético, entre as comunidades foi muito baixa ( $Jaccard_{médio} = 0,21 \pm 0,09$ ). Destaque é dado às comunidades do Lages e Ererê que, entre as espécies utilizadas no uso energético, apresentaram grande proporção de espécies exclusivas: 50% e 42%, respectivamente. A espécie furuía é utilizada pelas cinco comunidades; chuá e goiabinha são utilizadas por quatro comunidades; e envireira, goiabarana e ingá são utilizados por três comunidades.

O artesanato é importante apenas na comunidade do Ererê, que utiliza 17 diferentes espécies para esse uso. As comunidades Maxirá e Santana não fazem artesanato. A comunidade de Lages utiliza apenas duas espécies, taboca e tucumã; e a comunidade de Paytuna utiliza apenas o curuá. Taboca, tucumã e curuá são também utilizadas pela comunidade do Ererê.

Dentre as 13 espécies utilizadas no uso doméstico, sete espécies (54%) são utilizadas em apenas uma ou duas comunidades, o que resulta em uma similaridade de espécie baixa entre as comunidades ( $Jaccard_{médio} = 0,37 \pm 0,13$ ). Apenas cuieira e vassoura de campo são utilizadas em todas as comunidades.

A riqueza de plantas citadas pelas comunidades do entorno é alta quando comparada com outras comunidades, considerando o número de informantes. Outros estudos em regiões de cerrado, embora com ênfase em plantas medicinais, usos de áreas de capoeiras e etnoecologia de populações indígenas, citam a alta diversidade de plantas utilizadas pelas populações estudadas (Tabela 9). Na região do cerrado amazônico, poucos autores fazem referência a utilização de recursos por populações. Entre estes, destaco os trabalhos de Posey (1987) com os índios kayapó, e de Morán (1990) que descreve a adaptabilidade de populações indígenas nas regiões de cerrado do Planalto Central e de Roraima. Apenas

cerca de 180 dos 940 trabalhos, analisados por Diegues e Arruda (2001), dizem respeito a populações que vivem nos cerrados, e desses somente 22 referem-se a populações não-indígenas.

Tabela 10 - Usos de plantas em outros estudos em ambiente de cerrado:  
G=uso geral; M=medicinal.

Ambientes de cerrado	Usos	Nºinformantes	Citações	Pesquisa
Mato Grosso	M	73	228	Amorozo, 2002
Araguaia	G	63	96	Begossi, et al 2000
Cuiabá	G	59	180	Pasa, et al 2005
Este estudo	G	158	705	Levantamento em 2006

Exceto para o conhecimento sobre os “remédios do mato”, que em geral são as mulheres que o detém, o conhecimento sobre os recursos vegetais utilizados não se concentram em um único grupo. Os demais recursos são de conhecimento de homens, jovens e idosos. São os homens quem trabalham com as plantas a serem comercializadas. As atividades de extração de algumas plantas como as palhas, sementes e frutos são realizados pelas mulheres e pelos jovens, demarcando a diversidade e a pluralidade do conhecimento sobre os recursos existentes.

### 9.2.3 O uso dos recursos naturais no tempo

Os recursos da biodiversidade, utilizados pelas populações das comunidades do entorno do Pema, incluem mais de 250 espécies entre plantas cultivadas e coletadas, peixes, animais terrestres e aquáticos (Figura 20). A utilização dos recursos biológicos não tem a mesma intensidade. As plantas medicinais, por exemplo, são utilizadas em casos de necessidade; os peixes, as aves aquáticas e os répteis embora possam ser consumidos diariamente seu uso obedece à sazonalidade do ambiente. Os animais terrestres também têm uso esporádico. O conhecimento local sobre as espécies utilizadas está relacionado às informações sobre as formas de uso os hábitos das espécies e tem correspondência com as estações de seca e cheia.

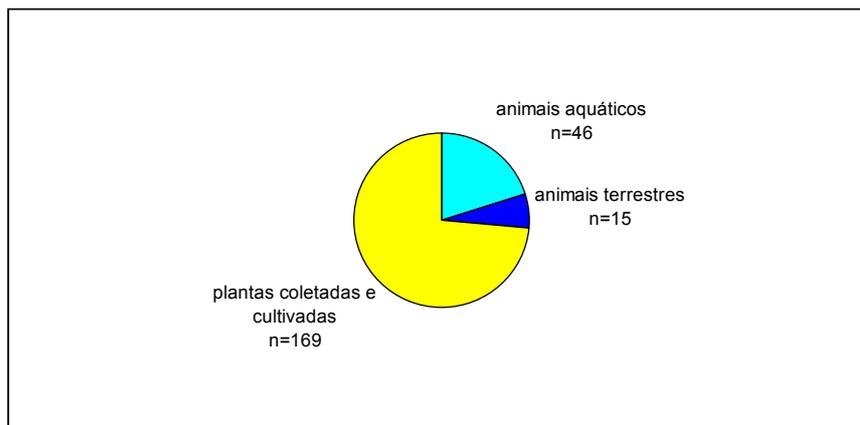


Figura 20 - Riqueza de espécies animais e vegetais utilizadas pelas comunidades do entorno: N= número de espécies citadas.

Os eventos naturais como a seca extrema, as grandes enchentes e o fogo nas serras, segundo os moradores, também afetam a utilização de recursos. A grande seca do rio Amazonas, ocorrida em 2005, afetou diretamente a pesca nos lagos que circundam as comunidades da beira Lages, Santana e Paytuna. As medidas tomadas pelos moradores para a manutenção dos estoques foram: a retirada dos peixes pequenos, transferindo-os para os lagos mais profundos que ainda retinham água; e a venda os peixes maiores, mesmo com preços abaixo do mercado. No caso dos incêndios nas serras, estes, segundo os moradores, provocam diminuição de caças. Além afugentar os animais maiores, ocorre perda de filhotes que não conseguem fugir, prejudicando também a coleta de frutos e das plantas usadas para remédios.

A percepção da importância do uso dos recursos naturais e a sua relação com a conservação da biodiversidade, em diferentes escalas de tempo, foi analisada nas comunidades do entorno com a aplicação da matriz-histoecológica ( CIFOR, 1999). Essa percepção teve como embasamento as diferentes categorias de recursos e a sua importância para a manutenção do grupo doméstico.

A percepção de diversidade de recursos, ao longo do tempo, revelou mudanças ocorridas nas comunidades em função da lógica comercial de recursos explorados na região do baixo amazonas com a criação do Pema. Foi construída uma matriz em cada comunidade. O número de participantes na construção da matriz histoecológica variou entre as comunidades.

A participação de comunitários de diferentes gêneros e níveis etários foi importante para auxiliar a avaliação dos recursos do passado e o que almejam para o de futuro. Por isso, a lista de produtos foi construída com base na memória dos participantes que foram incentivados a lembrar de como se vivia na comunidade, quais produtos eram importantes

em uma temporalidade de 10 anos no passado a partir do tempo atual e 10 anos à frente. (Quadros 3,4, 5 e 6).

Comunidade Ererê			
Produto	-10 anos	0 atual	+10 anos
Turismo			X 1º
Juta	X 1º	-	-
Macaxeira		X 5º	X 4º
Curuá	X 1º	-	se industrializar
Milho	X 2º	X 1º	X 1º
Semente da juta	X 4º	-	-
Palha de miriti	X 5º	-	Se tiver incentivo
Carimã	X 5º	-	X1º
Miriti (buriti)	X 1º	X 1º	X 2º
Açaí	X 2º	X 1º	X 2º
Patauá	consumo	consumo	consumo
Arroz	X 3º	X Consumo	X 1º
Farinha	X 4º	X 1º	X 1º
Feijão	X 4º	X 2º	X 1º
veado,onça,caititu	X Couro	-	X se preservar
Manga	-	X 5º	X 2º
Limão	-	X 5º	X 2º No futuro
Frutas, banana	X 4º	X Pouco	X 5º Banana
Junco (inverno)	X 2º	X 3º	Consumo
Pedra grande	X 4º	Proibida por causa da radioatividade	X 3º
Seixo	X 4º	-	Parou
Gado	X 2º	X 2º	X 1º
Porco	X 2º	X 2º	X 1º
Galinha	X 2º	X 2º	X 1º

Quadro 3 - Matriz histoecológica da comunidade do Ererê, Monte Alegre, Pará. Os números refletem o grau de importância dado aos produtos.

Para a comunidade do Ererê, os produtos do extrativismo como miriti, açaí, junco e o patauá, mesmo que para consumo, ainda são importantes, assim como os produtos agrícolas. A comercialização de peles de animais silvestres que no passado eram consideradas mercadorias de alto valor, com as proibições legais já não é prática e perdem relevância para a comunidade, porém a existência dessa fauna foi vinculada a conservação.

A produção de sementes de juta que foram importantes para o município de Monte Alegre nas décadas de 1950 a 1965 (HOMMA, 2003) e o curuá também foram lembrados como produtos que perderam importância no momento atual. A criação de animais para eles terá importância no futuro. O turismo que aparece como importante no futuro está ligado à implementação do Pema. A importância dada à produção agrícola requer uma observação, pois não foi considerada a disponibilidade de terras para plantio, visto que nessa comunidade a distribuição de terras é limitada. A retirada de pedras e seixos ocorria na região denominada de Pedreira, onde muitos moradores da comunidade trabalharam.

Comunidade Maxirá			
Produto	-10anos	0 atual	+10anos
Milho	X 2º	X 3º	X 1º
Arroz	X 3º Consumo	-	X 1º
Farinha	X 1º	X 1º	X 1º
Feijão (curauá)	X 1º	X 2º	X 1º
Goma/Tapioca	X 3º	X 4º	X 1º
Gado	X 1º	X 1º	X 1º
Outros Plantios	-	-	X 3º
Banana	X 2º	X 2º	X 3º
Jerimum	Consumo	X 3º	X 4º
Curuá	Entre 1955 - 1960	-	-
Palha	X 4º Compravam	-	-
Juta	Entre 1960 - 1975	-	-
Limão / Laranja	X 5º	X 10º Fraca	X 4º
Abacaxi	X 4º	-	-
Manga	X 4º	Fracassou	-
Porco	X 3º	X 1º	X 3º
Galinha	X 3º	X 2º	X 3º
Açaí	X 5º	-	-

Quadro 4 – Matriz histoecológica da comunidade Maxirá, Monte Alegre, Pará.

Os produtos agrícolas e a pecuária são os principais para a comunidade. O que pode caracterizar sua origem, pois muitos de seus moradores chegaram para ocupar lotes da gleba Inglês de Souza, portanto a agricultura era a atividade-fim. O curuá e a juta, também foram listados como produtos importantes no passado, Homma (2003) relata o período apontado pela comunidade como a época do apogeu da juta na Amazônia. Produtos do extrativismo como açaí, já não foram considerados pela comunidade. Também não citaram nenhum produto que tivesse relacionado ao Pema.

Para as comunidades de Ererê e Maxirá, que vivem na região de cerrado, a atividade principal do passado foi o trabalho produzido pela introdução da juta e da pecuária. Nesse caso vale destacar a mobilidade dos moradores em função do trabalho com a juta, visto que essa atividade era realizada na várzea.

Havia no passado, segundo os moradores, um deslocamento para as regiões ou locais onde eram “oferecidos trabalhos, muitas vezes temporários, mas com boa remuneração”. Mobilidade essa que ainda ocorre nos dias atuais, quando há, por exemplo, a transferência do gado para a várzea, colheita de produtos agrícolas como os citros e o feijão, plantados em “colônias” distantes das comunidades e até contratação de serviço como pedreiro e cavador de poço.

A produção agrícola foi destacada pelas duas comunidades como importantes no tempo presente e as que oferecem melhorias para o futuro. Para os moradores do Maxirá, a

pecuária é que “promete”, visto que é a atividade que traz renda imediata. Para os moradores do Ererê, a perspectiva de investir em atividades extrativistas (buriti e açaí) foi apontada como uma tendência imediata. O turismo foi apontado como atividade a ser executado em futuro próximo, o que vai “dar sustento é o turismo”, muito provavelmente em função do da implementação do Pema.

Na comunidade do Ererê, houve também a perspectiva de instalação de uma indústria, baseada nos produtos do extrativismo como o buriti e o açaí. A questão da conservação e preservação tem destaque quando afirmaram que para voltar a praticar a atividade de caça, terão que garantir a preservação de animais.

Comunidades Paytuna/ Santana			
Produto	-10	0	+10
Plantas medicinais	Uso	Uso	X 1º
Feijão	X 4º	X 1º	-
Peixe boi	consumo	-	-
Peixe (tambaqui)	X 2º	X 1º	X Se tiver fiscalização
Tracajá, tartarugas	consumo	consumo	Consumo
Farinha	X 3º	X 1º	X 1º
Jacaré	X 5º	X 4º	X Somente se preservar
Arroz	X 7º	-	X 1º
Milho	X 7º	X 9º	X 1º
Curuá (fruta)	X 5º	-	-
Madeira (casa)	X 1º	X 1º	X 2º consumo
Palha (curuá)	X Freqüente	X 5º	X consumo
Carvão	-	X 2º/3º	X 2º
Banana	-	-	-
Laranja	-	X 3º	X 3º
Ata	-	X 3º	X 3º
Acerola	-	-	X 3º
Tucumã	-	-	X 3º
Muruci	-	X 11º	X 3º
Inga	-	X 2º/3º	-
Açaí	-	X 10º	-
Gado	X 5º	X 1º	X 1º
Caça (pele de caititu)	X 3º	X 2º	Consumo
Criação (galinha, pato)		X 1º	X 1º
Pirarucu	X 1º	X 5º	X Se tiver preservação
Madeira (cerca, esteio)	X 1º	X Uso próprio	X Consumo
Jerimum	X 6º	-	X 1º
Melancia	X 6º	X 2º	X 1º
Capivara ( couro e carne)	X 5º Venda	X Esta acabando	X se preservar a várzea
Criação de porco	X 4º	X 5º	-
Juta	X 5º	-	-
Maracujá (peroba)	X 5º	-	X 3º

Quadro 5 - Matriz histoecológica das comunidades de Paytuna/ Santana, Monte Alegre, Pará.

Comunidade Lages			
Produto	-10 anos	0 atual	+10 anos
Instalação de fábrica	-	-	X
Peixe	X só para despesa	X 2º	X 1º conservando lago
Açaí	X consumo	-	-
Arroz	X 1º	-	X 2º conservação da terra
Juta	X 4º	-	-
Feijão	X 5º	X 1º	X 3º
Milho	X 3º	-	X Conservação da terra
Mandioca	X 1º	Consumo	X 1º
Melancia	X 4º	Consumo	-
Jerimum	X 4º	Consumo	consumo
Curuá	Até 1980,	-	-
Pirarucu	-	Pouco	X Se preservar
Caça	X Consumo	consumo	X Se preservar
Cupido (pele)	X 4º	-	X Se preservar
Jacaré	X 4º carne, couro	X 5º	X
Porco	X 2º	X 4º	X 1º
Gado	X 2º	X 1º	X 1º
Galinha	X 4º	X 3º	X 1º

Quadro 6 - Matriz histoecológica da comunidade de Lages, Monte Alegre, Pará.

As comunidades de Lages e Paytuna e Santana, por se situarem em região mais próximas aos ecossistemas aquáticos, obviamente foram envolvidas com atividades que dominaram a região da várzea de Santarém nas décadas de 60 a 70. A extração da juta, a comercialização do curuá - palmeira de onde se extrai do fruto o óleo para a produção de sabão - e os projetos de implantação da pecuária na Amazônia foram as principais atividades do passado, onde a economia da região estava pautada.

As atividades de caça e comercialização de peles também foram citadas como importante no passado de seus moradores que caçavam jacarés e havia uma forte comercialização, segundo eles, com compradores de Macapá. Em Paytuna e Santana, o destaque dos produtos do passado é dado à exploração de madeira e pesca do pirarucu, produtos citados nas entrevistas entre os moradores mais antigos como de “sustento à família porque eram custosos”, referindo-se ao valor comercial desses produtos.

Questões voltadas à conservação têm destaque. Os moradores citaram na elaboração da matriz a necessidade de se manter a caça e a pesca como atividades de subsistência para suas comunidades. No entanto, apontaram que somente seria possível com a preservação dos lagos e instalação de um sistema de fiscalização contra as geleiras.

Quanto à importância de atividades para o futuro vale destacar que na comunidade de Lages surgiu a idéia de instalação de uma fábrica para a “comunidade crescer”, contudo não souberam determinar qual o produto a ser industrializado. Isso permite avaliar que para os

comunitários a idéia de desenvolvimento está diretamente ligada a instalação de tecnologias para a geração de benefícios. E nas comunidades de Paytuna e Santana a importância as plantas medicinais e produtos como farinha foram explicados como “pro futuro por causa dos gaúchos”, referindo-se a chegada de produtores do sul, em busca de remédios e áreas para plantio, todos com maquinário.

A importância do uso de recursos naturais obtidos do extrativismo, da caça e da pesca no passado foram mais importantes que a realidade atualmente vivida. No passado, havia uma maior dependência dos recursos naturais para a alimentação, para a construção de casas e caça. Hoje, a agricultura e o extrativismo ainda predominam como atividades consideradas importantes, ao menos “garante a bóia”. A importância da agricultura como atividade para os comunitários está provavelmente calcada nos preços dos produtos do mercado. Parecem não ter considerado a limitação de áreas para a agricultura, visto que com a implantação do Pema haverá limitação de área próxima as serras para plantio, principalmente de pasto.

As comunidades consideraram que no futuro os recursos naturais poderão ser importantes se forem conservados, ou protegidos e ainda se houver maior fiscalização, sobretudo para o pescado e para a caça. Apontaram à pecuária, as pequenas criações e a agricultura na várzea como atividades a serem mantidas no futuro. A presença do parque, com as conseqüentes limitações ao uso dos recursos permitiu aos moradores pensarem em diversificação de atividades para a subsistência. Entre as atividades sugeridas foram incluídas o turismo e a implantação de pequenas indústrias nas comunidades. As atividades agrícolas estão mais marcadas nas comunidades de Maxirá e do Ererê que têm ainda os períodos de coleta extrativa do buriti e do açaí. A pesca, nessas comunidades, é realizada, sobretudo na estação seca quando há mais facilidade de obter resultados para uma mudança no cardápio familiar.

Nas comunidades da beira - Lages, Paytuna e Santana - a atividade pesqueira é realizada durante todo o ano. Alguns moradores de Lages trabalham na agricultura esporadicamente para o plantio de feijão em áreas da comunidade ou lotes que as famílias possuem em outras regiões. O conhecimento local sobre os recursos naturais engloba tanto os ambientes aquáticos quanto os terrestres.

Os moradores das comunidades do entorno do Pema dependem dos recursos aquáticos e terrestres em suas atividades de pesca, gado agricultura e extrativismo; possuem um detalhado conhecimento do ecossistema do cerrado e da várzea. A dependência de ambientes terrestres e da vegetação local é refletida no uso das plantas para diversas finalidades e nas práticas agrícolas itinerantes, associadas a ciclos de corte,

queima uso e pousio. Os recursos de caça estão inseridos na subsistência local, mas com menor intensidade que no passado.

Segundo Amorozo (1996), há o conhecimento de “senso comum” nas comunidades e também há indivíduos depositários desse saber especializado, como as rezadeiras, por exemplo, especialistas sobre determinados recursos locais. Há uma relação de cooperação entre as comunidades no que diz respeito à comercialização de produtos como sementes de maniva, trocas de pequenos animais para criação e conhecimento, até porque existem famílias que estão distribuídas entre as comunidades próximas.

A percepção ambiental da população do entorno do Pema foi avaliada, tanto na composição do questionário quanto no momento do mapeamento de uso dos recursos naturais e da matriz histoecológica. Há uma crescente preocupação dos moradores quanto à ocupação da área, aumento da população que, segundo eles, estaria afetando diretamente o uso desenfreado dos recursos naturais, provocando redução da caça e da madeira. A implementação do Pema afetará diretamente a utilização de áreas de uso, principalmente para coleta de recursos de uso doméstico.

A caça nas áreas das unidades de conservação sempre foi motivo de estudos, discussões e repressões. A manutenção de áreas de terras e águas como parques ou outras categorias de unidades de conservação como intocáveis não é a única solução para se proteger ecossistemas. Há que se considerar a pobreza e a exclusão social, pois a comercialização de produtos como a caça e a pesca de subsistência ainda não é admitida. Uma política de participação no manejo reconhece os direitos dos caçadores tradicionais na área protegida (SMITH e MARSH, 1990). Exemplos assim estão se multiplicando, e o reconhecimento dos direitos de populações locais em unidades de conservação vem sendo considerado um componente determinante na viabilidade dessas reservas e na redução da pobreza (CAUGHLEY e GUNN 1996).

A documentação sobre o uso dos recursos naturais pelas comunidades do entorno mostra alternativas que podem ser adotadas para o desenvolvimento e conservação, baseadas no conhecimento local sobre o ambiente. Há de se considerar que uma vez que as comunidades não podem, por razões econômicas e estratégicas, manter algum tipo de isolamento auto-suficiente, isso permite discutir o sistema político das comunidades do entorno do Pema como um conjunto de relações estruturais num território maior do que as comunidades (Figura 21).

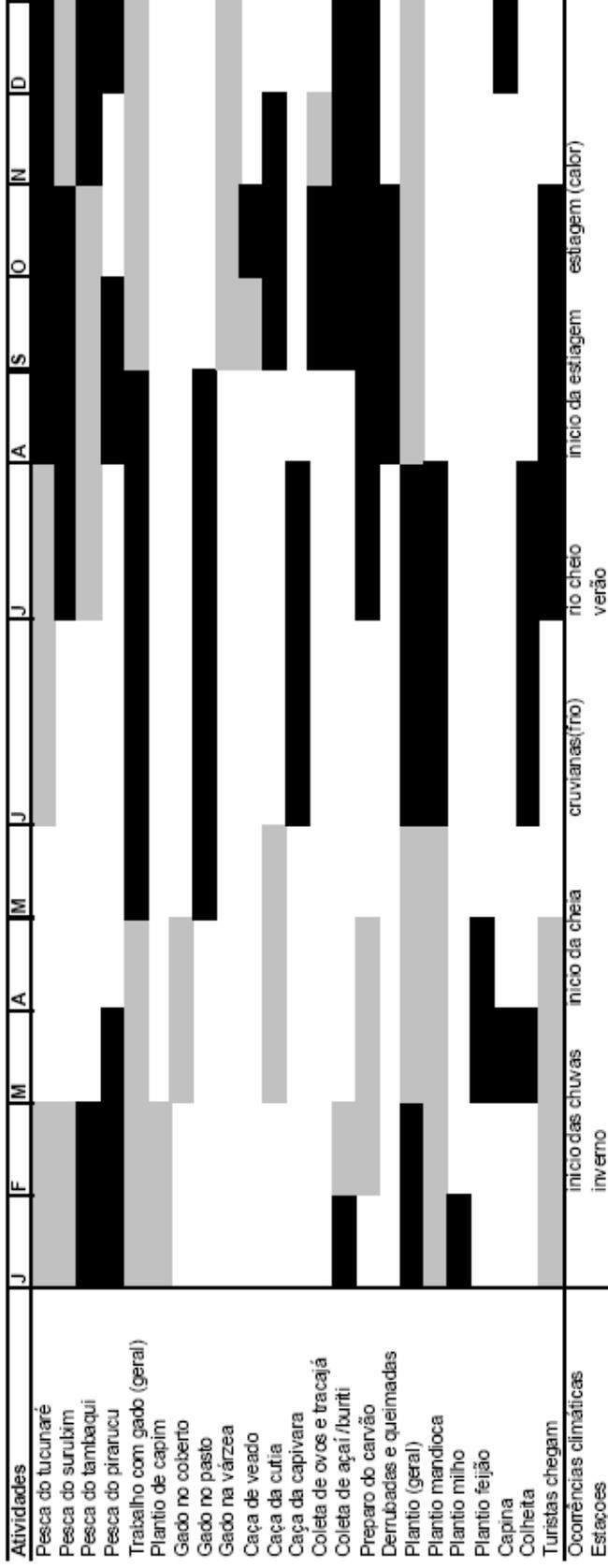


Figura 21 - Calendário das atividades de pesca, caça, agricultura, pecuária e extrativismo das comunidades do entorno do Pema, baseado em entrevistas e observações diretas. As barras mais escuras indicam os períodos nos quais as atividades são praticadas com mais intensidade e as barras claras mostram os de menos intensidade.

### **CAPÍTULO 3: DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PEMA**

#### **10 DA CONSERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL A UM PATRIMÔNIO BIOLÓGICO**

##### **Antecedentes**

A proposta para criação de unidades de conservação no estado do Pará tem origem no documento elaborado pelo Instituto do Desenvolvimento Econômico–Social do Estado do Pará (Idesp) com dois momentos distintos: um primeiro em 1988 e o segundo em 1992.

O Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, em sua segunda etapa, que trata da necessidade de garantir a utilização planejada e controlada dos recursos naturais foi um dos embasamentos utilizados pela Coordenadoria de Recursos Naturais do Idesp para a criação de áreas protegidas no Pará. O segundo documento direcionador foi o primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) da Nova República para os anos de 1986-1989.

Esse documento que teve entre os objetivos à proposta de disciplinar o uso e assegurar sua conservação dos recursos florestais por meio das legislações pertinentes e respeitando as especificidades ecológicas. Entre as diretrizes do PDA estavam à elaboração de um Zoneamento Ecológico Econômico, a demarcação das áreas destinadas a fins conservacionistas e a sua efetiva implantação (LOBATO, 1988). Somado a essas políticas públicas existia a crescente preocupação com a destruição da floresta amazônica, provocada pela implantação dos “Grandes Projetos” como o Programa Grande Carajás e o Programa da implantação da Companhia Siderúrgica de Marabá. Os impactos ambientais causados pelas atividades garimpeiras e conseqüente poluição dos rios por mercúrio, a violência no campo e a destruição dos castanhais, foram outros motivos que levaram a discussão sobre a conservação ambiental no estado.

As propostas para a criação no Pará de “unidades de conservação da natureza”, terminologia utilizada na época, ganham urgência e apoio de diversas instituições nacionais e internacionais. Estas se concretizam com o envio - pelo então presidente do IBDF, ao governo do Estado - de documentos e da disponibilização de consultores e especialistas para dotar o estado do Pará de uma Instituição Florestal. Segundo Lobato (1988), tratava-se dos seguintes documentos: o Plano de Ação Programática para 1988 da SEMA<sup>31</sup>, o Ofício

---

<sup>31</sup> Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior, órgão federal que apoiava a criação de unidades de conservação no Brasil.

Circular SEMA/SDA/CEX/ nº. 009/88 que encaminhava as Resoluções 42/186 e 42/187. Esses documentos discorriam sobre a “Perspectiva Ambiental para o Ano 2000 e Além” e o Relatório da Comissão Mundial sobre o Desenvolvimento, intitulado “Nosso Futuro Universal”.

Essas recomendações permitiram o estabelecimento de critérios para selecionar as áreas a serem conservadas no Estado. Os critérios basearam-se nos levantamentos realizados pelos técnicos do Idesp, indicações de áreas citadas no relatório do Projeto Radam-Brasil, IBDF, Grupo Espeleológico Paraense e pela Companhia de Desenvolvimento e Administração de Áreas Metropolitanas de Belém. Consideraram-se também as áreas definidas como Refúgio do Pleistoceno no âmbito do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal. Como resultado deste levantamento, 36 unidades de conservação, distribuídas em sete categorias de manejo, foram propostas para a conservação ambiental no Estado do Pará. Assim, a partir do encaminhamento e aceite da proposta iniciaram-se as várias visitas técnicas para levantamento de informações sobre os locais selecionados.

Segundo Lobato (1988), o objetivo desses levantamentos foi realizar estudos que iriam determinar a categoria de manejo das unidades de conservação a serem propostas. Os levantamentos tinham a finalidade de identificar e verificar o acesso, situação atual e observações preliminares da biota e condições socioeconômicas e culturais da região. Há de se chamar atenção para a situação institucional do Pará quanto às questões que tratam das políticas públicas ambientais.

O Estado não tinha instituição que tratasse exclusivamente do tema ambiental. Segundo Dourado (1993), as questões ambientais eram desenvolvidas e solucionadas por meio da Secretaria de Saúde Pública, em seu Departamento de Meio Ambiente, até o estabelecimento do Conselho Estadual de Meio Ambiente em 1990.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (COSEMA), estabelecido pela Lei nº. 5.610 de 26/11/1990 surgiu em consonância com as determinações da Constituição do Estado do Pará (5/10/1989) que tratou a questão ambiental em seu inciso VIII, Art. 255 *“Compete ao Estado a defesa, conservação, preservação e controle do meio ambiente, cabendo-lhe:*

*VIII- criar um conselho específico, de atuação colegiada que contará com a participação de representantes do Poder Público e, majoritariamente, da sociedade civil organizada, especialmente através de entidades voltadas para a questão ambiental, na forma da lei, que terá as seguintes competências:*

*a) Acompanhar, avaliar, controlar e fiscalizar o meio ambiente;*

*b) Opinar, obrigatoriamente, sobre a política estadual de meio ambiente, oferecendo subsídios, à definição de mecanismos e medidas que permitam a utilização atual e futura dos recursos hídricos, minerais, pedológicos, florestais e faunísticos, bem como o controle da qualidade da água, do ar e dos solos, como suporte de desenvolvimento socioeconômico;*

*c) Assessorar o Poder público em matérias e questões relativas ao meio ambiente;*

*d) Emitir parecer prévio sobre projetos, públicos ou privados, que apresentem aspectos potencialmente poluidores ou causadores de significativa degradação do meio ambiente como tal caracterizado na lei (DOURADO, 1993, p.113).*

É interessante salientar é que nesse período, início de 1990, as preocupações ambientais no Estado estavam voltadas para a elaboração de legislações próprias. Essas legislações eram para a contenção aos impactos ambientais causados pelos empreendimentos que se instalavam no Pará. As ONGs, criadas nos idos de 1980, organizaram-se exigindo do Poder Público uma tomada de posição frente à “destruição da Amazônia”<sup>32</sup>. Era a “luta” dos movimentos sociais que cobrava do poder público: a elaboração dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e as avaliações em audiências públicas.

É no bojo desses eventos que a sociedade civil organizada, representada por sete ONGs (Sopren, Clube de Observadores de Aves, Associação Paraense de Proteção e Educação Ambiental, Associação dos Moradores do Conjunto Presidente Médici, Grupo Ecológico do Xingu, Grupo Ecológico de Itupiranga e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária), tem assento no COSEMA. As principais resoluções do Conselho foram voltadas para averiguar e liberar as licenças ambientais, referentes aos empreendimentos que se instalavam no Pará.

A criação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente pela Lei nº. 5.457 em 11/05/1988, no entanto, não minimizou a situação da questão ambiental no estado. A implantação da Sectam somente ocorre três anos depois, em 9 de agosto de 1991, por ocasião da Rio-92. O Departamento de Meio Ambiente da recém criada Sectam tinha como atividades: pesquisar e identificar os recursos naturais do Estado, visando à execução de políticas preservacionistas; implantar e administrar unidades de conservação da natureza. Como a Sectam não estava operacionalizada os estudos para a criação de unidades de conservação foram concentrados no Idesp.

Trinta e dois municípios do estado são contemplados para a criação de unidades de conservação de diferentes categorias de manejo e com áreas contíguas entre os municípios (Figura 22). Para o município de Monte Alegre é proposto à criação de três unidades de conservação de diferentes categorias de manejo. Segundo Lobato (1988), as respectivas justificativas técnicas e legais e as unidades de conservação para o município foram:

1) Área de Proteção Ambiental das Garças de Monte Alegre (10 ha na região da serra ocidental da cidade, margeando o rio Gurupatuba): recuperação da área alterada pela ação

---

<sup>32</sup> São as ações do Grupo de Defesa da Amazônia (GDA) e da Sociedade de Preservação aos recursos naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN), principalmente junto ao Ministério público.

antrópica e proteção da fauna local. A descrição da situação atual da área destaca que “a Serra Ocidental está totalmente tomada pela cidade de Monte Alegre. Há construções no topo da serra, geradoras de desmatamentos e conseqüentes erosões, causadoras de desabamento sobre as casas que estão no sopé. A encosta sul da serra onde as garças pousam só se mantem pela inacessibilidade da encosta, que em apenas dois pontos é possível escalá-la com muita dificuldade”.

Como justificativa técnica e legal o documento salienta: a beleza cênica, como ponto de atração turística e destaca que “as garças são espécies muito importante para estudos populacionais, abrangendo comportamento, modo de reprodução, hábitos alimentares etc. A alimentação e reprodução ocorrem na várzea do rio Amazonas, onde convive com outras espécies, tais como: urubus, guarás, carcarás, mergulhões e ciganas” (LOBATO, 1988 p.30). Essa APA seria contígua a outra unidade de conservação proposta para o município, o Parque Estadual Monte Alegre.

2) Para o Parque Estadual Monte Alegre (117.630 ha previsto, próximo a sede do município, abrangendo as Serras do Ererê, Lua, Paytuna e Mutuacá, além do Lago Grande e a várzea do rio Amazonas): características geomorfológicas, incluindo as cavernas estudos etnológicos e da vegetação foram critérios considerados. Quanto à situação atual o documento aponta que “há casas no alto da serra”, sem informar qual a serra. Além disso, indica que essas as casas infringem a Lei nº. 4.771 de 15/09/65, no seu Art. 2º, alínea d,<sup>33</sup> e a Resolução do CONAMA nº. 11 de 03/12/87, que considera todas as categorias unidades de conservação criadas pelo poder público como Sítio Ecológico de Relevância Cultural.

Na avaliação do documento, as serras são consideradas como tendo condições naturais próprias para “trabalhos de preservação e conservação”; e as áreas planas “encontram-se sob forte ocupação humana com criação de gado, culturas, mas devido a excepcional beleza da vegetação tipo Parques e Cerrados [...] merecem atenção de estudos”. As “justificativas técnicas e legais” para a criação do Parque estão baseadas na Lei nº. 6.092 de 27/04/81, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e de APAS e com base no Código Florestal de 1981, que permitia aos estados criarem seus Parques Estaduais.

Quanto aos “critérios técnicos” é considerado que as serras são de beleza cênica excepcional o que justificaria a implementação do turismo. Outro tópico considerado como critério técnico é a existência de áreas para recreação e educação ambiental, a “flora

---

<sup>33</sup> Código Florestal Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situada [...]; d) no topo de morros, montes, montanhas e serras.

curiosa” e as várias cavernas e pinturas rupestres. Estes, segundo o texto do documento, necessitam de estudos etnológicos.

3) Área de Proteção Ambiental das águas Hipotérmicas e Sulfurosas de Monte Alegre. (20 ha localizados no km 11 da estrada que sai da cidade de Monte Alegre para o oeste). Os critérios para a proposição da unidade foram baseados nos estudos da Hidrologia, Hidrogeológicos com aplicações medicinais em crenoterapia<sup>34</sup>. O quesito “situação atual” caracterizou o local como “pronto” e com infra-estrutura; cercas, necessitando apenas de estudos para “definir melhor seu aproveitamento”. Como “justificativa” para a criação da APA, a “curiosidade turística, servindo para educação ambiental, recreação e crenoterapia”. Do ponto de vista jurídico a criação de APA fundamentou-se na Lei nº. 6.902 de 27/04/81.

---

<sup>34</sup> Tratamento medicinal baseado em banhos de imersão em águas termais.

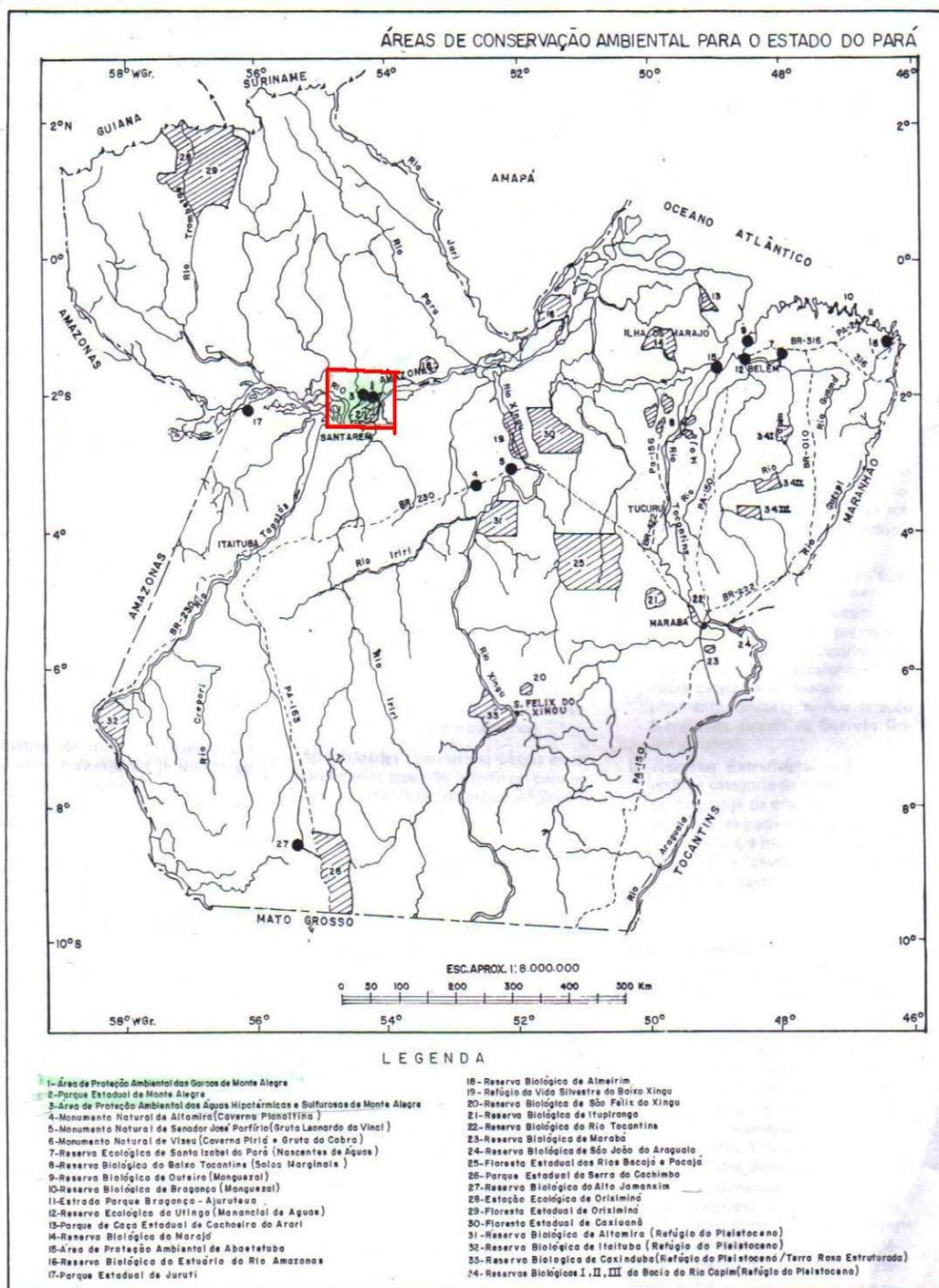


Figura 22 – Áreas protegidas propostas para o Pará em 1988. No destaque, em vermelho, a região do município de Monte Alegre.

O que chama atenção quanto descrição da “situação atual”, sobretudo para a criação do parque revela o quanto a dicotomia homem-natureza está presente na avaliação. Nesse período, o modelo dominante para a conservação da biodiversidade é a categoria parque, marcado pela exclusão do homem dessas reservas, designadas para outras espécies. A criação de unidade de conservação e população local não era compatível. Percebe-se como esse “pré” conceito com relação à população que ocupa a região nas avaliações para criação de unidade de conservação leva a discriminar porções do território associadas à presença humana, considerada como um elemento perturbador. Esse levantamento e as práticas adotadas para realizá-lo se mantiveram na memória de alguns moradores do entorno do Pema, e foi motivo de discussão nas reuniões realizadas para o plano de manejo do Parque Estadual.

Com o objetivo de contribuir para o documento a ser apresentado pela Associação Brasileira de Entidades Ambientais (Abema) na Rio-92, um novo *paper* foi elaborado com propostas para a criação de unidades de conservação no Estado. Para determinar as áreas estaduais a serem criadas, novos critérios são considerados, entre os quais: situação fundiária, terras indígenas e áreas reservadas pela União.

Os estudos referentes à biodiversidade foram utilizados para determinar as áreas a serem protegidas de forma que um maior número possível de amostras de ecossistemas paraenses fosse contemplado. Foram inseridos no documento os resultados apresentados no Workshop 90: Áreas Prioritárias para Conservação da Amazônia<sup>35</sup>. Assim, tendo como base do documento elaborado em 1988, mais as contribuições da Sectam, esse documento, segundo Lobato (1992), amplia para 46 o número de unidades e conservação estaduais a serem criadas no Pará.

Para o município de Monte Alegre, a alteração à proposição inicial foi de redução da área do Parque Estadual, ficando este situado na região das serras (limitando este à região das serras). Foi mantida na proposta a criação da APA das Garças e a APA das Águas. A região do Lago Grande que antes estava contemplada como área de abrangência Parque foi modificada. Para essa região foi sugerido à criação da Área de Proteção Ambiental Lago Grande. As justificativas para a criação dessa APA foram à necessidade de proteção do ecossistema aquático e a recuperação da vegetação nativa circundante.

A análise da “situação atual” do local destacou os conflitos entre os habitantes das comunidades locais, formadas por pescadores artesanais e os pescadores industriais. A criação uma unidade de conservação de uso restritivo na região que forma o Lago Grande é retirada da proposta inicial em decorrência da necessidade da manutenção da população no

---

<sup>35</sup> Evento que reuniu em Manaus cientistas, ONGs, universidades, órgãos de governo e de pesquisa para mapear as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade da Amazônia.

local. Nessa região já estava instalado e iniciado o Projeto Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: Projeto Iara, gerenciado pelo IBAMA. Esse projeto envolvia pesquisadores e as populações locais em estudos para estudar os estoques pesqueiros. Nesse novo intento nenhuma área protegida é criada no município.

Vale acrescentar que a zona do Lago Grande de Monte Alegre foi importante foco de estudos e mobilização social por parte de grupos de pesquisadores de diversas instituições da Amazônia. O Grupo de Estudos e Defesa dos Ecossistemas do Baixo Amazonas (Gedebam), formado por ecólogos, geólogos, agrônomos, químicos, veterinários, atuou na região de Monte Alegre. A atuação do Gedebam no município esteve voltada para ações de educação ambiental junto aos pescadores, pesquisas científicas no campo da poluição dos rios. Apresentou várias denúncias sobre práticas predatórias na região e uma ação junto ao Ministério Público impedindo a entrada de búfalos na área do Lago Grande, região de pescadores da comunidade de Jaburu. A criação do Instituto de Pesquisas Ecológicas da Amazônia (Ipeam) foi outro marco regional forte pelas campanhas educativas sobre a problemática ambiental, por ele desenvolvida (CASCAES DOURADO, 1993). O município de Monte Alegre conta hoje com seis áreas protegidas, que ocupam 50,75% da área total do município (Tabela 11, Figura 23).

Tabela 11 - Áreas Protegidas do Município de Monte Alegre.

Nome	Área* Km	Área** (%)	Data de criação	Órgão de criação	Gestão
Terra indígena do Parú do Oeste	532,45	2,45	Demarcada em 1997	Funai	Federal
Floresta Nacional da Mulata	1175,21	5,41	2001	Ibama	Federal
Parque Estadual Monte Alegre	36,78	0,17	2001	Sectam	Estadual
APA Paytuna	581,67	2,68	2001	Sectam	Estadual
Floresta Estadual do Parú	7256,75	33,39	2006	Sectam	Estadual
Estação Ecológica do Grão Pará	1445,43	6,65	2006	Sectam	Estadual
TOTAL	11028,29	50,75			

Fonte: UAS/MPEG

\* área da uc dentro do município. \*\*Percentual com relação à área do município.

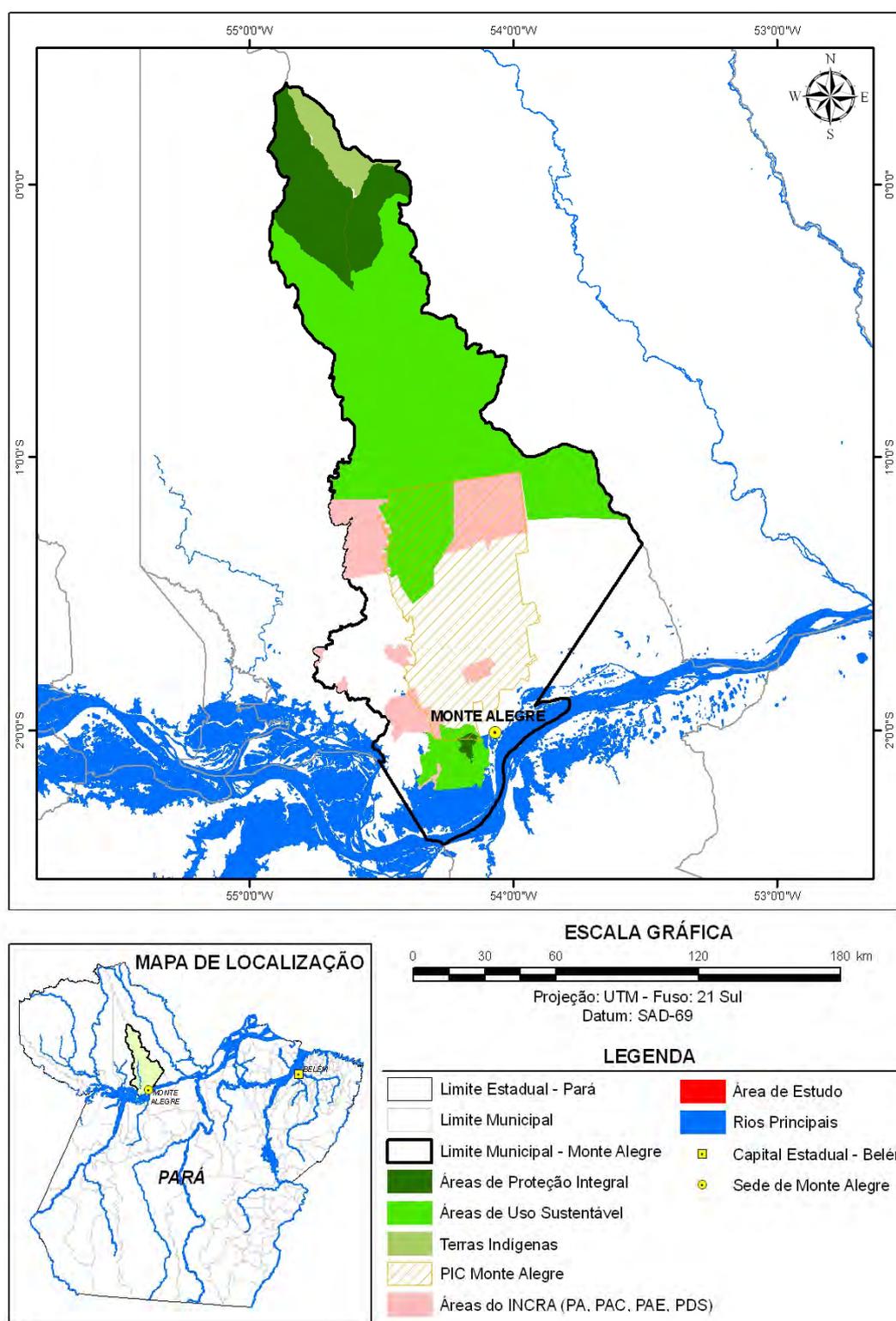


Figura 23 - Áreas protegidas atuais no município de Monte Alegre.

### *O Proecotur*

A criação de unidades de conservação no município de Monte Alegre volta à tona em 1994 a partir de novas concepções de ações para a Amazônia. Essas têm como objetos a implementação de um turismo ecológico que permita o desenvolvimento e a conservação do ambiente. Os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo realizaram uma série de atividades destinadas a dinamizar o turismo no Brasil por meio do Programa Nacional do Ecoturismo, como por exemplo, o Workshop Internacional de Ecoturismo, realizado em 1994, na cidade de Manaus. Esse programa estimula o segmento em todo o País e priorizou as unidades de conservação e seus entornos, além de articular as diversas ações relacionadas ao Ecoturismo e executadas pelo poder público. Ações essas que incluem, por exemplo, os Programas de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur).

O Programa Nacional de Ecoturismo foi lançado em 1995 e iniciou sua atuação com a formação de um Grupo Técnico de Cooperação – GTC – Amazônia, responsável pela implantação de um projeto piloto da Amazônia Legal, compreendida pelos estados de Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. Foram definidos os pólos de ecoturismo em cada estado.

O Proecotur foi criado com o suporte do Banco Mundial para atuar nos estados da Amazônia brasileira. Seu objetivo principal foi viabilizar o ecoturismo como uma atividade sustentável para o desenvolvimento da Amazônia Legal, dando suporte financeiro a instalação de infra-estruturas nos pólos ecoturísticos. Um dos objetivos específicos do Proecotur foi à proteção e o desenvolvimento dos atrativos turísticos da região, por meio de medidas como a criação de áreas protegidas com manejo específico para ecoturismo em pólos definidos pelos governos estaduais (PNUD, 1999).

Cabe salientar que ações planetárias, desenvolvidas pós Rio-92, são contestadas por muitos autores, entre elas, a criação do Fundo de Biodiversidade, sustentada pelo ramo privado do Banco Mundial a International Finance Corporation (IFC) e Global Environment Facility (GEF). O financiamento do ecoturismo como marketing turístico em áreas protegidas e *habitats* naturais para turistas ricos estão entre as áreas financiadas (PIMBERT E PRETTY, 2000; DOWIE, 2006).

No Pará, o governo estadual contratou o Projeto Beija-Flor, em 2000, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará. Foram identificados seis Pólos turísticos: Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Tapajós e Araguaia/ Tocantins e Xingu. Nesses pólos efetuaram-se diagnósticos, identificação de produtos e negócios turísticos prioritários. O Proecotur foi instalado na Sectam e em 2000 iniciaram-se as ações estabelecidas nos diagnósticos realizados. Dentre os resultados obtidos e de acordo com os

objetivos do Proecotur, estava a criação de unidade de conservação em Monte Alegre; Santarém e em Oriximiná, todos os municípios pertencentes ao pólo Tapajós.

Em Santarém foram criadas as unidades de conservação Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão (Lei nº. 17.771 de 02/07/03) e a Área de Proteção Ambiental de Aramaná/Belterra (Lei nº. 097 de 30/05/03). No município de Oriximiná, a comunidade foi desfavorável a criação de unidades de conservação. Em Monte Alegre foram criadas a Área de Proteção Ambiental Paytuna (Lei estadual nº. 6.426 de 19/12/ 2001) e o Parque Estadual Monte Alegre (Lei nº. 6.412 de 9/11/ 2001).

Em 2001, o Museu Goeldi foi contratado pela Sectam para elaborar os estudos de avaliação ambiental para criação de unidades de Conservação no Pólo Tapajós. O interesse do Museu Goeldi em realizar esta pesquisa, se deu em função de que pesquisadores da instituição já atuavam na região realizando trabalhos de arqueologia. Edithe Pereira arqueóloga e pesquisadora do Museu Goeldi que já conhecia a região por conta de seus estudos sobre as pinturas rupestres da área foi coordenadora. Eu fui convidada a participar do estudo pela minha experiência no trabalho realizado no Parque Nacional do Jaú e ter participado da elaboração do Snuc. Na ocasião, o Snuc já havia sido aprovado e era o principal documento legal e, portanto, norteador do processo para criação de unidades de conservação.

O Estado do Pará não possui sistema estadual de unidades de conservação. Os processos para a criação de unidades de conservação no Estado ocorreram a partir da elaboração de um Projeto de Lei pelos técnicos da Sectam e esse projeto foi então encaminhado para a Assembléia Legislativa Estadual. Na Assembléia, os projetos passaram por avaliação das comissões: de Constituição e Justiça; Agricultura, Terras, Indústria e Comércio e da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Geologia, Mineração e Energia. Uma vez aprovado por estas Comissões o então Projeto de Lei foi enviado para a Casa Civil para ser assinado pelo Governador.

Conforme estabelecido na Lei do Snuc, em seu Cap.IV Art.22 e parágrafos § 2º e 3º, a criação de unidades de conservação deve passar pelo processo de consulta a sociedade. A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. Além disso, no processo de consulta que trata o § 2, o Poder público é obrigado "a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas".

Assim, a proposta para a criação de unidade de conservação em Monte Alegre teve como principal premissa a participação da sociedade civil e das comunidades que poderiam ser diretamente afetadas com a sua criação e implantação. Essa determinação de que a

sociedade local tomasse parte da discussão e da decisão de se criar uma unidade de conservação estadual foi pioneira no estado do Pará.

A criação de uma unidade de conservação na região de Monte Alegre tornou-se premente após a divulgação em 1996 dos trabalhos das arqueólogas Ana Roosevelt e Edithe Pereira além das pesquisas do Grupo Espeleológico do Pará. Todos os resultados voltados para a importância da proteção dos sítios arqueológicos e das cavernas da região. Além dos resultados divulgados pelos *workshops* que definiram as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na Amazônia.

Nesses eventos que ocorreram nos anos de 1990 e 1999, a região de Monte Alegre foi priorizada como importante para a conservação da biodiversidade. Segundo o relatório apresentado durante o Workshop 90 (Prioridades Biológicas para a Conservação da Amazônia), onde a classificação das áreas foi baseada na síntese de biodiversidade e critério de endemismo, assim, Monte Alegre foi inserido na região Jari-Trombetas de nº. 60 no mapa. Essa região inclui a transição entre o escudo das Guianas e a planície sedimentar do baixo Amazonas. Por possuir solos eutróficos, planaltos, campos rupestres, escarpas e campos baixos foram reconhecidos pelos pesquisadores como alta diversidade ambiental e biológica.

A parceria do MMA com a Conservação Internacional do Brasil organizou, em 1999, o Workshop Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal. Na avaliação deste Workshop, a região de Monte Alegre foi considerada pelos critérios de Índices de Pressão Antrópica na área Core e de Importância Biológica como de “informação insuficiente”. No mapa resultante do Workshop, a área foi classificada como área de número 409 - conhecida como Campos de Monte Alegre. A região é reconhecida no Workshop Áreas Prioritárias para Uso Sustentável e Conservação da Biodiversidade na Amazônia Legal.

Como resultado desse evento, a parte sul do município é classificada como área de extrema importância para a Biota Aquática e Serviços Ambientais. Parte do município do monte Alegre é inserida na Região dos Escudos da Guiana (EG25) no mapa final. Quanto à classificação, referente a conhecimento biológico para os grupos de mamíferos, foi considerada “com informações desconhecidas” e no tópico importância biológicas foi classificada como Alta Importância (ISA, 1999).

## 10.1 A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE

O histórico de criação do Pema será contado a partir de minha descrição de como realizamos as atividades no município, enfatizando o seminário realizado para este fim. Eu fui a responsável no Seminário pelos métodos participativos, utilizados pelos grupos de trabalho para definir a área ser criada. Para tanto, além das minhas anotações de campo sobre o fato, lanço mão de depoimentos coletados por mim e dos relatórios elaborados por pesquisadores do Museu Goeldi para a criação da unidade.

Uma equipe multidisciplinar foi estruturada para avaliar rapidamente as características ambientais da área. A equipe foi formada por geólogos que já estudavam a região desde 1980; sendo composta também por: biólogos, ecólogos, sociólogos, engenheiros florestais, arqueólogos e geógrafos, além dos técnicos da Sectam, Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e Proecotur. A parte do município onde poderiam ser criadas unidades de conservação e, portanto, objeto da pesquisa, compreendia a área do complexo das serras do Ererê, Paytuna, Mutuacá e nas várzeas e lagos, resultantes dos estudos realizados pelo Idesp em 1988 e 1992. Cabe acrescentar que, segundo o técnico da Sectam, “estas áreas pertenciam ao Estado”, conforme estudos realizados pelo Iterpa.

A Sectam coordenou esse processo com o apoio da Secretaria de Produção do Estado e da prefeitura do município. Esse envolvimento da Prefeitura ocorreu em função da implantação de programas de infra-estrutura do Proecotur no município, além de fatores políticos como o compadrio partidário entre o prefeito de Monte Alegre e o governador do Pará. O secretário de agricultura, meio ambiente e turismo, ao afirmar:

“a princípio fui opositor a criação de unidade de conservação no município, por que haviam questões políticas atravancadas, mas agora o desenvolvimento do turismo pode ser alavancado, estamos sem recursos e então o único projeto é da criação de unidades de conservação”.

Isso se refere ao aceite para a criação de áreas protegidas no município e a perspectiva de chegada de recursos financeiros. Na ocasião sua secretaria, ele estava negociando projetos com o MMA via Programa de Desenvolvimento tipo “A” (PDA) para atividades de repovoamento dos lagos, instalação de SAF’s na região, que não foram contemplados. Para o secretário de obras do município, a criação de unidade de conservação é uma possibilidade de o município entrar no roteiro turístico nacional e internacional para ele:

“Monte Alegre tem suas características ambientais esta é uma possibilidade de aprimorar o fator natural, temos perspectivas esperançosas, traz divisas para o município e o prefeito dá muito apoio, não tem reflexo agora, mas está se evidenciando. Vamos para o circuito internacional do E.M.A. um projeto internacional de modalidade esportiva de rallys e velas, isso vai contribuir para o aspecto do desenvolvimento econômico.”Sr. Liberato Sodré, secretário de obras, entrevista em 12/06/2001.

Um seminário para discutir a criação da unidade foi proposto pelos pesquisadores do Museu Goeldi e da Ufpa, em 18 de junho de 2001, para garantir o envolvimento da sociedade local na discussão. A perspectiva foi de se criar concretamente uma discussão durante o seminário sobre a criação ou não de unidades de conservação e suas conseqüências para todos os atores envolvidos e a conservação da biodiversidade. Entre os temas, foi proposta a discussão sobre compatibilização da presença humana com a conservação e com a melhoria de vida das populações rurais mais pobres nas várias categorias de áreas protegidas. Esse envolvimento passa a ser requisito para a conservação da biodiversidade (PIMBERT e PRETTY, 2000)

O “I Seminário para Criação de Unidade de Conservação no Município de Monte Alegre- Pará”, patrocinado pelo Proecotur e com apoio prefeitura municipal, ocorreu após as atividades de campo. Seu objetivo foi apresentar a proposta de criação de uma unidade de conservação e discutir a sua delimitação, caso a proposta fosse aceita, nomeação e manejo. A divulgação do seminário foi realizada por meio de “folders” fartamente distribuídos na cidade, chamadas em programas de rádio comunitária e visitas as comunidades do interior e do entorno da área proposta. As visitas às comunidades foram realizadas com o apoio da prefeitura e do então secretário de agricultura do município. A prefeitura, por ocasião da eleição recente eleição municipal, ocorrida em 2000, havia criado e mantinha uma rede de representantes comunitários designados pelo prefeito como presidentes de sua comunidade, e era com eles que se travaram os diálogos (ver capítulo 2 desta tese).

Durante 15 dias foram visitadas as comunidades de Ererê, Maxirá, Maxirazinho, Juruba, São Diogo, Nazaré, Cuçaru, Umarizal, Paytuna, Curicaca. Os motivos das visitas foram, além do propósito de informá-los sobre o trabalho dos pesquisadores que estavam na área, o de convidá-los a participar do Seminário. Ao chegar às comunidades, o secretário da prefeitura dirigia-se ao presidente da comunidade e lhe entregava um convite assinado pelo prefeito e o “folder” sobre o seminário.

As conversas com os moradores aconteciam na medida em que outros, ao verem o veículo da prefeitura chegar, aproximavam-se para saber do que se tratava. Em cada comunidade foi realizado uma entrevista com o presidente, e alguns outros moradores que se dispuseram a relatar seu cotidiano e a sua relação com os recursos naturais. Nessas

rápidas reuniões foram também repassadas aos moradores a importância da presença com suas idéias e sugestões ao Seminário.

Participaram do Seminário, realizado no dia 18 de junho de 2001, lideranças urbanas e das comunidades de Paytuna, Ererê, Cuçaru, Lagos das Lages, Santa Cruz, Curral Grande, Surubiju, Curicaca, Maxirá, Maxirazinho e São Diogo. Como representantes da sociedade civil organizada contou-se com a presença de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Colônia dos Pescadores-Z11, da Associação do Horto Agroflorestal, da Associação do Bairro do Curaxi, e da Associação Comercial. Estavam representadas as seguintes instituições: Departamento de Trânsito (Detran), Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Faculdades Tocantins, Assembléia de Deus, Associação das Diretoras das Escolas Municipais, Ministério Público e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Secretaria Estadual de Agricultura (Sagri), além de moradores da cidade. Totalizando cerca de 180 pessoas ao longo do dia.

O seminário aconteceu na cidade e teve um dia inteiro de atividades distribuídas em duas seções. Uma pela manhã quando foram apresentadas as informações obtidas pela pesquisa biológica, fundiária, geológica e política (apresentação da Sectam e do Proecotur); e uma segunda seção que foi precedida de uma explanação sobre o que são unidades de conservação, para que servem as categorias de manejo existentes e como são criadas. A aprovação pela criação da unidade de conservação foi unânime entre os participantes.

Durante o seminário, a participação das comunidades foi além de espectadores e ouvintes. Buscou-se a compreensão sobre os dados apresentados pelos pesquisadores e técnicos para que cada comunidade presente no seminário fizesse seus relatos e questionamentos quanto à proposta de criação de unidades de conservação no município. Após cada apresentação foram formados grupos de trabalho com os presentes para que as dúvidas fossem esclarecidas. Durante este procedimento perguntas e comentários como “a gente vai ter que mudar de lugar?”; “e quem tem terras dentro da reserva do governo, como ficam?”; “eu conheço lugar com pinturas que ninguém viu”. A preocupação maior das comunidades foi com a questão fundiária. A escolha da área para a criação de unidade de conservação onde não houvesse ninguém morando foi o que mais suscitou debates.

O trabalho para delimitação e nomeação da área para a criação da unidade de conservação foi realizado com o público presente. Formou-se 6 grupos de trabalho. Cada grupo recebeu um mapa cartográfico (IBGE, FI.20) do município, indicando a localização dos rios, lagos, serras, estradas, comunidades e a área sugerida para a criação de unidade de conservação delineada. Uma folha de papel transparente colocado em cima do mapa devia receber a proposta de delimitação de cada grupo. Os grupos receberam também os

textos explicativos sobre cada categoria de manejo e o que se permitia ou não nessas categorias. Cada grupo foi acompanhado por um pesquisador que teve como função dar assessoria ao grupo.

Cada grupo propôs sua categoria de manejo e sua delimitação da área a ser criada. As proposições foram apresentadas em plenária e em conjunto se definiu a unidade de conservação a ser criada. As categorias de manejo mais sugeridas foram as de uso sustentável. Para dois dos grupos formados toda a área deveria ser de uso sustentável, e as categorias propostas foram Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) para um grupo e Área de Proteção Ambiental (APA) para o outro.

O argumento utilizado pelos grupos foi de que “se tem gente vivendo então não pode proibir nem retirar as pessoas”, demonstrando que embora tenham sido a favor da criação de unidade de conservação no município, esta não deveria impedir a manutenção de suas vidas, ou trazer modificações em seus territórios. As categorias de manejo propostas não viabilizam a retirada de moradores da unidade.

Os outros quatro grupos formados propuseram a criação de duas categorias de manejo na área total. Os grupos sugeriram a criação de uma unidade de Proteção Integral da categoria parque e a outra de uso sustentável. As categorias de manejo de uso sustentável foram a RDS para um dos grupos e ou outros três sugeriram uma APA. Para os grupos, a criação de um parque nas serras “onde não vive ninguém iria gerar benefícios e atrair mais visitantes para a cidade”. E a APA seria para “proteger o que sobrou e onde já tem gente”. Essa interpretação dos grupos favoreceu a proposta do estado, que defendeu a criação de um parque para o município. Na consolidação do mapa final, as categorias propostas foram decididas por consenso. A plenária aprovou o mapa final, criando um Parque, desenhado onde não havia nenhum morador e uma APA, que abrangia o restante da área (Figura 24).

A nomeação das áreas também foi proposta pelos grupos. E o nome final decidido por votação da maioria. Para o Parque Estadual foram sugeridos os nomes de: Monte Alegre, Pinta Cuia, Gurupatuba, Paytuna e Parque de Preservação das Civilizações, sendo escolhido por unanimidade: Parque Estadual Monte Alegre. Os nomes sugeridos para o Parque tinham como viés as atrações arqueológicas e geológicas, mas prevaleceu o nome do município com a justificativa de que traria mais reconhecimento e visibilidade ao município. Para a APA, os nomes sugeridos foram: Urixiacá, Pinta Cuia, Paytuna, Gurupatuba, Terra da Luz e Maicuru, sendo escolhido o nome de Área de Proteção Ambiental Paytuna, por decisão geral com o argumento de que a comunidade Paytuna deveria ser valorizada por ser uma comunidade muito antiga.

Vale destacar que não surgiu nenhuma proposta para criação de, por exemplo, uma Resex. Essa decisão provavelmente deve-se a expansão da “idéia” de criação de RDS na

Amazônia. A RDS Mamirauá como nova concepção de conservar biodiversidade bem sucedida na Amazônia, era tema que se discutia principalmente nas comunidades de várzea e no âmbito das colônias de pescadores. O argumento era de que esta categoria “trazia mais benefícios” para as comunidades. O outro motivo talvez esteja relacionado a identidade dos moradores em relação ao uso de recursos.

A maior parte dos comunitários presentes no Seminário tinha como principal atividade a agricultura e a pesca, enquanto que as Resex estavam associadas aos seringueiros. O método utilizado para definir a unidade de conservação a ser criada e qual categoria foi envolvente. Cada grupo formado recebeu material para trabalhar e teve assessoria de um pesquisador. Mas será foi dado, aos participantes, tempo suficiente para assimilar a idéia? É claro que a formação dos grupos foi aleatória, mas as diferenças culturais e perspectivas entre eles eram grandes, sem contar que as prioridades de cada um dos atores eram distintas. Além da influência dos pesquisadores que de certa forma ao auxiliar o grupo com alguma explicação poderiam passar sua opinião sobre a categoria de manejo a ser estabelecida.

Embora a proposta de criação de uma unidade de conservação de proteção integral tenha surgido, esta foi debatida durante a apresentação dos grupos, ficando claro que se fosse criar uma área de proteção integral esta deveria ser onde “não havia ninguém morando”. Sabia-se das expulsões ocorridas em Santarém, na ocasião da criação da Floresta Nacional do Tapajós. Mas a proposta pode ter ganhado adeptos na apresentação do técnico da Sectam e da Prefeitura que supervalorizaram a categoria de manejo gerando muitas expectativas para os participantes. Expectativas essas, sobretudo na geração de emprego, por ser essa categoria a que mais atrai visitação pública e ecoturistas, sendo, portanto, de interesse para investimentos do Proecotur.

Esse exercício permitiu a participação efetiva dos principais atores afetados no processo de criação das unidades de conservação, porém o real significado dessa participação deve ainda ser mais bem avaliado. Está claro que não houve uma automobilização, o que é o desejável. Mas também não se pode afirmar que foi um processo totalmente de “cima para baixo”. O que se pode avaliar é que abriu “janelas” para novas perspectivas de ação comunitária. O seminário mobilizou a cidade e as comunidades que iriam ser afetadas pela criação da unidade de conservação proposta pelo estado. Nesse processo de discussão e de tomada de decisão, os participantes mapearam as áreas a serem criadas, delimitando-as e nomeando-as.

Isso provavelmente despertou novas expectativas para esses atores, visando ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida pela repartição justa e equitativa dos benefícios advindos dessa ação coletiva e política. É claro que motivou o poder público local e gerou perspectivas a outros atores locais, principalmente os que possuíam hotéis e

contatos externos para atrair turistas e outros investimentos. Para os pesquisadores que vivenciaram o processo, a participação de populações locais foi valorizada a partir do momento em que se envolveram nos debates e lançaram suas propostas.



Figura 24 - Seminário para criação das unidades de conservação em Monte Alegre. (acervo pessoal)

## 10.2 ATORES INSTITUCIONAIS E ATORES LOCAIS

Processos, envolvendo múltiplos atores sociais, são construídos com base em modelos disponíveis de pesquisas participativas, permitindo a ampliação do espectro de representantes e a atribuição de responsabilidades nas tomadas de decisão. Os grupos comunitários, as organizações sociais, o setor privado, as universidades e os governos passam a ser incluídos nesses processos. Por meio das parcerias assim formadas, prioridades sociais, de pesquisa e questões de manejo podem ser abordadas de uma maneira mais cooperativa e transparente. Os atores institucionais envolvidos no planejamento do Pema não foram muitos diferentes desde a sua criação.

Considere aqui as entrevistas realizadas desde o período da criação do Pema e às realizadas durante a execução desta tese. Entrevistei organizações locais, prefeitura, moradores da cidade de Monte Alegre e órgãos gestores. A prefeitura municipal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Colônia de Pesca que no período de criação do Pema se envolveram diretamente e afastaram-se durante o decorrer da elaboração do plano de manejo. Outros grupos aproximaram-se como a associação dos motos boys, comerciantes e proprietários de hotéis e pessoas físicas interessadas na demanda turística por vir.

### *O sindicato dos trabalhadores rurais*

Para o STR, a criação da unidade poderia favorecer a muitos moradores do município desde que de fato estes estivessem integrados aos programas da prefeitura, o que geralmente não ocorria. Para eles, a criação da unidade de conservação poderia contribuir com a redução das queimadas e talvez com a criação de novos mercados para escoamento da produção, visto que as estradas de acesso ao município poderiam ser mantidas. A discussão das questões ambientais no STR é recente, materializou-se com as parcerias surgidas com ONGs externas que trouxeram o projeto da Casa Familiar Rural para atender aos agricultores da várzea. A criação das unidades de conservação estava atendendo também a conceitos como o desenvolvimento sustentável, que no entender da diretoria do Sindicato:

“é a promoção do desenvolvimento do homem com o meio em que ele vive, de onde tira sua sobrevivência, de modo que ele se sinta bem sem destruir o meio ambiente- melhora a qualidade de vida sem destruir o meio ambiente- é o inverso dos grandes projetos que vem para Amazônia, que levam e sucateiam, sustentável é o que se usa e não faltar, que daqui a 10 anos possa manter seu padrão de vida real”.

Uma das preocupações levantadas pela diretora do Sindicato referiu-se a situação das comunidades mais diretamente próximas ao Pema. Para eles, essas comunidades teriam mais a perder do que ganhar porque a vocação do município é agrícola e “onde eles irão plantar?” Uma das maneiras para amenizar o desemprego, segundo o STR, seria a realização de ações nas comunidades levando a geração de trabalho a partir do parque. Perguntado como, não souberam explicar.

Ao longo dos procedimentos para a elaboração do plano de manejo do Pema não houve nenhuma aproximação do STR junto aos moradores do entorno ou em participação nas oficinas realizadas na cidade de Monte Alegre ou em Belém. Segundo seu dirigente atual, quando convidado, ele informou que preocupação do sindicato no momento era quanto “a invasão da soja do município” e a elaboração do Plano Diretor Municipal, além do que estava no momento sem pessoal para acompanhar “esses trabalhos”. Afirmou que não conhecia a região, mas estava atento aos noticiários.

#### *Colônia de pesca Z-11*

Durante o Seminário para a criação da unidade de conservação, representantes da colônia apoiaram a criação do Pema e da APA. Para eles, a chegada das unidades de conservação poderia melhorar não só a pesca, mas também a sua “forma de renda e de vida”. Para os pescadores, o parque não diz muito, “lá não tem lagos ou igarapés, mas pode ajudar aos moradores mais perto”. Essa ajuda, segundo os pescadores, deveria chegar conforme foi falado na reunião com “geração de emprego e renda”. A colônia de pesca Z-11 atua também com a prestação de serviços aos seus associados. Dentre os serviços está o cadastramento de pescadores que terão acesso ao seguro-desemprego durante o período do defeso. Muitos moradores das comunidades de Santana, Paytuna e Lages, são pescadores cadastrados na Z-11 e dependem dos serviços prestados por essa organização.

#### *O Plano Diretor do Município e o Parque*

Para a prefeitura do município, com o Pema, a “chegada de recursos para o desenvolvimento da indústria do turismo na cidade e no município é fato”. Segundo o Secretário de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, isso se concretizará com o plano de manejo, pois trará visibilidade ao município e incentivos econômicos com o incremento do turismo como expresso em sua fala ao afirmar:

“hoje, infelizmente o acesso ao Pema está totalmente desregulado, descontrolado, não temos nenhum controle sobre os acessos [...] é o plano de manejo com certeza e estamos aguardando, assim, com otimismo que ele possa atender as demandas que estão escondidas e a gente possa dizer: olha o município está organizado nesse aspecto, agora vamos trabalhar outra parte que é os setores que estão atrelados a hotelaria, o taxista, o restaurante, o plano de manejo vai trazer dividendos ao município”. Francisco Lima, secretário municipal de agricultura, turismo e meio ambiente. Entrevista em 06/03/2006

O interesse pelo Parque Estadual Monte Alegre por parte da prefeitura se amplia a partir da obrigação de implantar o Plano Diretor do Município<sup>36</sup> (PDM), até outubro de 2006.

A prefeitura de Monte Alegre organizou a partir de maio de 2006 diversas audiências e reuniões nos bairros da cidade e nas comunidades do interior para pautar junto aos moradores as propostas a serem transformadas em lei para o ordenamento do município. A idéia central de PDM era definir as bases para o crescimento de forma mais justa para as cidades. Durante as reuniões com os representantes das comunidades convidados especificamente para o evento, PDM foi apresentado. Os objetivos desses eventos foram: mapear os principais problemas das comunidades, discutir e definir ações de desenvolvimento para o município sem agredir o meio ambiente e elaborar propostas para o município.

Os líderes presentes na primeira reunião deveriam retornar as suas comunidades apresentar as propostas sugeridas na reunião e, *a posteriori*, apresentá-las em uma conferência municipal. Durante a conferência municipal, as propostas de todas as comunidades, associações de bairros e da sociedade civil do município seriam rediscutidas por categorias de ação. O resultado da conferência seria apresentado a Câmara dos Vereadores do município e se aprovada transformada em Lei Municipal, norteadora das futuras decisões para o município.

Na região onde está localizado o Pema, as comunidades do entorno foram convocadas para as audiências em períodos diferentes. As comunidades de Ererê, Maxirá e Maxirzinho foram inseridas no grupo das comunidades dos colonios e as comunidades de Lages, Paytuna e Santana no grupo das comunidades da beira. A audiência em que as comunidades de Maxirá e Ererê participaram foi realizada na CANP. Nessa audiência, os técnicos da prefeitura fizeram uma explanação sobre as características geográficas, econômicas e sociais do município. A região onde o Pema está situado foi destacada pela existência das serras e pinturas rupestres e, portanto, com potencial turístico e cultural para o município, sem, no entanto citar a existência da unidade de conservação.

---

<sup>36</sup> Pelo Decreto Federal nº. 914 de 06/09/1993 - Todos os municípios com mais de 20.000 habitantes deveriam elaborar seus PDM com a participação dos moradores. O modelo foi proposto pelo governo federal e representantes dos municípios receberam capacitação e farto material de divulgação para promover as audiências.

Os conflitos por terras e a ausência de posto de saúde, escolas e outros aspectos da infra-estrutura nas comunidades foram os problemas e as necessidades citados, nessa reunião. A questão ambiental foi destacada pelas denúncias de existência e manutenção de caça com cachorros em diversas áreas próximas as comunidades. A pesca com malhadeira de mica, inapropriada, também foi citada como problema ambiental.

Na audiência, em que os representantes das comunidades de Lages, Paytuna estiveram presentes, foram apontados como potencialidades a pesca, o turismo, a agricultura alternativa e a piscicultura. Os principais conflitos ambientais foram caracterizados pela pesca predatória, queimadas, extração da madeira, caça com cachorro e criação de pequenos animais soltos e sem controle; e em nenhuma das audiências houve qualquer alusão a existência de áreas protegidas tanto por parte das comunidades como da Prefeitura. O poder público local e os moradores das comunidades do entorno trataram de maneira separada as competências públicas, ou seja, o Pema não foi visualizado. A região foi considerada com um território do município e nesta discussão como uma área com possibilidades de favorecer aos seus interesses.

A Assembléia Geral para consolidação do PDM foi realizada na cidade de Monte Alegre e reuniu os delegados representantes das regiões municipais. A questão do Pema, como unidade de conservação ganhou destaque na discussão. Uma das sugestões levantadas e aclamado em plenária pela maioria dos delegados presentes foi o reconhecimento e a inclusão da unidade de conservação como território do município.

Dois capítulos da Lei municipal nº. 4.664 de 6/10/2006, que dispõe sobre o PDM, contemplam a questão das unidades de conservação do município. No Capítulo I que trata das políticas do desenvolvimento municipal, o Art. 11 inciso IV da proteção ao meio ambiente que trata das diretrizes para promover o turismo, Art.34, VII: pactuação com o governo do Estado para a municipalização da gestão do Parque Estadual Monte Alegre e da Área de Proteção Ambiental (APA) Paytuna.

Quanto às demais unidades de conservação que existem no município, é no Capítulo II Seção I Da Política Ambiental, subseção II Art.44 que o Município manifesta sua inclusão na questão ambiental. Nesse Artigo vislumbra-se “buscará se articular com os órgãos ou entidades federais e estaduais responsáveis pelas unidades de conservação, objetivando o envolvimento na gestão das unidades de conservação localizadas em seu território” (LEI nº. 4.664 de 6/10/2006).

#### *Os moradores da cidade*

Durante a elaboração do plano de manejo foram realizadas duas reuniões com os moradores da cidade de Monte Alegre. As reuniões foram organizadas pelos pesquisadores

responsáveis pelo estudo de uso público do Pema e tiveram apoio das Associações dos moradores dos bairros, alguns empresários da cidade e conservacionistas.

Quando se divulgou na cidade que seria elaborado o plano de manejo para a unidade de conservação, houve algumas manifestações expressas no site do município ([www.montealegre.oi.pa.com.br](http://www.montealegre.oi.pa.com.br), acesso em novembro de 2005), alertando aos leitores para o que iria significar a realização “desse empreendimento que despertava curiosidade e apreensão na cidade”. Essa notícia não gerou repercussões negativas, mas aproximou da equipe de pesquisadores pessoas interessadas no encaminhamento que iria ocorrer.

O processo de “envolver a coletividade” tem início com a identificação dos múltiplos atores envolvidos que estão interessados, ou deveriam mostrar-se substancialmente interessados na elaboração do plano de manejo, com base na percepção da intensidade que esta ação poderá influenciá-los ou influenciar a satisfação dos interesses que eles representam. Foram identificadas diferentes categorias de interesses dos moradores da cidade para com a “oficialização” do parque, tendo como destaque: os que se auto-intitulam como conservacionistas, que apóiam a elaboração do plano de manejo por entender a necessidade de se regulamentar as visitas a unidade e com isso garantir a proteção do Pema.

Nesse grupo de pessoas estão os que realizam caminhadas ecológicas para a área, tanto com turistas externos quanto com os moradores da cidade interessados em conhecer “as pinturas”. Estão também os moradores que acompanharam pesquisadores como Ana Roosevelt e do GEP, nos estudos realizados nos anos 1990. Esses moradores são reconhecidos e indicados na cidade aos turistas e interessados em visitar o Parque como os guias e os que detêm conhecimento da área. Os que possuem titulação de terras nas proximidades da região do Pema; os moradores que desejam ampliar negócios com a demanda turística e são os donos de hotéis e pousadas da cidade. Os que vêem na implantação do Pema novas oportunidades de negócios, como comerciantes e representantes da Associação de moto-boys da cidade, os professores e os aposentados.

As duas reuniões ocorreram também nos meses de agosto e setembro em paralelo com os encontros dos moradores do entorno. A convocação foi realizada pela rádio local e as associações, representações da cidade. A primeira reunião tratou de informar sobre o que significava um plano de manejo, os conceitos e gestão de unidades de conservação e obter dos participantes sua percepção sobre a unidade. A segunda reunião tratou mais especificamente do plano de manejo e sobre a visita ao Pema (Figura 25).

Apesar do entusiasmo inicial, demonstrado pelos moradores da cidade com relação ao processo de envolvimento na elaboração do plano de manejo, a presença nos encontros foi baixíssima. Nesse contexto, a falta de engajamento pode ser atribuída a diversos fatores:

- muitos moradores da cidade não se dispuseram a sair para a reunião, que foi realizada na cidade alta, após o expediente de trabalho;
- as diferenças sociais existente na cidade pode ter isolado muitos dos interessados em participar;
- a questão ambiental não atraiu os moradores da cidade.



Figura 25 - Encontro com os moradores da cidade que discutiu o plano de manejo.

As seguintes questões foram elaboradas e aplicadas aos participantes:

Fase 1 – Plano de Manejo do Parque Estadual de Monte Alegre: em sua opinião qual utilidade de um Plano para o Parque de Monte Alegre? Nesse estudo, o que não pode faltar? Você gostaria de fazer parte desse estudo, ou trabalho de campo? Por quê? Como você poderia ser útil? Qual a sua expectativa com o resultado da pesquisa? Você acha que a abertura do parque irá trazer desenvolvimento (crescimento) do turismo para Monte Alegre?

Fase 2 – Implementação do Parque de Monte Alegre. Quando o parque estiver aberto à visitação: você acha que deve ser cobrada taxa de visitação e/ ou manutenção? Você espera que tenham guias para conduzi-los sua visita? Quem deve gerenciar o parque? Antes de começar a visitação as pessoas precisam ser esclarecidas sobre como devem se comportar durante a estada no Parque, você se importaria de assistir um vídeo explicativo com as devidas orientações? Se SIM, qual seu opinião? Que serviços você gostaria de encontrar no parque? Você acha necessário que os visitantes sejam revistados ao entrarem ou saírem do Parque? Como você gostaria de ser recebido no Parque? Para que sua visita receba nota 10, o que não pode faltar? Como você gostaria de ser transportado até o Parque? Você gostaria de praticar algum esporte no Parque?

Em um primeiro momento da reunião foi aberta para que os participantes citassem o que conhecem e o que lhes chama atenção na unidade. Das 34 pessoas que participaram da reunião, 25 deles já tinham ouvido falar da existência do parque no município, os demais desconheciam a existência do Pema. Quando perguntados se já haviam visitado o parque e o que lhes atraiu a região: 23 responderam que já haviam visitado o Pema e os motivos foram ver de perto as pinturas rupestres, as formações geológicas e a vista panorâmica do alto das serras.

Os que não tinham ido ao Pema alegaram que a dificuldade de acesso a região, falta de dinheiro para alugar uma “Toyota” na cidade e não ter ninguém para explicar ou dar informação sobre as pinturas. Muitos dos participantes nessa reunião criticaram a prefeitura municipal por não proteger a região e não citaram a Sectam ou Paratur como responsáveis pela unidade. Houve também críticas aos moradores do entorno que foram acusados de destruírem o local com práticas de caça e instalação de pastos dentro do Pema. A questão da educação ao visitante foi citada como importante e que esta deve ocorrer em todos os níveis. O exemplo citado para fortalecer esta opinião é que irá impedir a destruição das pinturas rupestres, pois segundo um dos participantes “até o secretário do governo queria rabiscar seu nome nas pinturas, quando foi conhecer o Pema”.

Sobre o plano de manejo e sua utilidade para o Pema as respostas, envolvendo turismo, predominaram “será essencial para desenvolver o turismo na cidade”. Para outros, “irá gerar informações sobre como será utilizado o parque” e a proteção “das plantas e dos

bichos estaria garantida”. Para mais de 60% dos participantes, a elaboração do plano de manejo depende de “suporte científico” porque para eles “no manejo do parque a ciência é importante, porque o visitante vai lá e toma uma aula de Amazônia, os animais, as florestas, as ambigüidades existentes”. No entanto, quando questionados como poderia colaborar com a pesquisa 90% se recusou, alegando falta de tempo para tal exercício. A expectativa com os resultados da pesquisa e que esta seria a responsável “por tudo, vai dizer tudo o que deve ser feito no parque”, questões relacionadas ao “progresso imediato do município” e ações junto aos moradores do entorno quando afirmaram que:

“a pesquisa deveria conscientizar aos moradores da redondeza do parque, haja vista que eles não conhecem o valor que existe naquele local, tanto para ciência como para o turismo comercial”

Essa postura dos moradores da cidade reforça a crença de que por meio da ciência as soluções serão encontradas. E que no caso de Monte Alegre, para alguns moradores da cidade as soluções seriam trazidas por pessoas de fora, tendem a valorizar os elementos que eles consideram mais importantes em detrimento de outros. Para 100% dos que responderam ao questionário, a consolidação do Pema irá trazer desenvolvimento e crescimento para o município, para muitos deles “o potencial aqui é turístico”.

Na segunda reunião realizada com o grupo, que tratou da implementação do plano de manejo, 100% foi favorável a cobrança de ingresso ao parque. Para eles: “quem paga quer cobrar”, por isso, os recursos obtidos deveriam ser direcionados para a manutenção do Pema e se este for administrado por órgão público se deve conscientizar quem entra no parque. Também foi unânime a presença de guia ou condutor dentro da unidade. O gerenciamento da unidade, apenas para 10% dos participantes deveria ser de responsabilidade do Estado, com uma representação no município. Os demais apontaram que “uma pessoa de responsabilidade, para outros moradores locais que conhecem a região ou uma ONG regional”, 20% não souberam responder. Nenhum dos participantes apontou diretamente a Sectam como gestora da unidade. O desconhecimento ou a vontade de que o gerenciamento da unidade seja exclusivamente municipal podem ter conduzido as respostas dadas.

O transporte indicado para circular na unidade de conservação para 100% foi o veículo com tração, e a segurança foi o motivo para esta escolha. A presença de guias turísticos e serviços também foram apontados como essencial para que o Pema seja visitado. Apenas 20% indicaram que as residências de alguns moradores deveriam ser transformadas em pousadas, restaurantes ou lanchonetes o que permitiria que “os moradores não fiquem apenas vendo os dólares passarem e não terem nenhum benefício com isso”.

O desconhecimento das regras de manejo e da área levou a alguns dos participantes a propor atividades esportivas como a pesca para dentro do Pema. Para outros, a visitação e a contemplação em si já é o esporte a ser desenvolvido na unidade. Para outros, o parque deveria oferecer atrativos que não existem na cidade como a prática de futebol, ping pong e boliche.

### *A Sectam*

Segundo Diegues (2000), a falta de financiamento, pessoal técnico, fiscalização adequada, são as causas atribuídas ao fracasso das instituições gestoras para a conservação ambiental. Soares et al (2002) também apontam a ausência de pessoal técnico como uma das dificuldades para os gestores de áreas protegidas. Costa (2006), em recente estudo, avaliou a efetividade do manejo de duas unidades de conservação de proteção integral no Pará. Nesse estudo, o autor aponta que o grau de insatisfação para o manejo da unidade é alto e a ausência do Estado é crítica para a conservação da biodiversidade local.

Em entrevista realizada com a diretora de Unidades de Conservação, Ivelise Fiock, sobre a questão ambiental no Pará e com a elaboração do plano de manejo para o Pema, esta se mostrou reticente quanto à estrutura reduzida, existente na ocasião, na Sectam. A ausência de pessoal, infra-estrutura e equipe técnica foram as dificuldades apontadas para que a Sectam elabore os planos de manejo das unidades de conservação existentes no estado. Quanto à questão da retirada do Proecotur da Sectam, segundo Ivelise, a mudança embora desnecessária, seria realizada em uma “parceria dentro do possível” com a Paratur.

A participação das populações do entorno na gestão da unidade de conservação é vista como “viável, porém nas categorias de manejo pertinentes como, por exemplo, as RDS”. As questões das populações nas unidades de conservação de proteção integral estão, segundo Ivelise, ditadas pelo Snuc. Para a diretora, a Sectam não deve ter uma postura autoritária, a conciliação entre conservação da biodiversidade e presença humana deve ser pensada.

A implementação de uma unidade de conservação está diretamente ligada à instalação de infra-estrutura para o seu funcionamento. O que segundo Ivelise “já funcionaria como uma barreira para a proteção do ecossistema, afinal a unidade não foi criada à toa”. Os benefícios de uma unidade para com a população do entorno, para a representante da Sectam estão nos “serviços como, por exemplo, guias na unidade de conservação”. A concepção é de que com isso haverá maior integração e consciência dos moradores da comunidade para com a proteção do local.

O posicionamento de técnicos da Sectam, durante a oficina de planejamento, foi limitado. Os técnicos participaram da discussão fundiária e sugeriram que a implementação do Pema deva ser custeada com recursos da compensação ambiental. Informaram que seriam em um futuro próximo deslocadas para a região do Pema dois técnicos que iriam assumir a chefia da unidade de conservação. Confirmaram também que com a reestruturação da Sectam as buscas por soluções para as questões fundiárias estavam sendo encaminhadas em conjunto com o Iterpa. Não contribuíram com as propostas de manejo para o Pema. Para eles, o importante seria o trabalho final que teria que passar pela aprovação do órgão. Passados nove meses desde a conclusão do plano de manejo do Parque Estadual Monte Alegre, a Sectam ainda não havia realizado a avaliação do documento.

#### *A Paratur*

A Empresa Paraense de Turismo se insere no processo a partir da elaboração do plano de manejo. Segundo a técnica responsável pelo acompanhamento dos estudos, Rita Moreira, a Paratur estava preparada para participar das discussões sobre uso público da unidade, embora não participasse diretamente das pesquisas. A questão é meramente burocrática e política. Cabe a Paratur gerenciar as obras de infra-estrutura dos na fase de pré-investimentos dos pólos componentes do programa.

No caso do pólo Tapajós este, segundo a Paratur, possui um apelo muito grande para o desenvolvimento do turismo ecológico e de pesca desportiva. Também, possui um potencial bastante forte para atrair cruzeiros fluviais. Para o município de Monte Alegre, além do apoio para a criação das unidades de conservação e elaboração do plano de manejo, foi doado um bote de alumínio para percorrer a unidade de conservação.

### 10.3 O PLANO DE MANEJO

A atuação dos governos, como acontece no Brasil, e no Estado do Pará não foi diferente: tem promovido a criação das unidades de conservação, mas não tem somado esforços, para o gerenciamento dessas unidades. É a ausência dos planejamentos e as suas implementações que tem caracterizado as unidades de conservação do Brasil como “*ficções jurídicas*” e “*parques de papel*” (BRITO, 2000; MORSELLO, 2001), na situação atual da maioria dos Parques no Pará. A elaboração do plano de manejo do Parque Estadual Monte Alegre só ocorreu após cinco anos da criação da unidade de conservação, ou seja, o tempo máximo permitido por lei.

No estado do Pará, o comando institucional para a formulação do plano de manejo para o Pema passou por um processo político diferenciado no que tange as responsabilidades institucionais. A Sectam era a instituição responsável pelas questões ambientais no estado do Pará. Entre as suas atribuições estava o gerenciamento e administração das unidades de conservação como na maioria dos estados da federação.

No entanto, com a mudança de governo do estado a partir de 2002, o Proecotur passou a ser gerenciado pela Companhia Paraense de Turismo (Paratur)<sup>37</sup>. A partir de então, a elaboração do plano de manejo das unidades de conservação criadas com o apoio do Proecotur passou a ser gerenciados pela Paratur.

O Proecotur era um programa avaliado pelo MMA, então para que esta nova configuração fosse aceita, o MMA exigiu a assinatura de um termo de cooperação técnica entre a Sectam e a Paratur. Com isso, o MMA salvaguarda a questão ambiental, sendo tratada pelo órgão competente, nesse caso, a Sectam.

Nesse termo, a Sectam atuaria como participante da elaboração do plano de manejo e continuaria responsável pela administração da unidade de conservação (Ana Diniz, diretora da Paratur, comunicação pessoal). Assim, a Sectam passou a ser subordinada a Secretaria de Produção do Estado e a Paratur assumiu o comando do processo. Essa mudança política gerou entre os órgãos institucionais do governo diferenças e discordâncias que iriam se confrontar no processo final de implementação e de aprovação do plano de manejo do Pema.

Os Estados que não possuíam seus sistemas de áreas protegidas estabelecidos, como no caso do Estado do Pará, deviam seguir as normas da União para a elaboração e implementação dos planos de manejo em suas unidades de conservação. Plano de manejo é definido pelo Snuc (Cap.I, Art.2°) como “documento técnico, que de acordo com os objetivos da unidade de conservação se estabelece o zoneamento, as normas para uso da área e o manejo dos recursos naturais”.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no artigo 5º, que versa sobre as suas diretrizes, estabelece nos incisos II, III e V, a necessidade do envolvimento das comunidades locais. No último inciso, pode-se ler que o Snuc se rege por diretrizes que “incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional” (SNUC, 2000, p.13).

Os planos de manejo de uma unidade de conservação de proteção integral objetivam orientar o desenvolvimento e o ordenamento desta, assegurando a manutenção dos recursos naturais em seu estado original para o correto usufruto das gerações atuais e futuras. Os princípios metodológicos que conduzem a filosofia dos trabalhos de conservação

---

<sup>37</sup>A Companhia Paraense de Turismo (Paratur) é uma empresa de economia mista da administração indireta do Governo do Estado do Pará, vinculada à Secretaria Especial de Produção.

dos recursos naturais, *in loco*, e as bases conceituais que os norteiam estão delineados no Roteiro Metodológico de Planejamento voltado para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas (IBAMA, 2000).

Esse documento estabelece o ordenamento sistematizado, os princípios de planejamento e de gerenciamento dessas unidades de conservação. No contexto contemporâneo, a elaboração e a implementação de planos de manejo que permitam garantir o gerenciamento das unidades de conservação, contempla o envolvimento e a participação de diferentes atores e disciplinas.

O Museu Goeldi foi a instituição responsável pela elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual Monte Alegre, por meio do Convênio nº. 021/2005 celebrado entre a Paratur, o MPEG e a Fundação para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA). Para tal, foi reunida uma equipe interdisciplinar com pesquisadores internos e de outras instituições de pesquisa da Amazônia. Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e a Universidade Federal do Pará (Ufpa) contribuíram com os estudos de manejo e geologia e turismo, respectivamente. Técnicos da ONG Peabiru ficaram responsáveis pela pesquisa de uso público.

A elaboração do plano de manejo do Pema envolveu instituições de pesquisas, sociedade civil, órgãos públicos, ONGs e a população local em um processo de dez meses de duração. A elaboração do Plano contou com cinco fases:

(1) da pesquisa de conhecimento do ponto de vista abiótico, biótico e social, realizada por expertos em diferentes linhas do conhecimento;

(2) de envolvimento dos atores locais e aqui representados pelas populações locais, e moradores da cidade;

(3) de conjunção dos resultados, representadas pela oficina de planejamento da uc;

(4) de divulgação do plano de manejo; e

(5) de aprovação pelos órgãos competentes para implantação do plano de manejo. A última fase ainda está em andamento. A Sectam ainda não fez a avaliação do plano de manejo.

O principal norteamento para elaboração deste plano de manejo, além das explícitas no Roteiro Metodológico foi a participação dos atores locais. Foi consenso, entre os pesquisadores, o envolvimento dos moradores do entorno da unidade e da cidade, além de outros grupos de interesse locais como a prefeitura municipal e outras associações. Como já está determinado no SNUC, à formulação dos planos de manejo, elaborados com a participação das populações locais e envolvendo diferentes outros atores como as instituições gestoras, instituições de pesquisa e órgãos públicos podem ter mais chances de serem implantados.

Segundo Gadgil e Guha (1992), Ghimire (1993), Bensusan (2006), as comunidades locais podem desempenhar papéis importantes na proteção do ambiente, se forem devidamente incluídas nos processos de decisão e de atuação. Diegues (2000) afirma que muito dos conflitos entre conhecimento tradicional e conhecimento científico sobre uso de espaços e recursos naturais em unidades de conservação ainda não foram solucionados devido à importação de modelos inadequados a nossa realidade.

Uma das diretrizes que devem orientar a administração de áreas naturais protegidas é a garantia de que, no momento de se tomar decisões importantes sobre as unidades de conservação comunidades envolvidas sejam ouvidas pelos gestores (PIMBERT e PRETTY, 2000). Para Pearse e Stiefel (1979 apud PIMBERT e PRETTY, 2000), o desenho e o manejo de unidades de conservação devem estar embasados também em formas de participação interativa e espontânea, pois permite dar visibilidade a grupos até então excluídos do processo.

#### *Reuniões com pesquisadores e gestores*

Os trabalhos foram iniciados em fevereiro de 2006, quando um primeiro encontro entre os pesquisadores, Paratur e Fidesa foi realizado. A Sectam não enviou representante para a primeira reunião que teve como objetivos o balizamento de informações existentes sobre a região, a formatação do calendário de atividades e a definição do método de pesquisa a ser adotado. Foram realizadas duas viagens para a região com a equipe de pesquisa das coletas de informações bióticas e abióticas. A primeira viagem nos meses de abril e maio; e a segunda nos meses de agosto e setembro de 2006.

Na primeira expedição de campo, as coletas de dados foram concentradas nas áreas do Pema consideradas mais vulneráveis, como as proximidades dos sítios arqueológicos e das cavernas. Essa decisão foi tomada em virtude da existência de muitas informações sobre esses espaços. Na medida em que se avançaram os levantamentos e os inventários, as demais áreas da unidade de conservação foram sendo objetos de investigação.

Após esta primeira expedição uma nova reunião foi realizada. Esta ocorreu no mês de agosto, antecedendo a segunda viagem a campo. Novamente os pesquisadores, a Paratur e a Fidesa se encontram e a Sectam envia seu representante. Foram apresentados nessa reunião os primeiros resultados obtidos com a pesquisa de campo, organizado o calendário da próxima expedição e as atividades a serem realizadas. Entre essas atividades, a realização de um encontro na cidade para divulgação do plano de manejo e a formação do Conselho Consultivo para o Pema.

Foi sugerida pela pesquisadora do uso público que haveria a necessidade de se realizar uma reunião na cidade. Ela destaca que:

“as pessoas com as quais contactou nas cidades de Monte Alegre e Santarém desconhecem o trabalho que está sendo realizado no Parque e, por conta disso, entendem ser necessário uma reunião na cidade com este propósito. Pelo fato de desconhecerem o trabalho que está sendo realizado, as pessoas de Monte Alegre e Santarém têm expectativas totalmente diversas do que de fato um Parque, enquanto uma unidade de conservação de proteção integral pode oferecer a sociedade. Também, sentiu que o envolvimento do poder público nesse contexto é muito pequeno”. Natasha Gabriel (Turismóloga).

Essa proposta foi ratificada com a exposição de fotos e artigos de jornais que alertavam para a perda do patrimônio, causado pelas pessoas que visitam o Parque. Para o representante da Sectam: “as depredações começaram a ocorrer pelo fato das pessoas desconhecerem o que de fato o parque representa, pois há dez anos quando visitou Monte Alegre, não havia problemas dessa natureza” Augusto (técnico ambiental da Sectam). Isso alegado devido a ausência de conhecimento das pessoas que visitam a unidade sobre a sua importância para a conservação de um patrimônio histórico-cultural.

Para a pesquisadora da arqueologia, no entanto, o que leva a destruição das pinturas rupestres é a ausência do estado no município e da ampla divulgação que este alcançou com as descobertas arqueológicas. Em sua contestação ao representante da Sectam, ela destaca:

“a depredação decorre das visitas desordenadas que passaram a ocorrer após os trabalhos de pesquisa publicados pela arqueóloga Ana Roosevelt na revista Science em 1996. Com esta publicação o mundo passou a conhecer as pinturas e outras atrações existentes em Monte Alegre, especialmente nas serras, sítios e cavernas. Este ano foi o marco do início das depredações no Parque, que ocorre especialmente pela falta de atuação (fiscalização) do poder público”. Edithe Pereira (arqueóloga).

Esses momentos durante os encontros entre os pesquisadores e gestores foram importantes para a elaboração do plano de manejo do Pema. Se por um lado reforçou a importância da conservação da área e a necessidade da presença do estado; por outro fortaleceu a participação dos moradores do entorno e da cidade na elaboração do plano de manejo. A mobilização para a instalação do Conselho Consultivo do Pema, envolvendo os moradores locais e da cidade, foi motivada pelos pesquisadores e teve o apoio da Paratur, mas não teve apoio da Sectam.

Em entrevista realizada com a Diretora de Unidades de Conservação da Sectam, Ivelise Fiock, em 2006, esta afirmou que não autorizou a criação do conselho consultivo para o Pema, pois os conselhos “são ações exclusivas da Sectam e dependiam de uma instrução normativa regulamentada pela constituição estadual”.

O conselho consultivo do Pema teve sua criação instituída no decreto de criação da unidade, visto que a constituição estadual não prevê nenhuma atividade desse porte, relacionada à questão ambiental. Desde a criação do parque, em 2001, nenhum

representante da Sectam voltou à região. Alguns moradores da cidade de Monte Alegre e até mesmo a prefeitura realizam atividades de uso público no Pema sem autorização ou quaisquer acompanhamento técnico.

### *Os pesquisadores e as comunidades do entorno*

Durante as expedições de campo, o grupo de pesquisa ficou alojado na comunidade do Ererê, que dispunha de espaço físico e energia elétrica. Somou-se um total de 25 pessoas entre pesquisadores e técnicos, revezando-se ao longo dos períodos de campo. Os moradores do Ererê, Lages e Maxirá participaram diretamente das pesquisas de campo. Eles contribuíram com os pesquisadores, informando sobre a região, especialmente à equipe de arqueologia e uso público para encontrar os sítios arqueológicos. Acompanharam também os pesquisadores na marcação dos transectos e na coleta de fauna e flora. A preparação do material coletado foi acompanhada de perto pelos moradores, principalmente pelos mais jovens.

Nesse período foram realizadas cinco reuniões e dois encontros nas comunidades. As reuniões tiveram como objetivos: estabelecer uma aproximação dos pesquisadores com os moradores; divulgar o que era o “trabalho de campo”; e o que significaria os resultados obtidos com o planejamento do Pema e como seriam utilizados.

No início, alguns pesquisadores do grupo relutaram em se envolver nas reuniões, eles preocupavam-se com a possibilidade do tempo extra, necessário para efetivar as reuniões com as comunidades e para incorporar suas demandas ao projeto de pesquisa. As reuniões eram bem concorridas e despertou muita curiosidade entre os moradores.

Nos primeiros momentos dos encontros havia “certa distância” entre o pesquisador e os moradores, porém na medida em que os resultados eram apresentados e o material coletado exposto, muitos moradores expressavam seu conhecimento sobre determinado animal ou planta. A curiosidade também atraiu moradores para as reuniões: “ver de perto inseto tão perigoso”, comentário do morador do ererê, referindo-se aos ofídios coletados. Outros moradores até desafiaram alguns pesquisadores sobre o conhecimento do comportamento de determinada espécie. Um desses momentos foi a coleta de uma espécie de tatu (*Dasypodidae*) ainda não registrada cientificamente para a região. Perguntados se conheciam o que comia o animal, onde habitava e em que época aparecia, vários moradores descreveram a biologia e o comportamento da espécie:

“Os tatus não costumam invadir as roças pra tirar alimentos. Vão somente onde há plantio de batatas (dos tipos; rainha, doce, amarela) comem a batata e as folhas. As fêmeas estão parindo em janeiro e em maio estão seguindo a mãe, e a mãe já está soltando para o filhote ir pela governaria dele. A fêmea anda com os filhos, sempre, sempre no mês de abril para maio - quando vemos os rastros do tatuzinho com a mãe no coberto. A hora que ele se alimenta é entre 10h até meio-dia ele tá andando, depois vai pro buraco”. (Neco, morador do Ererê).

Para alguns dos pesquisadores que estavam elaborando a pesquisa biológica na região, esse procedimento: “era diferente, novo e, às vezes, difícil, pois para explicar sobre algumas espécies de animais nem é preciso, esse pessoal daqui conhece bem o que tem.” (Darlan, herpetólogo), descrevendo sua apresentação na reunião. (Figuras 26 e 27).

Conflitos surgiram durante essas reuniões, muitos deles ligados à utilização de recursos da região. Para alguns moradores, o objetivo dos pesquisadores era: “levar o nosso ouro”, referindo-se as serras. Para outros, os pesquisadores estavam “levando todos os bichos e as plantas e nós não podemos nem entrar no parque”. Alguns solicitaram a apresentação de uma documentação de autorização para as coletas e atividades de pesquisa de campo.

Essas interpretações culminaram com uma denúncia contra os pesquisadores por parte dos moradores da comunidade do Ererê que foi divulgada na rádio da cidade. A denúncia causou estranhezas nas comunidades e, em algumas, bloqueou a ação dos pesquisadores. A mediação do conflito ocorreu por intermédio de lideranças comunitárias e uma apresentação na rádio sobre o plano de manejo e o papel da pesquisa.

Nas comunidades novas reuniões e encontros foram realizados e apresentou-se a licença de pesquisa emitida pela Sectam para que as coletas de material científico fossem realizadas. Ainda, assim, dúvidas e expectativas quanto a “validade da licença” foram levantadas em algumas reuniões. Esse imbróglio gerou expectativas junto aos moradores do entorno e da cidade e mudanças de atitude entre os moradores das comunidades para com os seus pares que estavam ajudando nas pesquisas.

Uma única ação de fiscalização ocorreu na área. Em 2004, a Sectam acionou o Ibama para realizar a missão de fiscalização na área do parque. Esta ação ocorreu na comunidade do Ererê. Os fiscais do Ibama foram até a casa do seu Arnaldo, presidente da comunidade procurando o responsável pela destruição de exemplares de paricá (*Schizolobium amazonicum*), árvore da qual é retirada a casca para ser vendida no curtume da cidade. Nenhum morador foi denunciado, ou autuado ou multado. Essa ação gerou desconfiança dos moradores para com pesquisadores que estavam na ocasião atuando na região, mas não teve maiores conseqüências. Segundo “Seu” Arnaldo:

“os fiscais do IBAMA foram educados e explicaram que não se podia fazer esse serviço na área do parque e que na próxima ação eles iriam prender os culpados. Eles estavam fazendo o trabalho deles”.

Pesquisas participativas no nível comunitário e o manejo de ecossistemas são processos lentos e podem ser frustrantes para pesquisadores que estão acostumados com um planejamento e com um controle rigoroso dos avanços obtidos em suas pesquisas. Os desafios enfrentados nessa abordagem embora tenham causado certa resistência entre alguns pesquisadores no início, proporcionaram, segundo alguns deles, benefícios pela experiência que vivenciaram, pois passaram a valorizar a pesquisa multidisciplinar e participativa.

Johnson et al (2006) descrevem resultados semelhante em seu projeto de manejo com comunidades indígenas no Canadá. Esses autores sustentam que a abordagem integrada da conservação e do uso sustentável da biodiversidade é capaz de combinar os pontos fortes da pesquisa participativa no nível comunitário e da gestão de ecossistemas, e que resultados positivos podem ser alcançados, mediante um processo de aprendizagem social e investigação transdisciplinar



Figura 26 - Pesquisador de herpetologia apresentando o material coletado à comunidade do Ererê.



Figura 27- Moradores observando os animais coletados.

### 10.3.1 O envolvimento dos moradores do entorno no plano de manejo

Embora muitos moradores das comunidades estudadas tenham estado presentes no evento que propôs a criação das áreas protegidas em 2001, não houve, *a posteriori*, nas comunidades, nenhuma discussão ou manutenção dessa memória entre seus moradores. A informação da existência e criação de uma “reserva”, além de ter gerado muitas expectativas entre os moradores, suscitou o temor pela perda de suas posses de terras, a obrigação de sair do local, ou a perda do direito de usar a mata.

Segundo Angelo-Menezes et. al. (2002), em suas pesquisas sobre o ecoturismo, realizadas com os moradores das comunidades do entorno do Pema, logo após a criação das áreas protegidas, havia desconhecimento, desconfiança e desinformação, em qualquer que fosse o nível educacional do informante. É claro que para os moradores algo estava mudando, mas a dimensão desta mudança e as suas conseqüências eram ainda confusas. Isso gerou conflitos entre os moradores e, em alguns momentos, entre moradores e pesquisadores. Conflitos estes que podem ser resultantes do levantamento iniciado pelo Idesp nos anos 80 e a pesquisa realizada no ano de 2002. Segundo depoimento de moradores do Ererê e Lages:

“apareceu com os sobrevôos há dez anos, anunciaram que seria 30km<sup>2</sup> a área do parque, depois que apareceram vocês (**nós atuais pesquisadores**), aí veio de novo a conversa. Quando a professora Nazaré pagava diária de 9 reais, pessoal da Ufpa, FIT, no início de 2001, fazendo levantamento sobre o parque, perguntando valor dos bens, sem explicar. Pensavam que ia avaliar as terras e o que a gente tinha pra ser tomado e por isso tem muitas dúvidas hoje em dia”. Zoraide, moradora do Ererê e Rosalinda moradora de Lages, explicando porque as pessoas das comunidades ainda temiam a criação do Pema.

Esse depoimento permitiu entender como foram os contatos na década de 1980 entre os técnicos do Idesp e os moradores da região, quando provavelmente avaliaram o quesito “a situação atual” do local para a proposta de criação de unidades de conservação. Já em 2001, a pesquisadora responsável pelo projeto pagava aos moradores o valor de R\$9,00 por entrevista concedida. Cada entrevistado recebia este valor, que equivalia ao pagamento de uma “diária de trabalho” no roçado e assinava um recibo como comprovante.

Essa atitude foi interpretada por alguns comunitários como venda dos terrenos de posse e segundo alguns moradores: “eles assinavam recibo e tudo”. Para os cientistas que fizeram a pesquisa, essa atitude se justificaria pelo fato do morador conceder: “seu tempo de trabalho” para atendê-los em um momento que ele deixaria de “ganhar” seu dia (Wagner Ribeiro, pesquisador, comunicação pessoal).

A pesquisa realizada, em 2001, deixou muitos moradores apreensivos. A questão da “reserva” passou a ser tratada por muitos deles, como “agora tudo vai ser proibido” ou “teve

gente que já vendeu as terras”, referindo-se ao impedimento da utilização de recursos naturais existentes na região do parque e a possível perda de seus locais de moradia.

A informação que chegava aos moradores, sua difusão nas comunidades e entre comunitários tem provocado muito mais dúvidas que soluções ou esclarecimentos sobre a implantação de uma unidade de conservação e nova realidade a ser vivida por eles. Para a maioria dos moradores, a criação do Pema foi uma ameaça real ao seu cotidiano e para outros gerou perspectivas negativas para o futuro. Esse temor ainda persiste entre alguns moradores das comunidades.

Isso foi percebido entre os moradores mais idosos, pois para eles “já não tem mais futuro”; os moradores que não se envolviam com a organização da comunidade e até com os que não vivem nas comunidades, mas mantém algum vínculo de trabalho com moradores locais. Para estes, a implementação do Pema é tida como um malefício, porque o parque “trará atraso na vida dos moradores que perderão seus trabalhos”. Referindo-se aos moradores que eles empregam para retirada de madeira e plantio de pasto dentro da área do parque. Vale ressaltar que embora os cinco anos, decorridos entre a criação da unidade e a elaboração do plano de manejo, nenhum morador perdeu suas terras ou foi expulso. A notícia da criação de uma “reserva” e suas conseqüências estavam difundidas, mas não esclarecidas junto a muitos moradores do entorno e da cidade

#### *O Encontro dos moradores do entorno*

Foram realizados dois encontros com os representantes dos moradores das comunidades do entorno do Pema. O primeiro em agosto e o segundo um mês e meio mais tarde, em setembro de 2006, com duração de dois dias cada um. As comunidades foram sensibilizadas anteriormente para que se reunissem e escolhessem seus representantes para esses eventos. A exceção das comunidades de Maxirazinho que não compareceu no I Encontro, mas enviou representante para o II Encontro e Paytuna que não participou do II Encontro, todas enviaram representantes aos dois eventos. O número de participantes foi de 17 pessoas em cada encontro. O curto intervalo de tempo entre os dois eventos evitou a desmobilização sobre o tema nas comunidades, manteve debates nas comunidades e auxiliou aos representantes a prepararem-se para participar da Oficina de Planejamento do Plano de Manejo que seria realizada em Belém.

O I Encontro teve como finalidade, além de informar sobre o plano de manejo, verificar o que se discutia nas comunidades desde a criação do Pema, e qual era o entendimento dos moradores sobre a unidade de conservação e sobre o plano de manejo. Foram verificadas a identificação, a descrição dos conflitos gerados pelo uso de recursos, como as comunidades se instrumentalizavam para as resoluções e quais implicações com o Pema.

O II Encontro teve um caráter mais prático e político. Nele, os moradores trouxeram as propostas de suas comunidades para o zoneamento e as atividades de manejo do Pema. Foram também discutidas e adotadas sugestões das comunidades para a composição do Conselho Consultivo, não para sua instalação, mas para seu entendimento sobre a questão.

Para o levantamento dessas informações, eu contei com o apoio do pesquisador George Rebelo, que participava da definição do plano de manejo e que atuou como moderador no I Encontro. E no II Encontro fui apoiada pelas pesquisadoras Juliana Magalhães e Benedita Barros, ambas integrantes da equipe do Projeto de Desenvolvimento Comunitário em andamento na região e realizado com apoio do FNMA.

O Encontro se estruturou ao redor de um ciclo de questões para debates e esclarecimentos, permeados com informações sobre o plano de manejo, o conselho consultivo e os vídeos com experiências de outras comunidades que viveram situações semelhantes, foi o fio condutor do I Encontro. A cada ciclo de questões temáticas, os participantes apresentavam o que haviam entendido e com base nas dúvidas próprias e nas surgidas na comunidade e as expunham à plenária. Após esse momento, formaram-se grupos entre os comunitários. Os grupos ora se estruturaram com componentes da mesma comunidade ora formaram-se grupos aleatórios de acordo com o tema a ser discutido, visando intercambiar informações entre os moradores.

As questões, agrupadas em temas seguiram o seguinte roteiro:

Conflitos - Há conflitos entre a pesca e o manejo de pastagens nos campos de várzea na seca? Há conflitos entre criação de gado e agricultura na chuva? Quais instrumentos locais existem para resolução de conflitos? A caça produz algum tipo de conflito? Qual e onde? O turismo produz algum tipo de conflito ou uso conflitante? Qual e onde? A criação do Pema trouxe ou trará algum tipo de conflito? Qual? Há conflito com atividades de pesquisadores no lago, nas serras ou no coberto e mata? Quais, porque e onde?

Visitantes - Quais os visitantes (turistas) mais freqüentes? Quando e onde? Quanto tempo ficam e onde? Vem visitante da cidade (Monte Alegre) ou outras comunidades? Eles vêm visitar parentes e amigos ou para conhecer pedras, grutas e arte rupestre?

O Pema e o plano de manejo - Quem deveria resolver todos os conflitos e decidir sobre o manejo do Pema? Por quê? Qual o papel do conselho consultivo (CC-Pema) nisso tudo? A implantação do plano de manejo do Pema vai mudar suas práticas de subsistência de que forma? Será melhor, pior ou igual? Espera algum tipo de compensação por isto (implantação do PM-PEMA)? Qual? Quais as prioridades da comunidade? Como o PEMA muda isso? Qual sua disposição para participar da elaboração de um plano de ação para sua comunidade? E do plano de manejo para o Pema? E do Conselho Consultivo do Pema? E do Planejamento estratégico para sua associação? Quem deveria administrar o Pema? De que forma esse administração deveria ocorrer? De forma participativa, orientada pelos técnicos ou orientada pelo mercado?

A maioria dos participantes (53%) quando questionados sobre o motivo do Encontro declararam: "Eu vim sem informação mas ver se entendo alguma coisa pra repassar para nossa comunidade". Para 23% dos participantes, a perspectiva foi de que esta reunião

gerasse: “algum projeto para a melhoria da comunidade”. Apenas 15% sabiam que a reunião era para tratar de questões que envolviam a comunidade e o parque, e 7% entenderam que o Encontro era para que as comunidades trabalhassem juntas.

As respostas individuais dos moradores das comunidades para a questão: “o que é uma unidade de conservação?”, demonstraram preocupação com o futuro, quando alguns moradores declararam que unidade de conservação é um lugar para: “ter uma área onde tem muita caça a gente tem que reservar o lugar”; para outros é: “preservar para o futuro ter mais”. Essas afirmações estão associadas à idéia de utilização de recursos naturais e a manutenção de suas atividades. A preservação do meio ambiente era concentrada em expressões, como “lugar onde não se deve desmatar” e “preservar o meio ambiente”. Outros responderam que: “a unidade de conservação é um lugar para as comunidades conservar culturas”, referindo-se a manutenção dos territórios de uso.

Para os representantes da comunidade de Lages, unidade de conservação foi entendida, como:

“Nós entendemos que preservar não significa apenas marcar uma área e deixar que ela se vire sozinha. Temos que estar observando se vai ter um bom desenvolvimento nessa área preservada e ter cuidado com animais em extinção para que não suma e que as crianças possam conhecer ainda em seus futuros.”

Eles demonstraram preocupação a partir da perspectiva de estarem envolvidos com o Pema e com o futuro da comunidade. A preocupação com a extinção de animais, provavelmente embute com os conflitos de caça que acontecem na comunidade.

Para os moradores do Paytuna, a unidade de conservação é um espaço restrito, segundo eles:

“O que me chamou atenção também foi sobre a unidade de conservação que é uma área protegida, um espaço onde você tem recursos naturais, que são criadas para proteger o futuro. Para guardar os recursos”.

A idéia de unidades de conservação e futuro parece estar associada para a garantia de obtenção de recursos e conseqüentemente a manutenção das comunidades.

Os moradores de Santana e Maxirá não se expressaram seus entendimentos sobre unidades de conservação. Para eles: “só pondo na prática pra nós se desenvolver mais”. Isso demonstra que o entendimento sobre unidades de conservação não pode ser apenas uma idéia construída, precisa ser concreta.

Os moradores do Ererê associaram a unidade de conservação ao futuro e a necessidade de manter recursos para os filhos na atualidade também, visto que há lentidão na recuperação de ambientes para eles:

”Conservar o meio ambiente: preservar para o futuro o amanhã. Deixar alguma coisa para amanhã, para nova geração. Se não soubermos preservar para os nossos filhos, o retorno é de dez anos pra frente”.

Os moradores em geral demonstraram entendimento sobre a necessidade de conservação de recursos naturais e que esta proteção aos recursos deverá estar em um espaço determinado, onde a unidade de conservação irá limitar o uso dos recursos, mas não o seu acesso. A preocupação com as gerações futuras e certa cautela com o uso atual dos recursos pôde ser percebida, assim como a existência de conflitos, como no caso da comunidade de Lages.

O entendimento do que é um plano de manejo e para que serve também foi avaliado. Para os moradores das comunidades de Lages e Ererê, os planos de manejo deviam tratar de utilização de recursos naturais. Os moradores do Maxirá entenderam que servia para criar um projeto. Para os moradores de Santana era uma forma de se reunir para discutir sobre seus trabalhos e para os moradores do Paytuna o parque só funcionaria se tivesse um plano de manejo.

As colocações dos moradores evidenciaram a dificuldade para entender essa lógica institucional de planejamento de uma área. Para eles, esses novos conceitos deveriam estar associados as suas ações e práticas cotidianas nas comunidades e em relação ao uso dos recursos naturais. A perspectiva de geração de benefícios sob forma de ”projetos”, em suas comunidades, por meio da implantação do Pema, poderá melhorar as vidas dos moradores. O representante da comunidade de Santana explica como o plano de manejo irá beneficiar a sua comunidade:

”Sobre isso, se eu tiver um lago cheio de peixes eu decido como posso tirar esse pescado desse lago pra mais adiante eu não possa ficar em falta ‘desses’ pescado. Juntamente com minha equipe.” André, vice-presidente da associação dos moradores de Santana.

Ficou exposto por ele, o entendimento de planejamento associado a um projeto direto de conservação em sua comunidade e de cooperação entre os moradores.

As questões sobre as instituições responsáveis pelo parque e os espaços políticos das comunidades necessários à implantação do Pema gerou controvérsias e indicativos da ausência do gestor responsável pelo parque. Na fala dos moradores, as instituições citadas como responsáveis pelo Pema foram o Ibama e a prefeitura, representada pela secretaria de agricultura, turismo e meio ambiente.

Os direitos dos moradores e a sua participação no Conselho Consultivo (CC) eram desconhecidos. Os moradores não citaram nem a Sectam ou a Paratur como atores institucionais ligados ao Pema. Com os esclarecimentos fornecidos na reunião, o interesse dos representantes das comunidades sobre os direitos legais detidos enquanto moradores

do entorno, se manifestou com relação à geração de benefícios e até compensação que poderia gerar o Pema.

Quanto ao Conselho Consultivo ficou evidenciado nas respostas o descompasso recorrente entre o Estado, o Município e as Comunidades. Para os moradores do Ererê, o Conselho Consultivo: “deve existir para organizar reuniões”; para os de Santana só na prática para poder entender como deve funcionar o Conselho. Em Paytuna, o Conselho Consultivo será fiscalizador e deverá funcionar com um fórum de discussões com órgãos públicos e a sociedade civil. Os moradores de Lages e Maxirá não souberam descrever seu entendimento sobre o conselho.

O foco dos principais conflitos apontados pelos moradores de Paytuna, Santana e Maxirá desde a criação e até agora com a implantação do Pema é constituído pela relação dessas comunidades com a utilização dos recursos naturais e dos espaços de uso da terra. Essa preocupação está notória nas respostas de seus representantes: “pode trazer como proibir extração da madeira e as caçadas. Muita gente tirava madeira, caçava, e sobrevivia desse ramo, e trouxe algum tipo de problema”.

Os moradores recordaram da situação vivida pela comunidade do Ererê quando da fiscalização do IBAMA e o encarecimento do preço da madeira para confecção de canoas. Os moradores de Lages não souberam responder as questões e optaram por dividir os sentimentos entre os demais participantes, ao afirmarem: “não sabemos, (o parque) não tá preparado, pode trazer pra uns e não pra outros.”

Para os representantes do Ererê, a questão fundiária é que acarretava mais conflitos e é o item que mais gera divisão de opinião entre seus moradores. Alguns moradores declararam que parque:

“sim, trouxe [conflitos] quando começaram a vir. Alguns acham que vão nos tirar as nossas terras, teve conflito com posseiros que até hoje são aborrecidos que vão perder as terras, até hoje é um Deus nos acuda.”

Referindo-se as duas situações anteriores, quando da vinda dos técnicos do Idesp e a consulta realizada pela pesquisa sobre ecoturismo. As dúvidas ocorridas durante a apresentação dos pesquisadores sobre os resultados do levantamento de campo também foram citadas. O fato da maioria dos moradores do Ererê não possuírem títulos de terras e sua condição de posseiros deixou a comunidade apreensiva.

Muitos moradores utilizam a área do pé da serra, área do governo, para plantio de roçado e pasto. Para alguns moradores, o parque vai ser bom por que: “vai adomar os bichos, porque não vai ter mais caça nem correria”. Mas, segundo eles, também pode trazer prejuízos para o plantio, pois: “há invasão de caititus nos roçados, mas se o parque fosse

cercado”. Para os moradores, em geral, a vida vai ficar difícil, por que: “não sabem de onde irão tirar madeira”.

As resoluções dos conflitos que tocam a questão do parque para a comunidade do Ererê é de responsabilidade da Sectam, “pois é a responsável pelo Parque”. Para os moradores de Lages, Santana, Paytuna e Maxirá a responsabilidade é do Estado, representado pelo governo: “ele está responsável pelo projeto do Parque”, sem fazer referência a qual órgão estadual deveria assumir a responsabilidade.

A ausência dos gestores da unidade, prática comum na maioria das unidades de conservação do estado, se reflete nas respostas dos moradores. A Sectam nunca enviou representante para quaisquer dos eventos ou reuniões realizadas nas comunidades, nem após a criação da unidade nem durante a elaboração do plano de manejo.

Pimbert e Pretty (2000) alertam que um novo paradigma é necessário para que os gestores possam substituir as práticas impostas de cima para baixo. Para os autores, há muitas evidências de contradições entre o que os profissionais observam e fazem e o que a população necessita. Essas práticas, segundo eles, não são compatíveis com o manejo de unidades de conservação. Situação semelhante também descrita por Silveira (2001), em sua pesquisa na região do Parque Estadual do Alto Ribeira, em São Paulo; e por Nunes (2003) nos estudos realizados na Estação Ecológica da Juréia.

Para os moradores, a implantação do Pema deverá estar associada à chegada de benefícios sob forma de compensações às comunidades que poderá mudar o seu modo de vida. Esses benefícios se traduziam em serviços básicos prioritários para suprir as necessidades dessas comunidades.

No Ererê, os moradores entendem que a implantação do plano de manejo irá afetar seus modos de vida e subsistência. Acreditam que a “sobrevivência” irá melhorar, pois eles terão mais conhecimento sobre o parque. Para eles, a compensação se dará na valorização econômica da comunidade pelos próprios moradores. As prioridades da comunidade estão voltadas para a distribuição de benefícios para cada família: “é que cada família seja beneficiada com o Parque”. Há uma nítida necessidade da comunidade em geração de benefícios coletivos.

Para a comunidade de Lages, o isolamento e a ausência de serviços básicos como estrada e energia são as principais necessidades. Embora a implantação do Pema mude suas práticas de subsistência: “pois não poderão usar os recursos da área do parque”, manifestaram a “esperança” de resultados positivos. Os benefícios foram entendidos pelos moradores como uma “ajuda que venha fazer as pessoas ficarem satisfeitas”.

Os moradores de Santana, Paytuna e Maxirá, não souberam explicar de que forma a implantação do parque iria mudar suas vidas. Ressaltaram que somente com as atividades sendo implantadas é que poderiam ter como responder a questão. Para eles, o Pema deve

trazer compensações às comunidades. As “melhorias” apontadas como prioridades foram a geração de empregos e criação de projetos para a agricultura e pesca, todas ligadas ao seu modo de vida.

Essa leitura diferenciada das necessidades formuladas pelas comunidades mostra o quanto à noção de parque é externa ao cotidiano, mas que ele era pensado como algo que pode trazer algum benefício às comunidades. Também se evidencia a complexidade e a particularidade do modo de vida de cada uma. O abandono da Sectam e a ausência de serviços públicos são nítidos. Os serviços básicos necessários às comunidades como energia, acesso, saúde e educação foram transferidos para a implantação do parque. O que é interessante observar é os moradores mantem o direito ao uso dos recursos e esta prática seria viável sob forma de projetos e valorização da comunidade.

Boissière, et al (2006) evidenciaram demandas semelhantes em populações locais que vivem do entorno de uma unidade de conservação no Vietnã. Eles avaliaram a percepção das populações e o uso dos recursos e as políticas públicas adotadas para a região.

Quando questionados sobre a disponibilidade de participar e propor formas de administração para o parque, os moradores da comunidade de Lages não se disponibilizaram a assumir atividades. Para eles, a Sectam é que devia administrar o parque com outros técnicos, que poderiam ajudar a comunidade. Essa resposta pode demonstrar que a comunidade “vê” o Parque como pertencente a Sectam, órgão do governo e, portanto, capaz de assumir a unidade de conservação, sendo que a comunidade deverá ter ganhos ou ajuda por parte desses técnicos para o seu desenvolvimento. Isso aponta também a certa dependência da comunidade da ajuda do governo.

Os moradores do Ererê se dispuseram a contribuir com informações participando de reuniões e diminuindo conflitos em relação ao Pema. Essa posição participativa poderia, segundo eles, “melhorar a luta pela comunidade” e reforçar seus laços internos. A comunidade do Ererê propõe para a administração do Pema uma representação das comunidades do entorno no Conselho Consultivo.

Na prática, dois moradores de cada comunidade devem atuar junto à Sectam. A administração do Pema deve contratar jovens da comunidade com idade entre 18 a 20 anos como guarda florestal. Propuseram também criar uma guarda - mirim, a exemplo do que faz a prefeitura na cidade para controle da segurança no trânsito.

Essas propostas da comunidade do Ererê indicam um maior envolvimento desses moradores com a questão do plano de manejo e sua importância. Eles se vêem inseridos no processo e acreditam que os benefícios para as comunidades devem existir. São também os mais preocupados com as perdas de posses de terra.

Os moradores do Maxirá, Paytuna e Santana se colocaram a disposição para participar do plano de manejo e de sua implementação, pois acreditavam que assim poderão trazer melhorias as comunidades. Para eles, a prefeitura é quem deve administrar o Pema e essa administração deve ocorrer com a participação dos comunitários. Essa proposta surge da proximidade da Prefeitura com o parque e da possibilidade de geração de empregos. Revelam, com isso, o desconhecimento sobre a Sectam e o distanciamento do órgão estadual no município. A escolha pela prefeitura indica também o nível de poder a que eles têm acesso.

Esse resultado permite avaliar que os moradores do entorno querem ser parte do processo de implantação do Pema e desejam que suas propostas estejam consideradas no planejamento. Eles não querem ser vistos, pelos gestores, apenas como espectadores de um processo, mas como atores diretos. Não representam uma ameaça externa aos recursos naturais do parque, mas sim propositores das novas modalidades de gestão para unidade de conservação estadual.

Em suas falas durante o I Encontro, os representantes das comunidades demonstraram entender o que está mudando seu cotidiano. Ao se dispuserem a assumir compromissos, desde que estes sejam em prol de suas comunidades e gerem a tão esperada “melhoria de vida” (Figura 28). A combinação de fatores que implique o manejo de unidades de conservação com a participação da população local não somente em unidades de uso sustentável, mas em todas as categorias de manejo deve ter mais atenção dos gestores.

Assim, a associação das habilidades de profissionais ligados a conservação e gestores com a força do conhecimento e experimentação locais e uma maior atribuição de poder à população poderá a gerar diferentes programas de conservação e estes devem ser negociados localmente. O que deve ser evitado é o isolamento das populações locais dos espaços constituídos para os debates sobre manejo e conservação.



Figura 28 - I Encontro das comunidades do entorno para elaboração do plano de manejo.

O II Encontro dos moradores das comunidades do entorno informou os moradores dos próximos passos para a finalização do plano de manejo. Foram apresentadas as propostas que os representantes trouxeram de suas comunidades para o zoneamento do Pema e discutiu-se a elaboração dos programas de manejo. Foi também um evento preparatório à Oficina de Planejamento do Pema a ser realizada no mês de outubro de 2006, em Belém.

Os representantes das comunidades teriam ainda como missão retornar com as informações obtidas no II Encontro para suas comunidades e lá elaborar as propostas finais para o zoneamento e os programas de manejo do Pema. Foi novamente discutido nesse Encontro a criação do Conselho Consultivo do Pema. Os representantes das comunidades apresentaram seus entendimentos e a sua proposta de como as comunidades devem estar representadas no Conselho.

Durante o II Encontro, os moradores trabalharam com os conceitos das categorias zoneamento existentes para as unidades de conservação. A partir dos seus entendimentos, cada comunidade fez suas propostas de zoneamento e manejo para o Pema. Foram apresentadas e discutidas em plenária e retornadas para suas comunidades a fim de serem rediscutidas e aprovadas para encaminhamento na Oficina de Planejamento. Cada comunidade elaborou e apresentou sua proposta de zoneamento e manejo para parque, utilizando de um mapa onde consideraram seus conhecimentos sobre a região e a sua dependência dos recursos naturais.

As discussões sobre a formação do conselho consultivo foi retomada neste II Encontro, após ter sido discutida em suas comunidades. Para os moradores do Ererê, o conselho consultivo deve ser formado por um grupo de pessoas organizadas e serve para apresentar suas idéias para o manejo do Parque. Deve ter assento no conselho representante da cidade e das comunidades.

Os moradores do Maxirá e Maxirazinho entenderam que o conselho é o grupo de pessoas formadas pelas comunidades para que possam discutir seus interesses. A ação do conselho será para conscientizar as pessoas a evitarem as queimadas e os desmatamentos. Para eles, isso deve ser feito por que:

“com as queimadas os bichos fogem do fogo e estão desmatando as nascentes. Tem que preservar para o amanhã, tentar colocar dia após dia um mundo melhor e para isso no conselho consultivo precisa ter gente organizada para conscientizar os outros”.

Os moradores de Lages entenderam que o conselho consultivo servia para organizar e discutir os problemas legais na área do Parque e gerar benefícios para a comunidade. Colocaram no debate ocorrido na comunidade, que:

“os moradores acharam que as propostas seriam fundamentais se forem trazer benefícios para o Parque e que venha beneficiar a comunidade, venha trazer um resultado, lá não tem ninguém contra, é tocar pra frente”.

Na comunidade de Santana, entenderam que o conselho consultivo:

“é pra reunir com os órgãos públicos e os comunitários para discutir e ouvir cada um. Para os moradores o que tá formado, tá formado, para eles funcionando e não perturbando não tem problema nenhum”.

Os moradores em geral conseguiram perceber a necessidade da presença de comunitários no conselho consultivo. Mas não parece ter ficado claro que esta relação de poder entre quem administra o Pema e eles tenham a mesma importância, ainda que nos discursos das comunidades do Ererê, de Maxirá e Maxirazinho algumas propostas tenham sido apresentadas.

Há também uma ideia conformismo como no discurso dos moradores de Santana e até de separação de responsabilidade frente à unidade de conservação; para eles, os gestores são os tomadores de decisão desde que não interfiram na comunidade (Figuras 29 e 30). O Parque como espaço para conservação da biodiversidade não parece ser parte do debate. A unidade de conservação se presta a dar visibilidade às comunidades, tirando-as do anonimato e dando-lhes visibilidade.



Figura 29 - Apresentação da proposta da comunidade de Santana para o zoneamento do Pema, no II Encontro de comunidade do Entorno do Pema.



Figura 30 - II Encontro das comunidades do entorno do Pema e seus mapas de zoneamento produzidos.

### *A oficina de Planejamento do Pema*

A Oficina de Planejamento foi realizada em Belém no período de 10 a 13 de outubro de 2006, com o objetivo de apresentar os resultados da pesquisas, definirem as zonas para o manejo do Pema e as ações de planejamento. Durante a Oficina estiveram reunidos os pesquisadores, os gestores do Pema (Paratur e Sectam) e representantes das comunidades do entorno, exceto Paytuna. Um funcionário do Ibama se apresentou no primeiro dia de discussão, mas não retornou para os demais dias. A prefeitura do município, as empresas de turismo que atuam na região do Baixo Amazonas não enviaram representantes e nenhum morador da cidade que havia participado das reuniões sobre o parque se prontificou a vir.

Durante a realização da Oficina de Planejamento foram apresentados os resultados obtidos pelos pesquisadores em seus levantamentos de campo. A dinâmica utilizada para o zoneamento do Pema visou à integração entre os participantes e uma ampla discussão para definição dos programas de manejo da unidade de conservação.

Após a apresentação dos resultados da pesquisa e de debates sobre a questão fundiária do Pema, os representantes das comunidades apresentaram suas propostas de zoneamento estabelecidas em cada comunidade. Os pesquisadores se reuniram para elaborar em conjunto proposta de zoneamento “da pesquisa” para o Pema. O mesmo método foi adotado pelos comunitários.

Em seqüência, os grupos apresentaram suas propostas de zoneamento e após as apresentações e debates um único mapa foi elaborado com as zonas de manejo delimitadas. Foi utilizada uma imagem de satélite da unidade de conservação e sobre esta uma folha de papel transparente para que as zonas a serem propostas fossem demarcadas.

Para produzir os mapas finais dos pesquisadores, dos comunitários e o mapa que conjugou as de zoneamento para o Pema, inseridos neste trabalho, o método utilizado consistiu em marcar sobre papel transparente as coordenadas da unidade, em seguida fotografá-lo. A foto digital foi trabalhada no computador com o uso do programa Arc View<sup>38</sup> para a elaboração do mapa final. Após cada apresentação foram realizados debates e esclarecimentos para os programas de manejo do Pema.

O zoneamento é identificado pelo Snuc, como sendo a “definição dos setores ou zonas de uma unidade de conservação com o objetivo de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados” (Art. 2º inciso XVI). Está associado ao Regulamento de Parques Nacionais, Decreto nº. 84.017/79, e com o Roteiro Metodológico de Planejamento

---

<sup>38</sup> Os mapas foram produzidos no laboratório de sensoriamento remoto do Museu Goeldi decorrer da oficina de planejamento

(IBAMA, 2000). As zonas são estabelecidas pelo Roteiro Metodológico de unidades de conservação de proteção integral. Os programas de manejo são definidos ou não na oficina de Planejamento e estabelecidos para cada zona identificada.

#### *As propostas de zoneamento das comunidades*

Cada comunidade do entorno apresentou sua proposta para o estabelecimento das zonas fundamentadas por seus conhecimentos sobre o local e seus territórios de pertencimento. As nomeações e as delimitações das zonas para o Pema foram propostas de acordo com o entendimento, a representatividade do uso do recurso e manejo de cada comunidade. As categorias de zonas para manejo de unidades de conservação foram definidas pelo Ibama (Quadro 7). O espaço das comunidades e as ações de manejo a serem desenvolvidas foram relacionados com a localização das comunidades no entorno do Pema

Para esse exercício, cada comunidade recebeu um desenho com o contorno do Pema, localizando suas comunidades, as principais estradas de acesso, elementos geográficos (serras, cavernas, sítios arqueológicos e as áreas de floresta). Os moradores aperfeiçoaram os mapas em suas comunidades, após II Encontro comunitário quando incluíram trilhas, estradas e nomearam e delimitaram as zonas propostas.

Para melhor ilustrar esses resultados, descrevo o zoneamento proposto por cada comunidade para o Pema. Os mapas elaborados pelos comunitários foram fotografados e reproduzidos no programa Corel de acordo com o mapa original de cada comunidade, para melhor visualização dos resultados.

#### 1 Comunidade do Ererê

Essa comunidade estabeleceu 8 zonas para o Pema. A zona intangível foi entendida como uma região que não se pode utilizar; para eles, essa zona estaria situada nas áreas onde o esgotamento do recurso é mais acentuado. Eles esclareceram que: “se não haver ninguém tirando mais madeira à ilha redonda pode existir”. A zona de uso extensivo, para eles, será na região onde propuseram a instalação da entrada do Parque.

A entrada oficial do Pema deve ser localizada entre o Arouxi e a Serra do Bode. A justificativa foi de que: “é nesta região onde há maior circulação de moradores”. Eles a utilizam quando se deslocam para a comunidade do Paytuna; são onde estão às trilhas para as carroças, sendo um dos percursos utilizados para se chegar ao entorno da Ilha Grande.

A zona de uso especial foi sugerida ser na região da Pedra do Mirante. As zonas que os moradores consideraram úteis para recuperação incluem a áreas, onde, segundo eles, “há maior número de visitantes”. Essas áreas estão localizadas na Pedra do Pilão, na caverna da Pedra Pintada e na região do entorno da Ilha Grande, “por conta do

desmatamento”. A zona primitiva foi descrita na legenda da comunidade, mas não foi demarcada no mapa.

A zona histórico-cultural está proposta para ser a caverna Itatupaoca, local onde eram realizadas as festas de confraternização das comunidades por ocasião das celebrações natalinas. E como zona de uso conflitante, eles identificaram duas áreas: uma área mais próxima da comunidade por ser esta, onde: “nós retiramos remédios, lenha, sementes, alimentos e madeira”. Os moradores do Ererê incluíram essa área como de conflito por ser área de pesquisas realizadas na região.

Segundo o representante do Ererê, na reunião realizada na comunidade: “falaram que se nós não podemos tirar nada, os pesquisadores também não”. Isso evidencia que os conflitos ocorridos na comunidade ainda não foram totalmente sanados. A outra área marcada como zona de conflito está localizada na região que faz fronteira com as comunidades de Paytuna e Santana consideraram que esta área com campo utilizado como pasto e por ser onde a estrada atual está sendo construída.

Percebe-se que para os moradores do Ererê o entendimento da proposta de zoneamento está diretamente ligado as suas relações com o território no que tange a utilização dos recursos para a sua manutenção e com o entendimento da realidade que é a implementação do Parque. Esse entendimento é reforçado quando eles propuseram locais para entrada e instalação do centro de visitantes no Pema (Figura 31).

Zonas	Definição ( Ibama)	Zonas Propostas pelas Comunidades			
		Ereré	Lages	Maxirá e Maxirazinho	Santana
Z. Intangível	Primitividade da natureza permanece a mais preservada possível.				
Z. Primitiva	Onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana.				
Z. de Uso Extensivo	Constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas.				
Z de Uso Intensivo	Constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem.				
Z Histórico-Cultural	Onde são encontradas amostras do patrimônio histórico/cultural ou arqueopaleontológico.				
Z de Recuperação	Contém áreas consideravelmente antropizadas.				
Z.de Uso Especial	Contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da unidade de conservação.				
Z de Uso Conflitante	Áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública.				
Z de Ocupação Temporária	Onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso.				
Z de Superposição Indígena	Áreas ocupadas por uma ou mais etnias indígenas.				
Z de Amortecimento	O entorno de uma unidade de conservação.				
<b>Z. de Nenhuma, baixa intervenção</b>	<b>Ninguém pode tirar recurso.</b>				
<b>Z. de Média intervenção</b>	<b>Somente os moradores podem utilizar a área.</b>				
<b>Z. de preservação</b>	<b>Não pode tirar recurso.</b>				

Quadro7 - Zonas de manejo propostas para o Perna pelas comunidades do entorno. Em destaque as zonas criadas pelas comunidades Maxirá/ Maxirazinho e Santana. A comunidade de Paytuna não elaborou sua proposta.

## 2- Comunidades do Maxirá e Maxirazinho

Essas comunidades trabalharam em conjunto em um mapa único. Demarcaram 10 zonas para o Pema. A entrada do parque estaria localizada na região entre o Arouxi e a Serra do Bode. Como zona intangível propuseram a região da Ilha Redonda, por essa área “estar muito destruída”. Como na região da Ilha Grande há exploração de recursos pelos moradores, eles sugeriram que seja criada a zona de baixa intervenção nessa zona “ninguém pode retirar recursos”. No seu entorno colocaram uma zona de recuperação. A intenção é de que a região possa ser novamente utilizada no futuro.

A zona primitiva está localizada na região da caverna da Pedra Pintada, pois segundo eles: “os pesquisadores falaram que lá tá muito destruído e tem que parar de ir visitante”. A zona de uso especial estaria localizada na região da Pedra do Pilão: “pois é muito visitada e não tem destruição próxima”, associando a manutenção da área com a região a ser visitada. A região do Pema onde está situada a caverna Itatupaoca seria também zona de histórico-cultural.

A zona de uso extensivo estaria localizada na maior parte da área do Pema, e seria o local de uso dos moradores, principalmente para coleta. Provavelmente, os moradores confundiram as definições das zonas. Eles propõem para a zona de uso extensivo uma região, onde estão as grandes áreas das unidades de conservação, mais conservadas. A instalação da administração da unidade estaria próxima à entrada do Pema e foi classificada como zona de uso intensivo.

A *zona de média intervenção* está proposta como sendo a região da Pedra do Mirante, e segundo os moradores deveria ser: “guardada, com pouca gente podendo ir lá, porque está destruída”. Nessa zona, os moradores propõem que somente os que vivem na região do entorno é que podem ter acesso. É nessa área também que estão localizadas as cavernas de caça dos moradores da comunidade do Ererê. A região apontada como zona de conflitos está localizada na região da comunidade de Santana, também “por causa da estrada e dos pastos”. Os moradores do Maxirá e Maxirazinho consideraram que embora esta comunidade não tenha roçado dentro do Pema, o conflito maior seria por conta da estrada. E para eles, esse conflito teria solução por que:

“o povo lá ‘veve’ em função do peixe. O pessoal que vive do carvão é pouco, eles precisam da estrada. É por ela que se espera o progresso, a pendenga seria na parte das posses que dão na estrada, mas não será difícil negociar com os moradores”.

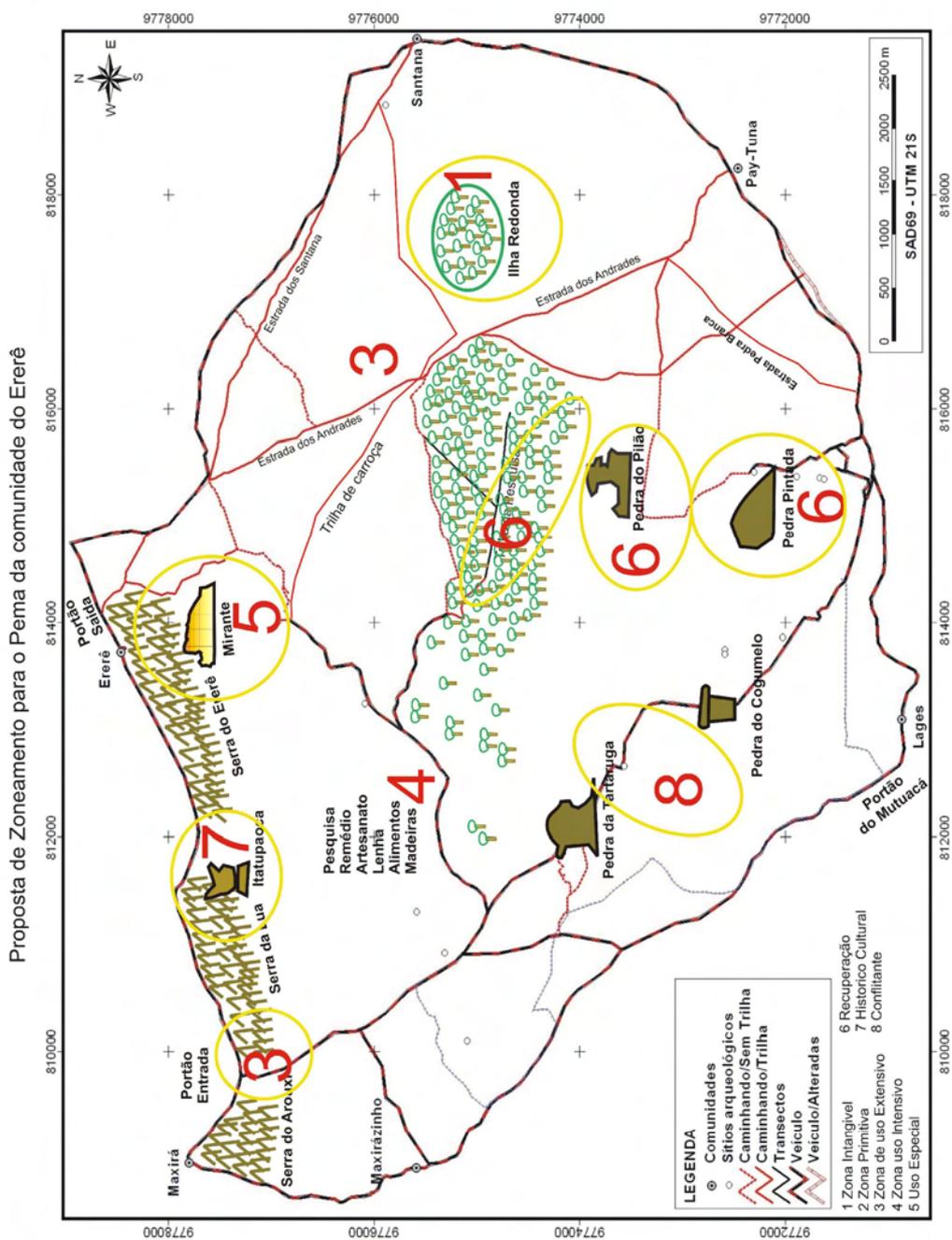


Figura 31- Proposta de zoneamento da comunidade Ererê. (1)Z. intangível; (2)Z. primitiva; (3)Z de uso extensivo; (4)Z. de uso intensivo; (5)Z. de uso especial; (6)Z. de recuperação; (7)Z. histórico-cultural; e(8) Z. de uso conflitante.

No Maxirá e Maxirazinho propuseram a criação da zona “nenhuma baixa intervenção”, onde ninguém pode tirar recurso, semelhante a zona primitiva. E a zona de “média intervenção”, onde somente os moradores podem utilizar a área. Mantiveram as zonas intangíveis e primitivas. A zona de média intervenção conjuga com a lógica manter a utilização dos recursos do parque porque, para eles: “essas áreas têm uso”. Para eles, onde há maior plantio de roçado e pasto dentro da unidade, nas áreas de posses, os conflitos poderão ser resolvidos. Os moradores que têm posse dentro do Pema, “estão aguardando para saber o que fazem com eles, esperam uma indenização e estão dispostos a negociar suas terras”. Eles esperam que a implementação da unidade de conservação vá gerar projetos mais rapidamente já que a entrada do Parque estará próxima as suas comunidades (Figura 32).

### 3 - Comunidade de Santana

Em Santana, eles alegaram que, pelo fato de pouco utilizarem da área mais interna da unidade, a entrada do Pema deveria ser pela sua comunidade, como uma compensação. A alegação desta proposta se dá por que:

“na comunidade a dúvida é muito grande, estão com medo de ficarem sem suas terras, ia ser prisioneiro dentro da própria casa. No encontro da comunidade eles me apoiaram pra vir, tem gente na comunidade que não tá interessado, porque acha que pode prejudicar eles, os mais antigos. Mas podemos ter um desenvolvimento melhor, ter um projeto para a comunidade, pode-se chegar ao parque tanto de barco vindo da cidade e aqui na comunidade a gente leva os turistas de carroça para o Pema”.  
André, representante de Santana.

Essa fala retrata a apreensão e o temor pela perda das posses. Embora os limites da unidade de conservação já estejam definidos, para eles parece que as proibições de uso de recursos os levaram a diferenciar os territórios e os limites de uso dos espaços quando afirmam temer “ficar prisioneiro na própria casa”.

A comunidade delineou seis zonas: a zona de uso extensivo, sendo a área próxima a comunidade e como proposta de manejo para essa zona: a criação de animais silvestres como pirarucu, capivara e tracajás. Aqui parecem ter tido o mesmo entendimento que em Maxirá e Maxirazinho. Como zona de preservação a Ilha Redonda. A zona de recuperação estaria na região da caverna da Pedra Pintada. A zona primitiva na região da Ilha Grande porque segundo os moradores: “tá muito destruída de tanto pau que tiraram de lá”. A zona de uso especial na região da Pedra do Mirante, e como área de conflito: a região da Pedra do Pilão e a região do “serrado onde serve para tirar alguns obstáculos como caniço, palha, madeira e cascas para fazer remédio” (Figura 33).

Embora dos moradores da comunidade de Santana não utilizem diretamente a área do Pema, eles reconheceram as regiões onde os conflitos por uso de recursos serão maiores. É nítido também que para eles a estrada não é conflito. É a garantia de acesso e também o caminho por onde a prometida energia elétrica irá chegar. Percebe-se também que no mapa de Santana as zonas delimitadas estão próximas da comunidade, confirmando o fato de muitos deles não utilizarem grandes áreas do Pema. A região de coleta de material como lenha e caniço foi proposta para ser mantida, mas, sem determinar categoria de zona.

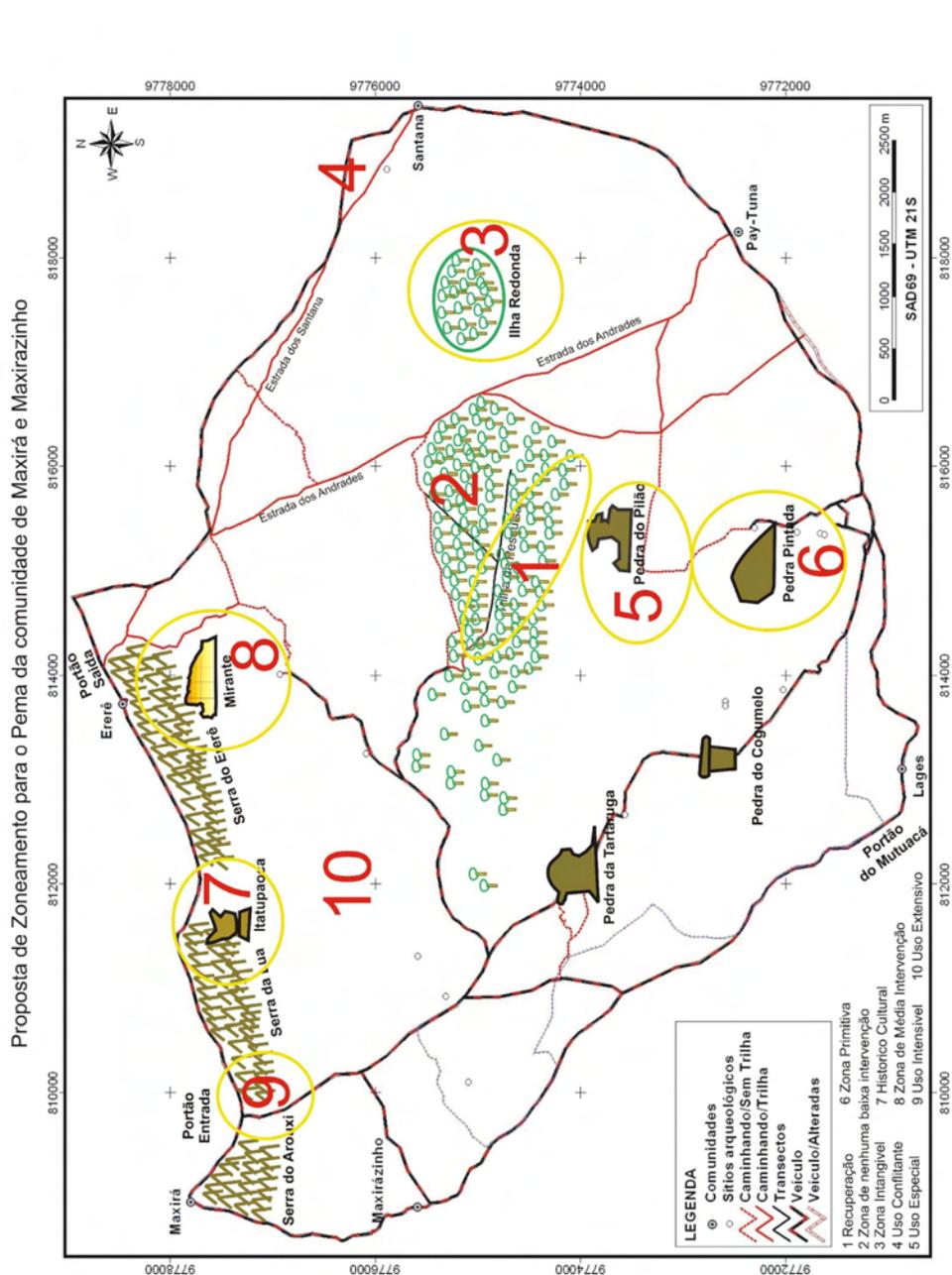


Figura 32 - Proposta de zoneamento das comunidades Maxirá/Maxirazinho. (1)Z. de Recuperação; (2)Z. de baixa intervenção; (3)Z. intangível; (4)-Z. conflitante; (5)-Z. uso especial; (6)Z. primitiva; (7)Z. Histórico-cultural; (8)Z. de Média intervenção; (9) Z. de uso Intensivo; (10)-Z. uso extensivo.

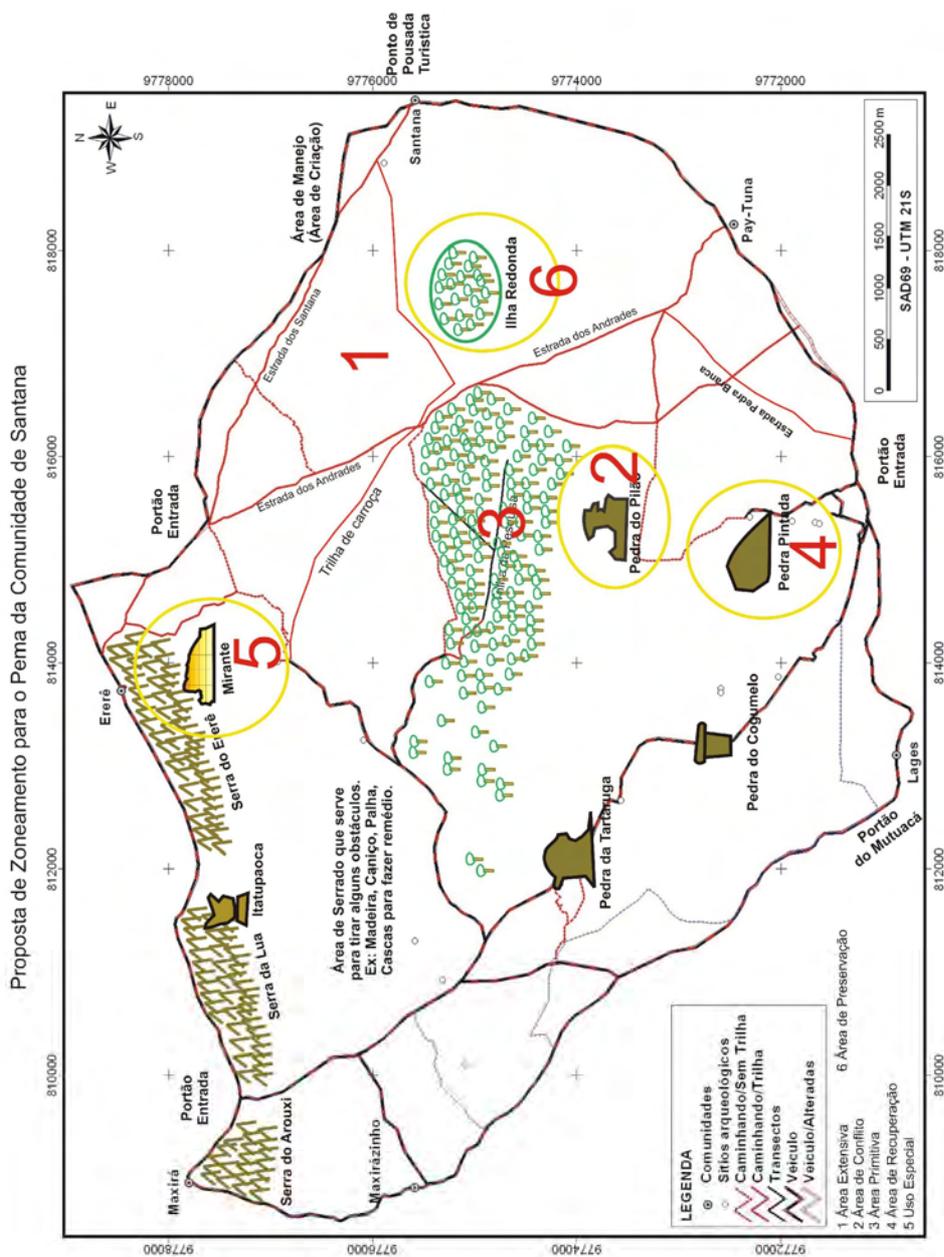


Figura 33 - Proposta de zoneamento da comunidade de Santana. (1)-Área extensiva; (2)-Área de Conflito; (3)-Área primitiva; (4)-Área de Recuperação; (5) Uso especial; (6)-Área de preservação.

#### 4- Comunidade de Lages

A comunidade de Lages propôs seis zonas para o Pema. As zonas elegidas como de uso extensivo são as áreas onde há maior uso por parte dos comunitários e de visitantes: a região, onde estão localizados os chamados olhos d'água utilizados pela comunidade e a região da Pedra do Mirante. A zona primitiva, para eles, deve ser representada pela área interior da Ilha Grande e no seu entorno a zona de conflito.

A região da caverna da Pedra Pintada deve ser a zona de recuperação, por que: "é onde vai muita gente conhecer e está muito destruída". A zona histórico-cultural estaria localizada nas áreas do interior do Pema, onde existem os sítios arqueológicos: Pedra do Pilão, Pedra do Cogumelo e Pedra da Tartaruga, todos os sítios próximas da comunidade.

Para os moradores da comunidade de Lages, o conflito maior com a utilização dos recursos do Pema estaria na retirada da madeira existente na região da Ilha Grande e com a caça nas áreas de vegetação do coberto. Não existe conflito por posse de terra e para a comunidade o importante: "é ter um atrativo que garanta a visita também em sua comunidade", levantando a questão de que turistas serão bem-vindos e por meio deles é que os benefícios para a comunidade poderá chegar (Figura 34).

É possível fazer uma avaliação da participação e das propostas de zoneamento e manejo do parque pelos moradores. Talvez o tempo dado para que as populações assimilassem tantas informações não tenha sido suficiente. Durante os dez meses em que viram o ir e vir de pesquisadores, as reuniões e os Encontros, somados as discussões em suas comunidades, talvez não tenham sido suficientes também. Ou o método adotado para esse "envolvimento" não tenha sido o mais precioso.

No entanto, os moradores do entorno não se abstiveram de propor o zoneamento e, ao mesmo tempo, expor seus pontos de vista a partir de seus conhecimentos sobre a região e a sua visão de território para sua manutenção e de conservação da biodiversidade. A "confusão" do sentido de Zona extensiva como área de uso foi predominante em todos os mapas, provavelmente pelo próprio termo *extensivo* ser utilizado na região para a classificação da "pecuária extensiva", tendo para eles o sentido de amplitude e utilidade.

O conhecimento coletivo que a população tem das serras, das áreas florestadas, pastos e olhos d'água pode lhes dão múltiplas vantagens. Para as áreas de uso comum, as regras de manejo são estabelecidas pelos seus usuários. Foram reconhecidas como áreas de uso comum a Ilha Redonda, Ilha Grande e os Olhos d'água, as áreas com maior cobertura vegetal de cerrado, onde a existência de recursos naturais como madeira e caça são mais abundantes e a coleta deve ser mantida. As comunidades utilizam a região do parque em geral mais próxima da área de suas residências e têm entendimento do espaço territorial de outras comunidades como um "pertencimento".

Para os moradores de Lages e Paytuna, a caça com cachorro é proibida. A retirada de madeira só é permitida em casos de necessidade de construção de casas ou cercas. Na comunidade de Lages apenas uma pessoa é responsável pela retirada da madeira e é quem manuseia a moto-serra e de acordo com a “precisão” dos moradores.

Em geral, a retirada da madeira é autorizada pelo presidente da comunidade. Por exemplo, se um morador da comunidade de Lages cortou madeira e a deixou para buscar mais tarde, outro morador de outra comunidade não a retira, reconhecendo o trabalho. A regra é válida também para os moradores do Ererê, no que se refere à coleta de buritis. Cada morador quando baixa os cachos com frutos, estes são deixados no pé da árvore para “empretar” completando assim o processo de amadurecimento do fruto. Esse processo tem duração de até dois dias e ninguém leva o “trabalho” do outro. Há também um respeito pelos instrumentos de trabalho utilizados para coleta e para caça que às vezes são deixados no local.

Para a coleta de frutos como cajuí, sacuri, curuá não existe uma regra de manejo. Em geral, quem faz esta coleta são as mulheres e crianças e sem procedimentos específicos, os frutos são coletados durante as caminhadas para os roçados, ou simplesmente saem em busca de frutos por conhecerem seus períodos de amadurecimento.

As trilhas e as estradas que cada grupo comunitário faz uso nem sempre são as mesmas para todos os moradores. A distância de suas comunidades e os recursos a serem utilizados, além dos elementos geográficos como as serras e as cavernas, parece determinar as direções. Esses caminhos são nomeados de acordo com a proximidade da comunidade que o utiliza. Há caminhos com nomes do recurso utilizados, outros recebem nomenclatura ligada a pessoas ou famílias mais antigas, e outras com o nome da comunidade. Os exemplos são a trilha dos Andrade, comerciante antigo na região; a trilha das Lages e a trilha do miritiepé.

As trilhas são os espaços de menores distâncias e, em geral, utilizados somente por uma comunidade ou até por um morador para, por exemplo, chegar as suas caieiras. As trilhas com as distâncias maiores e mais largas são também chamadas de trilhas das carroças, e as estradas são os acessos abertos pela prefeitura.

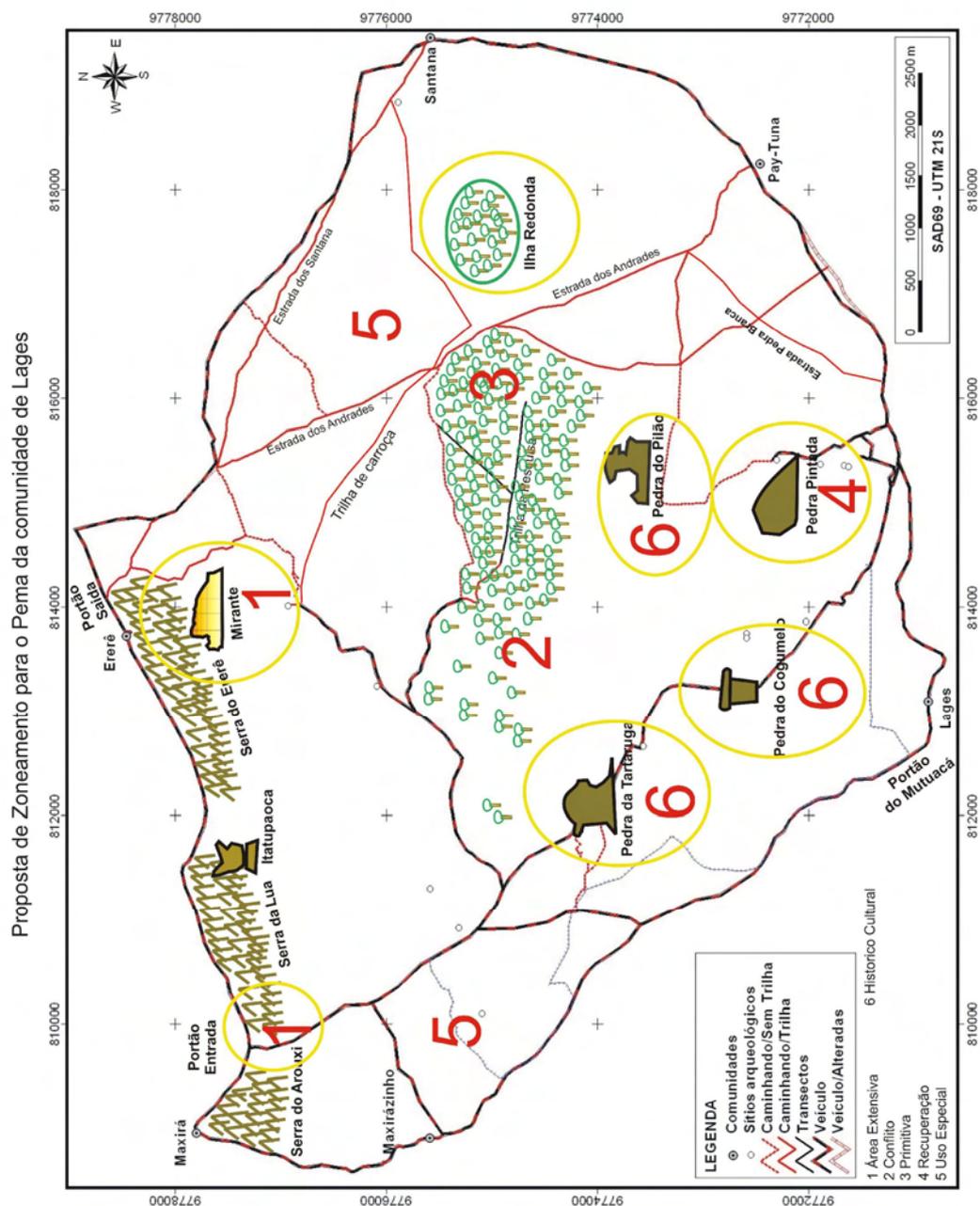


Figura 34 - Proposta de zoneamento da comunidade de Lages. (1) Z. extensiva; (2) Z. de conflito; (3) Z. primitiva; (4) Z. de recuperação; (5)- Z. de uso especial; (6)- Z. histórico-cultural.

Algumas áreas da serra da Lua, serra do Ererê e Pedra do Pilão são reconhecidas pelos moradores como território de uso, pertencente a determinada comunidade. Por exemplo, a gruta do Curupira, essa gruta é território de caça dos moradores do Ererê. A região denominada Cupaibeira é a região de coleta de fruto da palmeira sacuri, utilizada pelos moradores da comunidade de Lages. Os olhos d'água existentes também são de uso de cada comunidade e o acesso também é feito somente por seus moradores. Para os moradores de Santana que utilizam a região do Pema mais próximas de sua comunidade, as regras de manejo valem para os moradores que possuem gado. A área em si é região de pasto nativo que é liberado para uso de todos. Os locais são cercados onde cada morador plantou pasto para seu gado.

Quando mencionadas como zonas de recuperação a ilha Redonda e a Ilha Grande todos foram unânimes ao reconhecer a necessidade e “quicá” a possibilidade de recuperação da área pelo estado. A proposta de manejo dos moradores para o local foi de “participação das comunidades colocando a importância de plantar sementes de árvores que já estão quase em extinção”. Para as zonas de conflito, exceto para a região onde a estrada já foi aberta, os representantes dos moradores acreditam que é possível uma solução desde que não haja perdas para os ditos posseiros como proposto por eles:

“buscar um diálogo para chegar a um acordo de indenização ou recompensação, levando projetos que possa beneficiar estes e melhorar as condições de vida de cada indivíduo”

Há nas comunidades uma perspectiva de se conseguir indenização das posses. Essa indenização será mais significativa para os moradores mais antigos, que já não possuem investimentos na área ou desejam uma vida mais tranqüila na cidade. Para os moradores mais jovens, a chegada de um “projeto” para a comunidade gera expectativas de permanência na comunidade e conseqüentemente a possibilidade de obter algum trabalho.

Não foi definido pelos moradores quais “projetos” devem ser instalados em suas comunidades. A exceção da comunidade de Santana que propôs a instalação de criadouros para animais silvestres. Os moradores não propuseram a instalação de posto de fiscalização para o Pema. Pareceu haver certa “disputa” entre as comunidades quando se referiram à região de conflito. Essa disputa pode ser percebida pela delimitação das áreas de uso de recursos, como se uma comunidade transferisse para a outra a área caracterizada como conflito e assim transferindo o problema.

Essa atitude pode ser percebida na apresentação do mapa e as propostas de zoneamento das comunidades de Santana e Maxirá/ Maxirazinho, quando estes últimos fizeram observações sobre as atividades dos moradores de Santana. Ficou claro para os

moradores que poderá haver proibições e até mudanças, porém estas deverão ser negociadas com as comunidades e no Conselho Consultivo do Pema.

O interesse em participar do manejo do Pema foi comum a todas as comunidades. Inclusive se prontificaram a atuar na recuperação da área próxima a Ilha Grande. Nenhuma comunidade propôs ou delimitou a zona de ocupação temporária. São nessas zonas, segundo o roteiro metodológico, onde a ocupação ou a utilização de recursos naturais é permitida e se estabelecem os termos de compromisso entre os gestores e as comunidades para o uso dessas áreas em um determinado período de tempo.

As comunidades do entorno do Pema não se manifestaram sobre isso, e quando questionadas alegaram que não é uma zona proposta como definitiva, pois, em algum momento, eles teriam que abandonar o uso das áreas. Para a comunidade de Lages não é interessante esse procedimento, pois, segundo eles: “nós já adoamos parte de nossas terras de posse dentro do parque, então não. é bom perder mais”.

#### *A proposta de zoneamento dos pesquisadores*

Para os pesquisadores, o zoneamento do Pema deverá ter como pano de fundo os sítios arqueológicos e a conservação da região de mata, onde predomina a vegetação de cerrado. A zona de uso extensivo englobou toda a área do parque e as regiões onde estão situadas as áreas de uso de todas as comunidades do entorno. Entenderam os pesquisadores que, nesse momento, para o zoneamento do Pema até que seja realizada a total implementação deverá ser proposto o termo de compromisso para que os moradores possam se manter.

Todas as áreas onde há pinturas rupestres, cavernas e sítios arqueológicos forma delimitadas como zona histórico-cultural. Estas seriam as áreas da Pedra do Pilão, Serras da Lua e da Serra do Ererê. A zona de recuperação abrangeria a região do entorno da Ilha Grande até a proximidade da pedra da caverna pintada. Essa região ficaria fechada para visitantes até que as ações de recuperação da área sejam finalizadas. Foi uma decisão unânime entre todos os participantes da oficina em função dos estragos vistos nos demais sítios.

A “porta de entrada” do Pema, localizada entre o Arouxi e a Serra do Bode, foi designada como zona de uso especial. Foi proposto como manejo para região da Ilha Grande a instalação de infra-estrutura para uma base de pesquisa com acesso aos moradores das comunidades. Nas zonas de ocupação temporária, como programa de manejo, seriam realizadas pesquisas voltadas para análise do manejo dos recursos utilizados pelos moradores.

A zona de conflito ficou estabelecida na região onde está sendo construída a estrada de acesso a Santana e Paytuna. Para o manejo desta zona foi sugerido um acordo de compensação para o Parque (Figura 37). Os pesquisadores, ao proporem este zoneamento, levaram em consideração os resultados de suas atividades de campo e a relação de uso dos recursos estabelecida pelos moradores na área. A de se considerar que este zoneamento é muito inovador, pois admite que os moradores continuem suas atividades de uso de recursos dentro da região de uma unidade de conservação proteção integral (Figuras 35 e 36).



Figura 35 - Pesquisadores elaborando suas propostas de zoneamento para o Pema.



Figura 36 - Comunitários do entorno conjugando suas propostas de zoneamento para o Pema.

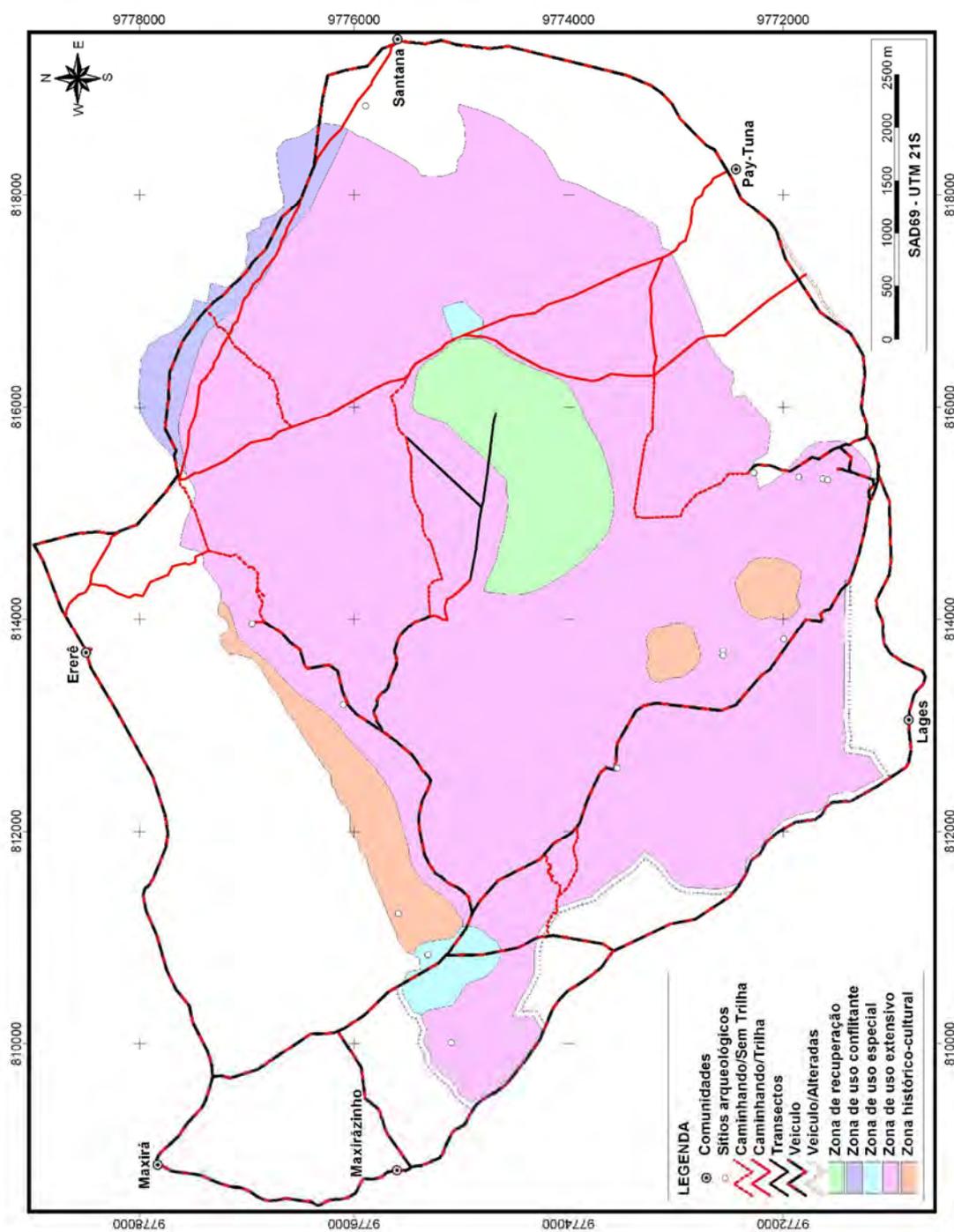


Figura 37- Proposta de Zoneamento dos pesquisadores para o Pema.

### *A proposta conjunta dos moradores e dos pesquisadores para o Pema*

Foi desenhada uma proposta comum para o zoneamento e discutidas as ações de manejo para o parque pelos moradores e pesquisadores (Figuras 38 e 39). Cada alteração foi avaliada em conjunto pelo grupo. Nesse exercício surgiram novas áreas para a delimitação das zonas de uso especial (Figura 40). As áreas ao redor da Ilha Grande foram categorizadas como zona de conflito por ser onde ocorre maior desmatamento para o plantio de pasto. O objetivo de marcar essas áreas como zona de conflito suscitou a idéia de inseri-las no texto plano de manejo como prioritárias para tomada de decisão. Com isso, buscou-se chamar a atenção dos gestores para que tomem providências imediatas para solucionar a questão fundiária do Pema. Segundo alguns dos moradores: “as pessoas têm consciência não usam estas áreas do pé das serras”

As zonas de uso extensivo passam a ser delimitadas nas regiões onde estão situadas as comunidades de Lages e Paytuna, segundo os pesquisadores, por ser essa a região pouco alterada. Todas as áreas onde estão os sítios arqueológicos e as pinturas rupestres foram delimitadas como zona histórico-cultural, são as áreas da Pedra do Pilão, Serras da Lua e Serra do Ererê.

A região da Pedra do Mirante, a área do pé da serra interna ao Pema até a borda da região da Ilha Grande foi o local proposto como sendo a zona de ocupação temporária que atenderia aos moradores do Ererê, Maxirá e Maxirazinho. As outras regiões delimitadas para zona de ocupação temporária atenderiam aos moradores da comunidade de Lages e Paytuna e Santana. Seriam então estabelecidos os Termos de Compromisso com as comunidades para uso dos recursos, até a total implementação do Pema. Os moradores do Ererê sugeriram também a elaboração de acordos de uso para essa zona. É nessa área que eles coletam sementes para confecção dos artesanatos.

A proposta de manejo para a zona de ocupação temporária inclui a realização de pesquisas participativas, voltadas para análise do manejo dos recursos utilizados pelos moradores. A entrada oficial do Pema e designada como zona de uso intensivo estariam localizadas entre o Arouxi e a Serra do Bode. Nessa área se propôs a instalação do centro de visitantes.

Além da região da Ilha Grande, a área próxima a estrada dos Andrade foi designada como zona de recuperação, por ser considerada uma região demasiadamente explorada. Para essa zona, a proposta de manejo foi de manutenção de área para a pesquisa onde seria instalada infra-estrutura, além de acesso permitido aos moradores.

As outras zonas de uso especial foram situadas nas proximidades das comunidades. Elas seriam os pontos de instalação de guaritas para a fiscalização e postos de atendimento aos visitantes do Pema e acesso direto as comunidades do entorno do parque. Os locais

para instalação das guaritas foram indicados pelos moradores. Segundo eles, são nesses locais que ocorrem à retirada de recursos do Pema de forma clandestina.

Para os pesquisadores, a premissa básica para a implantação das ações de manejo do Pema, além das normas legais existentes, é considerar a participação dos moradores nas atividades pertinentes. Algumas dessas atividades de manejo sugeridas envolvem a gestão dos recursos naturais. Assim, a realização de estudos e levantamentos da história do uso dos recursos naturais seria o alicerce para a elaboração dos programas de gestão de recursos para na região do entorno do Parque.

Quanto à questão da elaboração de termos de compromisso e acordos de uso que irão nortear as atividades dentro do Pema foi sugerido que tanto as comunidades quanto os que promovem a visitação deverão ser envolvidos na discussão. Com relação às ações compensatórias observou-se que serão necessários estudos mais técnicos e históricos sobre a região e a avaliação deverá ser em conjunto com os moradores.

As ações de manejo que tratam da visitação e uso público do parque foram significativas para os representantes dos moradores. Um dos programas de manejo sugerido envolve um estudo de viabilidade para a realização de programas de hospedagem na casa dos moradores do entorno. Eles consideram esta ação como promissora, pois reconheceram que: “assim a gente pode ter algum ganho”, comentário do seu Otávio, da comunidade de Maxirá. Os programas que envolvem capacitação também ganharam o entusiasmo das comunidades. Os programas de condutor de visitantes e o de formação de pára-pesquisadores foram considerados como os mais promissores.

É fato que à exceção do Parque Estadual da Serra das Andorinhas, nenhum parque estadual no Pará possui ainda plano de manejo aprovado. A situação sequer é contornada pela elaboração de normas de uso do parque, que visam a estabelecer regras mínimas de uso, de forma provisória. Os gestores teriam como dialogar com os atores sociais com base em regras formais. No entanto, isto não significa que a gestão do parque funcione adequadamente. O plano de manejo é muito mais que um simples livro de normas. Ele embute um diagnóstico socioambiental que, com a participação da comunidade do entorno, pode identificar parcerias, conflitos existentes ou potenciais e indicar os meios de gerir o parque de modo mais efetivo.

Para se conservar e manejar uma unidade de conservação de proteção integral como o Pema, há a necessidade de se elaborar um programa para apoiar a implementação da gestão participativa. Nesse programa, a formação de lideranças locais é primordial. A promoção da compatibilização dos planos de desenvolvimento regional entre os atores interessados também poderá contribuir para se alcançar o manejo da unidade de conservação. Essas atividades ou políticas devem ser desenvolvidas no âmbito do estado

ou até mesmo do município. As formas de gestão devem priorizar a distribuição de benefícios ao coletivo, deverão respeitar a cultura local e ser ecologicamente sustentáveis.

Não foi proposto mudança de categoria da unidade. Está se propondo a inclusão social dos moradores do entorno do Pema para alcançar a manutenção da biodiversidade em uma unidade de conservação de proteção integral, localizada em um enclave de cerrado na Amazônia. Espera-se que as proposições resultantes do plano de manejo do Pema sejam inseridas nas políticas da Sectam para a região. Entre esses resultados a inclusão social dos moradores do entorno deverá ser iniciada com a criação e instalação do conselho consultivo do parque. E nesse conselho a garantia de assento e voz para os representantes das comunidades do entorno. Lembro que por meio dos conselhos consultivos é que se espera atingir a tão sonhada gestão participativa nos parques.

A diretriz do Snuc em seu Artigo 5º. Parágrafo III: “Propõe assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (Brasil, 2000). Para garantir que o Conselho Consultivo do Pema seja instrumento efetivo de participação da sociedade e de ajuda à gestão é necessário que as discussões realizadas dentro deles e as propostas ou demandas daí advindas sejam realmente levadas a sério pelos gestores, mesmo que não possam ser sempre aceitas ou atendidas.

A proposta de criação de zonas de ocupação temporária, conforme previsto no Roteiro Metodológico e posteriormente a elaboração dos acordos de uso e manejo, são primordiais para os moradores. Esta ação poderá permitir o estabelecimento de uma futura relação pautada na necessidade de se caminhar rumo a uma gestão mais envolvida com a sociedade em geral e as comunidades locais em particular. A participação e o envolvimento dos moradores do entorno na elaboração do plano de manejo do Pema não é um caso isolado na Amazônia. O diferencial é que, nesse caso, atua-se em uma unidade de conservação de proteção integral sob gerência do estado.

No Brasil, várias análises de eficiência e eficácia do manejo de parques têm apontado que somente a adoção de estratégias colaborativas não é suficiente para garantir o sucesso da gestão de um parque. Fatores como a falta de recursos e de processos gerenciais adequados prevalece nos órgãos responsáveis pela gestão ambiental.

Vale lembrar outras regiões onde acordos de uso de recursos constam dos planos de manejo. Os exemplos relatados por Primack e Rodrigues (2001), em parques na África e no Nepal, onde há permissão para as populações utilizarem recursos das unidades de conservação. Em vários parques africanos há permissão de abate de grandes animais de caça para o consumo da população local. No Nepal, a colheita de bambu e sapé no Parque Nacional Chitwan pela população local é permitida e, no Brasil, um exemplo recente desse

procedimento foi o termo de compromisso assinado entre o Ibama e as comunidades para uso de pescado na Rebio do Lago Piratuba no Amapá (Ibama, 2006).



Figura 38 - Apresentação do mapa do zoneamento das comunidades do entorno.



Figura 39 - Mapa lúdico com proposta dos comunitários e pesquisadores para o zoneamento do Pema.

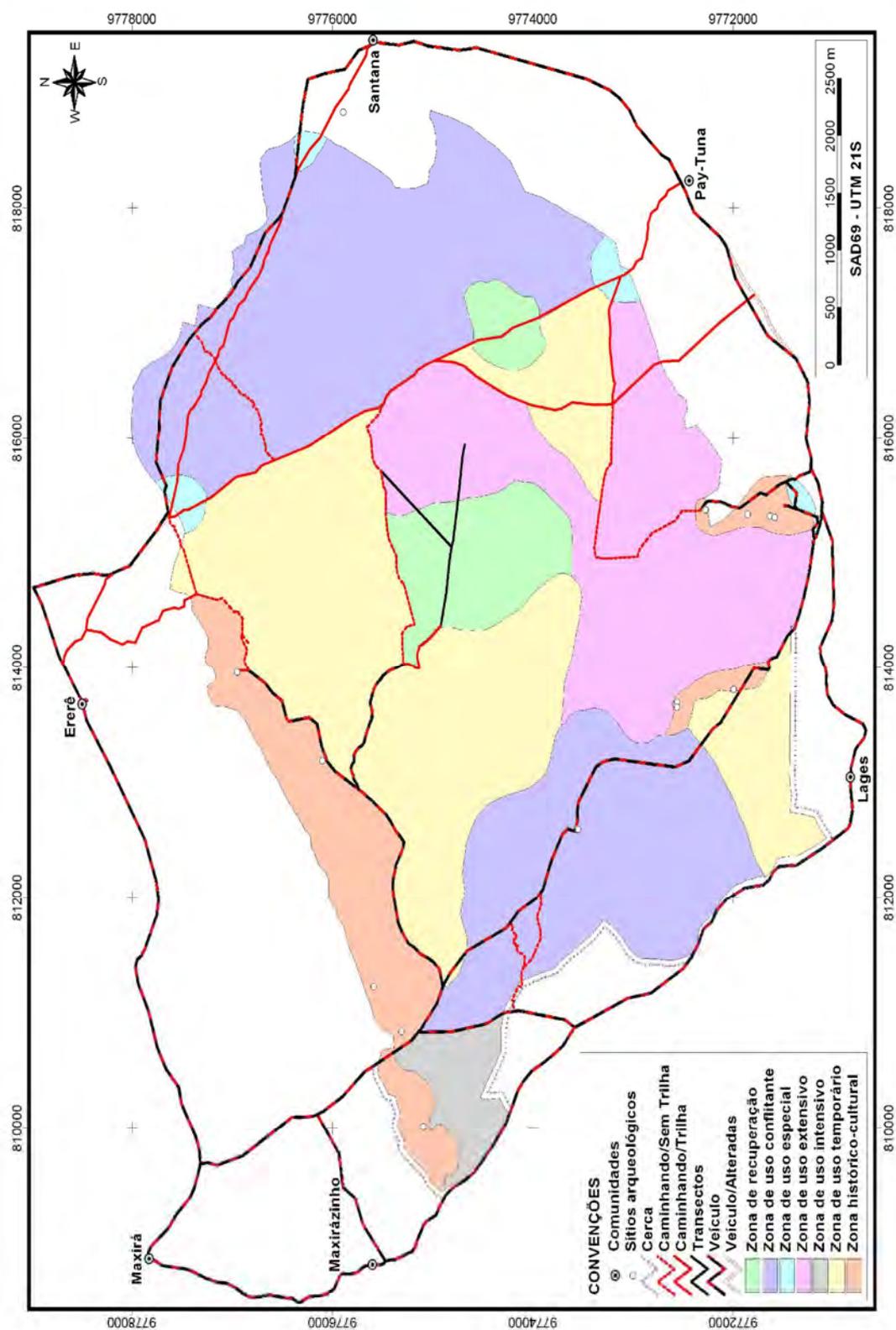


Figura 40 - Mapa conjunto, elaborado pelos moradores e pesquisadores para o zoneamento do Pema.

#### 10.4 ENCONTROS E EMBATES: A PERCEPÇÃO LOCAL DO PEMA

*“Isso aqui é muito antigo, antes de existir monte alegre, já existia o Ererê..., a natureza é quem criava a gente” D. Elza, 87 anos moradora de Santana*

A partir da forma de como os moradores do entorno delimitaram as zonas de uso do Parque foram perceptíveis os seus conhecimentos da região e a compreensão dos espaços, onde cada comunidade vive e detêm foram determinantes. A identidade, a afetividade e o respeito mútuo pela história de uso e ocupação dos territórios que cada comunidade tomou para si, mostraram o conhecimento de que, em um futuro próximo, esses espaços pertencerão ao Estado.

Embora a criação e o estabelecimento do Pema sejam uma realidade, não deixa de ser uma ameaça aos territórios, enquanto espaços de moradia e produção, onde os moradores se mantêm tanto socialmente quanto materialmente. São nesses espaços que foram construídos suas estratégias de organização e uso dos recursos. Nesse processo estão em jogo os patrimônios acumulados ao longo das gerações que nessas áreas se estabeleceram, constituíram suas terras, construíram seus saberes, seus territórios de uso dos recursos e o que conseguiram acumular de capital. Remete também a disputas em dimensões individuais (como as áreas de caça); familiares (grupos domésticos que se apropriam de coleta de cajuí e sacuri); e regionais (entre comunidades que utilizam uma mesma área para o gado e retirada de madeira).

No entanto, eles desejam ter reconhecidos seus direitos, assim como participar da negociação e do Conselho Consultivo onde a possibilidade de garantir que suas coletas de produtos possam ser mantidas e ser considerada como um esforço bem sucedido para a conservação do Pema. Para as comunidades do entorno do Pema ser parte do processo, é uma vontade por várias razões: para começar ter garantido o acesso aos recursos; resolver as questões fundiárias e definir o direito a terra; e a perspectiva de que haja melhorias para suas comunidades sob forma de projetos.

Com essa atitude, os moradores esperam poder negociar com o governo o uso de alguns recursos, principalmente dos produtos florestais não madeireiros. Uma das propostas surgidas na oficina de planejamento foi a utilização do Termo de Compromisso com as comunidades para regulação do uso de recursos no interior da unidade de conservação.

Para as comunidades do entorno, esse instrumento pode ser traduzido como uma forma de empoderamento local, no sentido de ampliação da participação desses moradores na tomada de decisão. Está claro para as comunidades que irá haver uma redução da utilização dos recursos dentro da unidade, mas para que isso garanta a sustentabilidade das

famílias será necessário que haja outras fontes que permitam substituir os recursos utilizados para a geração de renda.

A acumulação de informações sobre uso de recursos naturais por populações locais tem oferecido aos cientistas modelos de uso sustentável desses recursos. Baseados no argumento de que essas populações sabem usar e conservar seus recursos biológicos, a participação nas tomadas de decisão sobre o planejamento e a gestão de unidades de conservação é considerada como fundamental (CUNHA, 2000; CUNNINGHAM e SHANLEY, 2001; BEGOSSI e HANAZAKI, 2002).

Há críticas aos projetos de "etnoconservação" que criaram uma nova batalha pela conservação da biodiversidade e populações locais. Isto tem implicações importantes em termos da relação entre conhecimentos científicos e saber local. De um lado fortalece propostas de conservação sem a presença humana, que pediriam decisões centralizadas e meios de aplica-las. Há ainda os que defendem que a participação de populações locais em projetos de conservação pode gerar prejuízos as próprias populações em virtude das diferentes relações de poder existentes (BRANDON et al, 1998; ESCOBAR, 1998, TERBORGH, 2002).

O parque é visto por todos como uma fonte de geração de emprego e renda. Há uma demonstração por parte das comunidades de ser visível e participe do processo de implementação da unidade o que provavelmente tem reduzido os conflitos. A cobiça sobre o Pema, por parte da prefeitura e de alguns grupos da cidade, está calcada na possibilidade de criar empreendimentos para o turismo e, novamente, a geração de renda entra como componente do "reconhecimento da importância do parque".

Não se pode negar que existem problemas na co-existência de populações locais e unidades de conservação; a normatização existente até hoje não é suficiente para resolver plenamente esta questão. Apenas a participação de representantes das populações locais nos conselhos seja consultivo ou deliberativo das unidades de conservação e planejamentos participativos não garante a participação e a inclusão sociais efetivas. Trata-se, portanto de uma questão política, pois se trata do empoderamento de um grupo até então excluído e é um processo e como tal, está se consolidando e evoluindo.

## CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O envolvimento de populações locais foi institucionalizado como solução para resolução de “problemas”, causados pela ocupação humana em unidades de conservação e seu entorno, um dos aspectos polêmicos na administração de áreas protegidas. A aceitação da ocupação humana em unidades de conservação e em seu entorno ocorreu via debates, relativos às causas sociais da crise ambiental envolvendo ambientalistas, representantes de populações locais e atores institucionais. A adoção da proposição de uso sustentável dos recursos naturais, a regulamentação e o controle do uso dos recursos naturais, com a regulamentação do Snuc, e diretrizes internacionais amplamente discutidas, como a CDB, permitiram expor aos efeitos perversos da exclusão as populações que viviam em parques e seu entorno.

A inserção das causas ambientais, junto aos movimentos ambientais, desencadeou propostas para o extrativismo e a agricultura, atividades de manutenção das populações locais, mantendo seu acesso aos recursos naturais e a sua participação no planejamento e gestão das unidades de conservação.

A constatação da compatibilidade entre o uso dos recursos naturais e a conservação ambiental foi reafirmada por inúmeros estudos a partir de 1980. Esses estudos apontaram as especificidades da relação entre as populações locais e o meio ambiente; e identificaram os problemas socioeconômicos decorrentes da delimitação das unidades de conservação. Dentre eles, os conflitos entre população local e órgãos gestores, resultantes das restrições às práticas tradicionais de uso dos recursos naturais necessários à reprodução social dessas populações.

Assim, o estabelecimento do Snuc permitiu a garantia da participação das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, como por exemplo, a formação dos conselhos consultivos, divulgação de informações à população e a outras partes interessadas. A participação local nas tomadas de decisões e o *saber local* são vistos como possibilidade de contribuição para elaboração de soluções no uso dos recursos naturais.

A adoção das determinações do Snuc ocorreu sob a dinâmica de gestão de unidades de conservação já existentes no país e na Amazônia. Algumas delas sequer elaboraram seus zoneamentos e planos de gestão ou manejo; outras, em menor número, além de já se utilizarem desses instrumentos, contam também com projetos de ação de desenvolvimento e de conservação em andamento.

A política ambiental vigente, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os

objetivos a que se propõem. Essa via é a da inclusão da perspectiva das populações rurais no conceito de conservação e o investimento no reconhecimento de sua identidade, na valorização de seu saber, na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas.

Ao idealizar uma proposta de pesquisa que envolvesse populações locais, seus conhecimentos e saberes para a elaboração e implementação de um plano de manejo, procurei trazer a tona as perspectivas de aliar conservação, conhecimento local e políticas públicas.

Até hoje, lembro das cenas que me chamaram a atenção quando participei do seminário para criação de unidades de conservação em Monte Alegre e que posteriormente me ajudaram a perceber que dali teria um “caso” a estudar, discutir, propor. Assim, por acreditar que os moradores ali presentes deveriam participar, entender, ter voz no novo processo que se configurava na política de conservação, aliado a uma dose de idealismo, constituiu uma mistura de elementos que me levaram a aceitar o convite de “Seu” Arnaldo de voltar e conhecer a sua comunidade.

Ao presenciar a solenidade do evento em que prefeito, representantes do estado, coordenadores, pesquisadores e autoridades discutiam sobre biodiversidade, unidade de conservação, participação, políticas de desenvolvimento para Amazônia, em meio a olhares e expectativas de que mudanças estariam por vir a partir da criação de uma unidade de conservação. Isso me fez pensar: como seria a concretização desse processo? Teria a oportunidade de dar continuidade a experiências que eu já havia vivenciado no Parque Nacional do Jaú, antes das regulamentações e legislações que reconhecessem o conhecimento local e a importância da participação das populações locais nas tomadas de decisão?

O desafio para mim foi o de reunir minha vivência e empirismo a uma proposta acadêmica em que concepções sobre conhecimento local, uso de recursos, territorialidade, políticas ambientais nem sempre se conjugam. Certamente apenas cumpri parte do desafio, visto que o plano de manejo está elaborado e nele as idéias, vivências e história da população do entorno estão inseridas. A perspectiva desenvolvida junto a esses moradores, em um lugar conhecido mundialmente, por sua importância na história evolutiva e ambiental, de ocupação de um enclave de cerrado na Amazônia poderá ter outros desdobramentos.

De todo jeito, busquei construir uma abordagem local, com ênfase nas relações entre populações do entorno e pesquisadores, atores institucionais, políticas ambientais, conhecimento local, legislações pertinentes, no processo de elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual Monte Alegre. Isso resultou na elaboração do plano de manejo, com suas propostas de zoneamento e manejo construídas a partir do envolvimento das

comunidades do entorno e conciliando conhecimento local e científico para a gestão de unidades de conservação de proteção integral.

O modelo desejado para as unidades de conservação de proteção integral pressupõe a proteção e preservação dos recursos naturais da biodiversidade com geração de benefícios para as populações do entorno. Entretanto, a gestão participativa que seria a mola mestra para a conservação da biodiversidade, não está de fato, concretizada nas políticas executivas. Com a ausência de interlocução entre todos os envolvidos, a gestão não se realiza e fica no discurso político, limitada nas apresentações institucionais.

É no local que se encontram as sugestões e até soluções aos impasses e a criação de novas proposições a serem adotadas pelo poder público. Nas reuniões e nas oficinas realizadas nas comunidades, na sede municipal e em Belém, lideranças e representantes das comunidades, pesquisadores e agentes dos órgãos públicos estaduais e municipais debateram a problemática da conservação ambiental, identificaram necessidades e sugeriram ações políticas para sua região. A compilação dessas reuniões que foi inserida no plano de manejo deve ser uma referência para a promoção da implementação do Pema.

Os pontos principais das propostas para o zoneamento e programas de manejo, focalizaram melhorias na condição de vida e na manutenção da utilização dos recursos pelos moradores locais, a definição fundiária de suas terras e financiamentos adicionais que são sinalizados como chegando junto com a proteção ambiental.

Essas colocações refletem o resultado prático obtido: a elaboração do plano de manejo. Poderia “quicá” afirmar que para os gestores, pesquisadores e as instituições este seria o resultado ideal desta tese. No entanto, para as comunidades, a participação na elaboração do plano de manejo será para elas uma possibilidade de se tornarem visíveis para esses mesmos gestores, ou pesquisadores e até para as instituições e com isso verem atendidas muitas de suas necessidades. A conservação da biodiversidade, a proteção do meio ambiente e os demais requisitos que envolvem uma unidade de conservação e seu plano de manejo tornaram-se coadjuvantes.

A maior parte das unidades de conservação da Amazônia ainda não conseguiu deslanchar como uma proposta de conservação aliada à participação das populações locais seja em seu interior ou no entorno. Boa parte delas está na fase de desenvolvimento e implantação de seus planos de manejo, buscando alcançar um controle mais efetivo de seus objetivos de criação, a conservação da biodiversidade. Por isso, é necessário realizar estudos sobre experiências de gestão em unidades de conservação, em termos de efetivação dos planos de manejo, da estruturação dos conselhos consultivos, participação da população local, associando benefícios da biodiversidade, para a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Das análises desenvolvidas, instrumentos de gestão participativa, abordagem sugerida pela UICN, se aplicado as práticas dos gestores das unidades de conservação devem contribuir para redução da pobreza das comunidades do entorno por meio de geração de benefícios.

Esses benefícios se traduzem em programas de desenvolvimento capazes de gerar a tão esperada “melhoria de nossa vida” e devem contribuir para a implantação de tecnologias inovadoras, preferencialmente ligadas as formas locais de produção e relação social. É importante que as comunidades participem dos debates e das propostas para a gestão da unidade, certamente terão contribuições a dar. Vale lembrar que as comunidades do entorno estão situadas na unidade de conservação APA Paytuna, categoria de uso sustentável que permite a utilização de recursos, implantação de projetos e programas de desenvolvimento.

O imbricamento da etnobiologia e etnoecologia com as políticas ambientais permite que os conhecimentos tradicionais, os modos de vida e entendimento de espaços e territórios de comunidades seja utilizado para gestão participativa e aplicado as políticas de conservação. No que se refere à aplicabilidade, há um crescente reconhecimento de que fatores sociais devem ser levados em conta em estratégias de manejo para gestão de unidades de conservação.

Este estudo ganha relevância na medida em que o governo do Estado do Pará, em sua proposta de estruturação dos seus órgãos ambientais, está buscando parcerias e multiinstitucionalidade para a implementação dos planos de manejo. No entanto, é urgente a necessidade de superar as incertezas existentes sobre como deve funcionar a gestão de unidades de conservação de proteção integral e qual é a metodologia mais adequada para a elaboração e implementação dos planos de manejo.

Vale ressaltar que a Sectam abriu concursos públicos e está revendo a sua estruturação do ponto de vista político, estabelecendo uma secretaria somente de “meio ambiente”. A elaboração e institucionalização do sistema estadual de unidades de conservação trarão formas de garantir a implementação dos planos de manejo com base participativa.

Fica evidente a necessidade de estudos de casos específicos, comparativos, pró-ativos e, (por que não?) participativos, com os mais diversos olhares, para identificar com melhor precisão as dificuldades e contradições – assim como também seus avanços –, visando transformar um “discurso consensual” e um “embasamento legal” em uma efetiva democratização da gestão ambiental pública.

O envolvimento comunitário, bem sucedido nas pesquisas sobre a biodiversidade e também no esforço de elaboração de zoneamento e propostas para o manejo do Pema, exige que as tomadas de decisão e as responsabilidades sejam compartilhadas entre todos os parceiros. Isto significa que as instituições burocráticas necessitam abrir mão do controle

hegemônico e delegar responsabilidades aos grupos comunitários que demonstrem interesse e habilidade em assumir certas tarefas.

A elaboração do plano de manejo do Pema representou um importante resultado para as futuras ações políticas do Estado no que se refere às questões ambientais. Ele foi projetado para levar adiante os objetivos iniciais do Pema com sua ênfase na consulta e na disseminação da informação por meio da pesquisa participativa, ampliando o seu escopo para abranger a criação uma estrutura de gestão capaz de lidar mais adequadamente com as complexidades sociais e ecológicas do monitoramento da biodiversidade. Este poderá se transformar num mecanismo capaz de articular o conhecimento local e os valores comunitários com a ciência e política, corporificando uma abordagem pró-ativa e integrada que combine uma visão de longo-prazo com projetos orientados para a ação que implementem o manejo do Parque.

Os dois principais desafios a serem superados pela gestão ambiental para implementação do Pema dizem respeito à definição do seu papel em relação às agências (científicas e reguladoras) e às iniciativas locais, bem como à garantia de que as iniciativas serão desenvolvidas num espírito de cooperação, onde nenhum dos vários grupos participantes domine o processo. A implantação do conselho consultivo deverá obedecer às necessidades dos gestores, da população do entrono e da cidade. O êxito desse plano de manejo dependerá da percepção de sua importância para o cumprimento do mandato das agências governamentais e também de sua relevância em termos da representação dos interesses das comunidades. Provavelmente, uma forma de parceria que precisa ser mais ativamente cultivada no futuro é a ligação entre a pesquisa científica e os empreendimentos comunitários existentes na área estudada.

A experiência gerou novos desafios e as lições aprendidas forneceram valiosos *insights* sobre as implicações conceituais, metodológicas e práticas da aplicação de uma abordagem integrada para iniciativas de conservação da biodiversidade. A participação de populações locais na elaboração dos planos de manejo de todas as categorias unidades de conservação deve ser considerada.

Não será possível mudar as atitudes societárias com relação à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade a não ser que haja algum tipo de entendimento dos fatores que influenciam a criação e implementação de unidades de conservação. Isto exige um entendimento mais amplo das implicações da mudança nas relações de poder, como resultado de processos envolvendo múltiplos atores sociais e das necessidades institucionais de assegurar a gestão ambiental. Talvez iniciativas capazes de promover a articulação da ciência com o conhecimento local possam contribuir significativamente no sentido de proporcionar uma compreensão mais profunda da importância da biodiversidade para todos os envolvidos.

Essas iniciativas poderão contribuir também para enraizar as experiências individuais da população num esforço mais amplo de inventário, monitoramento e utilização de recursos biológicos – um pré-requisito para o seu uso sustentável, conforme proposto pelas comunidades do entorno.

A fim de assegurar um envolvimento ativo dos cidadãos em iniciativas relacionadas à conservação da biodiversidade, é essencial viabilizar o seu envolvimento em atividades de gestão local. Ao mesmo tempo, as comunidades não poderão levar a termo novas iniciativas se não receberem apoio científico, técnico e financeiro adequado.

Uma abordagem integrada deveria ser transdisciplinar, para tornar inteligíveis as interações entre o comportamento humano e os processos ecológicos. Deveria transpor e construir pontes entre as ciências naturais e sociais e facilitar as ligações entre os cientistas, as comunidades e os formuladores de políticas.

Por fim, a pesquisa participativa fomenta a mudança social por meio da construção da capacitação e do empoderamento da comunidade. A gestão participativa promove um entendimento, mediante a pesquisa interdisciplinar e tomadas de decisão, envolvendo múltiplos atores sociais.

A elaboração do Plano de manejo do Pema articulou o conhecimento científico com o conhecimento local e com a conscientização das comunidades sobre a problemática da biodiversidade. Por meio de um processo de aprendizagem social e de investigação transdisciplinar, todos os participantes dispõem agora de um melhor entendimento das questões científicas e sociais que lhes dizem respeito e estão começando a reconhecer que, juntos, eles podem ser parte da solução - sem dúvida, uma percepção de importância fundamental para a preservação dos recursos biológicos do Pema. Essa nova visão da conservação exige novos papéis para funcionários e gestores e para a comunidade local no manejo de unidades de conservação; isso também exige maior ênfase de treinamentos e comunicação do que habilidades técnicas

A maioria dos moradores do entorno mostraram-se dispostos a apoiar a implementação do Pema. Essa atitude pode ajudar a consolidar uma forma de conservação que seja diferente da utilizada pela maior parte dos gestores de “cima para baixo” que ainda prevalece em muitas regiões da Amazônia.

O governo estadual começa a assumir, ao menos no plano do discurso, a importância da biodiversidade para um desenvolvimento em bases sustentáveis da região. As comunidades do entorno do Pema vão-se apercebendo do fato de que conservar o ecossistema é condição para sua própria sobrevivência, na medida em que dependem de uma exploração sustentável dos recursos biológicos locais como meio de subsistência; conscientizam-se da importância dos seus conhecimentos empiricamente acumulados a respeito dos recursos da região, para o melhor aproveitamento desses recursos. A

população da cidade percebe a importância da conservação da biodiversidade como forma de garantir ganhos econômicos gerados a partir da implantação do Pema.

Embora a Convenção sobre Diversidade Biológica tenha força de lei nos países que a ratificaram, isto não assegura sua capacidade de fazer valer, concretamente, suas determinações.

É talvez na escala do local onde se colocam os mais sérios desafios à sua implementação. A CDB não representa, a conclusão de um processo de negociação internacional com respeito aos diversos aspectos envolvidos com a temática da biodiversidade. Ela é também parte e expressão de uma dinâmica ainda em curso de disputas e alianças no que se refere a seus desdobramentos práticos no território.

É possível afirmar que a biodiversidade vem sendo, ainda que de forma lenta inserida à legislação, às políticas públicas e ao discurso das elites estaduais e regionais. Ao mesmo tempo surgem novos atores, organizam-se novas parcerias e propõem-se novos projetos alternativos de uso da terra e dos recursos naturais da região, o que pode ser percebido como início de mudanças.

No entanto é fundamental o envolvimento e o comprometimento, não apenas dos poderes públicos e dos atores mais diretamente interessados e afetados pela temática da biodiversidade, mas da sociedade como um todo.

## RECOMENDAÇÕES

□ O apoio institucional mostra-se a condição necessária para o desenvolvimento local do qual depende a sustentabilidade. No entanto, as ações dirigidas serão sempre caras e dependentes de fonte de apoio institucional se não houver também investimentos em mudanças em outras esferas sociais para a promoção integral e não fragmentada de sociedades sustentáveis.

□ A visibilidade da vontade de participação expressa pelos representantes das comunidades locais deve ser inserida nas discussões políticas acerca da implementação do Pema, e não como uma atividade apenas dos intelectuais e agentes ambientais da SECTAM, as populações devem ser ouvidas tanto para a constituição dos Conselhos Consultivos quanto da implementação dos programas de manejo.

□ O estado deve garantir que o plano de manejo, tal como foi elaborado pelos moradores, possa ser executado respeitando-se a questão espaço de utilização dos recursos naturais, realizando estudos complementares com o envolvimento direto dos moradores locais.

- Estabelecer junto à prefeitura do município uma política de parceria para conservação do Parque Estadual Monte Alegre e da APA Paytuna.
- A fim de assegurar o envolvimento ativo dos cidadãos na conservação da biodiversidade, torna-se imprescindível criar um senso de apropriação comunitária desse processo, ressaltando assim a conservação da biodiversidade como função principal das unidades de conservação.
- A CDB embora ressalte em seus artigos a prática de ações que fomentem a distribuição dos benefícios, reconhecimento do conhecimento local, estes ainda estão distantes das práticas adotadas pelos gestores e até por pesquisadores que atuam na área de conservação.

## PÓS-ESCRITO: situação atual do plano de manejo

Após a conclusão dos trabalhos de campo e da oficina de planejamento, a Paratur organizou um evento para a apresentação dos resultados obtidos. Esse evento foi realizado na cidade de Monte Alegre para a sociedade local. O evento aconteceu em novembro de 2006 e foram convidados os moradores do entorno, representantes da cidade, Sectam e prefeitura de Monte Alegre. Embora tenha sido amplamente divulgado o comparecimento desses atores no evento foi nulo. Apenas os moradores das comunidades do entorno compareceram. Nenhum representante da cidade foi ao evento para avaliar as propostas surgidas na oficina de planejamento.

Quando conversei com alguns dos moradores da cidade que não participaram das reuniões sobre o Pema, sobre o não comparecimento ao evento a resposta foi: “de que este evento não muda nada”; eles se referiam a lei municipal que propõe a cessão do território do Pema para o município. Para outros moradores da cidade, a decisão já está tomada pela prefeitura que, para eles, é soberana nas resoluções municipais.

Em janeiro de 2007, a Paratur encaminhou o documento final do plano de manejo do Pema à Sectam. Em outubro de 2007, a Sectam emitiu parecer sobre o documento do plano de manejo. Os técnicos da Sectam ao avaliarem o documento retiveram-se a dar sugestões apenas nos dados emitidos pelos pesquisadores quanto à caracterização biológica da área. Não emitiram parecer sobre as atividades de manejo propostas para o Pema. O que permite avaliar que o fato dos técnicos da Sectam não terem participado do processo de elaboração do plano de manejo os fez ter uma leitura do documento, baseada apenas nos seus conhecimentos de formação.

Há que se considerar as mudanças políticas ocorridas no estado do Pará no que se refere à política ambiental, além da mudança partidária ocorrida no governo do Estado, a Sectam passou por uma reestruturação institucional que envolveu suas atribuições, a contratação de novos técnicos, mas não a sua capacitação para a elaboração de planos de manejo. A Sectam foi desmembrada em duas secretarias estaduais: a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (Sedect) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). A Sedect está voltada para explorar diversidade de recursos naturais da Amazônia sem destruí-los. Tem esta secretaria a função de unir ciência, tecnologia e desenvolvimento, a fim de promover uma competitividade baseada no conhecimento e uma exploração ambientalmente mais qualificada dos recursos naturais.

A Sema ficou com a responsabilidade de assumir as atividades de licenciamento ambiental, do gerenciamento das unidades de conservação, do monitoramento ambiental e da educação ambiental. O modelo político ambiental adotado pelo estado do Pará no que se refere à estrutura institucional é uma síntese do modelo de gestão do governo federal.

O estado criou também o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado (Ideflor), que ficará responsável não só pela concessão do uso das florestas estaduais, mas também pela coordenação de toda política florestal para o Estado. Dentre as atribuições da Sema estão, ainda, o incentivo a pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e a projetos inovadores para o uso da biodiversidade.

A renovação no quadro de pessoal técnico; elaboração de políticas ambientais mais rígidas para a liberação de licenças ambientais; e uma postura mais voltada à participação das populações locais foram algumas das mudanças assumidas pelo órgão. Segundo seu diretor, Valmir Ortega, a perspectiva para a implementação dos planos de manejo para as unidades de conservação poderão vir com base em recursos financeiros, advindos da compensação ambiental. Para as unidades de conservação, a proposta imediata é executar a implantação dos conselhos consultivos.

O Simpósio "Conservação de Biodiversidade em Paisagens Florestais Antropizadas", realizado em Belém de 21 a 23 de novembro de 2007, teve como objetivos examinar e quantificar os impactos das populações humanas sobre a biodiversidade das regiões de florestas. Além de discutir os desafios e as oportunidades para a conservação da biodiversidade em áreas protegidas, florestas manejadas para corte seletivo e em regiões com uso intensivo da terra, incluindo a agricultura, silvicultura e urbanização.

Algumas sugestões para a atual política de conservação do Estado do Pará foram propostas pelos pesquisadores participantes. Entre as quais que os técnicos do governo devem "aprender a ouvir "os problemas, advindos das comunidades que utilizam os recursos da floresta. Para eles, a questão da conservação "não é somente cercar *habitat* intactos e jogar a chave fora, conservação tem escalas, gradientes de uso e paisagens que mesmo que pareçam devastadas, tem uso". Carlos Peres (coordenador do seminário).

Para o secretário da Sema, a conservação da biodiversidade no Estado do Pará: "deve ser tratada por um conjunto de iniciativas com ações do governo estadual, federal, municipal e das ONGs". Para ele, há uma carência de consolidação no estado da gestão ambiental e que estas ações políticas devem ser tratadas em fóruns das secretarias estaduais. A nova estruturação da secretaria deve compor uma rede de parcerias, onde a sociedade, as instituições públicas e privadas poderão contribuir.

No quesito unidades de conservação, segundo o secretário, a criação de um fundo de áreas protegidas gerida a partir de recursos, advindos da compensação ambiental, poderá estruturar a esfera pública do estado para gerir e proteger as unidades de conservação e realizar a gestão da biodiversidade.

O documento do plano de manejo do Parque Estadual Monte Alegre, atualmente encontra-se na Sema e na Paratur. Há uma proposta da Paratur para que seja realizada uma reunião em conjunto com os técnicos da Sema e os pesquisadores, além dos

avaliadores do Ministério do Meio Ambiente, ligados ao programa do Proecotur para a avaliação final do documento e dar início as propostas de manejo para o Pema.

No município de Monte Alegre, a prefeitura, segundo seu secretário de agricultura, turismo e meio ambiente, Francisco Lima, ainda não fez a solicitação de mudança do território do Pema ao Estado. Isto ocorre, segundo ele, em função das novas políticas, adotadas pelo estado para as áreas protegidas em geral, e que envolvem o município, como, por exemplo, as políticas de concessão florestal e a Flota do Paru estará contemplada.

Os moradores do entorno do Pema, estão na expectativa da criação do conselho consultivo do parque. Para eles, o caminho percorrido até então não garantiu seu envolvimento nem mudanças no modo de vida.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, U.P.; ANDRADE, L.H.C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, v.16, n.3, p.273-285, 2002.
- ALCÂNTARA NETO, C.P. **Ecologia e pesca dos Maparás, Hypophthalmus ssp. (Siluriformes, hypophthalmidae), no Lago Grande de Monte Alegre, Baixo Amazonas, Pará**. 1994. 268p. Dissertação (Mestrado Biologia)- em Universidade Federal do Pará, Belém.
- ADAMS, et al. O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: Adams, Cristina, Ed.; Murrieta, Rui Ed.; Neves, Walter, Ed. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**./São Paulo: Annablume, 2006.295-321p.
- ALDÉ, L. Etnia pra que te quero. **Revista de História**. v.2 mar. P.16-27, 2007. Disponível em: [www.revistadehistoria.com.br](http://www.revistadehistoria.com.br). Acesso em dez. 2007.
- ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais – Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 2002.827p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- ALMEIDA, F. **Crônicas de Monte Alegre**. [s/Ed.] 1979. 193p.
- ALMEIDA, M. Acre: reserva extrativista do alto Juruá In: **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 1994. 276 p.
- ALMEIDA, A. W. B.. Quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, ciganos, faxinaleses e ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, p. 25-38, 2006.
- AMEND, S. E AMEND, T.- Habitantes en los parques nacionales: una contradicción insoluble? In:\_\_\_\_\_ **Espacios sin habitantes? Parques Nacionales Del America del Sur**. Caracas: Nueva Sociedad, IUCN 1992, p 457-472.
- AMOROZO M.C.M.A Abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais In: DISTASI,L.C **Plantas medicinais: arte e ciência**. Um guia de estudo interdisciplinar. (ed)Ed.UNESP. SP. 1996. p 47-68.
- AMOROZO, M.C.M. Management and conservation of *Manihot esculenta* Crantz. germ. plasm by tradicional farmers in Santo Antonio do Leverger, Mato Grosso State, Brazil. **Etnoecologica**, México , v.4, n.6.p 69-83, 2000.
- AMOROZO, M.C.M. e GELY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas. Barcarena, PA, Brasil.**Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Botânica , Belém, v. 4, n.1,p:47-131,1988

ANGELO MENEZES, M.N.-Ecoturismo como alternativa de desenvolvimento e de sustentabilidade no município de Monte Alegre no Estado do Pará: áreas especiais de interesse turístico e locais de especial interesse turístico. Universidade da Amazônia- 70p 2002. mimeografado.

ARRUDA, R.S.V. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C.(Org.) **Etnoconservação** novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo. NUPAUB, USP, . 2000.p. 273-290.

AUGUSTO, C.; MOREIRA, E. Monte Alegre na visão dos cronistas e viajantes: 1817 a 1913. Em: Lago Grande de Monte Alegre: relato sobre gente, ambiente e conflitos sociais. **Boletim do Museu . Paraense. Emílio Goeldi**. Serie. Antropológica. Belém n. 14, p.91-93.1998.

AZIZ N. A.. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16, n.45, p. 26, 2002.

BARATA, F. Uma análise estilística da cerâmica de Santarém. Separata de: **Revista Cultura do Instituto . de Antropologia. e Etnologia do Pará**, Belém, n. 5, 1953.

BARRETTO FILHO, H.T. Da Nação ao planeta através da natureza. Brasília:UNB,1977. **Série Antropologia**, nº 222,

BARRETO FILHO, H.T. Populações Tradicionais: introdução a crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R; NEVES, W., (Eds). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**./São Paulo: Annablume, 2006. p.109-143.

BARROS, B. S. **Parque Estadual Monte Alegre Situação Fundiária**: relatório para o plano de manejo. [S.l. s.n.] , 2006, 12p.

BARROS, B.S.- **A valorização do trabalho humano no contexto dos projetos de desenvolvimento sustentável**: uma proposta para o parque estadual monte alegre –Pará. 2006.90p Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade da Amazônia , Unama, Belém

BARTHOLO Jr., R.; BURSZTYN, M. **Amazônia sustentável**: uma estratégia de desenvolvimento para Rondônia 2020. Brasília: IBAMA, 1999. 180p

BEGOSSI, A; HANAZAKI, N.; SILVANO, R.. **Ecologia humana, etnoecologia e conservação** In: AMOROZO, M.C.; MING, L.C.;PEREIRA DA SILVA, S.M. (Orgs). SEMINÁRIO EM ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DO SUDESTE: métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia e etnoecologia e disciplinas correlatas,.2002,. Rio Claro **Anais...** Rio Claro: SBEE, UNESP,.. . 2002. p.93-127

BEGOSSI, A.. Use of ecological methods in ethnobotany: diversity indices. **Economic Botany**, v 50, n.3.p:280-289. 1996.

BEGOSSI, A., HANAZAKI, N. E ;PERONI, N. Knowledge and use of biodiversity in Brazilian hot spots. **Environment, Development and Sustainability**, 2: 177-193.,2000.

BENATTI, J.H. **Presença humana em unidade de conservação**: um impasse científico, jurídico ou político?In: SEMINÁRIO DE CONSULTA PROGRAMA NACIONAL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA . Macapá, 21 a 25 de setembro de 1999.. 20p.

BENATTI, J.H. et al Políticas Publicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia. UNICAMP: **Ambiente & Sociedade**, v.6, n.2, 2003.

BENSUSAN, N.. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 176p.

BOISSIÈRE, M. et. al **Biodiversity and local perceptions on the edge of a conservation area, the Tran Village, Vietnam**. Bogor:Center for International Forestry Research , CIFOR, 2006, 106p.

BOLSAFAMÍLIA.Disponívelem [www.saude.gov.br/nutricao/documentos/relatorios\\_finais\\_pbf](http://www.saude.gov.br/nutricao/documentos/relatorios_finais_pbf), Acesso em Dez.2006.

BOO, E. O Planejamento Ecoturístico para áreas protegidas. In: HAWKINS, D.(org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

BONALDO, A.- Levantamento da entomofauna na área proposta para criação de unidade de conservação. Relatório 2001,25p. Mimeografado.

BOULLON, R. **Planificacion Del Espacio Turistico**. México: Trillas. 1986.

BRANDON, K. E. e WELLS, M. Planning for People and Parks: Design Dilemmas. **World Development**, v 20, N. 4, p. 557-570, 1992.

BRANDON, K.E.;REDFORD,K.H.;SANDERSON,S.E.(Eds.) **Parks in peril**: people, politics and protected áreas., EUA, Washington D.C:Island Press, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria n. 242, de 30 de junho de 1999. Disponível em [www.mma.gov.br/portarias](http://www.mma.gov.br/portarias). Acesso em nov. 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - Política nacional de povos e comunidades tradicionais. Disponível em [www.mma.gov.br/texto/politica de povos tradicionais](http://www.mma.gov.br/texto/politica_de_povos_tradicionais) [1] pdf]. Acesso em nov.2006

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** : Lei n° 9.985, de18 de julho de 2000; Decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002. 2.ed. aum. Brasília: 2002, 52p.

BRASIL - Ministério do Meio Ambiente- EDITAL FNMA/PROBIO n°03/2001 Elaboração de projetos no entorno de unidades de conservação de proteção integral em ecossistemas abertos.

BRASIL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE **Convenção sobre diversidade biológica**: Conferência para adoção do texto acordado da CDB - Ato final de Nairobi. Brasília: MMA/SBF, 2000.60p. (Biodiversidade 2).

BRASIL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Gestão Participativa do SNUC**. Secretaria de biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa áreas Protegidas da Amazônia. - Brasília:2004. 205p.

BRASIL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do cerrado e pantanal**. Brasília Funatura, Conservation International, Fundação Biodiversitas, Universidade de Brasília, Brasília, 1999. 26p.

BRASIL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SERVIÇO BRASILEIRO DE FLORESTAS **Avaliação e Identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília, 2002, 404p.

BRASIL MINISTÉRIO DO TURISMO, Plano Nacional do Turismo, diretrizes, metas e programas 2003-2007, Brasília, p. 48, 29 de abril

BRITO, M.C.W. **Unidades de conservação:** intenções e resultados Maria Cecília Wey de Brito, São Paulo : Annablume,: FAPESP, 2000. 230p.

BROWN, K. Innovations for conservation and development.. **Geographical Journal**. V.168,n1,p.6-17., Ma.2002.

CAMPOS FILHO, L.V.S. 2002. **Tradição e Ruptura:** cultura e ambientes pantaneiros. Cuiabá: Entrelinhas, 184p.

CAUGHLEY, G.; GUNN A.. **Conservation biology** in theory and practice. Blackwell Science, Oxford: 1996,.459 p.

CERDEIRA, RGP; RUFFINO, M.L.; ISAAC, V.J. Consumo de pescado e outros alimentos pela população ribeirinha do Lago Grande de Monte Alegre, PA-Brasil. **Acta Amazônica**,Manaus,v.27,n. 3,p. 213-228, 1997.

CHAMBOULEYRON,R.I. **Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre ocupação da Amazônia seiscentista**. Nuevo MundoMundo Nuevos, Debate, 2006. Disponível em :<<http://nuevo mundo.revues.org/index 2260>. > Acesso em Nov.2007

CHILD,B.; DALACLAYTON, B. Transforming approach to CBNRM: learning from Luangwa experience , Zambia. In: MCSHANE, T.O; WELLS,M.P.Getting Biodiversity Projects to Work: Toward more effective conservation and development. New york: Columbia University, 2004,p256-289p.

CIFOR- Guia Básico de Avaliação do Bem-Estar Humano GBA. 1999.79p. (Manuais de Critérios e indicadores, 5),

CONCEIÇÃO, M. F.C.; MANESCHY, M.C.A. Projetos de Colonização: as grandes questões. In:\_\_\_\_. **Amazônia:uma proposta interdisciplinar de educação ambiental:** temas básicos. Brasília: IBAMA, 1994. p.45-71.

CONCEIÇÃO, M.C.A. **Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação Social na Amazônia**. In COSTA, M.J: (Org.) Sociologia na Amazônia. Debates Teóricos e experiências de Pesquisa.. Belém: Universidade Federal do Pará. 2001

CONSENS, M.. First rock paintings in Amazon basin. **Rock Art Res**\_, v.5, n.1, p. 69-72, may. 1988.

CONSENS, M. Arte rupestre no Pará: análise de alguns sítios de Monte Alegre. S. Paulo, **Dédalo** v. I,p.265-278, 1989. Edição Especial.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Machado, R.B., M.B. Ramos Neto, P.G.P. Pereira, E.F. Caldas, D.A. Gonçalves, N.S. Santos, K.Tabor e M. Steininger. 2004. Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Relatório técnico. Disponível em: [www.conservation.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf](http://www.conservation.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf). Acesso em nov. 2006

CORDIOLI, S. **Enfoque participativo** - Um processo de mudança. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Gênese, 2001. 232p.

COSTA, FILHO.A. Desenvolvimento sustentável na Amazônia: o papel estratégico do campesinato. In: VIANA, G., SILVA, M. e DINIZ, N.(Orgs). **O desafio da Sustentabilidade na Amazônia**: Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001, p. 289 – 313.

COUTINHO, L. M. O conceito de Cerrado. **Revista Brasileira de Botânica**. n. 1, p.17-23,1978.

COUTINHO,L.M.. Aspectos da conservação do cerrado brasileiro. Disponível em: [http://eco.ib.usp.br/cerrado/aspectos\\_conservacao.htm](http://eco.ib.usp.br/cerrado/aspectos_conservacao.htm). Acesso em Nov.2007

CRESPO, S.; DRUMMOND, J.A.. O Parque Nacional da Tijuca: contribuição para a gestão compartilhada de uma unidade de conservação Urbana. **Série Comunicações do ISER**. Rio de Janeiro, v.19, n 54, p.20-28, 2000.

CRULS, G. **Hileia Amazônica**. 2. ed. São Paulo:Companhia Nacional, 1955.

CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M **Populações Tradicionais e Conservação**-texto produzido como subsídio apo GT Povos Indígenas e Populações Tradicionais. **Seminário Macapá**. 1999- 9p.

CUNHA, M.M.J.C.;ALMEIDA M. W.B .Indigenous people traditional people and conservation in the amazon- **Daedalus** ,v.129,n.2,p.315-338, 2000.

CUNHA, M.;ALMEIDA M.W.B.(Orgs.) **Enciclopédia da Floresta**: o alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: companhia das Letras, 2002.784p

CUNHA, F.M.B.- Aspectos Morfoestruturais do Baixo Amazonas.In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZONA, 1,1982. Belém, **Anais...**, Belém: 1982.

CUNHA, F.M.B.; CAPUTO, M.V. Novos aspectos da geologia de Monte Alegre e áreas circunvizinhas.. Belém, Petrobrás- **DENOR**, 1974n. 690 A,( Relatório Interno)

DANTAS, E. L. M. **Juventude e Meio Ambiente**. Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato. Setor Juventude Brasília CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL Novembro 2006.13p.

DANTAS S.M. - **Avifauna do Parque Estadual Monte Alegre**. Relatório. 2006.20p Mimeografado.

DECLARACIÓN DE BARILOCHE- SAN CARLOS DE BARILOCHE – PARQUE NACIONAL NAHUEL HUAPI – PATAGONIA ARGENTINA. In: **II Congreso Latino Americano de Parques nacionales y otras Areas Protegidas**: Conservación, Integración y bienestar para los pueblos de América Latina. 2007. 13p. Disponível em: [www.congresolatinoamericanodeparqueyotrasareasprotegidasparques/declaraciondebariloche](http://www.congresolatinoamericanodeparqueyotrasareasprotegidasparques/declaraciondebariloche). Acesso em janeiro de 2008

DERBY, O.A. A Serra do Miaxirá **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etmographia**, Belém. T.II ,n. 1/4), p. 340 – 343 1898. Trabalhos Restantes inéditos da Comissão Geológica do Brasil (1875 – 1878) Pará,.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO –seção 1 n. 249 de 29 de dezembro de 2006, MDA, . Projeto de assentamento – PAE Jaquará-comunidades de Jaquará Cerquinha. Disponível em <http://www.dou.gov.br>\_ Acesso em dez 2007.

DIEGUES, A.C.S.;ARRUDA, R.S.V **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA;. 2001, p.15-74 (Série Biodiversidade, 4).

DIEGUES. A.C.; MOREIRA. A.C. (Orgs). Espaços e recursos naturais de uso comum. USP: Núcleo de Apoio a Pesquisas sobre Populações em Áreas Úmidas Brasileira, São Paulo. 2001.

DIEGUES, A.C.S.. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, USP,. 1994.163p

DIEGUES, A.C.S.(Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos** . 2 ed. São Paulo: Annablume, NUPAUB-USP, HUCITEC, 2000. p.1-46.

DNPM.Projeto RADAM,Brasil. Folha SA 21-Santarém: Rio de Janeiro 1976 (Levantamento de Recursos Naturais).

DOURADO, M. C. C. O.C. **Meio Ambiente no Pará: fato e norma**. Belém :UFPA, NUMA, 1993. 198p. (Universidade e Meio Ambiente,7)

DOUROJEANNI, M.; PÁDUA, M.T.J.. **Biodiversidade** A hora decisiva. Curitiba..UFPR,2001.p173-223..

DOWIE, M. **Refugiados da Conservação** São Paulo:NUPAUB, 2006.7p. Disponível em [www.oriononline.org](http://www.oriononline.org)> Acesso em jan.2006

DRUMMOND, J.A.. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v.4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DRUMMOND, J.A. et al. **O Estado das áreas protegidas do Brasil – 2005**,Brasília, 2006. Disponível em <<http://www.unbcds.pro.br/pub/index> > Acesso em 2006.

DUCKE, A. Relatório II.(de 1919 1 1928) Archivos. Jardim Botânico Rio de Janeiro, n.5 , p.1-175, 1930.

ECOTURISMO no PARÁ.v.16, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.cidadesdobrasil.com.br/meioambiente>> Acesso em fev.2007 .

EGLER, W.A. Contribuição ao conhecimento dos campos da Amazônia. I Gr. Campos de Ariramba. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Nova Série. Belém, n.4, p.1-36, 1960.

ENRIQUEZ, G. E. V.. Os caminhos da bioprospecção para o aproveitamento comercial da biodiversidade na Amazônia. **ComCiencia**, UNICAMP, v. 64, 2005

ELLISON, K. Renting biodiversity- the conservation concession approach. **Conservation in Practice**. V.4, n. 4, p.20-29, 2004.

EMBRAPA- Zoneamento agroecológico do Município de Monte Alegre, Estado do Pará. CPATU, 1999.122p

EMPERAIRE,L., PINTON F., SECOND G Dinámica y manejo de la diversidad de las variedades de yuca del noroccidente amazónico (Brasil) **Etnoecologica**.v.5 n.7 p 38-59.1998

- ESCOBAR, A., Whose nature, whose knowledge? Biodiversity conservation and the political ecology of social movements. **Journal of Political Ecology** v.5. 1998. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em Nov.2006
- EVA, H.D.; et al A land cover map of South America. **Global Change Biology**, v.10,p. 731-744,2004.
- EVANS, Y. Participação Comunitária em Gestão Ambiental: o caso do Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo, Brasil. Department of Geography Queen Mary, University of London Mile End, London E1 4NS, 49p. Janeiro de 2007. Disponível em [www.geog.qmul.ac.uk/docs/staff/4409.pdf](http://www.geog.qmul.ac.uk/docs/staff/4409.pdf). Acesso em Maio 2007.
- FARIA, I. F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Pasos Revista de Turismo y Patrimônio Cultural** v. 3, n.1, p.63-67, 2005. Disponível em: <http://www.pasosonline.org>. Acesso em Nov.2006 ,ISSN: 1695-7121
- FRAJE, T.J P. et al Natureza e mundo vivido: o espaço e lugar na percepção da família cabocla/Ribeirinha. In SCHERER, E; OLIVEIRA, J. A. (Orgs.). **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, p 2006.233-254.
- FEARNSIDE, P.M.; FERRAZ, J. A conservation gap analysis of Brazil's Amazonian vegetation. **Conservation Biology** v.9,p.1134-1147. 1995
- FERNANDES-PINTO, M.J.G.W. Conhecimento etnoecológico de pescadores artesanais de quaraqueçaba (PR). In: DIEGUES AC (Org.). **Enciclopédia Caiçara**, v.i-NUPAUB-CEC/USP. Hucitec São Paulo. 2004, 382 p
- FERREIRA, A.R.. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Ed. Edusp.1986
- FERREIRA, E. J. G. et al . **Peixes Comerciais do Médio Amazonas Região de Santarém – PA**. Brasília: IBAMA/MMA, 1998. 211p.
- FERREIRA, L.C.. dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no vale do ribeira, SP, Brasil **Ambiente & Sociedade**, vol.7,n. 1 jan./jun. p 48-69. 2004
- FERREIRA, M.. Relatório de avaliação da flora da região de Monte Alegre, para criação de unidade de conservação, 2001, 30p. Mimeografado.
- FERREIRA, M.S E R. A. E. Vegetação do parque estadual Monte Alegre, Monte Alegre, Pará, Brasil.. 2006- 19p mimeografado
- FIGUEIREDO, G.M.; LEITÃO FILHO, H.F.; BEGOSSI, A. ethnobotany of atlantic forest coastal communities: diversity of plants uses in Gamboa (Itacuruçá island, Brazil). **Human Ecology**. v.21,.p.419-430. 1993
- FIGUEIREDO, S MANHI, C. Análise Comparativa de Paisagem em Turismo: sistemas de referência. In: RUSCHMANN, D., SOLHA, K.. **Princípios do Planejamento turístico: teoria e prática**. São Paulo: Manole. 2006.
- FRIAES, P. **Monte Alegre: berço das civilizações amazônicas**. Monte Alegre PA: VER, 1995.145p.

FONSECA, G.A.B. et al **Livro vermelho dos mamíferos brasileiros ameaçados de extinção**, Fundação Biodiversitas, . Belo Horizonte 1994, 459p.

FONSECA-KRUEL, V.S ; PEIXOTO, A.L. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**. v.18, n.1, p.177-190, 2004.

FREY K. **Políticas Públicas**: Um debate Conceitual e reflexões referentes à prática da na análise de políticas publicas no Brasil. .

FURTADO, L. G.;NASCIMENTO, I.H. **Caracterização sociocultural do entorno da área prevista para unidade de conservação do município de Monte Alegre**. [S.l.,s.n.]. 2001. . Relatório. 12 pp.

FURTADO, L. G. et al. Lago Grande de Monte Alegre: relato sobre gente e ambiente e conflitos sociais no Médio Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Serie. Antropologia, v. 14, n. 1, p.74, 1997.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993, 486p. (Coleção Eduardo Galvão).

FURTADO. L. G Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia:contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar.. **Boletim do Museu Paraense. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, mai/ago. 2006

GALATTI U. et al - **Relatório Herpetofauna Terrestre (Anfíbios E Répteis)** para o plano de manejo- 2006- 19 p. mimeografado.

GRUPO ESPELEOLÓGICO DO PARA. **Texto Monte Alegre – Geologia, Geomorfo, Clima, Cavernas, etc..** 40 p. 1984 Manuscrit o

GUARIM N. et al. Notas etnobotânicas de espécies de Sapindaceae jussieu. **Acta Botanica Brasilica**. v.14, n.3, .327-334, 2000.

HAGUETE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 9.ed.;[S.I.] Petrópolis.Vozes.2003.

HANAZAKI, N. **Ecologia de caçaras: uso de recursos e dieta**. 2001. 193 pp. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HANAZAKI, N.;et al Diversity of plant uses in two Caiçara communities from Atlantic Forest coast, Brazil. **Biodiversity and Conservation** v.9: p97-615. 2005

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. Science, n.162. 1968.

HARTT, C. F. Inscrições em rochedos do Brasil. **Revista Instituto Archeologico Histórico e Geográfico. Pernambucano**, Recife, n.47, p.301-329, 1895.

HARTT, C.F. A Geologia do Pará. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnografia**, Belém. T.1, n.1-4 , p257-273, 1896.

HARTT, CF. Monte Alegre e Ererê. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, T.2 , n.1-4 ,p. 322 – 340, 1890.

HIDASHI, J. **Catálogo das aves do Brasil, especialmente do Centro Oeste e da Amazônia**. Cuiabá: Companhia de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. 1973, 91 p.

HOMMA, A.K.O. **História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. Brasília: Embrapa, Informação tecnológica, 2003. 274p.

IBAMA. **Roteiro Metodológico: Parques Nacionais, Reservas Biológicas e estações ecológicas do Brasil**. Brasília, IBAMA, 2000

IBASE- **Gestão participativa em unidades de conservação**. Disponível em <http://www.ibase.br>. Acesso em Jul. 2006. 30p.

IBGE- Estimativas censo 2006 Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso dez. 2006

INOUE, C. Y.A.. **Construção do conceito de regime global de biodiversidade e estudo de caso Mamirauá**. O papel da comunidade epistêmica da biologia da conservação em experiências locais que visam conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. 2003.335p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

IORIS, E. Conflitos em Unidades de Conservação com Populações Locais: o caso da Floresta Nacional do Tapajós. In: XII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. FÓRUM DE PESQUISA 3: "CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000.-Brasília, 21P.

IRVING, M. A.; MEDEIROS R.; G. ARAY, I. **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados** Núcleo de Produção Editorial Aquarius, Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio. 138p. 2006

IUCN. **Red List of Threatened Animals**.. Disponível em <<http://www.iucnredlist.org>> Acesso em dez2006. Glan, Switzerland

JANCOSKI, H.; et.al Aspectos etnoecológicos do parque estadual do Araguaia-MT como subsídios para delinear Estratégias de uso e conservação. In: VIII CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 23 a 28 de Setembro de 2007, **Anais...** Caxambu, 2007

KATSER, F. Geologia do Estado do Pará **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia**. Belém, n.9, p.103, 115, 209. 1933.

KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. A conservação do cerrado brasileiro. **Megadiversidade**. v.1, n.1, p.147-155, jul., 2005.

KRAEMER, M. E.P. Ecoturismo e sustentabilidade: o turismo ecológico e a sustentabilidade, Disponível em <http://www.portal do agronegocio.com.br/ecologia/ecoturismo> Acesso em fev.07.

KUSTERS K.; et al . Towards Solutions for State vs. Local Community Conflicts Over Forestland: The Impact of Formal Recognition of User Rights in Krui, Sumatra, Indonesia. **Humam Ecology** v.35 p.427-438 .2007

LE LONTE. **O Estado do Pará**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, 503p.

LEONARDOS, O.H. **Geociências do Brasil**. A Contribuição Germânica, Rio de Janeiro, Fórum Editora, 1973, 345p.

LERNER, L. C. Convenção sobre a diversidade biológica-compromissos assumidos e resultados obtidos pelo Brasil In: III ENCONTRO DAS ANPPAS Disponível em <http://www.anppas.com.br> Acesso em Fev. 2007. **Anais...Brasília**, 2006

LIMA, D.A. Viagem aos Campos de Monte Alegre, Pará. **Boletim Técnico do Instituto Agronomia do Norte**, Belém n 36, p. 99. dez. 1959.

LIMA, D.;POZZOBON, J.Amazônia socioambiental - sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: VIEIRA, I.C.G.; SILVA, J.M.C.; OREN, D.C; D'INCAO, M.A. (Orgs.). **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 195-251.

LINS, C..**Amazônia**: Histórias, lendas e crônicas de Monte Alegre. (s.d.) Monte Alegre 252p

LITTLE, P. - **A Etnografia dos Conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas**. Departamento de Antropologia- Universidade de Brasília, 2001.. 9p. Mimeografado.

LOBATO, C..Áreas de conservação ambiental para o estado do Pará. **Pará Desenvolvimento**. A Amazônia na Constituição, Belém n. 24 p.20-40, 1988

LOBATO, C. Unidades de conservação no Estado do Pará. **Pará Desenvolvimento**. Amazônia eco-visões, Belém, edição especial, p 28-41., Jun.1992

MACHADO, R.B.; et.al. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Relatório técnico. Disponível em <http://www.conservaçãointernacional.org.br> Acesso em out. 2007.

MALDONADO, S.C. **Pescadores do Mar**: São Paulo Ática. 1993.

MARAJÓ, J.C. G.A. B., **A Amazônia**: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brazil/ pelo Barão de M. Lisboa:[S.I.] Typografia Minerva, 1883.

MAROTTI, Paulo S. **Educação e Percepção ambiental das Comunidades do Entorno de uma Unidade de Conservação**.2002. 218p. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos,

MARTIN, G.L. et al. **Managing resources**. People and plants handbook Paris:UNESCO, : /WWF 2001, 40p.

MARQUES, J. G. 2001. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. 2. ed. NUPAUB, USP, São Paulo,Brasil, 258pp.

MARQUES, J.G. **O Olhar (Des)multiplicado, O Papel interdisciplinar e do Qualitativo na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. In: métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia e Etnoecologia e disciplinas correlatas. In: AMOROZO, M.C. et al (org.). I SEMINÁRIO EM ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DO SUDESTE. **Anais...** Rio Claro, UNESP/CNPq. p.31-46. 2002.

MARTIN, G. **Etnobotânica: manual de métodos**. Montevideo: Nordan-Comunidad. , 2001, 240p. Serie Pueblos y Plantas

MAURITY, C. et. al. Estudos das cavernas da Província Espeleológica Arenítica de Monte Alegre - PA . **Cadernos de Geociências**, n.15, p.57-63, 1995.

MEDEIROS, M.F.T; FONSECA, V.S.;ANDREATA, R.H.P. Plantas medicinais e seus usos pelos sítios da Reserva Rio das Pedras, Mangaratiba, RJ, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**. v.18,n. 2, p.391-399, 2004.

MEDEIROS R.. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade** – Vol.9 , n1, jan/jun. p 41-64,2006.

MELO, T. Projeto Nacional de Ações Integradas Público Privadas para Biodiversidade: Documentos de Salvaguardas socioambientais..Disponível em [www.funbio.org.br/publique/web/media/salvaguardas](http://www.funbio.org.br/publique/web/media/salvaguardas). Acesso outubro/2006.

MENDES, L.P.. **Etnoecologia dos pescadores e marisqueiras da Vila de Garapúá/Ba** 2002. 97p.Monografia apresentada ao Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, como parte integrante da disciplina Estágio Curricular Supervisionado (BIO 153), um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas – Recursos Ambientais (Ecologia). Salvador.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração do SNUC. In: BENJAMIN A.H.(coord.), **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 2001. p. 190-231.

MERCADANTE, M. A batalha do código florestal: algumas lições. São Paulo, 2000. mimeografado .Palestra proferida no 4º Congresso Internacional de Direito Ambiental, Instituto o Direito por um Planeta Verde.

MILANO, M. S. Unidades de Conservação técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIN A.H.(coord.), **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 2001. p. 3-41.

MITTERMEIER, R.A; SCHWARZ, M , AYRES, J.M. A new species of marmoset, genus *Callithrix* Erxleben, 1777 (Callitrichidae, Primates) from the Rio Maués Region, State of Amazonas, Central Brazilian Amazonia. **Goeldiana Zoologia**, n.14, p.1-17, 1992.

MITTERMEYER, R.A.;MYER,N.;MITTERMEIER, C.G..Hotspots Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. CEMEX. **Conservation International**.1999

MYERS, N., et al Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** n. 403, p.853–858. 2000.

MEDIDA PROVISÓRIA 2186/2001 na sua versão nº 4946/03.

MORÁN, E. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ. ed. Vozes. 1990, 365 p.

MOREIRA, E.O Direito dos Povos sobre seus conhecimentos associados à biodiversidade: As distintas dimensões destes direitos e seus cenários de disputa. In: BARROS, B.S.;et al (Orgs.) **Proteção aos Conhecimentos das Sociedades Tradicionais**. - Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Centro Universitário do Pará, 2006. p 309-332.

MORSELLO, C.A.. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas: seleção e manejo**. São Paulo. FAPESP. 2001

MUCK, K. As Florestas da Amazônia do Sul. São Paulo: ed. Universitária de Brasília, ed. Polígono, 466p. 1972.

MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. Avaliação Ambiental da área proposta de criação de unidades de Conservação no Município de Monte Alegre. Belém. 2001.68p Mimeografado.

NAZAREA, V.D. A view from a point: Ethnoecology as a Situated Knowledge.In: NAZAREA,V.D.(org) **Ethnoecology: Sitated Knowledge**. University of Arizona.1999.p.3-20.

NEMAYER, M.. Desmatamentos no bioma Cerrado: uma análise temporal (2001-2005) com base nos dados MODIS - MOD13Q1, In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO. **Anais...** Florianópolis, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3877-38

NORDI, N.et.al. etnoecologia, educação ambiental e Desenvolvimento sustentável.In:\_\_\_\_\_. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA, 2001,2003. p133-144.

NUNES, F. A. **Modernidade, Agricultura e Migração Nordestina**:Os discursos e a atuação governamental no Pará do Século XIX. [S.l.;s.n.]

NUNES, F. A.Núcleos Coloniais e Agricultura na Amazônia Imperial: Uso e Ocupação da terra Associação Nacional de História – In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007 8p **Anais...** Florianópolis

NUNES, M.. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da estação ecológica da Juréia-Itatins/SP**. 2003. 150p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA J.R.C. de et al. **Zoneamento agroecológico do município de Monte Alegre**. Belém: EMBRAPA, 1998, 119 p. il.

OLIVEIRA, M.C.C.R. **Evolução do sistema agrário na margem esquerda do baixo Amazonas**. 2002. 147p. Dissertação (Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. – Amazônia Oriental, Belém.

OLIVEIRA, R.ALMEIDA, R.H.; BARROS, B.- **Projeto de pesquisa planejamento participativo para elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável comunitário**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.Mimeografado.

OLIVEIRA, R.; ALMEIDA, R. BARROS, B. S.-Plano de Desenvolvimento Sustentável Comunitário das comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre. Relatório técnico-FNMA. .- 2002. 107p Mimeografado

OLIVEIRA, R.R. - **Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental**. In: III ANPAS, **Anais...** Brasília, 2006.

PAIVA, S. M. C.– **Os Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Turismo, Incluindo o Turismo Ecológico** (Consultoria Legislativa, 25 de abril de 2001 Disponível em: [www.senado.gov.br/conleg/artigos/economia/os\\_programas\\_governamentais.pdf](http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economia/os_programas_governamentais.pdf)/[www.direitoestado.com.br/bibliotecavirtual/520/-44k](http://www.direitoestado.com.br/bibliotecavirtual/520/-44k) Acesso em fev 2007.

PASA M.C.; SOARES, J.J.; NETO, G.. Estudo etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu (alto da bacia do rio Aricá Açu, MT, Brasil). **Acta botânica. brasileira**. V.19.n. 2,p.195-207. 2005

PECHMANN, JWK; et.al.- Declining amphibian populations: the problem of separating human impacts from natural fluctuations. **Science**, n.253, p.892-895, 1991.

PEREIRA, E.S. **O Patrimônio Arqueológico de Monte Alegre**. Relatório técnico, para avaliação ambiental para criação de unidade de conservação em monte alegre. 2001, 12p mimeografado.

\_\_\_\_\_. Análise preliminar das pinturas rupestres de Monte Alegre (PA). **Boletim. Museu. Paraense. Emílio Goeldi**, série. Antropologica., Belém, v.8,n.1,p. 5-24, 1992.

\_\_\_\_\_. **Las pinturas y los grabados rupestres del noroeste de Pará - Amazônia - Brasil**. Valencia, 1996. Tese (Doutorado) Departamento de Arqueologia e Pré-história, Universidade de Valencia. Valência.

PEREIRA, E. S. Avaliação dos sítios arqueológicos para o plano de manejo do parque estadual monte alegre. Relatório. 2006 39p Mimeografado.

PERES, C. Effects of hunting on western Amazonian primates communities. **Biological Conservation**, n.4, p.47-59, 1990.

PESSIS, A. M.. Imagens da Pré-História. **Parque Nacional Serra da Capivara**. 1a.. ed. São Paulo: FUMDHAM/PETROBRAS, 2003. v. 01. 304 p.

PHILLIPS, O.;GENTRY, A. H. The useful plants of Tambopata, Peru: I. Statistical hypotheses tests with a new quantitative technique. **Economic Botany** v.47, n.1p.15-32. . 1993

PIMBERT, M.;PRETTY,J. - Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C (Org) **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza**. NUPAUB-USP, São Paulo, 2000. p.183-223.

PIMENTEL,D.S.;MAGRO, T. C. A imagem arranhada dos parques - uma discussão epistemológica. In: III SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL (IIII SAPIS). 2007 Teresópolis – RJ

PINHEIRO, R.V.L. et al. **Projeto Espeleológico Monte Alegre**, Relatório de Pesquisa 1992. 33p.Mimeografado.

PIRES, JM. Tipos de Vegetação da Amazônia. **Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém – Pa, n.20, p.179-202, 1973.

PNUD -Projeto: Assistência Preparatória para a implementação da fase I do PROECOTUR.: Brasília; Organismo Nacional de Execução: Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Coordenação Amazônica; Organismo Internacional de cooperação:Disponível em <http://www.pnud.org>. Acesso em dez.2006

PRANCE, Quantitative ethnobotany and the case for conservation in Amazonia. **Conservation Biology** v.1,n.4, p.:296-310. 1987.

PRIMAZ- Programa Informações para a Gestão Territorial – Monte Alegre- séries, Solos, Socioeconomia, Turismo, Hidrologia. 189p. 1999.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina, E. Rodrigues, 2001.

PROJETO Políticas Públicas para o meio ambiente. Relatório narrativo final. Brasília. IEA Fundação Ford. 139p 1993

POSEY, D.A.. Indigenous management of tropical Forest ecosystems: the case of the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, v.3,p.139-154. 1985

POSEY, D.A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó).In: RIBEIRO, D. (Ed). **Suma etnológica brasileira**. Vozes, Petrópolis, p. 173-185. 1987.

POSEY, D.A.. Interpreting and Applying the “Reality” of Indigenous Concepts: what is necessary to learn from the natives? In: REDFORD, K.H. & PADOCH, C. (eds.). **Conservation of Neotropical Forests: working from traditional resource use**. New York: Columbia University Press, pp. 21-34. 1992

QUARESMA, H.D. A. B. **O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodual/Maiandeuá**. 2000.220p Dissertação (Mestrado) NAEA/Universidade Federal do Pará, Belém.

RADAMBRASIL, 1976. Folha SA.21-Santarém; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro. Departamento Nacional de Produção Mineral, 522 pp.

REBELO, G.H. O Modo de subsistência dos moradores das comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre: A Vida No Ecótono Savana-Várzea Na Amazônia.. 31p 2006.Mimeografado

REIS, A.C.F. Monte Alegre: aspectos de sua formação. Belém [s.ed.], 1942.

RENT, A.S.G.. **Unidades de Conservação e Desenvolvimento Local:Um Estudo sobre Gestão Participativa tendo como caso A APA – Alter do Chão/PA** Disponível em: [www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/Andrea Rent](http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/Andrea%20Rent) Acesso em out./2007.

REZENDE, W.M. O Mecanismo de Intrusões de Diabásio nas Bacias do Amazonas e Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA,25., 1972, **Anais** .....,1972

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ECOSISTÊMICA DO MILÊNIO [ww.millennium assessment.org](http://www.millenniumassessment.org). março 2005. 60p

RIBEIRO, J.F.,et al Aspectos fenológicos das espécies nativas do cerrado. In XXXII Congresso Nacional de Botânica, **Anais...** Terezina, p.181-1981981.

RODRIGUES, C.A.G. et al. **Relação entre os Cerrados e as queimadas no Parque indígena de Tumucumaque** (Pa) EMBRAPA, v. 54, 33p dezembro-2006.

ROOSEVELT, A. et al. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. **Science**, n.272, p.373-384. apr.. 1996.

RUSCHMANN, D.. O Planejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente. 1994. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RYLANDS, A. B. - The Status of Conservation Areas in the Brazilian Amazon.WWF.. 1991 Mimeografado

RYLANDS, A.B.; BANDON, K.- Brazilian Protected Areas. **Conservation Biology**, Vol.19 no.3, June 2005, 612-18p

SÁ, R. L. Unidades de conservação como instrumento de proteção da biodiversidade eo projeto áreas Protegidas da Amazônia- Arpa. In: BENSUSAN, N.(Ed.)**Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade: como, para que e porquê. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo; instituto Socioambiental- ISA, 2002.

SALATI, E et. al - **Amazônia, Desenvolvimento e Integração** – Ecologia. Brasília CNPq Ed. Brasilienses. 1984.

SALLES, V. Mr. Cousteau e as Itacoatiaras de Monte Alegre. “**A Província do Pará**”, Belém, 26 de ago. de 1984. Caderno 2.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos Direitos**. São Paulo: Peirópolis. 2005

SANTOS, João. **Crônicas do Monte**. Monte Alegre Pará, Prefeitura Municipal de Monte Alegre, 1980. 138p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANO, E.; BARCELLOS, A.O.;BEZERRA, H.S. Assessing the spatial distribution of cultivated pastures brasilian savanas.**Pasturas Tropicales**, Cali,v.22n.3 p.2-15,2002.

SCHERL, Lea M, et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações**. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido, 2006. 60 p.

SCHERER- WARREN,I. **Redes de movimentos sociais**- Edições Loyola, Coleção ESTUDOS BRASILEIROS, 1993, 143p.

SECTAM. Relação das espécies ameaçadas do Estado do Pará. Disponível em [www.sectam.pa.gov.br](http://www.sectam.pa.gov.br). Acesso em set. 2006.

SERAFIM, S. I. L.. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. (Tomo III, Norte – 1). Fundações e Estradas. Século XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. 487p.

SILVA, J.M.C. **Um método para o estabelecimento de áreas prioritárias para a conservação na Amazônia Legal**. Brasília, WWF-Brasil, 1997.

SILVA, J.M.C. et al. Biogeographic patterns and conservation in the South American Cerrado: a tropical savanna hotspot. **BioScience** v. 52, n. 3, p. 225-33, mar. 2002

SILVA M.J.; NIVALDO, N.. **Pescadores, peces, espacio y tiempo: un abordaje etnoecológico**. v. 31, n.5 p.358-363. Disponível em. [www.scielo.org.ve/scielo](http://www.scielo.org.ve/scielo). Acesso em mayo 2006

SILVA, M.F.F. s/d. **Vegetação: análise fitoecológico e de paisagem em Monte Alegre** Relatório. 9 pp.

SILVA J.M.; PASTANA, J.M. do N. Síntese geológica e vegetação do município de Monte Alegre-Pará. DNMP-CPRM 1999.70p.

SILVEIRA, L.T et al - Roteiro Espeleológico das Serras do Ererê e Paytuna (Monte Alegre-PA). Belém. s.n.t., 1984. Manuscrito inédito do Grupo Espeleológico Paraense – GEP. II

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO- SNUC- MMA/ 18 Julho de 2000- Decreto lei nº9. 985.25p.

SMITH, A., H. MARSH. Management of traditional hunting of dugongs [Dugong dugon (Müller, 1776)] in northern Great Barrier Reef, Australia. **Environmental Management** 14: 47-55. 1990.

SOARES, B.C., et al Desenvolvimento Sustentado e Consciência ambiental : natureza, sociedade e racionalidade. **Ciência & Cognição**. V.10, p.42-49. 2004. (Submetido: 22 de julho de 2004 / aceito:30 de julho de 2004/ISSN 1806 – 5821 – Publicado on line: 31 de julho de 2004 Disponível em: <<http://geoticias.yahoo.com.br/cienciasecognição/>>)

SOARES, et. al, - **Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCS de Proteção Integral/ Maria Clara Couto (Coord.)** . Nurit Bensusan e Paulo Sérgio Ferreira Neto. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002. 112p. (Série Estudos Funbio: n.4)

SOUTHWORTH, J. et al. "Protected areas." In: CUTLER J (Eds). Encyclopedia of Earth. Cleveland (Washington, D.C.: Environmental Information Coalition, National Council for Science and the Environment). [Published in the Encyclopedia of Earth May 26, 2007 Disponível em . <[http://www.eoearth.org/article/Protected\\_areas](http://www.eoearth.org/article/Protected_areas)> Acesso em Out.2007

SOUZA e SILVA JR. et. al. **Inventário da diversidade de mamíferos do Parque Estadual Monte Alegre**. Município de Monte Alegre, Pará. 2006, 27 p., Mimeografado

TAKEUCHI, M.A. Estrutura da Vegetação Amazônica II. As Savanas do Norte da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova Ser. Bot., Belém. n.7, p.1 –14, 1960.

TERBORGH, J. **Tornando parques eficientes**. Curitiba, ed. UFPR, 2002.

THIOLLENT, M.. **Metodologias da Pesquisa-ação** – São Paulo: Cortez, 2003. 107p. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

TOLEDO, V.M. What is ethnoecology? Origin, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecológica**. v. 1, n.1, p.5-21, 1991.

TOLEDO, V. M Estudar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México. In: **La modernización rural en México: un análisis socioecológico**, Estudios Agrarios 2000 UNAM. P.55-90. México

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983, 250p.

TUXILL, J; NABHAN, G.P.- Plantas, Comunidades y Areas Protegidas: una guía para el manejo in situ. Montevideo, Uruguay, Ed. Nordan-Comunidad. 2001, 227p. **Serie Pueblos y Plantas**.

UENO, Koji, **História de minha vida: um imigrante japonês**. Monte Alegre, [s.n.] 2005, 39p.

UICN. 2003. V Congreso Mundial de Parques: Acuerdo de Durban e Recomendaciones. Durban.

VERMEULEN, S.; SHEIL, D.-Partnerships for tropical conservation. **Oryx** Vol 41 No 4 October 2007. p. 434–440

VIANNA, L.P.. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de “população tradicional” no contexto das unidades de conservação**. 1996. 207p. Dissertação (mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

WISEU, R. Relatório de avaliação geológica de Monte Alegre, para criação de unidade de conservação. 2001 34p. Mimeografado

WISEU, R. ALMEIDA , C.- Relatório de aspectos abióticos da região do Parque estadual Monte Alegre. 2006,45p Mimeografado.

VIEIRA, I.C.G.; FERREIRA, L.V.; HOMMA, A . K. O. Programa de C&T para recuperação de áreas alteradas no arco do desmatamento da Amazônia. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Relatório Final). 2006. 108p. Disponível em: [http://www.sbpnet.org.br/documentos/Relatorio\\_final-SBPC-Amazonia.pdf](http://www.sbpnet.org.br/documentos/Relatorio_final-SBPC-Amazonia.pdf). Acesso em Fev. 2007

VIERTLER, R. Métodos Antropológicos como ferramenta para Estudo em Etnobiologia e Etnoecologia. In AMOROZO, M.; MING. L.C.; SILVA, S.P.(Orgs.). **Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste**, 1.,2. Rio Claro: UNESP/CNPQ, 2002.

WALLACE A.R. 1889. **Viagem pelos rios Amazonas e Negro**. Tradução: Eugênio Amado. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979, 317 p.

WATSON, A., L. ALESSA,; B. GLASPELL.. The relationship between traditional ecological knowledge, evolving cultures, and wilderness protection in the circumpolar north. **Conservation Ecology** 8(1): 2. online] URL: <http://www.consecol.org/vol8/iss1/art2/2003>

WEBER, A.N. do Amaral et al. **Políticas Públicas em Biodiversidade**: Conservação e uso sustentado no País da Megadiversidade, p.01-22, Disponível em: ([http://www.hottopos.com/havard1/politicas\\_publicas\\_em\\_biodiversidade.htm](http://www.hottopos.com/havard1/politicas_publicas_em_biodiversidade.htm), Acesso fev. 2007)

WELLS, M.P.;MCSHANE,T.O. Integrating protect area management local needs and aspirations. **Ambio**,vol.33, N.8.Dezembro ,2004.503-513p.

WELLS, M.P.,BRANDON,K. People and parks: linking protected area management with local communities.WWF, Washington, D.C. 2004

WESLEY, M.H.A. Colonização, Terra, e o Pequeno Agricultor: Modificações face a escassez de terra. **Revista do CHLA/UFAL**. Ano III, N° 5. Abril de 1990 15p (v.3, n.5, p.15, abr. 1990)

WETTERBERG, G.B. et al – Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia.Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal, PNUD/FAO/IBDFBRA-45. 1976. (Série Técnica)

WORKSHOP 90. Prioridades biológicas para a conservação da Amazônia [s.l]: Conservation International, IBAMA, INPA, 1991. Mapa10

**ANEXOS**

**ANEXO 1** Questionário aplicado em 2006 junto aos moradores das comunidades  
 LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE  
 ESTADUAL MONTE ALEGRE (2006)

Comunidade:

Entrevistador:

Informações da família

Nome:

1-Número de pessoas da família:

adultos		crianças	
homens	mulheres	Masculino	feminino

**2- Escolaridade do entrevistado:**

( ) primeiro grau incompleto ( ) primeiro grau completo ( ) assina o nome ( ) lê e escreve  
 ( ) não lê

**3- tempo que vive na comunidade:****4- origem:**

( ) na comunidade  
 ( ) de fora  
 ( ) outro estado

**5- saúde:**

Doenças freqüentes na família:

( ) febre ( ) gripe ( ) diarréia ( ) malária ( ) outras

Material da casa:

( ) palha e madeira ( ) alvenaria e amianto ( ) madeira e amianto  
 ( ) madeira e telha ( ) madeira e palha

Água: ( ) poço ( ) cacimba ( ) filtro ( ) rio

Sanitário: ( ) sim ( ) não

Lixo: ( ) queima ( ) joga no quintal ( ) joga no rio

**6- Renda:**

Principal ocupação: ( ) pescador ( ) agricultor ( ) extrativista ( ) diarista ( ) gado  
 ( ) aposentadoria

**7- Ganha dinheiro com:** ( ) diária ( ) pecuária ( ) lavoura

( ) venda de produtos

Quais produtos:

**bens que possui:** ( ) barco ( ) motor ( ) motor de farinha ( ) geladeira ( ) liquidificador ( ) TV ( ) ferro ( ) freezer ( ) bicicleta ( ) moto ( ) carro de boi outros:

8- **Associações que participa** ( ) STTR ( ) Z-11 ( ) associação comunitária ( ) clube ( ) outro

10- Auxílios que recebe do governo: R\$?( ) bolsa escola : quantas ( ) auxílio gás( ) auxílio doença ( ) outro

11- **Uso dos recursos:** o que tira da mata, inverno/ verão; do coberto? Inverno/ verão; da várzea? Inverno/ verão; dos campos de várzea? Inverno/ verão; dos roçados? Inverno/ verão.

## ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO EM 2001

### PROJETO MPEG/FNMA( 2001)

#### Diagnóstico Sócio Ambiental da Região do Entorno do Parque Estadual Monte Alegre

Data: \_\_\_\_\_ Nome da comunidade: \_\_\_\_\_

Coordenadas/GPS: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nº SUCAM/FUNASA \_\_\_\_\_

Residência: ( ) Alvenaria com palha ( ) Barro batido com palha ( ) Alvenaria com telha ( ) Outro

#### I. IDENTIFICAÇÃO

Nome	parentesco	idade	cn	ci	ct	te	cpf	1ºg i	1ºg c	lê	assina nome	2ºg i	2ºgc

OBS: CN= certidão de nascimento; CI= carteira de identidade; CT= carteira de trabalho; TE= título de eleitor; CPF= pessoa física.

Escolaridade: 1ºGI= primeiro grau incompleto; 1ºGC= primeiro grau completo; 2ºGC= segundo grau completo; 2ºGI= segundo grau incompleto.

2- Naturalidade

( ) Paraense, do município de \_\_\_\_\_ ( ) comunidade \_\_\_\_\_ ( ) De outro Estado \_\_\_\_\_

3- Estado Civil: ( ) Casado (a) ( ) Divorciado (a) ( ) Solteiro (a) ( )

Viúvo (a)      (   ) Concubinato (a)

4. Religião:

(   ) Católica      (   ) Espírita      (   ) Adventista      (   ) Protestante      (   )  
 Testemunha de Jeová (   ) Umbanda      (   ) Não tem nenhuma      (   ) Outras:

**II. HISTÓRICO DE MIGRAÇÃO:**

5- Há quanto tempo mora na área? \_\_\_\_\_

6- Há quanto tempo mora no local desta casa? \_\_\_\_\_

7- Por que vocês escolheram esta área para morar?

(   ) disponibilidade de terra      (   ) porque os pais moravam aqui  
 (   ) possibilidade de trabalho agrícola      (   ) fartura de produtos extrativistas  
 \_\_\_\_\_ (   ) outro \_\_\_\_\_

**III. QUESTÃO FUNDIÁRIA**

9) Essa terra é do Sr (a) ou está aqui só tomando conta? (   ) própria      (   ) tomando  
 conta. Proprietário \_\_\_\_\_

10. Possui título da sua terra?

(   ) Sim      (   ) Não

**IV. ATIVIDADES ECONÔMICAS**

11 Qual a sua principal atividade?\_ 12. Há quanto tempo está nesta atividade?

13. Quais suas atividades anteriores?

14. Situação econômica: (   ) Aposentado (   ) Dependente      (   ) Autônomo (   )  
 Pensionista (   ) Assalariado

15. Possui algum tipo de crédito bancário?

(   ) Não      (   ) Sim. Qual ? \_\_\_\_\_

16. Quais as principais fontes de RENDA do grupo familiar?

Inverno \_\_\_\_\_ Verão \_\_\_\_\_

17. O Sr. (a) acha que este tipo de atividade ou produto é rentável? (   ) Sim

(   ) Não Porque? \_\_\_\_\_

18. Área explorada: (   ) própria (   ) Arrendada (   ) outros \_\_\_\_\_

19. Qual a sua produção mensal aproximada?

20. Para quem e onde o Sr.(a) vende ou costuma vender sua produção ?

21. De que forma foi feito o pagamento?

(   ) Em dinheiro, na entrega

(   ) Em mercadoria, em várias vezes

(   ) O pagamento já estava comprometido com dívidas de mercadorias compradas anteriormente

( ) Em dinheiro, parcelado

( ) Em mercadoria, na entrega

22. O Sr. acha que a exploração dessa atividade está:

aumentando ( ) diminuindo ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

23. O Sr.(a) tem dívidas?

Não( ) Sim( ) Com quem ?

Quanto?

24. O que o Sr.(a) acha que pode ser feito para melhorar esta atividade na comunidade?

**Percepção da história e do futuro das atividades econômicas:**

25. Há tempos atrás (+- 10 anos), quais eram os produtos mais IMPORTANTES trabalhados por vocês e que ganhavam mais dinheiro?

( ) açaí( ) palmito( ) farinha ( ) artesanato( ) outros \_\_\_\_\_( ) caça ( )  
pesca ( ) madeira ( ) agricultura

26. Por que abandonaram essa (s) atividade (s)?

( ) queda nos preços( ) Outro \_\_\_\_\_( ) outras oportunidades mais  
lucrativas

27. O QUE O SENHOR ACHA QUE VAI DAR MAIS DINHEIRO NOS PRÓXIMOS ANOS?

( ) açaí ( ) palmito ( ) farinha ( ) artesanato ( ) Pimenta ( ) frutas  
( ) caça ( ) pesca ( ) madeira ( ) arroz ( ) Turismo ( )

Outros \_\_\_\_\_

28. O que o Sr. (a) entende por Planejamento?

29. O Sr.(a) já faz algum tipo de Planejamento? Qual?

30. Existe na área alguma atividade lucrativa? Qual?

Vantagens	Limitações

31. Qual sua perspectiva de futuro, o que pretende fazer no futuro?

32. Gostaria de participar de um plano de uso da área onde vive?

( ) Sim ( ) Não

**BENS E CONSUMO:**

33. Quais aparelhos eletrodomésticos o Sr(a) possui em sua casa?

( ) TV( ) gerador próprio( ) fogão a gás ( ) geladeira  
( ) freezer ( ) máquina de lavar ( ) Outro \_\_\_\_\_

34. Possui casa fora da comunidade? ( ) Sim ( ) Não Onde? \_\_\_\_\_

35. Faz compra de rancho? ( ) Sim ( ) Não Quantas vezes por mês? \_\_\_\_\_

36. Onde compra? \_\_\_\_\_. Quanto gasta? \_\_\_\_\_

37. Possui veículo? ( ) Não ( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_

38. Que tipo de saneamento possui?

( ) Esgoto encanado ( ) fossa séptica ( ) esgoto a céu aberto

## VI. TURISMO

39. Aparecem turistas visitando a área? Sim ( ) Não ( )

Onde estes turistas se hospedam?

( ) Nas casas dos moradores ( ) no hotel ( ) em acampamento ( )  
outro \_\_\_\_\_

41. A comunidade gostaria de ser visitado pelos turistas? Sim ( ) não ( )

42. O que você mostraria aos turistas? 1- \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ 3. \_\_\_\_\_

43. O que gostaria de fazer para os turistas? Guiar nas trilhas ( ) hospedar os turistas ( )  
servir refeição ( ) não receber turista ( ) outra atividade ( )

44. Quais os lugares mais visitados pelos turistas?

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_ 3 \_\_\_\_\_

45. Quem leva os turistas nestes lugares?

( ) Pessoal de Monte Alegre ( ) não sabe quem são ( ) Pessoal das comunidades ( )  
Outros \_\_\_\_\_

46. Já ganhou algum dinheiro com turistas? Sim ( ) Não ( ) Caso sim, como ganhou  
o dinheiro? ( ) Venda de prod. para alimentação ( ) hospedando ( ) guiando ( )  
fazendo transporte ( ) outro

O que você acha do desenvolvimento do turismo na área? Vai ser bom ( ) Não vai ser  
bom ( ) Por que?

## VII. DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

48. O trabalho principal da casa é realizado somente pela família?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

49. Quantas pessoas estão envolvidas nessa atividade e quais as suas funções?

	Quant.	Atividades
Homens		
Mulheres		
Crianças		

50. Quem na sua família é responsável pela venda e administração dos recursos ou do dinheiro obtidos?

### **VIII. ORGANIZAÇÃO E SAÚDE**

51. Na comunidade existe: ( ) Centro Comunitário ( ) Associação de Moradores ( ) Sindicatos

( ) Não sabe ( ) Outros

52. Você participa de alguma dessas organizações? ( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

53. O Sr. acha importante a organização da comunidade? Por quê?

54. Quais as maiores necessidades de sua comunidade? Por quê?

55. A comunidade possui posto de saúde ou hospital? Funciona bem?

56. Quais as principais doenças que acontecem em sua família ?

57. O Sr. (a) utiliza remédios do mato?

58. Na comunidade tem rezador ou benzedeira?